AO INSTITUTO DO CEARÁ,

NA PESSOA DOS EMÉRITOS CONSÓCIOS

Prof. Dr. Antônio Martins Filho

Prof. Dr. Raimundo Girão

Prof. Dr. Renato Braga

Cel. Prof. José Aurélio Câmara

Dr. Tomás Pompeu Sobrinho

Dr. José Bonifácio de Sousa

Dr. Florival Seraine

Prof. Dr. Dolor Barreira

O. D. C.

O Autor

BIBLIOTECA
CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PUBLICAÇÕES DO AUTOR

Contribuição para o Estudo do Apêndice íleo-Cecal no Homem — Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1918.
O Uso dos Metais na América Pré-histórica — Folheto. Fortaleza, Minerva, 1924.
Notas para a História das Fortificações no Ceará — Folheto de 72 págs. Fortaleza, Ramos e Pouchain, 1937.
Descoberta e Conquista de Novas Plantas — Folheto. Fortaleza, Edit. Instituto do Ceará, 1954.
História do Ceará Holandês — Folheto de 40 págs. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1954.
Estudos de História Seiscentista — Livro de 198 págs. Fortaleza, Tip. Minerva, 1958. (Col. "História e Cultura".)
Fundamentos Geográficos e Históricos do Estado do Maranhão e Grão-Pará — Livro de 360 págs. Rio, Biblioteca do Exército, 1959.
Antigo Estado do Maranhão e suas Capitanias Feudais — Reedição do trabalho precedente — Livro de 362 págs. Fortaleza-Ceará, Imprensa Universitária, 1960. (Col. "Estudos e Pesquisas".)
As Famílias Studart e Pereira — Livro de 156 págs. São Paulo, 1960.
A Revolução de 1817 no Ceará e Outros Estudos — Livro de 264 págs. Fortaleza, Minerva, 1961. (Col. "História e Cultura".)
Meu Pai — Folheto de 48 págs. Fortaleza, Minerva, 1962.
O Padre Gomes de Araújo e a Revolução de 1817 no Ceará — Folheto de 76 págs. Fortaleza, Minerva, 1962.
As Histórias em Quadrinhos e seus Malefícios — Folheto — Fortaleza, Minerva, 1965.
Os Aborígines do Ceará — Livro de 182 págs. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1965. (Col. "História e Cultura".)
Antônio de Sampaio — Folheto de 64 págs. Fortaleza — Ceará, Imprensa Universitária, 1966.
Páginas de História e Pré-história — Livro de 297 págs. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1966.

NO PRELO:

Artigos de Podestá Ribeiro.

CARLOS STUDART FILHO

(Do Instituto do Ceará, da Academia Cearense de Letras e do Instituto Genealógico Brasileiro)

PÁGINAS DE HISTÓRIA E PRÉ-HISTÓRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA
BIBLIOTECA

Editôra — "Instituto do Ceará"
1966

UNIVERSIDADE DO CEARÁ
BIBLIOTECA CENTRAL
Nº de Chamada 624/67

BH/UFC

SAU
R 1306928
Cod. Cat. - C 632066
03 JUL 2000

981.31
S922p

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA
No. do Tombo 2248/71

BH/UFC

PREFÁCIO

No campo das letras, nenhum setor, fora da literatura de ficção, tem sido mais cultivado e mais bem cuidado do que o da nossa história.

Três gerações de pesquisadores já se empenharam na árdua tarefa de desvendar e sistematizar os fatos da história local.

A primeira, na ordem cronológica, merece a nossa reverência pelos seus esforços e dedicação beneditina de desbravadores, num terreno inculto e cheio de espinhos. As figuras principais que iniciaram as investigações metódicas pioneiras da história cearense foram poucas, como devia ser natural; mas, não obstante as dificuldades que sempre se colocam no começo de todos os empreendimentos sérios, realizaram obra admirável pela sua extensão e sobretudo pela sua relativa propriedade. As mais notáveis constam desta pequena relação: Tristão de Alencar Araripe (História da Província do Ceará, *1850) Pedro Théberge* (Esbôço Histórico Sôbre a Província do Ceará, *1869) e o Senador Thomaz Pompeu (contribuições diversas, como o* Juízo Histórico, *a* Memória Sôbre Conrado e Belfort, *etc.).*

BIBLIOTECA
CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

BH/UFC

A segunda geração, que floresceu quase com a fundação do Instituto do Ceará, é mais numerosa e caracterizou-se pela extensão especial de suas explorações. Enquanto aquela apenas colheu elementos informativos nos velhos armários e cartórios das municipalidades provinciais, esta foi vasculhar a documentação dos arquivos de outras províncias, princiaplmente os europeus (portuguêses, holandeses, italianos, espanhóis e franceses). A messe de informações não podia deixar de ser muito mais abundante e intrinsecamente mais valiosa. Na constelação brilhante dos investigadores sobressaem duas estrêlas de primeira grandeza: o Barão de Studart, pelo seu incansável trabalho de explorador das fontes lusitanas, as mais férteis da nossa história, e pelo incomparável serviço de divulgação do muito que conseguia colhêr e ruminar. A outra é o Dr. Antônio Bezerra, que se distingue pelo seu talento de analista. Em tôrno dêstes, gravitaram com mais ou menos fulgurante atividade os senhores João Batista de Oliveira, Paulino Nogueira, Capistrano de Abreu, Thomaz Pompeu Júnior, Joaquim Catunda e João Brígido dos Santos.

Êstes estudiosos lograram acumular um enorme acervo de documentos e informações, fontes preciosas não só para os trabalhos que empreenderam como também para os das gerações futuras, e muito especialmente para os estudiosos que agora vêm desenvolvendo as suas atividades nessa seara.

A terceira geração ainda mais numerosa que a anterior continua a exercer o seu labor de pesquisas, análises e sínteses com vigor e proveito não menos apreciável que as precedentes. É nela que se enquadra destacadamente o autor do trabalho que vimos de ler com prazer e admiração, o Dr. Carlos Studart Filho.

Ostenta esta obra o expressivo título de Páginas de História e Pré-História. *Trata-se de uma volumosa coleção de monografias em que desenvolve o Autor, com maestria e minúcia, numerosos acontecimentos da aurora da nossa história colonial e alguns fatos concernentes ao período proto-histórico, todos especialmente relacionados com os habitantes nativos da região. Mas, além disso, excursiona o Dr. Studart por um campo sáfaro, mergulhando na escura noite da pré-história. É o assunto da segunda parte do livro. Aqui, afasta-se do círculo cearense e ingressa no seio largo das observações gerais, versando problemas interessantíssimos de larga amplitude, como o das "Enfermidades e a Média de Vida entre os Homens Primitivos", o da "Sífilis na Europa antes do Descobrimento da América" e, finalmente, um capítulo curioso de botânica pré-histórica; "Descoberta e Conquista de Novas Plantas".*

A pré-história cearense tem sido muito escassamente explarada. Entretanto, foi abordado bem antes que os curiosos pesquisadores locais se devotassem às primeiras investigações sistemáticas do nosso passado colonial. Já no fins do século XVIII e começo do seguinte, um padre que se dizia índio brasileiro, sem nenhum espírito científico, deu-se à afanosa tarefa de descobrir, registrar, desenhar e descrever pitorescamente

BH/UFC

BH/UFC

monumentos pré-históricos do Nordeste do Brasil, mas, principalmente, de quase tôdas as regiões do Ceará. Fê-lo com admirável precisão e desprendimento. A obra do Pe. Francisco Teles Correia de Menezes, intitulada "Lamentação Brasílica", encerra notícias de mais de uma centena de inscrições rupestres (litoglifos e pictografias debuchadas em rochedos de cinco províncias da então colônia lusitana). Passaram-se muitos lustros antes que outros investigadores orientassem os seus trabalhos nesse sentido. Sòmente no fim do século que passou, assuntos arqueológicos da nossa remotíssima pré-história foram considerados de modo vago, com pouco elã científico. À testa dos que se dirigiram neste sentido podemos citar o Dr. João Franklin de Alencar Nogueira, Gustavo Barroso, Sílvio Júlio, Melquíades Borges e também o Dr. Carlos Studart Filho que copiou algumas inscrições líticas no Ceará e na Bahia. (*)

O Dr. Gustavo Barroso (in *sua obra* Aquém da Atlântida) *e o autor destas linhas (no 2.º volume de sua Pré-história Cearense, ainda em elaboração), aproveitaram essa contribuição interessante tanto pela singularidade do litoglifo, quanto pelo seu valor de expressão. É o que se verá alhures em publicações especializadas.*

(*) É de justiça lembrar aqui os trabalhos pseudocientíficos do Dr. Alfredo de Carvalho, Gustavo Treitler e Bernardo da Silva Ramos que interessam mais ou menos diretamente o Ceará.

BH/UFC

Pena é que o diligente autor do trabalho que aqui se considera não tenha prosseguido nas investigações arqueológicas, tão bem iniciadas, neste recanto do Brasil.

Na primeira parte da obra, o Dr. Studart conseguiu tirar dos olhos de alguns estudiosos cascas que lhes sombreavam a visão histórica. Infatigável no esquadrinhar velhas fontes, tira delas novidades de indubitável interêsse que escaparam à perquirição de quantos o procederam neste afã. Daí por que a sua contribuição para a historiografia cearense torna-se sobremodo estimada e digna do melhor aprêço e uso.

A publicação das Páginas de História e Pré-história *vêm pois enriquecer o acervo já vultoso da coleção* Os Anais Históricos do Ceará. *Não só nos brinda com novos conhecimentos, como dá aos já conhecidos e divulgados feição elegante, atraente e bem mais compreensível, conectando com propriedade elos soltos de longo trecho de cadeia dos nossos fastos, ao despontar da vida colonial desta região do Nordeste brasileiro.*

Por êste motivo, o livro há-de ocupar necessàriamente lugar destacado na estante de quantos curiosos queiram estudar aquela fase pitoresca de nossa história.

THOMAZ POMPEU SOBRINHO

PRIMEIRA PARTE

HISTÓRIA

BIBLIOTECA
CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

RESISTÊNCIA DOS INDÍGENAS À CONQUISTA E POVOAMENTO DA TERRA

A Guerra dos Bárbaros

"De tôdas as zonas do Brasil onde os autóctones repeliram longa e bravamente os assaltos dos conquistadores nenhuma apresenta tão grande resistência à invasão quanto o Nordeste". — Afonso de E. Taunay — **"Resistência à conquista do Nordeste"** —

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A guerra dos bárbaros, embora apresente, à primeira vista, aspectos e características de uma reação subitânea do ameríncola contra o esbulho dos seus naturais direitos de propriedade pelo colonizador, tem, na realidade, determinantes complexas e fundas raízes no tempo. Longa igualmente a lista dos seus antecedentes imediatos.

É tragédia que, derramada por sôbre o cenário amplíssimo do Nordeste Oriental, chãos baianos e piauienses, epiloga uma larga seqüência de dramas de incompreensão, violência e ódio, vividos por homens que jamais lograram alcançar, dos estrangeiros vorazes que lhes arrebatavam o solo por vêzes secularmente possuído, a benevolência de que tanto necessitavam.

Atritos e inimizades, entre brancos e nativos, vêm, pode dizer-se, da era dos primeiros reconhecimentos, quando sobrevieram contactos mais demorados do alienígena peninsular com as praias ainda ignotas do nosso litoral.

Confiantes e trêfegos, na maioria, os brasilienses ripícolas do Atlântico acolheram, é certo, com demonstrações marcadas de simpatia, os navegantes que aqui aportaram e a quem haveriam, sem dúvida, na conta de sêres sobrenaturais, avantesmas surgidos do mar, caraíbas merecedores de acatamento e submissão. A cupidez dos recém-vindos e, depois, a ganância e brutalidade dos exploradores da terra nêles geraram, porém, desde logo, mágoas que os fizeram revéis (1).

Apenas os entretenimentos ocorridos no instante mesmo em que tocou o Nôvo Mundo a armada cabralina podem ser lìcitamente havidos por espontâneos e desinteressados.

A célebre Carta de Caminha — no pensar de alguns estudiosos, uma página riquíssima de etnologia porque consigna informações pormenorizadas sôbre os hábitos, costumes, vida e aspectos somáticos dos silvícolas brasileiros, e, no entender de outros, de pendores líricos mais acendrados, a "Ata veneranda do primeiro encontro da civilização européia com a rudeza selvagem dos íncolas brasileiros" ou "a certidão de batismo da nossa nacionalidade", — a Carta de Caminha, dizíamos, não permite dúvida a respeito da cordialidade dêsse encontro euro-sul-americano (2).

A lerda e insípida travessia por mares abertos e desconhecidos, cuja fama de tenebroso mal se dissipava, o contínuo insulamento das tripulações em barcos que, apesar de já não serem os pequenos **barinéis** do tempo do infante D. Henrique, eram ainda de fraca tonelagem e não lhes permitiam movimentos livres (3), e, sobretudo, a longa impossibilidade de privança de mulheres a lhes exacerbar

(1) Solicitados por Nóbrega, dir-lhe-iam, por isso, os Tamoios em Iperoig: «Fomos primeiramente teus amigos. Deixamos de sê-lo pela deslealdade e traição da tua própria gente para conosco». Apud Rondon — Prefácio ao livro «Índios do Brasil», de Lima Figueiredo, Rio, 1949.

(2) Ver a carta de Pero Vaz de Caminha, de 1.º de maio de 1500, publicada pelo Visconde de Sanches e Baena, em «O Descobridor Pedro Álvares Cabral», memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa, 1897, carta por sua vez extraída da obra «Breve Notícia sôbre o descobrimento da América», de A. C. Teixeira de Aragão. Êsse documento tem sido reproduzido inúmeras vêzes. Assim, encontramos no «Brasil», de Antônio Zeferino Cândido. «Corografia Brasílica», de Aires de Casal, Ed. da B. Nacional, 1947. Jaime Cortesão «Cabral e as Origens do Brasil», Ed. Ministério das Relações Exteriores — Rio, 1944, etc. etc.

(3) Do Capitânea, onde viajou, dizia Mestre João, em sua carta de 1.º de maio de 1500: «Yo he trabajado algo do que he podido pero non mucho a calsa de una pyerna que tengo mui mala... e tanbyen a alsa de este navio ser mucho pequeno e mui carregado que non ay lugar para cousa ningunas».

os instintos primários da multiplicação, tudo, enfim, concorria para predispor os alienígenas às alegrias e encantamentos da sociabilidade descuidada.

Havia mais a férrea energia do Almirante e dos Capitães principais da expedição para guiar as ações de seus comandados no trato com as gentes da terra.

Por outro lado, o espetáculo, imprevisto e empolgante para o aborígine, da frota majestosa, chegando-se às praias, e a aparição fantástica de homens de vestes insólitas e armas desconhecidas, que a tripulavam, decerto falaram à sensibilidade do filho da terra, movendo-o a receber os intrusos com uma cálida manifestação de simpatia.

Refere, com efeito, o escrivão da feitoria de Calicut, o tão celebrado Pêro Vaz de Caminha, que mal os navios lançaram ferro e Nicolau Coelho se foi em um batel sondar o rio em frente do qual ancorara a armada, a ver se esta podia aí aterrar, logo acudiram às praias dezoito ou vinte nativos, trazendo nas mãos arcos e suas setas. Não vinham, porém, como a crueza da cena parecia sugerir, com intuitos agressivos, pois de pronto obedeceram ao aceno imperativo do chefe branco para deporem as armas (4).

Embora não houvesse falas, nem confabulações, ali mesmo se iniciaram os mútuos conhecimentos e as trocas de presentes. Deu o europeu ao índio um barrete vermelho e uma carapuça de linho, dêle recebendo um sombreiro de compridas penas de aves "com uma copinha de penas vermelhas e pardas como as do papagaio".

Essas relações amáveis prosseguiram sem resguardos e cada vez mais amenas à medida que se dilatava a permanência da frota em águas do Nôvo Continente.

Entre muitos fatos que evidenciam a grata convivência entre a maruja dos barcos e os ameríncolas, há que referir as "excursões em comum; europeus e gentios, dadas as mãos, caçando nas matas e vadeando os rios, como bons e leais camaradas".

O acatamento com que ouviram a missa com prédica, dita pelo Capelão da Armada, Frei Henrique, "em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que ali todos eram", não foi fruto apenas do deslumbramento causado pelo esplendor de cenas nunca vistas, mas uma demonstração de benévola simpatia e admiração espontânea que aquêles homens primevos votavam aos amigos estrangeiros.

(4) «Brasil», Antônio Zeferino Cândido — Imprensa Nacional — Rio, 1900, p. 186.

Para continuar a obra de aproximação cultural tão bem entabulada, estudar as possibilidades da terra novamente descoberta e conhecer-lhe os problemas, foram deixados, no próprio local do desembarque, dois degredados que vinham na expedição itinerante para cumprir pena.

Nos chãos virgens da suposta Ilha de Vera-Cruz ficaram, outrossim, dois marujos imediatistas que, desprezando a miragem mirífica da Índia, amavio que no momento a todos empolgava, haviam sorrateiramente abandonado os postos na guarnição dos barcos.

Um documento do arquivo de Módena, citado por A. Prado, eleva um pouco mais o número de desertores, pois diz: "fugiorno cinque marinari dele nave del Re, et non volseno piu tornare in nave, et le restarno".

O comportamento dêsses relegados, face ao meio social onde se acolhiam, o valor do trabalho de aproximação, que realizaram, e o destino final são desconhecidos, exceto o de um que teria tido a ventura de tornar à pátria.

Não consta, pois, como se pretende, haverem logrado os intentos que animavam os descobridores, ao lançá-los às praias, desamparados e sem meios eficientes de defesa. Pode-se conjeturar hajam alguns influído benèficamente na marcha da colonização, ajudando, mais tarde, com sua experiência das coisas locais, os patrícios emigrados do Reino para aqui levarem a efeito a obra heróica de expansão do mundo lusitano; isso não passa, porém, de mero devaneio (5).

* * *

(5) Houve, é certo, náufragos, exilados e desertores reinóis dos primeiros tempos, que aplacaram as iras e antipatias dos indígenas contra os brancos a êstes abrindo o nosso território ainda indevassado; nada garante, porém, fôssem êstes os heróis de tais façanhas.

Referimo-nos a Diogo Álvares, «personagem importante ainda em meados do século XVI», a cuja sombra tutelar tem início a Colonização da Bahia, a João Ramalho, que é apontado como o homem «que os colonizadores de S. Vicente vieram a encontrar com grande família patriarcal fundada entre índios e Antônio Rodrigues, casado com a filha do cacique Ururaí Pequerobi, de que descendem os Bueno de S. Paulo», a Cosme Fernandes Pessoa, o bacharel de Cananéia, e a tantos outros, como Francisco de Chaves, o grande língua que se prontificou perante Martim Afonso de Sousa a trazer do sertão infinitos indígenas carregados de metais preciosos se lhe dessem ajuda de homens avultados para a entrada.

Houve ainda aquêles que, ao invés de auxiliarem os patrícios, lhes causavam os maiores dissabores como êste Pedro Galego, homem de grande prestígio entre a indiada da costa leste-oeste, que teria sido o culpado das desventuras de Estêvão Fróis e sua viagem forçada pelos mares das Antilhas.

A fase, que, no processo histórico-nacional, se segue à partida de Cabral no rumo do Oriente, é a do reconhecimento sumário da nossa fronteira marítima e dos escambos clandestinos; povoam-na "lendas aventurosas, próprias aos países primevos e sem história", dessas que, malgrado o vazio do contexto e de suas indicações, os espíritos fantasistas tanto se aprazem em relembrar e difundir.

Com relativa segurança sabe-se apenas que a costa, ao norte e sul do ponto tocado por Cabral, passou a ser freqüentada algum tempo depois que ao Velho Mundo chegaram notícias do Descobrimento.

Apura-se o fato "por passagens intercaladas em documentos das mais variadas procedências e o comprova o estudo das cartas geográficas da época, onde se vão ràpidamente precisando e completando os contornos indefinidos que apresentavam os primeiros mapas oficiais da Terra de Santa Cruz". Êle se colige "ainda por várias referências, que roteiros de certas viagens fazem a outras precedentes" e desconhecidas (6).

A êsse tempo, pilotos adestrados e marinheiros práticos batem os mares a serviço próprio ou conduzindo as armadas reais portuguêsas em viagens de exploração, reconhecimento e comércio.

A terra brasileira, em grande parte esquecida da Côrte lusitana, torna-se palco da pirataria universal.

Como disse, em apertada súmula, um dos nossos professôres de história mais credenciados e o sabe tôda gente, especuladores franceses, alemães, judeus, espanhóis e inglêses aqui aportam para o comércio ilícito com o gentio.

Navios corsários ou de simples contrabandistas, vindos dos mais diversos portos da Europa para correrias e aventuras pelos mares austrais, abicam para o Brasil, dão fundo em suas águas para refrescar ou nelas procurar abrigo contra as tempestades. Alguns tripulantes desembarcam e, dando-se bem com os indígenas, passam a viver à vontade em companhia dêles, e, porventura, de outros indivíduos da mesma origem, também egressos do convencionalismo e rigores da civilização ocidental para a existência sem peias nem

(6) Zeferino Cândido — op. cit., pág. 205.
Ver também Orville A. Derby — «Os mapas mais antigos do Brasil».
Rodolfo Garcia — «O Brasil e a cartografia do descobrimento», Revista Cultura, n.º 6, ano IV, Rio, 1954, e sobretudo a coleção de mapas anexos ao trabalho de Rio Branco, sôbre a questão do Oiapoque e a monumental História da Colonização Portuguêsa.

constrangimentos entre aquelas agrestes criaturas. Alguns asselvajam-se por inteiro e, nivelados ao nativo, fazem perfurar os lábios, levados, decerto, pelo desejo de parecer garbosos aos olhos dos seus hospedeiros ocasionais (7).

"Neste Rio Grande, escreve o cronista Gabriel Soares, achou Diogo Pais, de Pernambuco, língua do gentio, um castelhano entre os Potiguares, com os beiços furados como êles, entre os quais andava havia muito tempo, o qual se embarcou em uma nau de França, porque servia de língua dos franceses entre o gentio nos seus resgates."

Os primeiros povoadores das nossas glebas litorâneas não foram certamente apenas homens oriundos da Península Pirenaica. Representando a pátria de origem, aqui haveria também, por essa época, expatriados "bascainhos, genoveses, napolitanos, talvez mesmo orientais" porque as guarnições das naus de Portugal e Castela, que nos visitavam, não eram isentas de mescla racial. Constituíam-nas, com efeito, além dos filhos dos países de onde eram originárias, marinheiros de outras nacionalidades, atraídos para o mar pelo espírito de aventuras e lucros.

Entre os que se deixavam ficar em terras brasileiras, havia também franceses e dêsses os mais numerosos e diligentes eram, sem dúvida, os embarcadiços de S. Malo, Dieppe e Honfleur, também conhecidos na história sob a denominação genérica de intérpretes normandos.

"... os franceses, diz um cronista, alguns anos antes que se povoasse a Bahia, tinham comércio; e quando se iam para a França com suas naus carregadas de pau de tinta, algodão e pimenta, deixavam entre os gentios alguns mancebos para aprenderem a língua e poderem ser na terra, quando tornassem de França, para lhes fazer seu resgate; os quais se amancebaram na terra, onde morreram, sem se quererem tornar para a França, e viveram como gentios com muitas mulheres, dos quais, e dos que vinham todos os anos à Bahia e ao rio de Sergipe em naus de França, se inçou a terra de mamelucos, que nasceram, viveram e morreram como gentios; dos quais há hoje muitos dos seus descendentes, que são louros, alvos e sardos, e havidos por índios **Tupinambás**, e são mais bárbaros que êles."

Na maioria dos casos, sem interêsse imediato na criação de grandes entrepostos de comércio, fortins e feitorias capazes de vida autônoma e de defesa eficaz contra os portuguêses, nem possibilidade econômica de o fazer, apelavam, ordinàriamente, os armadores gauleses para êsse tipo de intermediário, entre êle e o nativo e cuja manutenção pràticamente nada lhes custava (8).

"Além de serviço que prestavam às duas partes contratantes no ato das trocas, partidas as naus, começavam (os intérpretes) a aparelhar as mercadorias para a viagem seguinte.

Transportavam para os portos os toros de brasil, colhiam pimenta, de que as vêzes faziam roça, e algodão, preparavam peles, penas e todos os produtos de escambo e ensinavam os papagaios a falar francês, tudo para se fazer com presteza o carregamento da próxima embarcação, a qual anunciava a sua presença com tiros de peça.

Levando vida que melhor lhes aprazia, dispensavam, pois, aos contrabandistas que trafegavam entre portos da França e do Brasil, assistência comercial assídua e eficiente.

"A partir da época em que Denis de Honfleur, em 1508, e o pai do célebre Jean Ango conduziam suas equipagens para as terras quase desabitadas do Brasil, até a fundação do Salvador, em 1549, quantos homens ousados, diz-nos Gomes Carvalho, descuidando todos os perigos, foram aí buscar fortuna ou simplesmente viver na abundância, naquelas plagas favorecidas."

Quantos aventureiros, conduzidos por Guilherme de Testu, Barré, ou Jacques Sore, pretenderam recomeçar naquelas terras desconhecidas as maravilhosas aventuras dos conquistadores, que enriqueciam na outra costa (9).

* * *

Também os reinóis mantinham no país indivíduos encarregados de lhes facilitar a barganha e aproximá-los dos nativos.

Eram, na maioria, náufragos ou criminosos, "abandonados desapiedadamente nas praias", que, por solidariedade sentimental ou espírito de lucro, se punham a serviço dos interêsses mercantis dos seus rudes compatrícios. Havia ainda os desertores que acabavam constituindo pequenas colônias ao longo do litoral. O abandono das embarcações era, ao que parece, tão comum nos dias iniciais de nossa história que o govêrno lusitano chegou a alarmar-se. No re-

(7) M. E. Gomes de Carvalho — «D. João III e os franceses», Lisboa, 1909.

(8) Os vestígios que D. Rodrigo de Acuña encontrou indicando a permanência de franceses na ilha de S. Aleixo, ou seja, na área onde realizavam seu mais intenso comércio, foram apenas restos de bolacha, anzóis e um fôrno de feitura européia, cousas evidentemente de muito pouca valia.

(9) M. E. Gomes de Carvalho, op. cit.

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

gimento dado ao comandante da nau "Bretoa" se recomenda, com efeito, cautela ao abeirar-se da terrar por causa da fuga da marujada.

À maneira dos franceses, exerciam as funções de medianeiros para o comércio dos produtos da terra; como êles, ajudavam os índios amigos na guerra contra desafetos ocasionais e contra os próprios inimigos e concorrentes de Portugal. Mais tarde, adormecendo suspeitas e fazendo calar ressentimentos dos chefes indígenas, tiveram atuação destacada na conquista e povoamento das costas levantinas da Colônia.

Já, então, assumira o missionário jesuíta seu papel eminentemente patriótico e cristão de chamar o gentio ao grêmio da Igreja e despertar nêle a confiança nos bons propósitos dos dirigentes lusitanos.

OS PRIMEIROS ESCRAVOS

Os produtos nativos, particularmente o pau-brasil, eram, nesses recuados tempos, vistos com avidez pelos arrendatários e contratadores oficiais que para cá mandavam os seus agentes a fim de consegui-los. Cobiçavam-nos, outrossim, os traficantes de outras raças e procedências que chegam ao Brasil nascente para disputá-lo ao reinol.

De envolta com madeira de menor valia, peles silvestres e novelos de algodão, toros da preciosa ibirapitanga enchem, assim, o bôjo dos galeões e bergantins que velejam pesadamente a caminho da Europa, levando a sobrecarga bulhenta e irrequieta de bugios, araras, papagaios e periquitos.

Incessantemente procurados em França, "as belas araras de plumagem azul e vermelha, de que tôdas as grandes damas pretendiam ornamentar seus viveiros", os papagaios "de alegres penas que o luxo espalha até na habitação de simples burguesia", e os bugios, "destinados a alegrar o castelo feudal do gentil-homem camponês", contribuíam também sobremaneira para aumentar a prosperidade dos traficantes. Iriam ainda contribuir para incrementar a fama das nossas galas e riquezas, movendo para os chãos do Brasil ondas cada vez mais volumosas de flibusteiros e contrabandistas.

Nos soturnos veleiros portuguêses ouvem-se, outrossim, de quando em vez, o vozear dos indígenas subjugados. É a prova viva de que, já àquela época, os seus tripulantes negociavam com escravos vermelhos e deixavam na terra desafetos e ressentimentos.

Só a nau "Bretoa", de Fernando de Noronha e outros associados, carregou para o Reino, conforme sabemos, cêrca de quarenta índios cativos. Ora, isso faz perceber de modo claro que, logo às primeiras tentativas de ocupação da zona litorânea pelos portuguêses, surgiram e se multiplicaram os choques entre êstes e os aborígines, pois não é de crer, dada a índole escravista do nosso colonizador, que todos fôssem produto de resgate.

A "Nova Gazeta Alemã", documento redigido, segundo tôda a evidência, na Ilha da Madeira, pelas alturas de 1515, alude a mais um transporte de escravos ameríncolas, para Portugal. Realizou-o certo navio chegado àquela ilha no ano anterior. Explica, todavia, o documento, que eram, em maioria, jovens cujos pais, desejosos de os fazerem alcançar a terra da promissão, os haviam inadvertidamente entregues à guarda dos marinheiros.

"Sob a coberta do navio está carregado de pau-brasil e na coberta **cheia de escravos**, rapariguinhas e rapazinhos. Pouco custaram aos portuguêses, pois **na maior parte** foram dados por livre vontade, porque o povo de lá pensa que seus filhos vão para a terra da Promissão (10)."

Como quer que seja, por êstes motivos ou por outros ainda não bem esclarecidos, desde cedo acenderam-se nos indígenas ódios violentos contra os portuguêses, ódios cujos ressaibos jamais se lhes apagariam da memória, transmitidos que foram, de geração em geração, como herança maldita.

Almeida Prado, estudando os primórdios de nossa formação étnica e social, em erudito trabalho a que denomina "Primeiros Povoadores do Brasil", deixa perceber que o fracasso dos raros núcleos de povoamento, feitorias e capitanias, plantados entre 1501 e 1530, ao longo da costa, teve, como determinante principal, as hostilidades movidas contra êles pelos franceses, de parceria com as tribos **Tupinambás**.

"Assaltadas pelos silvícolas em rebeldia ou enfraquecidas por desavenças e dissenções, dos próprios reinóis, convidados ao êxodo das regiões, onde não encontrariam de começo vantagens cobiçadas, as povoações, empreendidas pelos donatários, fracassaram em maioria."

Aliás, a opinião de que a aliança galo-indígena acabaria por lançar os portuguêses fora do Brasil era geral no país e se espelha na carta que, da vila de Santos, Luís de Góis, irmão do donatário Pero de Góis, ousou escrever a D. João III, a 12 de maio de 1548.

(10) A «Nova Gazeta Alemã», Ed. Record. — Rio de Janeiro, s/d.

"Peço a Vossa Alteza que, com sua costumada clemência, queira perdoar meu atrevimento e receba em serviço minha vontade e digo mui alto e mui poderoso que, se com tempo e brevidade, Vossa Alteza não socorrer estas capitanias e Costa do Brasil, que ainda que nos percamos a vida e fazendas Vossa Alteza perderá a terra que nisto perca pouca aventura a perder muito porque não está mais de serem os franceses senhores dela, que em se acabarem de perder estas capitanias ficam de ter êles em pé no Brasil hei medo adonde quererão e podem ter o outro."

"Eu quisera antes dizé-lo em pessoa tão perigosa está a costa que não sei esta carta que fim haverá, dous anos a esta parte vêm sete naus (francesas), cada ano ao Cabo Frio e Rio de Janeiro." (11)

A ajuda prestada pelo nativo aos inimigos de Portugal era a natural reação dêle contra a felonia dos reinóis que tão desassombradamente lhe roubavam a liberdade e a vida. (12)

* * *

O processo usado pelos lusitanos para fundarem colônias nas terras dos indígenas já não constitui mistério. Conhecemo-lo, grosso modo, graças ao depoimento prestado, perante seus irmãos de sangue, por um tupinambá foragido de Pernambuco para as costas maranhenses. Êste homem afirmava ao senhor de Vaux ter assistido "às várias peripécias da ocupação européia, desde a chegada pacífica dos portuguêses naquela região até o período de caça aos escravos".

Seu depoimento é consignado pelo Pe. Cláudio d'Abbeville nos têrmos seguintes:

"I ay veu (dizia) l'establissement des Pero à **Fernanbourg** & **Potyiou** lesquels ont commencé tout ainse que vous autres François vous faites maintenant. Au commencent les Pero ne faisoient que traffiquer avec eux sans se vouloir autrement habiteur. Et en ce temps là, ils couchoient librement avec leurs filles, ce que nos femmes de **Fernanbourg** et **Potyion** tenoient à grand honneur.

Après, iles dirent qu'il leur était besoin de faire des forteresses pour les garder, et bastian des villes pour demeurer tous ensemble

(11) Inserta na História da Colonização Portuguêsa do Brasil. Vol. III, apud V. Corrêa.

(12) A primeira leva de gentios escravos para o Reino parece ter sido realizada por Jorge Lopes Bixorda que, segundo Damião de Góis, presenteou a D. Manuel com índios chegados do Brasil, em 1513.

faisant paroistre qu'ils ne désiroient estre que une même nation. Du depois ils leur firent, entendre, qu'ils ne pouvoient prendre leurs filles en cette sorte, que Dieu leur deffendoit de s'en servir sinon par mariage, et aussi qu'ils ne devoient se marier avec elles, si elles n'estoient baptisées, et pour ce qu'il estoit nécessaire d'avoir des **Pay**.

Ils firent donc venir des **Pay**, lesquels plantèrent des Croix, commencèrent de les instruire et puis les baptiser. Davantage ils leur persua dèrent si bien qu'ils ne pouvaient se passer d'esclaves, ni les **Pay** aussi, pour faire leur menage et travailler pour eux, qu'on fut contraint de leur en donner. Et non content des esclaves qui estoient pris à la guerre, ils voulurent encore avoir leurs enfans, si bien qu'en fin ils captivèrent toute la nation avec tant de tyrannie et de crauté qu'ils exercoient continuellement sur nos semblables, que la plupart de ceux qui sont resté, out été contraincts aussi bien que nous de quitter le pays."

FRANCESES E PORTUGUÊSES

Nesses idos, já se haviam claramente evidenciado as preferências dos grupos aborígines pelos aventureiros das duas nacionalidades rivais, que freqüentavam com maior assiduidade o nosso litoral.

Os gauleses, a quem o gentio chamava **airuruiuba,** papagaio amarelo, ou mais comumente **mair** (13), eram, de ordinário, habilidosos e afáveis de trato e, por isso, fàcilmente se acomodavam com os filhos do país, fazendo, entre êles, amigos numerosos e prestadios. (14)

Frisa o historiador Gomes Carvalho que, desde o Cabo de S. Roque até o Cabo de S. Agostinho, no período que nos ocupa, "eram suas embarcações acolhidas na terra e, quando salteadas por portuguêses, metiam-se os seus tripulantes nas brenhas, seguros da hospitalidade generosa das Tabas. Odiando o português tanto como o indígena, prestavam a êste o concurso de suas fôrças contra o inimigo comum e com êle assolaram muitas capitanias."

Há ainda notícia dêles mercadejando no litoral da Bahia e até em águas situadas bem mais para o meio-dia. Na costa baiana surpreendeu Cristóvão Jacques, em 1526, a corsários franceses a quem derrotou e nas vizinhanças do rio S. Francisco, por duas vêzes, a nau de D. Rodrigues de Acuña se viu por êles atacada.

(13) No conceito de Cândido Mendes, **mair** significa ser de origem superior e veneranda — Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Brasil — 1879.

(14) J. Ribeiro. «História do Brasil», Rio de Janeiro, 1957.

O protestante Crispin alude, na **Histoire des Martirs**, à presença de normandos no Rio de Janeiro, em 1525, aliados aos indígenas do lugar, com quem mantinham relações amistosas (A. Prado).

Os peros ou portuguêses, ao contrário, eram de poucas amizades; cônscios dos direitos senhoriais sôbre as regiões cuja existência haviam revelado, pouco diligenciavam por merecer as boas graças dos íncolas. Daí os especuladores vindos do Reino, para o tráfico das riquezas locais, contarem menores simpatias no seio das comunidades nativas, derramadas pela costa, embora nelas dispusessem alguns de fortes aliados.

Justificando, canhestramente, a atitude intolerante e molesta dos descobridores, no tocante ao ameríndio, escreve o escritor Gomes de Carvalho: "o português queria explorar o Brasil como proprietário, para o que se tornava necessário a sujeição, voluntária ou forçada, do índio ao seu poder, era o conquistador o senhor absoluto". E acrescenta: "ainda hoje, nas possessões africanas, o europeu não tem de si outra concepção, nem procede de modo diferente" (15).

"O francês, que ora contesta, ora admite o domínio de Portugal, consoante as conveniências do momento, desejava apenas trocar os seus produtos pelos da terra; o indígena era, pois, seu igual, o freguês a quem convinha agradar."

Fôsse, porém, como fôsse, a verdade é que se outra e mais humana houvesse sido a política colonial lusitana no setor das relações com o indígena, menos sangrenta, por certo, a reação dêste e menos hedionda, quiçá desnecessária, a guerra de extermínio movida, contra êle, pelos brancos no curso da colonização.

Quais seriam, porém, verdadeiramente, os motivos de se unirem uns grupos aos franceses e outros aos portuguêses?

Não se pode negar que numerosos fatos provocaram semelhante estado de coisas; que as diligências levadas a cabo nas primeiras décadas do século XVI pelos viajantes e colonos de ambas as nacionalidades, visando a aliciar em proveito próprio e de seus compatrícios as massas aborígines, tiveram certo relêvo na gênese das predileções que os gentios mostravam por êste ou aquêle dos dois povos europeus que, como se disse, mais obstinadamente disputavam a posse do nosso país.

De muito maior pêso e importância, no caso, foram, porém, as circunstâncias históricas que então envolviam os nossos índios, regulando-lhes as reações e atividades e levando cada tribo a buscar aliados entre representantes dos dois campos antagônicos.

(15) As palavras de Gomes de Carvalho, que tão bem retratam a maneira primária pela qual o homem da Península Pirenaica sempre encarou o problema da colonização das terras americanas, aplicam-se, é verdade, à política colonial de outros povos europeus não ibéricos notadamente franceses, holandeses e quiçá ingleses que exploram suas possessões africanas como proprietários, para isso escravizando o nativo. Todavia, tal procedimento sempre acendeu revoltas e acabou gerando a repulsa que ora explode, em represálias dos perseguidos contra os seus antigos perseguidores, e ameaça a apear o branco da posição de leader que ocupa desde o advento da civilização greco-romana.

COMO SE DISTRIBUÍRAM OS GRUPOS INDÍGENAS AO LONGO DO NOSSO LITORAL

Quando os primeiros europeus chegaram ao Brasil, era a terra dominada por hordas incultas e bravias, levando a existência em pequenas comunidades por fôrça de sua economia preponderantemente extratora.

A ciência moderna, fundando-se no estudo das peculiaridades culturais dos diferentes conjuntos humanos que aqui viveram e no exame estrutural de seus inúmeros dialetos, "conseguiu agregá-los em grupos mais ou menos conexos entre si" e reuni-los, depois, em limitado número de famílias etno-lingüísticas autônomas. Destas, uma chamada **Tupi** habitava a faixa litorânea de onde havia recalcado para o interior as tribos contrárias de outra grande família indígena, a **Jé** ou **Tapuia** (16). Idêntico destino haviam os **Tupis** impôsto a certos gentios de filiação lingüística ainda hoje incerta, como os **Garulhos, Gualachos** e **Maramonis,** êstes velhos senhores das praias vicentinas onde eram amiúde assinalados à pequena distância de Bertioga, e aos **Cariris,** antigos moradores das costas baianas e pernambucanas. Repelidos para o sertão, os **Cariris** iriam aparecer aos primeiros sertanistas, ocupando a retro-terra brasileira desde o Paraguaçu e rio S. Francisco até o Parnaíba. Serras do Ceará e da Paraíba, lhes conservando o nome, atestam a sua antiga presença nessas unidades federadas. Firmados em seus novos domínios, resistiriam com tenacidade à invasão dos europeus, particularmente no vale do grande Rio dos Currais, onde os missionários conseguiram aldear a muitos e os bandeirantes exterminar os mais rebeldes.

(16) Partindo do princípio, formulado por Martius e divulgado por Ehrenreich, segundo o qual se deve considerar a pátria de origem de um povo os lugares em que seus componentes humanos apareçam nos estágios inferiores de desenvolvimento cultural, o centro da irradiação dos Jés seriam «as matas da cordilheira marítima do Brasil às proximidades do rio S. Francisco»

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

No início da colonização, encontrava-se, pois, o nosso praial oceânico em grande parte sob a sujeição recente dos **Tupis**, povos que, além de falarem a mesma língua, tinham costumes e crenças semelhantes e também idêntica origem racial. Escalonados, debaixo de várias denominações, desde a foz do Jaguaribe até os limites meridionais da terra de Sta. Ana, distribuíam-se, segundo indicações de Fernão Cardim, Gabriel Soares e outros, da maneira seguinte:

Entre o baixo S. Francisco e Camamu habitavam os **Tupinambás**, pròpriamente ditos; mais para o meio-dia, dominando a beira-mar e parte do sertão daquela baía até Caravelas, em território portanto das capitanias de Ilhéus e Pôrto Seguro, espraiavam-se os **Tupiniquins**. Foram os primeiros nativos a travar relações amistosas com os portuguêses. Ajudaram os marujos da frota cabralina a erguer a cruz e assistiram, curiosos e surpresos, à missa dita por Frei Henrique de Coimbra.

No Espírito Santo tinham morada os **Temiminós** ou **Tomiminós**, auxiliares prestimosos dos portuguêses no início da colonização.

Era **Temiminó** o célebre Martim Afonso Araribóia (17).

No sul da Capitania de Vasco Fernandes Coutinho, viviam os **Goitacás** ou **Waitacás**, também chamados **Quetacás**, por Jean de Lery (18), indígenas que os descobridores encontraram ainda no baixo Paraíba e cujas terras alcançavam as alturas do cabo de S. Tomé (19).

Estas gentes receberam do aventureiro francês o qualificativo, sem dúvida honroso para êles, de selvagens belicosos, extravagantes e avessos a tôda amizade. Foi primeiramente incluído pelos estudiosos no rol dos **Jés.**

Seu falar mostra, porém, na contextura, tão raras e problemáticas consonâncias com os idiomas dêsse povo, que deve, segundo a opinião de Ehrenreich, ser considerada uma família à parte na lingüística sul-americana.

Senhoreavam o último trecho da costa fluminense, o litoral e a parte levantina do planalto paulista outras hordas **Tupinambás**, cujas terras, indo além, alcançavam as cercanias da vila de S. Sebastião. Os portuguêses chamavam **Tamoios** a êsses indígenas que

(17) Sôbre os silvícolas, consulte-se também «Indicação das tribos indígenas no Estado do Espírito Santo», in «Ensaios de Sociologia, Etnografia e Crítica», pág. 123, e da lavra do Desembargador Afonso Cláudio. Ed. Vozes de Petrópolis, Rio, 1931.

(18) «Le voyage au Brésil de Jean de Lery (1556-1558) avec une introduction de Charly Clerc». Ed. Payot, Paris, 1927.

(19) **Quetacás** sauvages si farouches et étranges que comme ils ne peuvent demeurer en paix l'un avec l'autre aussi ont-ils guerre ouverte et continuelle tant contre tous leurs voisins que généralmente avec tous les étrangers.

tão fielmente serviram aos desígnios imperialistas dos franceses, levando suas correrias até a Bertioga. Seguiam-se-lhes, novamente, hordas **Tupiniquins**, que se haviam apossado do trecho situado entre aquela ilha e Cananéia. Vinham, finalmente, os **Carijós** ou **Guaranis**, cujos domínios, espraiando-se sôbre o litoral paranaense, chegavam, segundo uns, às alturas da ilha de Santa Catarina e, segundo outros, à Lagoa dos Patos, onde confinavam com os **Tapes**.

Nos bordos da reentrância que forma, ao norte, a parte mais recôndita do contôrno guanabarino e nas ilhas próximas, ocultavam-se os **Maracajás**. Chamados **Margaias**, por Lery, **Margagéas**, por Thevet, ou, ainda, **Markayas**, por Hans Staden, eram grandes amigos dos portuguêses (20).

Do rio S. Francisco para o norte, até às vizinhanças de Itamaracá, ia o domínio dos **Caetés**, gente tida nos anais da terra por audaz, e indomável; dessa ilha até a margem direita do Paraíba do Norte, espalhavam-se os **Tobajaras**, cuja índole, no dizer de vários historiadores, seria mais branda do que as dos seus vizinhos do sul.

Índios **Tobajaras** seriam, mais tarde, encontrados pelos colonizadores vivendo nas rechãs setentrionais da Ibiapaba. A posse dêsse território êles haviam conseguido através de sucessivas migrações, ocorridas, ao que tudo indica, em tempo posterior ao descobrimento do Brasil. A nesga de terreno sujeita às suas armas estendia-se até às proximidades do atual pôrto de Luís Correia, sendo as aldeias que habitavam numerosas e vastas.

Do rio Paraíba às margens do baixo Jaguaribe, no Ceará, ocupando uma faixa que, na opinião de J. Coriolano de Medeiros, não excedia de 20 léguas de largura, corriam os chãos palmilhados pelos **Potiguares**, tribo indígena filiada à nação **Tupinambá**.

(20) Sôbre os índios **Maracajás**, redigiu o prof. Estêvão Pinto a seguinte erudita nota com que ilustrou a tradução que fêz da obra de frei André Thevet, intitulada «Singularidades da França Antártica»: «Os **Maracayás**, por outra forma **Maracajás**, habitavam os fundos da baía de Guanabara e para os lados do Espírito Santo, sendo inimigos dos **Tupinambás**, ou **Tamoios**. No mapa de Staden (p. 120), 1.º estão localizados os maracayás. No mesmo modo na carta de Thevet, **Isle de Margaiatz**. Afirma Lery que os maracayás também se chamavam **Tou-aiat** (p. 359) — Devem pertencer a um dos numerosos grupos de tupiniquins e, segundo a observação de Plínio Ayrosa (Lery, pág. 37, nota à Bras. da Livraria Martins, coleção dirigida por Rubens Borba de Morais), eram provàvelmente o mesmo «gentio do gato do qual nos fala Nóbrega».

Aires do Casal, em Corografia Brasílica, II, pág. 178, localiza êsse gentio entre o S. Francisco e o rio Paraíba, o que é perfeitamente aceitável, tendo-se em vista que os **Tobajaras** viviam afastados do litoral. Anchieta não menciona os **Tobajaras** em «Primeiros Aldeamentos no Brasil».

Na hinterlândia, mantendo ou não contatos eventuais com as praias oceânicas, comprimiam-se também grupos copiosos de gentios, uns, tangidos definitivamente da beira-mar, outros, prontos a investi-la, logo que as condições se fizessem propícias. No número dêstes devem figurar, em primeiro plano, os famosos **Aimorés**, amiúde citados nas crônicas antigas e, por vêzes, impròpriamente chamados **Botocudos**.

Vagavam na zona intermediária entre a costa e o sertão, pelas capitanias de Ilhéus, Pôrto Seguro e Bahia. Ainda há bem poucos anos, existiam, como fracos resíduos, indígenas dessa parentela morando nas matas serranas de Minas Oriental, Espírito Santo e Bahia.

Há ainda que destacar os **Amoipiras**, dos sertões do S. Francisco, e os **Tupinaens** ou **Tupinas**, que se mantinham um tanto afastados das praias setentrionais do Recôncavo, entre Bahia e Alagoas (21).

Viviam, ainda, já agora em terras paulistas, talando os campos de Piratininga, os **Goianás**, cujo nome aparece nos velhos documentos modificado para **Guaianás**, **Guanhanãs**, **Goianazes** etc., e cuja ligação etno-lingüística permanece duvidosa, malgrado o muito que se tem escrito sôbre êles (22).

Deve-se mencionar, também, as tribos da família **Purí-Coroado**, embora para nós de muito menor interêsse histórico. Seus domínios patrimoniais estendiam-se, segundo Ehrenreich, do rio Paraíba do Sul até o Doce e alcançavam ao oeste o declive da planície de Minas Gerais.

Almeida Prado lembra, por sua vez, que, no tempo de Martim Afonso, havia, na retro-terra brasileira, estendendo-se do Paraguai

(21) Para maiores detalhes sôbre indígenas dos sertões da Bahia, consultar o trabalho de Inácio Acióli de Cerqueira e Silva, intitulado «Dissertação Histórica, Etnográfica e Política sôbre quais as tribos aborígines que habitavam a provincia da Bahia...». Bahia, 1919.

(22) O Prof. Egon Schaden, dos que mais modernamente abordaram o interessante tema, afirma, «que o exame e o confronto da documentação existente leva a admitir, com bastante segurança, que o nome **Goianá** se aplicava aos próprios **Tupiniquins**, opinião, aliás, cara aos paulistas. Sôbre o problema Goianá, consultar Capistrano de Abreu — «Os **Guaianazes** de Piratininga», artigo do «Jornal do Comércio», do Rio, em 25 de Janeiro de 1917, e reproduzido no livro «Caminhos antigos e povoamentos»; ler também os escritos de Afonso A. de Freitas, insertos na Revista do Museu Paulista e Revista do Instituto de S. Paulo e Nélson Coelho de Senna — «Os índios do Brasil», Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, Rio, 1911.

Há, ainda, que consultar a memória publicada por Teodoro Sampaio, na Revista do Museu Paulista, 1898.

ao sul da Bahia, uma sucessão de tribos, a maior parte aparentada entre si, cujos nomes começavam pelo prefixo Gua, ou sejam **Guanã** e **Guaicuru**, no Paraguai; **Gualacho**, no Paraná; **Guaiana**, **Guarulho** e **Guaramoni**, em São Paulo; **Guaitacá**, no Rio de Janeiro e Espírito Santo, e **Guaimoré**, na Bahia.

ÍNDOLE AMBULATÍCIA DO SILVÍCOLA

O estudo das complexas condições de existência do selvagem brasileiro dos primórdios do século XVI mostra que eram, de certo modo, nômades e insubmissos. Viviam assaltando e matando os seus contrários e saqueando-lhes os haveres.

Os gentios praianos atravessavam, pois, uma era de deslocamentos a longa distância e estavam em maré de luta.

Os tupis caminhavam, em massa, do Sul para o Norte, subindo o litoral sob o influxo de causas não perfeitamente determinadas, embora se afirme com visos de verdade que tais migrações eram, na maioria dos casos, ditadas por motivo de fundo eminentemente religioso. Pretendiam atingir a Terra Sem-Mal, onde não haveria morte nem padecimentos.

Na realidade, a ânsia de um mundo melhor sempre atormentou os nossos aborígines. Antes mesmo de haverem entrado em contacto com o europeu e dêle recebido nova carga de crendices e abusões, já sentiam o fascínio desta idéia que parece capaz de germinar apenas na mente dos povos ditos civilizados (23).

Mais tarde, propeliu-os o desejo de escapar à servidão que lhes pretendiam impor os descobridores da terra e, naturalmente, também, a natureza belicosa e andeja da raça que, de ordinário, lhe governou o destino e os passos.

Ao se deslocarem, entrechocam-se as tribos, lançadas, umas contra as outras por conflitos momentâneos de interêsses ou por fôrça de antagonismos seculares. Os **Tupis** orientais, que, segundo Capistrano de Abreu, teriam alcançado o litoral em três levas sucessivas, viviam, em virtude mesmo da diferença de época em que ocorreram essas migrações, divididos por ódios inconciliáveis em três grupos antagônicos. Chamavam-se **Carijós**, **Tupiniquins** e **Tupinambás**.

A migração dos **Carijós** teria sido a mais antiga; vindo depois a dos **Tupiniquins** e, por fim, a dos **Tupinambás**.

(23) O fato é, aliás, claramente evidenciado no trecho da «Nova Gazeta Alemã» anteriormente citado a propósito da escravização dos nossos silvícolas.

BH/UFC R 1306928

Quando da chegada dos brancos ao nosso praial oceânico, êstes indígenas já haviam desapossado muitos grupos **Tupiniquins** de suas terras ribeirinhas do mar, repelindo-os para o sertão. Assim sucedeu, como se viu, "no Rio de Janeiro, na Baía de Todos os Santos, e ao norte de Pernambuco; em parte de S. Paulo, em Pôrto Alegre, Ilhéus e, na proximidade de Olinda..." "havia, entretanto, **Tupiniquins** habitadores do litoral" (24).

* * *

Não eram, porém, apenas as guerras de larga envergadura feridas entre hordas **Tupinambás** e **Tupiniquins** e as que extremavam estas e seus rivais **Carijós** a ensangüentarem a nossa faixa litorânea, quando aportaram ao Brasil os primeiros europeus. Encontros armados, surgidos não raro de rixas minúsculas, ocorriam também com freqüência entre tribos gentílicas da mesma parentela e até no seio destas, enfraquecendo-as numèricamente e levando-as, não raro, às fronteiras do aniquilamento total.

As crônicas da Bahia conservam a triste memória dos embates cruentos havidos entre cabildas **Tupinambás**, que viviam nas terras onde hoje assenta a cidade do Salvador, antigos domínios dos **Maracajás**, e aquelas do mesmo sangue, moradoras na costa fronteira do Recôncavo.

Essas lutas fratricidas que iriam facilitar, de certo modo, a fixação na terra dos lusitanos, não tinham apenas o inconveniente natural de debitar os grupos rivais, expunha-os às investidas de seus inimigos, que estas circunstâncias de momento faziam mais fortes. O aniquilamento da resistência dos gentios praieiros favorecia, outrossim, o refluxo para o litoral de tribos que dêle já haviam sido tangidas e daquelas que vagavam pelo interior em plena expansão de seus pendores nômades e conquistadores (25).

(24) Capistrano de Abreu — «Capítulos de História Colonial» (1500-1800). Ed. Sociedade Capistrano de Abreu. Rio, 1934.

(25) O quase aniquilamento dos gentios de Paraguaçu, pelos portuguêses, facilitou, como é sabido, a descida às praias baianas dos terríveis **Aimorés**. «A marca ou comarca do gentio de língua geral, mais ou menos dútil, mais ou menos assimilável (quase exterminado por Mem de Sá) foi, dizia-nos o mestre cearense, substituída por tapuias irredutíveis que ela detinha». «Já no livro de Gandavo, prossegue, se lê que os **Aimorés** passaram de Pôrto Seguro e Ilhéus para o norte, tudo devastando, iludindo quaisquer ataques escondidos nas matarias, por trás de paus, expediam invisíveis flechas mortíferas. Ao terminar o século, na administração interina de Álvaro de Carvalho, enquanto D. Francisco de Sousa percorria as capitanias de baixo, beiravam êles o Paraguaçu».

ALIENÍGENAS EUROPEUS E AMERÍNCOLAS NORDESTINOS

"As grandes nações indígenas, observa Diogo de Vasconcelos (26), passaram, como estavam divididas, ao nôvo campo das batalhas, seguindo cada uma parte européia que lhes convinha. Os **Tupiniquins** e os **Tapuias**, inimigos dos **Carijós** e dos **Tupinambás**, uniram-se aos portuguêses, inimigos dos espanhóis e franceses. Os **Carijós** das praias foram, por isso, amigos dos espanhóis, e os **Tupinambás** dos franceses.

No Nordeste, enquanto os **Tobajaras** ficavam com os lusitanos, os **Potiguares** se faziam também amigos dos gauleses a quem serviriam com lealdade e constância. Em meio desta abundante gentilidade iriam aquêles intrusos firmar, impelidos pela identidade de interêsses políticos e mercantis, numerosas alianças de sangue.

Tal parcialidade, prolongando-se no tempo, haveria de fazer malograr numerosas tentativas de colonização levadas a efeito pelos reinóis nas costas nordestinas, aniquilando os núcleos demográficos por êles plantados naquelas terras litorâneas.

No Ceará e regiões vizinhas, os primeiros contactos entre viajantes europeus e nativos aí radicados não foram também, de ordinário, muito cordiais.

A. Pinzon, que visitou nossa costa leste-oeste meses antes de Cabral tocar os chãos levantinos do Brasil, e a seus companheiros de travessia, sucedeu, segundo cronistas espanhóis bem informados, "sanguinolenta aventura com os seus selvagens que se lhes antolhavam grandes e fortes como germanos".

No correr do tempo, amainaram, ao que tudo indica, os gerais sentimentos de repulsa dos filhos do país contra os alienígenas vindos do mar.

Muitos se fizeram até amigos e parciais dos traficantes franceses e holandeses. que, não obstante a pobreza da terra e suas asperezas, a visitavam para o exercício de seu criminoso ministério.

Dos portuguêses, porém, sempre se mostraram inimigos implacáveis.

É certo que veleiros dessa nacionalidade, já em fins do século XVI, davam fundo em águas cearenses a fim de nelas desembarcar negociantes que vinham comerciar com os indígenas. Permutavam

(26) Diogo de Vasconcelos — «História Antiga de Minas Gerais», com introdução de Basílio de Magalhães. Ed. Imprensa Nacional — 1948. Ver também Manuel Diégues Júnior — «Etnias e culturas no Brasil». Coleção «Vida Brasileira» — Rio de Janeiro, s/d.

o **âmbar gris** — produto natural então muito abundante na terra e de alto preço, nas feiras do Velho Mundo — pelas manufaturas de pouco valor que traziam do além-mar. Findas as barganhas, no correr das quais o nativo era sempre a parte lesada, retornavam êles por terra a Pernambuco (27).

O fato de assim peregrinarem os lusitanos, sem grande aparato militar, por léguas e léguas de nossa orla oceânica, sugere que tal faziam por se sentirem em perfeita segurança naquele trecho do país, segurança que, naturalmente, decorreria de estarem em boas relações com os indígenas locais. A hipótese é verossímil, embora contra ela deponham os fatos subseqüentes.

Que a animosidade dos aborígines cearenses contra o colonizador lusitano continuava viva, quando ocorreram os primeiros ensaios de ocupação da terra, não há como duvidar. Atestam-no o fracasso da expedição desbravadora de Pêro Coelho, em 1603-1604, e os trágicos sucessos de 1607, quando os Padres Figueira e Francisco Pinto vieram tentar a conversão das nossas gentilidades.

Ao tempo das Capitanias, ou seja, a partir de 1534, com o aumento de volume das correntes migratórias que derivavam para o Nôvo Mundo e, depois, já na fase da plena expansão colonizadora, quando as relações entre reinóis e ameríncolas se amiudaram, mais se exacerba igualmente a mútua repulsa.

ESCRAVIZAÇÃO E MORTALIDADE DOS NATIVOS

Após terem, à maneira de tantos outros europeus, ludibriado o silvícola, induzindo-o, com a ajuda de avelórios e pechisbeques de ínfimo valor mercantil, a derrubar paus de tinta e outras madeiras de lei e a conduzi-los em toros às feitorias litorâneas; depois de, pràticamente, obrigá-los a ceder-lhes, por nonadas, os produtos de sua pobre indústria e incipiente granjearia, os reinóis passaram a ver nêles meros instrumentos de produção, animália que se caça no mato, préia, sevicia ou extermina livremente.

Refere o Pe. Simão de Vasconcelos "que os índios da América não eram tratados como verdadeiros homens. Que podia tomá-los para si qualquer que os houvesse e servir-se dêles da mesma maneira que de um camelo, de um boi ou de um cevado; feri-los e maltratá-los".

O sistema de relações do colonizador com os aborígines passou, pois, a ser, conforme argutamente observa outro historiador,

(27) Carlos Studart Filho, «Páginas inéditas de história colonial», em Revista do Instituto do Ceará. Tomo LI, Ano LI, pág. 309 — Fortaleza, 1937.

o de senhoriagem, exercido em crescente crueldade, à proporção que os infelizes desconfiados começavam a fugir e a odiar os colonos.

O donatário e seus acompanhantes, que haviam carecido da ajuda de certos grupos nativos para se firmar na terra, necessitam, agora, do seu trabalho pertinaz e sempre crescente para transformar os pequenos núcleos demográficos, que criaram, em colônias agrícolas de grande produção. Precisavam fundar engenhos e banguês e explorar a terra; numa palavra, movimentar e valorizar as suas imensas e ricas donatarias que, partindo das praias atlânticas, abriam-se para os amplos sertões desconhecidos, onde, muito ao longe, corria a vaga e imprecisa lindeira do ajuste tordesiliano. Não viam, pois, para isso, melhor solução que escravizar o indígena em largas proporções.

Para se ter uma sucinta idéia do espantoso número de ameríndicolas privados violentamente de suas liberdades nos inícios do povoamento e daqueles que pereciam em conseqüência de doenças, canseiras, trabalhos e maus tratos que lhes infligiam os colonos, basta recordar as seguintes palavras, a um tempo revoltadas e comovidas, do Pe. José de Anchieta ("Primeiros aldeamentos na Bahia", Rio, 1946):

"A gente, que de vinte anos a esta parte (1583) é gastada nesta Bahia, parece cousa que se não pode crer; porque nunca ninguém cuidou que tanta gente se gastasse nunca quanto mais em tão pouco tempo; porque nas quatorze igrejas que os Padres tiveram se juntaram 40.000 almas, estas por conta, e ainda passáram delas com a gente com que depois se forneceram, das quais se agora as três igrejas que há tiverem 3.500 almas será muita."

"Há seis anos que um homem honrado desta cidade, e de boa consciência e oficial da Câmara que então era, disse que eram descidos do sertão de Arabó, naqueles dois anos atrás 20.000 almas por conta, e estas tôdas vieram para as fazendas dos portuguêses. Estas 20.000 com as 40.000 das igrejas fazem 60.000. De seis anos a esta parte, sempre os portuguêses desceram gente para suas fazendas, quem trazia 2.000 almas, quem 3.000, outros mais, outros menos; veja-se de seis anos a esta parte o que isto podia somar se chegam ou passem de 80.000 almas."

"Vão ver agora os engenhos e fazendas da Bahia achá-los-ão cheios de negros de Guiné e mui poucos da terra, e se perguntarem por tanta gente dirão que morreu, donde se bem mostra o grande castigo de Deus, dado por tantos insultos como são feitos e se fazem a êsses índios, porque os portuguêses vão ao sertão e enganam a esta gente, dizendo-lhes que se venham com êles para o mar..."

Tal estado de coisas continuou pelo tempo afora, tanto no norte como no sul da Colônia.

"Na informação que o célebre Padre Antônio Vieira deu ao Govêrno, em 31 de julho de 1678, referiu ainda que, sendo o Maranhão conquistado em 1615 e achando os portuguêses mais de quinhentas povoações de indígenas desde a cidade de S. Luís até Gurupá, no rio Amazonas, tôdas elas assaz povoadas, já em 1652, época da sua chegada àquela cidade, tudo estava despovoado, consumido e reduzido a um pequeno número de aldeotas das quais tôdas não pôde o Governador André Vidal de Negreiros ajuntar oitocentos índios".

Com o empreendimento da colonização, que se caracterizou no Norte por um sistema de exploração latifundiária, monocultura e servil, com base na plantação da cana-de-açúcar, o português, lembra outro escritor, introduziu no Brasil, como escravo, o negro da África.

Isso, de modo geral, em nada modificou a miserável condição do silvícola; não impediu que os europeus continuassem a oprimi-los e vexá-los, nem os salvou do extermínio.

A escravidão, como se tem dito repetidas vêzes, não era novidade para o indígena, nem constituía para êle motivo de opróbrio; tampouco foram os europeus que trouxeram para o Brasil e para a América o nefando estatuto; êstes lhe deram, todavia, um caráter doloroso e deprimente que a sociedade indígena jamais houvera conhecido (28).

Servidão não significava para o nativo, como para o alienígena, trabalho obrigatório, castigo corporal e vida sedentária, condições que a sua natureza guerreira e nômade nunca pôde suportar.

Ouçamos a êste propósito o autor do "Tratado Descritivo", quando alude ao tratamento que os **Tupinambás** dispensavam aos seus prisioneiros, pois êste trabalho pode ser considerado "o mais precioso repertório de informações etnográficas legadas pelo Brasil quinhentista" (29).

"Muitas vêzes, escreve o cronista, deixam os **Tupinambás** alguns contrários que cativam por serem moços e se querem servir dêles, aos quais criam e fazem tão bom tratamento que andam de maneira que podem fugir, o que êles não fazem por estar à sua vontade (30)."

(28) Ver W. Mac Leod — «Some social aspects of aboriginal american Slavery». Journal de la Société des Americanistes. Tome XIX, Paris, 1927, e Fortunato de Almeida — «O Infante de Sagres», Ed. Lopes e Cia., Pôrto, 1904.

(29) Gabriel Soares de Sousa, «Tratado descritivo do Brasil, em 1587», anotado por Francisco Adolfo de Varnhagen, 3ª ed., S. Paulo, 1938.

Inteiramente diversa, trágica, cruel e aviltante era, como se sabe, a condição do indígena escravizado pelos reinóis, isso porque, rudes e ásperos, eram os labregos que nos vinham do além-mar como imigrantes, e vaidosos e cheios de ganância os homens que a Metrópole nos mandava para colaborar com os altos administradores do país. Uns e outros incapazes de compreender o gentio e tolerar-lhes as fraquezas e peculiaridades étnicas.

O CARÁTER RUDE E ESCRAVISTA DO CONQUISTADOR LUSO

Oriundos de um país onde a escravatura fôra olhada como uma instituição lícita, desde os dias iniciais de sua formação histórica, os primeiros povoadores da terra eram escravistas por índole e por princípio; as guerras, o constante espetáculo do sofrimento, penúria e violência em que, na pátria, viviam mergulhados, plasmara-os fortes, arrojados e partinazes. Rijos de corpo, destemerosos e duros de coração, ignoravam, pois, o mêdo e também a compaixão pelos vencidos. Tampouco conheciam escrúpulos, quando seus interêsses assim o exigiam.

Em "Capítulos de História Colonial", (pág. 19) Capistrano recorda, tomados ao livro de Costa Lôbo, os traços que mostram o caráter dominante do povo lusitano ao iniciar-se a Era dos Descobrimentos.

"O português do século XV, diz êle, era fragueiro, abstêmio, de imaginação ardente, propenso ao misticismo, caráter independente, não constrangido pela disciplina ou contrafeito pela convenção, o seu falar era livre, não conhecia rebuços nem eufemismos de linguagem. **A têmpera era rija, o coração duro.** As cominações penais não conheciam piedade. A morte expiava crimes tais como o furto do valor de um marco de prata. Ao falsificador de moedas infligia-se a morte pelo fogo e o confisco de todos os bens.

Com a rudeza de costumes que assinala aquêles tempos, a segurança da própria pessoa, família e haveres dependia, em grande parte, da fôrça e energia individual; daí fraqüentes homizios, agressões, feridas e mortes que habituavam à contemplação da violência

(30) Não apenas os **Tupis** mas também seus contrários, os **Tapuias**, faziam prisioneiros e os conservavam cativos, tratando-os com brandura. Op. cit., págs. 415 e 416.

e da dor, infligida e recebida. O espetáculo de penar não repugnava, porque ninguém tinha em muita conta o padecimento físico. Cruezas que hoje denotariam a vileza de um caráter perverso não tinham, nesses tempos, semelhante significação. O mal que elas causavam não se reputava demasia, todos estavam sujeitos a padecê-lo. Mas, se a dor física ou moral alcançava modificar a rijeza da índole inacostumada à paciência e à reflexão ou se a paixão a inflamava, então o sentimento irrompia em clamores, prantos e contorsões semelhando os meneios da demência furiosa.

À dureza da têmpera correspondia extensamente um aspecto agreste; a fôrça muscular era tida em grande aprêço. Cercear com um revés de montante uma perna de boi por meia coxa ou decepar-lhe quase todo o pescoço eram feitos dignos de recordação histórica (31)."

Eram, pois, feros, embora valorosos.

Interessante seria, talvez, lembrar, em apoio desta afirmativa, trechos dos velhos cronistas reinóis, entre êles Diogo do Couto, João de Barros, Fernão Lopes Castanheda e Damião de Góis que versam a atuação de seus patrícios na Índia e outros pontos do Oriente. Trariam ao conhecimento do leitor atos tenebrosos de violência e crueldade praticados ali pelos nossos colonizadores e nos quais aparecem comprometidos até personagens do porte de Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque, "o lidador afortunado de Ormuz, Goa e Malabar", aquêle a quem Camões chamou Albuquerque terrível.

Não o faremos, porém, e a razão é óbvia: devemo-nos ater estritamente ao objeto do nosso trabalho, já demasiado amplo. Aliás, dentro da própria história nacional, poderíamos encontrar fàcilmente exemplos semelhantes de notáveis feitos guerreiros e também de revoltante crueldade e de desamor à palavra empenhada, embora em escala bem mais reduzida. O incidente da nau "La Pelerine", aprisionada a cinco léguas de Málaga, o ruidoso caso da fortaleza galo-pernambucana rendida por Pêro Lopes de Sousa e, muito mais tarde, ainda o episódio do Capão da Traição se mostram, em si, bastante ilustrativos.

Não menos sugestivo e convincente, neste particular, é o fato seguinte, pôsto no devido relêvo por Almeida Prado, e, no qual, se envolveu o Comandante da Armada Guarda-Costa.

(31) Se a índole do povo era esta, não é difícil calcular os sentimentos que dominavam os homens que vinham povoar a nossa terra, muitos dos quais aventureiros degredados e maranos fugidos às perseguições do Santo Ofício.

Vitorioso nos reencontros que teve com várias embarcações francesas que traficavam com o pau-brasil, ao longo do nosso litoral, voltou Cristóvão Jacques a Pernambuco, trazendo em sua companhia cêrca de 300 prisioneiros. A muitos dêsses fêz supliciar com requinte de crueldade; "alguns, entregues aos canibais, foram devorados à vista dos vencedores, outros, enterrados até o pescoço na areia da praia, tiveram lenta agonia, alvo dos pelouros de portuguêses e flechas dos índios. Os poucos que escaparam pelas matas encontraram o amparo dos selvagens com quem mantinham relações".

Vem a pêlo recordar, ainda, que o primeiro estímulo que arrastou os portuguêses às terras incógnitas da África foi, consoante a palavra sempre abalizada do escritor João Ribeiro, a ambição de fazer escravos.

Aliás, o depoimento do historiador português Fortunato de Almeida bem nos evidencia a sórdida ganância e as subintenções duvidosas que os navegantes, seus patrícios, traziam dissimuladas nas dobras da bandeira de propagação da fé e do império que arvoravam quando de suas primeiras investidas para o mar.

"Contrista-se, escreve êle, o coração, ao ler a história dos descobrimentos ordenados pelo infante D. Henrique, vendo que os nossos navegantes exerciam em larga escala o tráfico dos escravos. Condenado desde os primeiros tempos do Cristianismo, combatido em todos os tempos, segundo o permitiam as circunstâncias, abolida, finalmente, pela civilização da Europa e da América, sob o influxo da fraternidade cristã, a escravatura revolta-nos do fundo d'alma, a nós, que felizmente vivemos afastados dos tempos em que ela se exercia." (32)

Os colonos eram, pois, criaturas grosseiras, práticas, utilitaristas e inescrupulosas, tal como haveriam de ser muitos dos seus descendentes luso-brasileiros da era colonial. As idéias que faziam, do nativo americano, um sèr ingênuo e puro, moralmente superior ao já decaído europeu, postas em voga no Velho Continente pelos filósofos do Renascimento — jamais chegaram a lhes toldar a mente, de ordinário pouco desbravada, nem tiveram sôbre êles qualquer influência capaz de amenizar a rudeza de seu trato com os silvícolas do nosso território.

(32) É certo que o autor procura justificar a atuação dos portuguêses na África, dizendo: Não tem faltado quem acuse o infante D. Henrique de haver permitido êsse tráfico detestável aos seus marinheiros, mas é forçoso confessar que a acusação está muito longe de ser grave. Para avaliarmos os

Daí nasceriam as revoltas, tumultos e vinganças que aniquilaram as esperanças da maioria dos donatários, alguns dos quais, "com o fracasso de suas emprêsas, perderam a honra e a memória dos nomes nobilíssimos que traziam", e que, depois, fizeram árdua e cruenta a marcha da conquista e penetração dos povoadores brancos.

Se duas capitanias sobreviveram galhardamente àquilo a que João Ribeiro chamou, com justa razão, "o drama e a tragédia das capitanias"... foi principalmente porque tiveram a ampará-las, uma, a de Pernambuco, a clarividência, firmeza de ânimo e habilidade nunca desmentidas do seu Capitão-Mor, a outra, a de São Vicente, a experiência e dedicação de João Ramalho e sua numerosa descendência.

Isso não significa, é bem de ver, fôssem pacíficos os inícios de qualquer delas. Bem ao contrário, numa e noutra, o branco sentiu fundo a hostilidade do índio e só triunfou valendo-se da fôrça e da astúcia (33).

Para encetar a colonização pernambucana tivera Duarte Coelho que sustentar cruentas lutas com os **Caetés** até lograr expeli-los do litoral e firmar-se na terra.

"Chegando Duarte Coelho a êste pôrto, recorda o cronista Gabriel Soares, desembarcou nêle e fortificou-se onde agora está a vila em um alto livre de padrastos, da melhor maneira que foi possível, onde fêz uma tôrre de pedra e cal, que agora está na praça de vila, onde muitos anos teve grandes trabalhos de guerra com o gentio e franceses que em sua companhia andavam, dos quais foi cercado muitas vêzes, malferido e mui apertado, onde lhe mataram muita gente"; e acrescenta: "mas êle, com a constança de seu esfôrço, não desistiu nunca de sua pretensão, e não tão-sòmente se defendeu valorosamente, mas ofendeu e resistiu aos inimigos, de maneira que os fêz afastar da povoação e despejar as terras vizinhas aos moradores dela de onde depois seu filho, do mesmo nome, lhe fêz guerra, maltratando e cativando neste gentio, que é o que se chama **Cayté**, que fêz despejar a costa tôda, como esta o é hoje em dia, e afastar mais de cinqüenta léguas pelo sertão."

costumes e os ideais de um homem, devemos transportar-nos à época em que êsse homem viveu e às circunstâncias em que se achou.

Na ocasião em que da África vieram para Portugal os primeiros cativos, não só se conservava na Europa, desde a antiguidade pagã, o uso da escravatura, mas já não era nôvo o tráfico dos escravos, como se vê de algumas passagens da crônica de Azurara.

Abominável costume foi extinto pela civilização e do nosso tempo, não e nem pode ser um bom processo de crítica histórica.

(33) Taunay: «Resistência à conquista do Nordeste».

ALIANÇAS LUSO-BRASILIENSES

No tempo das donatarias e, depois, no decorrer da fase do povoamento, houve, não há como negá-lo, novas alianças guerreiras e até contatos, de certo modo, amistosos e duraduros entre lusitanos e aborígines brasileiros. Tais aproximações foram, porém, à maneira do que sucedera nas primeiras décadas do século XVI, fruto da interferência de indivíduos que, privando com êstes demoradamente, logravam, graças ao prestígio pessoal que fruíam, propiciá-los em favor dos portuguêses.

Que nos baste recordar a atuação que tiveram, em época mais chegada a nós, Martim Soares Moreno, entre os Potiguares da costa cearense, e o mameluco Jerônimo de Albuquerque, em meio de seus irmãos brasileiros do Rio Grande do Norte. Eram êstes, porém, casos excepcionais.

O apaziguamento de ânimos e de interêsses entre os dois grupos étnicos em presença, quando os houve, resultou as mais das vêzes, como se disse, da dedicação do missionário católico, em particular dos Jesuítas, cuja palavra tinha para os filhos da terra irresistível fascínio. Os soldados de Loiola seriam, mesmo, pelo tempo em fora, os obreiros incansáveis das pazes firmadas entre os íncolas e colonizadores, embora as suas diligências nem sempre fôssem bem sucedidas, como se vê da carta de Nóbrega, escrita da Bahia, com a data de 8 de maio de 1558.

Dirigindo-se ao Superior da Ordem em Portugal, diz com efeito o benemérito inaciano: "Depois que o Brasil é descoberto e povoado, têm os gentios morto e comido grande número de cristãos e tomado muitas naus e navios e muita fazenda". Reação natural, senão justa porque "...se fizeram que os cristãos os salteavam e tratavam mal, alguns "na verdade" o fizeram assim" (34).

Nunca as alianças luso-brasilienses surgiram, porém, como uma conseqüência pura e simples da inclinação espontânea do nativo pelos portuguêses como antes havia sucedido em relação aos franceses.

Referem historiadores dignos de todo o crédito que Tibiriçá, à frente de seus guerreiros, salvou a nascente vila de São Paulo, e que Araribóia, no Rio de Janeiro, depois de ferido Estácio de Sá, levou os **Guaianás** e os portuguêses à vitória. Êsses exemplos de dedicação do índio à causa lusitana e muitos outros fàcilmente apon-

(34) Ver «Cartas Jesuíticas», Serafim Leite, Vol. 194, série 5, da Brasiliana. S. Paulo, 1940.

táveis em nada invalida o que acima ficou dito. Foram todos, pode dizer-se, obras dos Jesuítas. Estimulando os sentimentos católicos ou simplesmente afetivos dos indígenas, êles os levaram ao combate contra aquêles que se opunham à obra de expansão dos portuguêses.

* * *

Os indígenas acompanharam, é certo, os colonos em suas excursões de préia pelos sertões e voltaram comboiando rebanhos numerosos de prisioneiros, e, com os bandeirantes, partiram ao descobrimento de minérios preciosos e pedrarias raras. É preciso, porém, não ficar esquecido que tais escoltas eram invariàvelmente constituídas por escravos de há muito afeitos às duras condições do seu miserável estado ou por índios tirados das aldeias e dirigidos por Missionários, aldeias a que Anchieta chamava simplesmente igrejas.

Também nas campanhas ofensivas e defensivas de larga envergadura, movidas pelos portuguêses às cabildas rebeldes da costa e, mais tarde, às do interior, serviram grupos de gentios de condição livre. Assim agindo, raro cediam, porém, ao impacto de seus instintos belicosos e rapaces ou ao desejo momentâneo de aniquilar tribos contrárias, desejos e instintos exacerbados sempre pelas arengas solertes dos brancos e seus descendentes mestiços, dobravam-se, de ordinário, à coação irresistível das armas lusitanas e ao mêdo de represálias. Jamais tiveram em mente o propósito de cooperar com os seus algozes.

Marchando a participar das guerras ao lado dos luso-brasileiros, o silvícola de qualquer condição trazia quase sempre recôndito o travor do ódio ao branco e a ânsia de vingança que jamais deixava de exercer, quando a ocasião a isso se tornava propícia. Do aniquilamento dos componentes luso-brasileiros de numerosas entradas pelos nativos a elas incorporados temos numerosos exemplos.

Na verdade, o Govêrno era o maior culpado de semelhante estado de coisas. Procurou, é certo, algumas vêzes, amenizar a sorte dos infelizes íncolas. Fê-lo, porém, quase sempre, de maneira inadequada. A legislação que promulgava era contraditória, por isso mesmo, inoperante. Demais, êle próprio estimulara abusos contra a liberdade do nativo.

Dando aos donatários o direito de escravizar indeterminado número de autóctones, êles e seus apaniguados abusavam de tal prerrogativa. Também a interpretação demasiado liberal das "leis da metrópole pelos Capitães-mores e, depois, pelos Governadores-Gerais, considerando prescritos os crimes cometidos além do oceano,

não fôssem traição e moeda falsa, e alargando sem limitações o direito de asilo", permitiu medrassem, no Brasil, colonos da pior espécie (35) e que se transformaram cedo não só em fatôres de anarquia, como de perseguições e extermínio do índio.

Mais tarde, quando se alastrou o povoamento, incidiu ainda uma vez em êrro, considerando legal, em muitas circunstâncias, a servidão e tolerando que os colonos fizessem o resgate, isto é, comprassem aos índios os prisioneiros de guerra, condenados à morte.

Tantos abusos e crueldades sofreram, porém, os indígenas que as autoridades acabaram determinando os casos em que êles podiam ser escravizados e eram, conforme lembra Diogo de Vasconcelos, os seguintes: 1.º) se aprisionados em guerra; 2.º) se tomados aos antropófagos, presos, para serem comidos; 3.º) se em crianças, compradas aos pais; 4.º) se pertenciam a tribos proscritas e estas foram tôdas as que praticavam antropofagia por hábito. A tribo, por exemplo, dos **Caetés**, frisa ainda o autor citado, ficou decretada ao cativeiro e ao extermínio em desafronta à maldade cometida contra o primeiro bispo e seus companheiros de naufrágio. Contra as tribos desta classe tôda guerra, portanto, era justa. É fácil adivinhar como tôdas as guerras se coroavam de justas, e como todo tráfico apresentava-se de resgate (36).

(35) Para não enfraquecer numèricamente a população, Governadores-Gerais, notadamente Tomé de Sousa, derrogavam, ao seu inteiro arbítrio, os dispositivos penais contidos nas ordenações, absolvendo de culpa criminosos de tôda casta e matiz.

(36) Alega-se em defesa do português, que bem mais cruéis, para os gentios, foram os espanhóis nas regiões do Nôvo Mundo por êles avassalados; que, marcados pelo signo da brutalidade, os espanhóis e os americanos do norte eliminaram a ferro e fogo a maioria dos indígenas de seu país. A afirmativa é justa e cabível. Não consta, na verdade, que os lusitanos houvessem, como aquêle povo de conquistadores, adestrado cães para caça ao homem nativo e os alimentassem de sua carne ou, que, à maneira dêstes, se servissem, para exterminá-los do álcool ou de processos tais como presentes de roupas contaminadas pelo virus da variola. Isso não os derime, porém, da culpa de cruéis, violentos e ferrenhos escravocratas. Que não tiveram benevolência alguma, para com os filhos da terra, mostram sobejamente os depoimentos dos Jesuítas, em particular Vieira.

Diogo de Vasconcelos é de parecer que êles «praticavam a lei histórica de todos os tempos e de todos os países, em que é mister coexistirem raças desiguais; ou a escravização ou o abandono da Colônia, e tal é a forma das coisas **Lacrimae rerum**; que foi a escravidão o primeiro passo da ordem civil, instrumento necessário de grandeza expansiva do mundo antigo. A palavra e os argumentos do douto historiador também não convencem.

FIRMAM-SE OS PORTUGUÊSES DEFINITIVAMENTE EM TERRAS DO BRASIL

Em 1587 — menos de quarenta anos depois da fundação da cidade do Salvador, consigna o já muito citado Gabriel Soares de Sousa, "contava a terra dezesseis freguesias; sessenta e duas igrejas, tôdas bem consertadas, limpas e providas de ornamentos; três mosteiros de religiosos, oito casas de cozer meles, mui proveitosas e de muito fabrico; trinta e seis engenhos moentes e correntes, dos quais quinze movidos por bois e o resto por água. Outros quatro estavam construindo, e a produção anual montava o melhor de cento e vinte mil arrôbas de açúcar e muita conserva".

"Dentro do Recôncavo e em certas ilhas dêle havia alguns currais; a fôrça da criação começava da ponta de S. Antônio para o Norte; no tempo em que Gabriel Soares escrevia, já alcançava o rio Itapicuru; e avultavam como criadores os Jesuítas e Garcia de Ávila, o fundador dessa casa de Tôrre que mais tarde devia tornar-se tão opulenta."

Ao sul, os núcleos do povoamento fundados, em 1532, por Martim Afonso de Sousa, — um dos quais iria "posteriormente mudar de sede e de nome, transformando-se insensìvelmente na atual cidade de S. Paulo", — Santos, destacado de S. Vicente, e o centro demográfico erigido em S. Amaro, desenvolviam-se de modo satisfatório, embora nem de longe pudessem rivalizar em progresso econômico com as vilas pernambucanas e focos de povoamento que surgiam próximo à metrópole da Colônia (37).

Isso era particularmente verdadeiro no que tange a S. Vicente, que cedo enlanguesceu. Essa vila nascera, aliás, sob mau signo. Foi, escreve o Brigadeiro Machado de Oliveira (38), infeliz na infância e o infortúnio dos primeiros tempos iria acompanhá-la à sua última decadência pela bem conhecida causa dos inconvenientes de sua posição.

* * *

Ao iniciar-se a segunda metade do século XVI, estão os lusitanos sòlidamente firmados em chãos do Nôvo Mundo.

(37) Capistrano de Abreu — «Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil», Ed. Soc. C. de Abreu — Rio, 1930.

A partir dêsse momento histórico, profundas transformações econômicas, sociais e, quiçá, políticas irão ocorrer no solo da Colônia. Pernambuco, favorecido pela posição geográfica que lhe facilitará o intercâmbio com a Metrópole, tanto para dela receber capitais e colonos como para a remessa de seus produtos e, talvez, também com a África, donde lhe virão escravos em abundância, continuará prosperando magnificamente.

Até a invasão holandesa, ressalta ainda Capistrano, Pernambuco se avantajava em população, riqueza e cultura a tôdas as irmãs.

Depois de se ter estabelecido em Igaraçu, divisa de Itamaracá, uma parte do quinhão de Pêro Lopes, e cuja sede era Conceição, passara Duarte Coelho algumas léguas mais para o sul, fundando a vila de Olinda (38A).

"Para o sul, acrescenta o mestre cearense, continuaram Jerônimo de Albuquerque, Duarte Coelho II e Jorge de Albuquerque. No mesmo sentido, trabalharam particulares, como João Pais, que fundou oito engenhos junto ao Cabo de S. Agostinho, e, como o fidalgo Lins, cuja viúva, D. Adriana de Olanda, vivia ainda na era de 1640, com 110 anos de idade, cercada de cinco gerações de descendentes, trabalharam ainda outros, cuja lembrança não se conservou com o mesmo cuidado."

De Conceição foram recursos para Pernambuco quando, em 1548, os **Potiguares atacaram Igaraçu e lhes puseram cêrco. Na defesa** do povoado, figurou o alemão Hans Staden que, mais tarde, em 1557, publicaria um livro descrevendo suas aventuras em terras brasileiras.

No centro, Salvador, cabeça da Colônia, desde março de 1549, quando aportou à Baía de Todos os Santos o primeiro Governador-Geral, trazendo em sua companhia 400 soldados, 600 degredados e muitos mestres de ofício pagos pelo erário real. Tornar-se-á, em breve, outro grande foco irradiador da cultura européia em chãos brasileiros. As terras do Recôncavo, por sua vez, semeadas de fazendas, engenhos e bangüês, iriam atingir cedo elevado nível de produção agrícola e pastoril.

(38) Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira — «Quadro Histórico da Província de São Paulo até o ano de 1882». **Apud** Gileno de Carli — «Gênese e evolução da indústria de S. Paulo», Ed. Pongetti, Rio, 1943.

(38A) Lembra Capistrano de Abreu (Capítulos de História Colonial), que, nas armas concedidas por D. João III, a Duarte Coelho, em 6 de junho de 1545, cinco castelos representavam os cinco centros de povoações criados por êle, e acrescentou: — «Infelizmente, conheciamos só Igaraçu, Olinda e, quiçá, Paratibá».

"D. João III tomou-a sob sua especial proteção, enviou-lhe colonos, forneceu dinheiro, adiantou escravos e mercadorias, isentou ou aliviou de impostos os moradores, cercou-os de cuidados e desvelos que a fizeram desde o começo viável e ajudaram a medrar vigorosa".

Nas praias do sul, "a semente não medrou em terreno bom. Em 1548, pelo litoral só existiam seis engenhos em funcionamento. Não garantiam um destino nobre às terras da Capitania. População escassa e a distância que ia de Santos a Lisboa era por demais grande para que fôssem desprezados os argumentos de ordem geográfica do Recife e de Salvador.

Depois, as terras gordas do massapê pernambucano e baiano eram superiores às da baixada de Santos."

Disseminadas ao longo da costa que vai do Salvador ao litoral paulista, vegetam, por essa época, remanescentes das pequenas vilas fundadas pelos donatários ou seus prepostos. Aí abrolharão, com o correr do tempo, novos agregados de população reinol, entre os quais avultaria a vila do Rio de Janeiro, plantada em chão ainda dominado pelos irredutíveis **Tamoios.**

Neste comenos, novas bandeiras afundam-se nos sertões desconhecidos, tentando devassá-los. Nos recantos do litoral, não sujeitos ao domínio efetivo da coroa lusitana, repetiam-se, porém, as cenas de pirataria e os dramas sangrentos ocorridos no transcurso das primeiras décadas do século XVI naquelas terras brasileiras já agora inteiramente dominadas pelos nossos.

Ocupados Pernambuco e Itamaracá, haviam, com efeito, os piratas e contrabandistas transferido o campo de atividades para as terras de Paraíba e Rio Grande do Norte, "onde comerciariam por mais de 30 anos, antes de serem definitivamente vencidos e daí desarraigados."

Foram-se, igualmente, em busca de refúgio nas abras e gôlfãos de Pôrto Seguro e do Espírito Santo ou passaram ao Rio de Janeiro "onde, por muitas léguas, dominavam os fiéis **Tamoios** e existia pau-brasil em abundância."

Tais atos de flibustaria punham em evidente perigo a autoridade e o prestígio dos lusitanos em tratos territoriais que, de direito, lhes pertenciam, atento a que seus autores continuavam a contar com o apoio declarado dos silvícolas locais.

Era, pois, urgente coibir tais abusos, arrebatando aos intrusos as terras onde, porventura, houvessem erigido seus entrepostos de escambo e colonizá-las.

Agindo em conformidade com o princípio milenar, segundo o qual a ocupação e o uso constituem a melhor garantia da propriedade, os portuguêses contavam conjurar fàcilmente o perigo que representava, para êles, a presença de traficantes estrangeiros em águas da Colônia.

Em março de 1560, Mem de Sá penetra com uma forte armada na baía de Guanabara e inflinge substancial derrota aos gauleses aí estabelecidos. Êste feito marcará o início da derrocada dos sonhos imperialistas dos criadores da França Antártica. Cinco anos de permanência não haviam bastado para consolidar a emprêsa temerária a que se abalançara **Villegagnon**, tão ligeiramente. A intransigência de seu proceder e intrigas religiosas haviam quebrado a coesão e a resistência dos intrusos. Em 1.º de março de 1565, Estácio de Sá, prosseguindo a obra benemérita de seu tio, começa a fundar a cidade de S. Sebastião. Dois anos depois, será definitivamente estabelecido o domínio lusitano naquele trecho da costa oriental e criada, em terras de Martim Afonso de Sousa, a capitania real do Rio de Janeiro.

Outras lutas se feriram no tempo do terceiro Governador-Geral. "Êste, diz-nos Anchieta, sujeitou quase todo o Brasil, teve guerra com os índios do Paraguaçu, fronteiros da Bahia e muito poderosos, em que lhes queimou 160 aldeias, matando muitos e os mais sujeitou. Amansou os de Ilhéus, que estavam levantados e tinham destruído muitas fazendas e posta a Capitania em grande apêrto. Dêstes, houve muitas insignes vitórias pelo que ficaram sujeitos todos os índios **Comarçãos** da Bahia desde Camamu até o Itapicuru, que são quarenta léguas."

Na gestão de Manuel Teles Barreto (1582-1587) prosseguem e concluem os reinóis a conquista da orla marinha da Paraíba. Chega, assim, a bom têrmo, a "longa e perigosíssima emprêsa, iniciada pelos governos anteriores e à qual se acham intimamente ligados os nomes de Frutuoso Barbosa, Martim Leitão, Diogo Flôres Valdez, Francisco de Castejon, Simão Rodrigues Cardoso e de outros menos falados, embora não menos destemerosos.

No decorrer das lutas, estimulados secretamente pelos franceses, batem-se os indígenas com inexcedível bravura e extraordinária determinação, logrando, dêsse modo, resistir às tentativas de ocupação que se vinham sucedendo desde o tempo de Luís de Brito, quando para lá haviam marchado as tropas sob as ordens de Fernão Silva, Ouvidor-Geral e Provedor-Mor do Estado, e, depois, a expedição comandada pelo próprio Governador.

Surgem, porém, cizânias nos arraiais dos combatentes nativos. Desavém-se o chefe Piragibe com seus aliados **Potiguares** e disso logo se aproveitam os portuguêses que, assim, logram afinal dominar a resistência dos gentios. Vencedores, erigem o forte de **S. Filipe**, no

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Cabedelo, que se constituirá, daí por diante, para os reinóis, centro de novas investidas colonizadoras. Para vencer e dominar as tribos contrárias, curavam enfraquecê-las, dividindo-as — para o que armavam discórdias no seio delas, exacerbando as divergências sempre comuns entre seus maiorais, ora valiam-se dos ódios que contra elas nutriam outras hordas gentílicas, às quais se aliavam (39).

Na luta contra os aborígines e contra os estrangeiros, os principais, senão os únicos esteios em que se firmaram os portuguêses, foram, pelos motivos já apontados, os próprios filhos da terra (40).

Para abater os **Tamoios** do sul, prevaleceram-se os colonos da tradicional repulsa que, contra êles, sentiam os **Temiminós.**

A inimizade reinante entre os **Tupinambás,** de Leste, e os que habitavam as margens do Paraguaçu muito ajudou também, como se disse, nos princípios do povoamento aos portuguêses para se firmarem na terra da Bahia.

Em 1540, Cristóvão de Barros subjugara parte do território de Sergipe, cujos autóctones tão decididos se mostravam em defendê-lo palmo a palmo. Esta capitania, malgrado "as sucessivas entradas visando a submeter os moradores nativos dos rios Real, Sergipe e Japaratuba", só seria, porém, definitivamente avassalada após as guerras flamengas.

Alguns anos depois dos sucessos da Paraíba, D. Francisco de Sousa determina a ocupação definitiva do Rio Grande do Norte, um dos centros de maior resistência ameríndia no litoral brasileiro.

Manuel de Mascarenhas Homem e Jerônimo de Albuquerque, o segundo de nome, acabam, porém, levando de vencida todos os obstáculos e fundam Natal e o Forte dos Reis Magos.

Dêsse modo, "ao aproximar-se o fim do primeiro século da conquista, os domínios portuguêses não eram fúteis nem somenos; o Brasil de então formava uma série contínua de colônias semi-agrícolas (do tipo das Plantation-colonies inglêsas), só servidas por escravos e que ia de S. Vicente a Natal.

Além dêsses limites, num grande trato, nenhum colono havia ao Norte nem ao Sul; mas, dentro dêles, agitava-se a vida ativa nas pequenas vilas próximas ao mar e nos engenhos, que já atin-

(39) A política dos povoadores brancos, em relação às tribos inimigas, em nada divergia, em suas diretrizes, da seguida pelos governos de muitas nações modernas, no tocante aos povos que lhes eram sujeitos.

(40) Não desmente a afirmativa a tão decantada atuação dos indígenas nas guerras flamengas. No fundo, os comandados de Filipe Camarão não lutaram em favor dos portuguêses mas contra inimigos de sua nova crença, contra o herege que os Padres haviam ensinado a odiar e temer, e cujo domínio não podiam suportar.

giam a mais de uma centena, povoados de milhares de escravos negros e índios. Além dêsses núcleos, havia as aldeias e casas de jesuítas, quase duzentas, onde se agrupavam numerosos prosélitos, **columis** ou crianças sob a proteção dos padres. Em Pernambuco, S. Vicente e Bahia havia aulas de latim e de casos de consciência e por tôda a parte aulas de ler. A vida era de "festas e prazeres", diz Anchieta.

* * *

Na terceira década do século XVII viria a conquista do Nordeste pelos holandeses.

Tendo por norma invariável de conduta captar as boas graças do ameríndio das terras ocupadas, com presentes e honrarias, logram os intrusos, graças a esta política de bondade e compreensão, fazer numerosos amigos e aliados entre tribos litorâneas.

Aderindo também à causa do invasor, descem os **Tarairiús** do sertão para, sob o comando do principal Jandoí, lhes engrossar as hostes e onde já militam numerosos guerreiros tupis da grei de Pedro Poti e Antônio Paraupeba. Êste, tendo sob suas ordens duzentos índios poderosamente armados, será o triste herói da chacina de Uruaçu; aquêle distinguir-se-á por sua ferócia em Cunhaú, onde pereceram muitas dezenas de colonos luso-brasileiros.

Enquanto era vivo Jacó Rabbi, o aventureiro judeu que, lhes tendo caído nas graças, os orientava e dirigia, mostram-se os **Jandoins** auxiliares prestimosos dos holandeses e perseguidores cruéis e incansáveis dos luso-brasileiros e seus mestiços.

Os morticínios de Cunhaú, Casa Forte de João Lustau e Ferreiro Torto desvendam, a um só tempo, tôda a extensão do ódio dêsses tapuias e a eficiência de sua ajuda contra o inimigo comum (41).

(41) Depois da morte violenta do chefe branco, que os dirigia, fato ocorrido em 5 de abril de 1646, tendo os flamengos se negado a entregar o culpado à vingança dos nativos, êstes se revoltaram, ameaçando atacar os seus aliados. Atitude idêntica tiveram, segundo Varnhagen, os índios **Potiguares.** Fêz-se necessária a intervenção de Rulo Barro, outro velho e fiel amigo da indiada, e muitos presentes, para trazê-los à razão. Os **Jandoins,** em sua totalidade, se acalmavam, mas muitos brasilienses, aproveitando o ensejo, fizeram causa comum com os pernambucanos. O modo de proceder dos nativos bem demonstra a fragilidade dos laços de amizade e simpatia que os prendiam aos brancos, qualquer que fôsse a nacionalidade dêstes. Recordemos, ainda, para reforçar a nossa tese, o morticínio das guarnições holandeses, ocorrido no Ceará, em 1644, e a trucidação dos franceses, levados a efeito na baía de Mucuripe, pelos seus aliados **Potiguares,** por instigação de Martim Soares Moreno.

Exaltando o fervor religioso que tão bem haviam sabido incutir nos corações rebeldes dos selvagens nordestinos, logram os missionários, por seu turno, levantar em favor dos luso-brasileiros a maioria das aldeias cristãs plantadas no govêrno de Pernambuco. Chefia as tropas nativas o célebre Poti, o Antônio Filipe Camarão das nossas crônicas.

Mais uma vez, das lutas armadas que se ferem em nosso território, entre colonos lusitanos e invasores estrangeiros, participam os filhos do país, imiscuindo-se, dêsse modo, em questões que não eram verdadeiramente suas, nem lhes diziam respeito, e onde seriam imolados impiedosamente por ambos os contendores.

DESLOCAM-SE OS NATIVOS PARA FUGIR À OPRESSÃO

O advento dos brancos e os conflitos euro-americanos, de grande e pequeno vulto, feridos no decorrer do 1.º século, na orla marinha brasileira, produziram enorme abalo no seio das comunidades indígenas que aí viviam e cuja feição geral já fixamos. Determinaram, outrossim, deslocamentos humanos de variável envergadura, realizados, na maioria dos casos, sem qualquer ordem, nem orientação.

Como primeira conseqüência de semelhantes fatos, quebra-se o ritmo e o sentido geral em que se vinha processando a marcha das migrações dos grupos autóctones ribeirinhos do oceano, direta ou indiretamente envolvidos nesses encontros armados. Altera-se, também, por contra-choque, de maneira brusca e substancial, o panorama de distribuição geográfica das populações gentílicas da zona sertaneja.

Tribos derrotadas, cedendo ao pêso das armas contrárias, retraem-se para o ocidente em busca de refúgio, já que, ao oriente, surge intransponível a barreira do mar.

Mas, não apenas os clãs vencidos retiram-se apressadamente do litoral, sob o terror pânico que lhes inspira o alienígena peninsular. O mêdo contagia, outrossim, os índios amigos e aliados e os grupos nativos que em tôrno dêstes gravitam.

Conhecida a índole escravista, ambiciosa e rude do reinol, já ninguém se sente em segurança e, logo que podem, debandam aos magotes, buscando na fuga a garantia da vida e da liberdade.

Semelhante estado de coisas vinha, aliás, dos primeiros tempos da conquista, conforme se vê do depoimento de Anchieta, que é, neste particular, dos mais sugestivos e impressionantes: "Nessa terra desleixada e remissa em vinte anos de cêrca de cem mil índios batizados por todo o país não haveria, escreve o padre, mais que

a quinta parte, o resto fugiu para a floresta, a fim de escapar do cativeiro."

Levas e levas de selvagens espavoridos e desorientados, tentando furtar-se à opressão e ao extermínio, lançam-se, pois, abruptamente, sertão adentro, sem curar de obstáculos, nem perigos.

Vão, dêsse modo, chocar-se com os moradores daqueles ermos em cujas mãos muitos perecem miseràvelmente.

"Infelizes, clamava outro cronista, fugiam e morriam de fome ou se metiam com seus inimigos e morriam a mãos violentas."

Remanescentes das tribos praianas logram, é certo, deslizar entre cabildas adversas e vão povoar, em condições mesquinhas, regiões ainda virgens ou trechos abandonados da hinterlândia. Outros, mais numerosos e fortes, que conseguem manter-se coesos na retirada, alcançam terras distantes ou se apossam dos domínios tribais de agregados nativos menos valentes e aguerridos que vivem em distância pouco considerável do mar. Dêsses, raros deixaram nas crônicas, ou na tradição de antanho, memórias de seus deslocamentos e informações capazes de permitir aos pesquisadores modernos reconstituírem, com a necessária precisão, a rota seguida em suas incertas e aventurosas marchas. Impossível, assim, também, conhecermos as vicissitudes sofridas ao longo da trajetória que percorreram.

A primeira grande migração històricamente provada, e da qual resultaria uma nova expansão do grupo tupi-guarani para o norte-brasileiro, fêz-se no rumo da costa maranhense que foi, de acôrdo com as cuidadosas indagações de Métraux, alcançada entre 1560 e 1580.

O capuchinho Cláudio d'Abbeville, que registrou o fato e pessoalmente conviveu com alguns dos participantes da odisséia cabocla, dá-lhe como ponto de partida uma região, jacente sôbre o trópico de Capricórnio, chamada **Caeté**. Aí seriam os componentes do grupo retirante conhecidos, ainda conforme o Padre cronista, pelo nome de **Tupinambás** (42).

---

(42) Métraux, baseado em C. d'Abbeville, fala-nos de duas outras migrações de **Tupinambás** pernambucanos, ambas de caráter místico, dirigidos por magos ou farsantes, empenhados em conduzi-los à terra-sem-mal. Teriam ocorrido tais movimentos humanos de 1605 a 1609.

Há nisso um grande equívoco do ilustre americanista. Como já observou o Barão de Studart, em seu trabalho sôbre o Pe. Francisco Pinto, a segunda leva de nativos, mencionada pelo sacerdote francês, caminhou sob a direção daquêle inaciano e de seu companheiro, o Pe. Figueira. Quanto à primeira, tudo indica tratar-se da infeliz bandeira de Pêro Coelho de Sousa.

Com melhor razão, o americanista francês acima referido situa o foco de origem desta corrente migratória entre os rios Paraíba e S. Francisco, e adianta que ela teria sido integrada antes pelos famosos **Caetés** de Pernambuco, sôbre os quais caíra o anátema da Igreja e a ira do donatário e colonos por terem, em 1556, devorado o Bispo Pêro Fernandes Sardinha.

"Realmente, esta Capitania foi, como se viu, ao mesmo tempo de sua fundação, teatro de guerras sangrentas movidas pelos brancos contra os aborígines rebeldes, particularmente **Caetés** que, desarvorados, refugiaram para as brenhas, afastando-se mais de cinqüenta léguas pelo sertão."

Não se sentindo, porém, suficientemente seguros a esta distância do litoral, assentaram retirar para mais longe e, caminhando em direção ao Norte, foram, afinal, encontrar, de um lado, as extensas águas do Amazonas e, do outro, o oceano. Impossibilitados de prosseguir na derrota, deliberaram localizar-se na ilha de S. Luís e trecho da costa que vai do rio Pará ao Parnaíba. Tomaram novos nomes, conforme as regiões em que se fixaram, sem perder, porém, o patronímico comum a tôda nação. À maneira de seus homônimos de Leste, não tardaram a se subdividir em facções inimigas que mùtuamente se digladiavam.

Pensa ainda Métraux não ser de todo impossível que ao Maranhão hajam chegado também não poucas levas de fugitivos oriundos da Bahia.

Nesta Capitania, diz êle, os colonos eram numerosos e tinham, por isso, maior necessidade de escravos do que em qualquer outra, e menor temor das represálias por parte dos indígenas a quem perseguiam. Em conseqüência da guerra que lhes moveu Mem de Sá, em 1558, grande foi o morticínio dêsses silvícolas e os que puderam escapar ao massacre fugiram para mais de 50 léguas da costa (43).

A trilha seguida daí por diante fácil é imaginar-se. Conjetura o autor a que nos reportamos, que, saindo dos sertões da Bahia, atravessaram o S. Francisco e, seguindo o caminho mais tarde palmilhado pelos descobridores do Maranhão, desceram até o mar, seja pelo Parnaíba, seja pelo Itapicuru, seja pelo Mearim, rio que, no dizer de C. d'Abbeville, "a son origine vers le Tropique du Capricorne dont plusieurs (fugitivos) sont venus quelquefois tout au long d'icelle jusqu'á Marangnan".

Milliet de Saint Adolphe (em seu "Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil", t. II, págs. 729-731) fala, por sua vez, de uma grande migração de selvagens **Tupinambás** que teria ocorrido em 1560, nas capitanias da Bahia e de Pernambuco. Impotentes para lutar contra os portuguêses, os nativos se teriam furtado à dominação de seus vencedores, pela fuga. Dirigindo-se ao Amazonas, estabeleceram-se principalmente na região do Pará. Como o escritor não indica a fonte onde foi buscar essas informações, é possível que as houvesse da tradição. É isso, pelo menos, o que supõe Martius (pág. 196), que cita o fato apesar de lhe contestar a veracidade.

Também Anchieta (pág. 13 e 14) alude a uma deserção em massa de ameríncolas baianos, ocorrida em 1562, em virtude de sentença lançada por Mem de Sá contra os **Caetés.**

"Vendo os índios os insultos e agravos que lhes faziam em os cativar assim os das igrejas mais principais que tínhamos, e todo o mais gentio que estava por esta terra, e pelas falsidades que os Portuguêses por si e por seus escravos lhes diziam da guerra, que lhes haviam de dar e êles viam pelo ôlho como eram salteados, se levantou parte do gentio de Paraguaçu e Cirigipe, indo-se para o sertão; e das nossas igrejas a saber: S. Antônio, Bom Jesus, S. Pedro, S. André, 1.200 almas, ficariam 1.000 pouco mais ou menos, e tôda esta gente a mais que tinha dito se foi meter por êsses matos por escaparem aos agravos e sem razões que lhes os portuguêses faziam." O cantor da Virgem menciona, outrossim, pequenas fugas de chefes índios como o do Principal Marangau que, fazendo-se acompanhar do que lhe restava da tribo, se foi para o rio S. Francisco.

Entre gentios que, em grandes grupos, deixaram a costa brasileira, sob a pressão do terror, devem ser incluídos os **Tupinambás** ou **Tupinambaranas.** Recém-vindos à ilha da foz do Madeira, que lhes guarda o nome, quando em 1639, aí aportou Acunã, êstes silvícolas podem, na opinião de Métraux, reivindicar a honra de ter realizado o mais vasto deslocamento humano de que há memória na América do Sul (44).

Segundo uma velha tradição, corrente entre êles e recolhida pelo viajante espanhol, descendiam dos moradores de 84 aldeias, que, vivendo primitivamente na orla praieira de Pernambuco, haviam desertado em massa da terra do berço para escapar à servidão.

Varando o Brasil no sentido de seu maior diâmetro, o grupo fugitivo, caminhando ao léu da sorte, atingiu o sopé dos Andes, che-

(43) Ver, a êste propósito, Gabriel Soares de Sousa. «No instrumento dos serviços prestados, como Governador do Brasil, Mem de Sá alega, informa Capistrano, nas guerras de Paraguaçu com a destruição de cento e sessenta aldeias». Anchieta eleva, porém, para 80, o número de aldeias destruídas pelo Governador-Geral.

(44) Métraux — op. cit., pág. 23.

gando a encontrar-se com os espanhóis que habitavam nas nascentes do rio Madeira. Iam já bastante desfalcados, em virtude de terem, alguns de seus componentes, se fixado nas regiões intermédias que iam atravessando (45).

"Dizem também, escreve Acunã em seu livro de viagem, que, como saíram tantos que por aquêles desertos não podiam sustentar-se todos juntos se foram dividindo em tão dilatado caminho, que era pelo menos de novecentas léguas, ficando uns a povoar umas terras e outros outras, dos quais sem dúvida estão bem cheias tôdas terras dominadas pelos espanhóis, não foram felizes. Tendo atentado contra a propriedade privada de seus hospedeiros ocasionais, matando-lhes uma vaca, se viram por isso forçados a retomar, mais uma vez, sua longa e incerta peregrinação. Realizando-a, desceram aquêle rio, até a foz, onde afinal encontraram pousada definitiva. Embora seja difícil precisar a data em que teve início mais êste deslocamento de indígenas da grei **Tupi**, tudo parece indicar que remonta a uma época pouco posterior a 1530, quando Duarte Coelho tomou posse da sua Capitania.

Enfraquecidos pelas sucessivas derrotas que lhes infligiam os reinóis, na Guanabara, desmoralizados com a liquidação definitiva da França Antártica, que tanto sangue custara a êles e seus aliados gauleses, entraram êsses brasilienses em pânico.

Semelhante estado d'alma agravou-se sobremaneira logo a seguir, na gestão administrativa de Antônio de Salema. O Governador do Brasil meridional, auxiliado pelo Capitão-Mor de S. Vicente, lhes fêz acesa guerra, matando e escravizando a muitos e pondo fim às atividades clandestinas dos gauleses espalhados no litoral de Cabo Frio.

Vencidos e desesperados, os **Tamoios**, que, anos antes, ao tempo de Duarte da Costa (1553-1558), levantando-se em armas, desde Cabo Frio até Bertioga, haviam pôsto em pânico os colonos portuguêses e feito nêles grande mortandade, não têm agora outro pensamento que escapar à perseguição de seus terríveis inimigos.

(45) Boa documentação e regular literatura espanhola existe no tocante ao assunto, conforme se vê do trabalho de A. Métraux, tantas vêzes aqui citado a propósito das migrações dos **Tupi-guaranis** e reproduzido, quase integralmente, em muitos dos seus trechos.

(46) Pe. Cristoval de Acunã S. J., «Nôvo descobrimento do grande rio das Amazonas». Trad. de C. de Melo Leitão. «Brasiliana». Vol. 203 — Rio, 1941, pág. 262.

Algumas hordas passaram as serras e procuram abrigo em chãos mineiros, refugiando-se nas matas da Mantiqueira, Vale do Paraíba e seus afluentes mineiros (47). Outras, porém, empreenderam viagem mais longa.

A êste movimento talvez se prenda a migração ocorrida em 1597, da qual Knivet pretende haver participado.

Da leitura da narrativa deixada pelo aventureiro inglês, concluem alguns que os **Tamoios**, saídos da região do Rio de Janeiro, teriam chegado ao Chile, depois de longa caminhada para o Oeste e travessia da província de Tucuman. Retrocedendo, alcançam, de torna-viagem, o costão atlântico, tendo antes percorrido o país dos Carijos e lhes tomado várias cidades. Visitaram o país das Amazonas, dos Pigmeus, e contemplaram ainda muitas outras maravilhas do mesmo jaez.

Teodoro Sampaio, em trabalho escrito para o 1.º Congresso de História Nacional e publicado na Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Brasil, sob o título "Peregrinações de Antônio Knivet no Brasil no século XVI" (Tomo Esp., parte II, Rio de Janeiro, 1915), reduz a proporções bem modestas a dilatada e mirabolante viagem dos **Tamoios**, dando-lhe, com isso, cunho de maior verossimilhança.

Segundo êle, os **Tamoios**, partidos em perseguição dos **Tupiniquins**, seus vizinhos e inimigos, transpuseram a serra de Itapeva, de onde rumaram o Tieté. Atingido o morro de Araçoiaba, obliqüaram para o Sul, e onde, marinhando os contrafortes da serra de Paranapiacaba, que os separava do mar, chegaram por fim à embocadura do rio Ribeira do Iguape, onde se radicaram.

Remanescentes dos antigos **Tamoios**, os **Tapirapes**, teriam, no entender de Silva e Sousa (48), saído dos sertões do Rio de Janeiro para as margens do Araguaia, em cujas terras viviam pacìficamente ainda em inícios do presente século (49). Esta migração, no pensar de Métraux, não seria de todo improvável, embora a ela se oponham certos fatos observados por Nordenskiold. A apoiar o parecer de Métraux temos, com efeito, a palavra de Simão de Vasconcelos que, na sua "Crônica", informa que, realizada a conquista do

(47) Nélson de Senna: «Corografia de Minas Gerais» in «Geografia do Brasil», vol. X, Rio de Janeiro, 1922.

(48) Silva e Sousa (Luís Antônio) — «Memória sôbre o descobrimento, govêrno, população e causas mais notáveis da Capitania de Goiás». Rev. Trim., Vol. 12, Rio de Janeiro, 1849. **Apud** Métraux.

(49) A. Métraux. Op. cit., pág. 26.

Rio de Janeiro, em 1567, os **Tamoios** deram-se pressa em fugir "para o mais profundo das florestas", e assim bem poderiam ter chegado às margens do grande afluente do Tocantins.

Como quer que seja, os **Tapirapes** parecem descender dos **Tupi-Guaranis** fugitivos, vindos do Sul, integravam, no parecer do Dr. Paulo Ehrenreich, com os **Apiacás, Camayurás** e **Guajajaras**, a segunda linha de hordas **tupis** saídas do primitivo centro de irradiação dêste povo em diretura do N.E.

Hordas **tamoias**, assegura, por sua vez, Diogo de Vasconcelos, teriam impelido das regiões do Paraíba, ocupando-lhes as terras, tribos humildes, também oriundas dos **Tupis**, como os **Furis, Croatos** e outras, que se haviam instalado no vale do rio Pomba.

Um grupo **Carijó** teria transposto a Mantiqueira e se instalado nos campos de Queluz e Congonhas. Enquanto isso, os **Tupiniquins**, do Espírito Santo e Pôrto Seguro, fugindo à perseguição dos colonos, vingavam a serra e se deparavam com os **Botocudos**, senhores do Rio Doce. Já desmoralizados e sem fôrça para enfrentar com probabilidades de êxito êsses novos adversários, correm além e se estabelecem no rio das Velhas.

Os **Aimorés**, logo depois da ocupação do litoral de Pôrto Seguro e dos Ilhéus, não tendo a contê-los a pressão dos **Tupis** enfraquecidos por anos de luta contra os portuguêses, desceram em grandes bandos dos sertões para acometer perigosamente os colonos e índios domésticos, a quem votavam particular aversão.

Não puderam, porém, resistir às fôrças disciplinadas e coesas de Mem de Sá, que os acometeu e desbaratou, atirando-os novamente para as terras de onde eram originários.

Separados em pequenas hordas, degradaram-se, e dêles fala a crônica, nos têrmos seguintes: "Por ocasião das guerras, que houve entre êles, sucedeu que certos bandos, fugindo a seus inimigos, se recolheram ao interior do sertão, a lugares fragosos e montanhas estéreis, onde não pudessem ser achados, e como ali viviam separados do comércio de tôda gente, por decurso de tempo vieram seus filhos e netos a perder a notícia da própria linguagem."

* * *

No Nordeste, o movimento migratório de curto ou longo percurso empreendido pelos gentios exacerbou-se depois da derrota definitiva dos invasores batavos.

Vendo-se desamparados, — pois dêles não cuidavam os têrmos da capitulação da Campina de Taborda nem o definitivo tratado

de paz concertado entre os beligerantes (50), e temendo, com sobradas razões, represálias que sabiam cruéis — os brasilienses, aliados dos holandeses, empreenderam a retirada em direção ao Ceará.

Animava-os a esperança um tanto romanesca de fundar em terras desta capitania um Estado índio, por inteiro liberto das influências européias (51).

A carta de Matias Beck, escrita de Barbados aos Supremos dirigentes da Companhia, é sobremaneira instrutiva no tocante ao modo de proceder dos indígenas foragidos de Pernambuco.

Ouçamo-la:

À Siara, entouré d'une population sauvage, barbare et dangereuse, tant Brésiliens que Tabouyas, et après avoir reussi enfin à venir au point de voir la probabilité d'un bon et avantageux résultat, voilá que je réçois la plus déplorable des nouvelles. Les Brésiliens qui s'étaient enfuis et retirés de Pernambuco, plus de quatre mille âmes qui venaient de Tamarica, Parahiba et Rio-Grande par terre se refugier à Siara, dirent ouvertement que tout le Brésil venait d'être honteusement perdu et livré pour ainsi dire sans résistance aux Portuguais; ils ne firent que jurer et tonner contre les Allemands, qu'ils avaient si fidèlement servi et aidé pendant un grand nombre d'années, et que maintenant sans régarder l'ennemi en face venaient d'abandonner Tamarica, avec toutes les forteresses, Parahiba et Rio-Grande de sorte qu'eux, ils n'avaient en perspective à présent que de tomber en définitif dans les mains des Portuguais pour subir un ésclavage perpétuel. Ils étaient si exasperés qu'ils envoyèrent des avants-coureurs aux Brésiliens de Siara avec ordre de massacrer les Allemands en Siara partout ou l'on pourrait en trouver, et n'accorder la vie à personne d'eux. Une fois maitre à eux seuls de Siara, ils ne permetteraient ni aux Portuguais ni aux Allemands de s'y nicher jamais plus, et ils proposaient de faire de Siara n'étant que sobrement pourvu, et nos moyens de subsistance consistant principalement dans la récolte prochaine et de productions

(50) Não se pode entender, como tal, o vago parágrafo que diz: «Também serão compreendidas neste acôrdo tôdas as nações de qualquer qualidade, ou religião que sejam, que tôdas perdoa, pôsto que hajão sido rebeldes à corôa de Portugal; e mesmo concede, no que pode, a todos os judeus que estão no Arrecife e Cidade Maurícia».

(51) Ver Carlos Studart Filho: «Notas históricas sôbre os indígenas cearenses». Rev. do Inst. do Ceará. Tomo XLV, Ano XLV, Fortaleza, 1931.
Êstes incolas constituíram, como se viu, ásperas e incômodas barreiras contra as quais iriam chocar-se as correntes povoadoras que, por vêzes, só à custa de muita luta e sangue delas lograriam afinal triunfar.

nouvellement plantées, nos soldats jouissaient à cause du dèmunimment de notre magasin, de beaucoup de liberté pour aller dehors à la pêche et à la chasse; d'autres se trouvaient dehors pour garder et planter les roças: un grand nombre de ces malheureux est tombé victime des Brésiliens qui à la réception de l'ordre si-dessus mentionné ont massacré de sang-froid tous ceux qu'ils attraperent dehors. Quant à moi-même me trouvant dehors de temps en temps ainsi que le major Garsman, pour mettre ordre à nos cultures, nous n'avons échappé à leur mains meurtrières que par miracle, de même que d'autres personnes libres demeurant hors de notre forteresse. Les Brésiliens en s'emparant sur le platpays de tous nos roças, fruits de la terre, Négre et de Tous nos biens fonds et biens meubles, nous tenaient tellement bloqués dans notre forteresse que nous serions tombés inévitablement dans leurs mains meurtrières, à cause de famine, s'il n'eut plu à Dieu le seigneur de nous sauver miséricordieusement, car j'avais fait une bonne partie de mes chevaux, vaches, cochons et autre bétail en lieu sur, tout près de la forteresse et sous la protection de nos cannons; et ensuite je les ai fait tuer tous por nous servir de nourriture, ce qui nous a conservé la vie jusqu'au moment ou par la providence et la grâce de Dieu une barque neuve de la compagnie, que j'avais fait construire à Siara moi-même et qui antérieurement à l'événement susdit.

* * *

Jandui e sua gente, que tanto haviam auxiliado o invasor, tomados de mêdo, embrenham-se precipitadamente pelo sertão, recolhendo-se aos seus antigos domínios territoriais.

Volvidos ao coração do Nordeste Oriental, só daí sairiam, anos mais tarde, para marchar contra os colonizadores luso-brasileiros, seus inimigos tradicionais.

ALASTRA-SE PELA ZONA SERTANEJA A FAMA DE CUPIDEZ E VIOLÊNCIA DO BRANCO

"Tribos escorraçadas das praias, escravos vermelhos fugitivos que barafustam pela retroterra, trazem sempre no coração o ódio e o terror das gentes portuguêsas. Salteiam-lhe a mente entenebrecida, o sólito desespêro dos vencidos e a triste lembrança das furiosas e truculentas campanhas, levadas a cabo contra os de sua raça, pelos rudes conquistadores europeus."

Lemos, páginas atrás, os depoimentos que, em tôrno do assunto, nos deixam Matias Beck e o Pe. Cláudio d'Abbeville. Embora prestados com mais de um século de intervalo, são de uma semelhança que pasma e confrange.

Chegada à hinterlândia, a fama das ações desumanas cometidas pelos ádvenas transuda cedo e, ecoando de bôca em bôca, afunda-se pelos sertões mais distantes, acendendo novas inquietudes em todos os aborígines.

Outros tantos motivos de temores e sobressaltos eram, para êles, as entradas e bandeiras, as tropas de resgate e os buscadores de metais preciosos, que, com desalentadora regularidade, investem o interior, desde 1583.

Já em 1583, despovoando-se de indígenas as cercanias do Recôncavo, penetravam os moradores da Bahia 250 até 300 léguas adentro à cata dos nativos desaparecidos, a fim de trazê-los ao litoral, para o cativeiro e para a morte.

"Vão os portuguêses, escreve o Padre Anchieta, 250 e até 300 léguas buscar êste gentio por estar já mui longe, e como a terra está já despovoada, o mais dêles lhes morre pelo caminho à fome, e alguns portuguêses houve que, tomando pelo caminho algum gentio contrário daqueles que trazem, o matam, e lhes dão a comer, para com isso os sustentarem. Todo êste gentio que tem chegado ao mar, vendo que lhe não guardam o que no sertão lhe dizem, mas antes são todos apartados uns dos outros, como acima vai dito, uns fogem, e se vão meter em matos, onde nunca mais aparecem, outros se deixam morrer de tristeza e nojo, vendo-se ser escravos, sendo êles livres."

"Deixando, por onde transitam, rastros de violência e sangue, semeiam, também, ressentimentos e antipatias e põem de sobreaviso a má vontade dos que ali vivem ao léu da sorte."

Cria-se e difunde-se, pois, dêsse modo, entre os silvícolas sertanejos, a fama, já corrente de há muito entre gentios praianos, de que o ádvena branco era cúpido e cruel enquanto, simultâneamente, entre os estrangeiros mais se alarga a velha idéia de que os gentios da terra são traiçoeiros, vingativos e quizilentos.

O ruim conceito que, de um grupo, faziam os componentes do contrário, uma vez firmado, perpetuou-se na memória das gerações de brancos e índios que se sucederam pelo nosso interior, frustrando as melhores tentativas realizadas pelas autoridades reinóis no sentido de um mútuo entendimento entre raças em presença (52).

(52) Ao Ceará a fama da maldade dos filhos de Portugal e de seus descendentes brasileiros, puros ou mestiços, chegou cedo. Transfundiram-na, entre as

E, assim, mal diligenciam os brancos alargar no Brasil Norte-Oriental a área apossada, penetrando a retroterra para colonizá-la, explodem contra êles os rancores dos indígenas (53).

A revolta dos **Galaches** e a confederação dos bravios **Guerens** baianos, que abalaram as ribas do S. Francisco e sertões de Pernambuco, bem como as lutas contra os **Tamoios** e as campanhas contra os **Paianãs** de Mato Grosso, são páginas esparsas, grandiosas e tristes, dessa imensa e pouco conhecida tragédia que foi a resistência do íncola à conquista do território brasileiro pelos seus cruéis e ferrenhos perseguidores (54)

A GUERRA DOS BÁRBAROS

Também no Nordeste, a guerra soltou-se com a violência resultante da expansão de velhos ódios comprimidos e represados, quando, em fins do século XVII, os luso-brasileiros intentam ocupar os vastos latifúndios que lhes haviam sido distribuídos a mãos largas pelos Governos, após a vitória definitiva dos nossos sôbre as armas holandesas.

Os primeiros nativos a se porem em pé-de-guerra para dar início à rebelião de 1687, foram os **Janduins** já tão célebres pelo desassombro de suas atitudes e crueldade com que se houveram quando, servindo os invasores batavos, tiveram de enfrentar os luso-brasileiros. Levantaram-se suas cabildas a um só tempo nas ribeiras do Açu, Moçoró e Apodi, não deixando pedra sôbre pedra e causando a perda de numerosas vidas humanas e de milhares de cabeças de gado.

---

hordas que viviam na orla marinha e pelas larguras do nosso sertão, os grupos nativos que, exterminados das costas orientais pelos colonizadores, cruzavam em fugas desabaladas o nosso território. Uns faziam movidos pela ânsia de liberdade, demandando a Amazônia em busca de chãos que melhor os agasalhasse, outros na firme decisão de aqui se estabelecerem. Vinham todos desejosos de viver com a segurança que lhes era negada na terra do berço.

(53) Aos encontros fortuitos, de natureza bélica, havidos entre amerindios de nosso litoral e os ádvenas ali chegados, na primeira fase da ocupação do Ceará, não cabem aqui referência. Os que ocorreram no decorrer das expedições de reconhecimento que, desde o raiar da sexta década do século XVII, varrem metòdicamente o interior da Capitania e dão a justa medida dos sentimentos de repulsa que dominavam a alma agreste do nativo, já foram mencionadas no devido lugar.

(54) Tendo a princípio anulado as investidas da grande bandeira paulista comandada por Domingos Barbosa Cavalheiro, fêz-se necessário para vencê-la a invenção das fôrças de Estêvão Ribeiro Bayão Parente, Braz Rodrigues de Arzão e João Amaro Maciel Parente, de triste memória.

"De paz estavam... os **Janduins**, escreve Pedro Carrilho de Andrade (55), quando se levantaram nas ribeiras do Açu, Moçoró e Apodi, em os anos de 1687 para 88 matando a tôda cousa viva e ao depois queimando e abrasando tudo, não deixando pau nem pedra sôbre pedra de que ainda hoje aparecem ruínas (56).

Considerável perda de tantas mil cabeças de gado deram nesta ocasião aquêles bárbaros aos moradores daquelas capitanias que alguns também lá perderam a vida, com seus vaqueiros, escravos e outros escaparam e também em parte esta perda alcançou aos contratos da Fazenda Real.

Nesta ocasião se ajuntaram diversas nações de alarves e fizeram grandes fúrias e junto grande multidão vieram até os arrabaldes do Rio Grande matando a tôda cousa viva que encontraram. E fizeram grandes danos em tôdas aquelas sobreditas paragens" (57)

Animados pelo exemplo e fortalecidos pela certeza de mútua assistência, entraram na luta os **Baiacus** seguidos, mais tarde, pelos **Cratiús** e **Icós** cearenses.

Essa guerra, que ensangüentou um dilatado setor das terras nordestinas, foi, sem dúvida, dos mais graves e cruentos conflitos raciais ocorridos no Brasil seiscentista. Tendo durado anos, com alternativas de sucessos e revezes para as armas portuguêsas, chamou-lhe a história a Guerra-dos-Bárbaros ou Levante Geral dos Tapuias, nome debaixo do qual aparece também designado em documentos da época.

---

(55) Pedro Carrilho de Andrade «Memória sôbre índios do Brasil». Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Vol. VI, números 1 e 2 — Natal, 1909.

(56) Há quem faça remontar o início da revolta de 1686 (Veja-se a tal respeito «Notas históricas sôbre os indígenas cearenses» Carlos Studart Filho, Fortaleza, 1932). Outros, porém, lhe vão buscar as origens ainda mais remotas, recuando-a ao ano de 1683. Os que assim pensam, têm a ampará-los o tópico da carta escrita pelo Governador, em 6 de fevereiro de 1688, que diz: «Cinco anos há que essa guerra se começou e uma que é tão áspera e viva como V. Mercê vê e dá muito que cuidar trazerem os bárbaros armas de fogo e não lhes faltar pólvora, quando êles a não fabricam. Vossa Mercê com todo o silêncio, examine donde lhe vem e quem lha dá e com o mesmo segrêdo e clareza que esta matéria pede, me avise.»

Não interessa determinar com precisão a época em que verdadeiramente explodiu a revolta, pois ela só a partir de 1687 passou a ter repercussões nítidas na história nordestina.

(57) Aliás, desde 1661, vinham os **Janduins** inquietando os moradores do Nordeste-Oriental. No arquivo de Marinha e Ultramar, informa-nos o profiçiente Afonso de Taunay, um documento do maior relêvo se encontra para a história das lutas contra os índios do Nordeste. É a Carta de Sua Magestade acêrca da Capitania e Sertão da Paraíba e guerra que se pretende fazer-lhe.

A coligação contra os brancos abrangeria, além das tribos já citadas, os **Sucurus, Pegas, Panatis, Curemas** e os **Icòzinhos** e outras cabildas de menor importância que habitavam o território do Ceará e vizinhas capitanias do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

Assoberbados pela extensão do conflito, a população branca, então fraca e disseminada por sôbre uma enorme área territorial, quase não pôde reagir.

A GUERRA ATRAVÉS DA CORRESPONDÊNCIA OFICIAL

Cientes da extensão do desastre, alarmaram-se os habitantes de Natal.

Move-se, igualmente, a administração pública da Capitania em

«Expedida de Lisboa pela Rainha Luísa de Gusmão, regente em nome de seu filho D. Afonso VI, ao Governador do Brasil, Francisco Barreto, traz a data de 9 de janeiro de 1662.

O Capitão-Mor da Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão (1661-1663), escrevera à Regente contando-lhe «como os índios Bárbaros **Janduins** residentes no distrito e sertão da capitania, estavam rebelados e declarados inimigos».

«Haviam morto diversos colonos do Rio Grande do Norte e cada vez mais ameaçadores se mostravam.» Tem causado tanto receio, diz a Carta Régia, que os brancos tratam de fazer suas casas-fortes em que se possam defender dos repetidos assaltos que aquêles bárbaros costumam dar.

«As causas motivadoras destas agressões provinham de violências sofridas pelos índios. Queixavam-se de João Fernandes Vieira sob cujo govêrno na Paraíba (1665-1667) haviam sido muito maltratados. A ferros tinha Vieira mandado pôr os dois filhos do maioral Janduí mais prestigioso. —E, logo depois, prendera quatro outros tapuias e os remetera a Lisboa, enviando-os ao Rei.

Espalhara-se a notícia de que pretendia proceder do mesmo modo com muitos principais caciques. Daí o alvorôto dos índios.

À vista da gravidade da situação, que lhe era exposta, entendeu a Rainha fazer com que aos rudes adversários «se extinguissem de vez».

Vários tópicos do documento régio são o reconhecimento do valor dos tapuias-nordestinos, valorosos como eram, fácil seria se convertessem em «outros novos Araucanos como os das Índias de Castela».

Dispondo de farta cavalhada, amigos e discípulos dos holandeses mais perigosos se tornavam ainda.

Pensou Matias em atacá-los pelo lado de leste. Seu sobrinho Diogo Coelho de Albuquerque, Capitão-Mor do Ceará (1660-1663) os investiria da parte do Norte. Tinha sob sua obediência outras nações de bárbaros contrários aos **Janduins** «Dando-lhes pelas espaldas, não poderiam êstes escapar nem ter retirada.»

A seu ver, isso se faria com pequeno sacrifício da Fazenda Real. Achava a Rainha o assunto relevante. E recomendava-lhe o estudo detido do Governador-Geral.

Nada ou quase nada se fêz. Taunay («Resistência à conquista do Nordeste», Jornal do Comércio, número de 24 de maio de 1936).

face da gravidade do momento. Os Camaristas da Vila, reunidos em Senado, deliberaram apelar para o Capitão-General de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, cuja jurisdição, dilatando-se das margens setentrionais do S. Francisco às extremas ocidentais do Ceará, incluía as terras assoladas pela guerra.

"Vimos, diziam em carta de 25 de fevereiro de 1687, pedir com tôda brevidade, socorro pelo risco em que nos achamos, diante da rebelião dos índios **Tapuios** que, no sertão de Açu, já têm morto perto de cem pessoas, escarmentando os moradores, destruindo os gados, de modo que já não são êles senhores daquelas paragens."

A fortaleza, esclarecia a missiva, acha-se sem guarnição, não dispondo, assim, o Govêrno dos recursos necessários para acudir aos pontos atacados; concluía, rogando-o socorro que não devia faltar em tão extrema necessidade.

A congênere de Olinda mandou, outrossim, a Câmara de Natal, na mesma data, sua mensagem de angústia.

Depois de narrar os acontecimentos que teriam tido começo, segundo ela, a 15 de fevereiro daquele ano, rogava-lhe que, junto ao Capitão-General interpusesse os bons ofícios a fim de que não esquecesse a remessa de infantaria e o mais que fôsse preciso para debelar o perigo.

O Capitão-Mor da Paraíba não foi olvidado. Escreviam-lhe os Camaristas, seis dias depois, em 1.º de março, relatando-lhe os fatos ocorridos e solicitando auxílio. Insinuavam que, se as fôrças entrassem pelo sertão confinante, decerto encontrariam o Capitão-Mor Manuel de Abreu Soares, que tinha ido para o Açu a causar todo o dano possível ao inimigo a cuja crueldade não escapavam as próprias crianças.

O Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, por sua vez, impossibilitado de promover a defesa dos moradores por falta de soldados, víveres e munições, dirigiu-se ao Governador-Geral do Brasil, em carta datada de 22 de março de 1687, para clamar por auxílio. Informando-o de que "o gentio bárbaro se havia levantado e morto mais de 60 pessoas, entre os brancos e negros, e ia continuando o mesmo estado", pedia, por isso, urgente, socorros.

A Câmara do Rio Grande do Norte, que tão apressurada se mostrara em escrever cartas solicitando auxílio, secundou-o de maneira formal, enviando um de seus membros, o vereador Manuel Duarte de Azevedo, à Bahia, para tratar pessoalmente do caso com aquela alta autoridade administrativa e militar da Colônia.

Pôsto a par da situação, acedeu o Governador-Geral em intervir a fim de salvar da ruína e da morte os poucos colonos que, na Capitania, ainda mantinham suas posses de terra.

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Neste propósito, ordenou, em carta de 17 de junho de 1687, a João da Cunha Souto Maior, Capitão-General de Pernambuco, que, com maior brevidade, prestasse auxílio à Capitania assolada; utilizaria, para isso, todos os elementos de que, na ocasião, pudesse dispor. Demonstrando a melhor boa vontade em cooperar, respondeu-lhe prontamente o destinatário que ficava aprestando duas companhias dos Terços de Camarão e dos Henriques para irem à guerra.

Tais afirmativas, sem dúvida por demasiado vagas, não satisfizeram, porém, o Governador, que renovou a ordem em setembro de 1687. Já agora, precisando as medidas a serem tomadas, determinava Matias da Cunha ao Capitão-General de Pernambuco, fizesse marchar, sem perda de tempo, as duas companhias de guerra a que aludira, mas que as formasse da melhor gente, colocando-as sob a direção dos oficiais mais experimentados de que pudesse dispor. "Não é justo, observava, que padeçam os moradores o perigo, tendo tão vizinho a Vossa Senhoria e não podendo êles sós resistir ao poderio de um inimigo que tanto os aflige e lhes destrói as fazendas."

Multiplicando as providências destinadas a pôr fim ao danoso conflito, incumbe, ao Capitão-Mor da Paraíba, Amaro Velho Cerqueira, carta de 17 de setembro de 1687, de acudir à ameaça de extermínio, que pairava sôbre as gentes da Capitania limítrofe, a ela fazendo chegar o maior número possível de homens capazes daquela jornada, bem armados e municiados.

Como aos pernambucanos, deviam comandá-los chefes de grande experiência.

Delibera, ainda, designar Comandante-Geral das tropas paraibanas ao Coronel Antônio de Albuquerque Câmara, môço fidalgo da Casa Real, sob cujas ordens serviriam igualmente as companhias dos Terços de Henrique Dias e Camarão.

Comunicando ao Capitão-Mor do Rio Grande, Pascoal Gonçalves de Carvalho, carta de 17 de setembro de 1687, a sua resolução, pedia ao subordinado que, êle e a Câmara, proporcionassem ao recém-nomeado tudo que fôsse necessário a uma expedição de tanta importância, além da gente de que, porventura, carecesse.

As medidas enumeradas de que, aliás, tiveram pleno conhecimento os oficiais da Câmara do Rio Grande do Norte, por carta de 24 de setembro de 1687, ou porque não fôssem cumpridas à risca ou porque insuficientes, resultaram tôdas pràticamente inúteis.

* * *

Na vereação de 2 de dezembro, reconheciam, com efeito, aquêles oficiais, que os bárbaros estavam senhores das ribeiras do Açu

e do Apodi e a república em perigo. Em face da gravidade da situação e o pouco fervor com que parecia agir o Capitão-Mor, acordaram todos uma resolução heróica: — seguir em pessoa para o interior e bater os bárbaros, com aquêles que os quisessem acompanhar.

Na mesma ocasião, deliberaram dirigir-se novamente ao Governador-General, para cientificá-lo de que os gentios, donos do sertão, assaltavam agora os colonos da ribeira do Ceará-Mirim, que mal podiam defender-se mesmo com o apoio das "casas-fortes". Na maioria construídas em Tamatanduba, Cunhaú, Goianinha, Mipibu, Groaíras, Potengi, Utinga, Aldeia de S. Miguel eram, na verdade, de muito pouco eficiência pois, em cada uma, assistiam apenas cinco ou seis homens, à falta de pessoal capaz. A melhor gente partira para a guerra, sob o comando do Coronel Antônio de Albuquerque Câmara.

Insistiam, assim, pela ajuda de 50 prêtos de Henrique Dias que haviam sido pedidos ao Capitão-General de Pernambuco, carta de 2 de dezembro, com cinco peças de pequeno calibre, cento e cinqüenta casais de índios, mantimentos e efeitos da Fazenda Real. Isso porque, esclareciam, os dízimos da Capitania, provenientes da criação do gado, já não existiam em vista das grandes destruições ocorridas.

A 8 de janeiro, respondia o Governador de Pernambuco às cartas recebidas da Câmara e àquela de que fôra portador o Capitão Teodósio da Rocha. Em relação à de 2 de dezembro de 1687, informava que, para deliberar sôbre a solicitação nela formulada, tinha convocado o Senado da Câmara de Olinda. Na reunião, ficara assentado aceder ao pedido; para tal era, porém, mister fazer despesas e a Fazenda Real não podia gastar mais que a importância necessária ao preparo e remessa dos cento e cinqüenta casais de índios requeridos, com armas e munições, fardamentos e mais duas peças de campanha. Ao Procurador da Fazenda Real do Rio Grande do Norte caberia, por isso, concorrer com duzentos mil réis para a farinha e frete dos barcos, destinados ao transporte da fôrça, obrigando-se, também, a sustentá-la pelo espaço de seis meses, em campanha (58).

O Capitão-Mor do Rio Grande, diante da morosidade dos socorros e, como dissemos, sem fôrça suficiente para bater os silví-

(58) Em virtude de tal deliberação, ver-se-ia o Procurador forçado a tomar por empréstimo os duzentos mil réis à Câmara de Olinda, servindo de fiador Antônio Lopes Leite.

colas, lançou, em 24 de fevereiro de 1688, um Bando no qual declarava, em nome de Sua Majestade, que seriam perdoados de seus crimes aquêles que acudissem ao real serviço, fazendo guerra ao gentio.

Nessa mesma data, eram moradores livres chamados às armas.

Entre aperturas e sustos de tôda sorte, via Pascoal Gonçalves de Carvalho escoarem-se os últimos momentos de seu govêrno.

A situação se tornara tão incerta e tensa que o colapso parecia iminente. Nas próprias imediações da vila, ninguém se sentia em segurança, nem tinha garantia de vida. Repetidas vêzes, saiu o Capitão Gonçalo da Costa Faleiro com a pouca tropa que lhe restava a bater os arredores pelo receio de que ocorresse um ataque de surprêsa contra a sede da Capitania.

Para o interior, já então havia seguido um contingente de seiscentos homens. Estavam êstes, porém, insuficientemente aparelhados, pois cada um dêles recebera apenas uma quarta de farinha, como provisão de bôca. Haviam marchado confiando simplesmente no Capitão-General de Pernambuco que se obrigara a acudi-los com os necessários mantimentos.

Como se não objetivassem tais promessas e fôssem grandes as aperturas financeiras em que se achavam as autoridades locais para ocorrer ao aprovisionamento da fôrça, o Senado da Câmara dirigiu-se, em 29 de maio do mesmo ano, ao Capitão-General, nos seguintes têrmos:

"Há seis meses precisos que V.S. não tem mandado os socorros prometidos e já recomendados por Sua Majestade e pelo Governador-General; nestas condições fizemos seguir o Procurador do povo, Gaspar Rebouças Malheiros, em companhia do Capitão-Mor Francisco Beranger de Andrade, a fim de apresentar os nossos protestos, em nome de Sua Majestade e do Governador-Geral, pelo estado em que se acha a Capitania, diminuída, quase abandonada pelas fôrças, devido a essa falta de mantimentos e socorros que até o presente momento não têm chegado."

* * *

Decorrido algum tempo, era Matias da Cunha cientificado pelo Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, Pascoal Gonçalves de Oliveira, e pelo Governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, da derrota sofrida pelo Coronel Antônio de Albuquerque Câmara, derrota que os documentos coevos chamam, por eufemismo, "mau sucesso".

Segundo relato oficial, Antônio de Albuquerque Câmara que, à frente de 300 homens, fizera uma entrada contra os bárbaros que devastam os sertões, fôra atacado de inopino por mais de 100 arcos contrários com os quais lutara bravamente por espaço de um dia, até que, não podendo mais resistir, se retirara.

Igualmente resultara inútil para dominar o levante da tapuiada a intervenção de Jorge Luís Soares que, com seu Têrço de Henriques, fôra mandado de Pernambuco para o Rio Grande do Norte, em 1687 (59).

Persuadido de que o perigo, mais e mais se avolumando, cedo tomaria a feição de verdadeira catástrofe, convocou o Governador-Geral a Junta de Letrados — teólogos, ministros, oficiais maiores e gente de prol da Colônia — para deliberar sôbre a melhor maneira de pôr côbro definitivo às atividades guerreiras dos amotinados.

A Assembléia, posta a par do sucedido e contagiada pelos receios que afligem a autoridade máxima da Colônia, julgou, desde logo e por unanimidade, justa a guerra a se fazer aos bárbaros e assentou que ela deveria ser ofensiva e sem quartel. Os prisioneiros colhidos seriam considerados cativos na forma da Provisão de Sua Majestade, datada de 1611. Opinou, ainda, se mandasse presidiar, com fortes contingentes armados, as fortalezas de Natal e do Ceará. Foi, também, de parecer que a Fazenda Real ocorresse às despesas a serem feitas com a aquisição das armas e munições necessárias à campanha e com a compra das fardas para os índios e soldados prêtos que dela participassem. Às Câmaras de Olinda, Itamaracá e Paraíba caberia sustentar, enquanto pelejassem, os soldados mobilizados, do mesmo modo como os vinham sustentando e provendo durante a paz; a tôdas três competia concorrer ainda para o mantimento dos índios e prêtos que prestassem serviço.

Das Capitanias citadas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba seguiriam, de refôrço, 200 infantes e o resto dos homens das fôrças dos Henriques e Camarão que por lá houvesse. Tudo isso far-se-ia com "a brevidade que estava pedindo a insolência dos bár-

(59) Era Jorge Soares um dos heróis da guerra contra os holandeses e lograra a honra de suceder ao próprio Henrique Dias no comando do regimento da gente preta de Pernambuco. Faleceu pelas alturas de 1693, tendo o Rei feito mercê de seu pôsto a Domingos Roiz Carneiro. Na carta-patente, passada a 12 de janeiro de 1694, a Domingos Roiz Carneiro para Mestre-de-Campo dos homens prêtos de Pernambuco, D. Pedro II lembrava, diz Taunay, que Roiz Carneiro, Sargento-Mor da terra, servira com distinção contra os palmarenses, e mandara socorrer o seu Mestre-de-Campos, Jorge Luís Soares, então em campanha contra os bárbaros.

baros, o estrago dos moradores e o perigo de uma capitania tão importante".

Concordando, sem muitas discrepâncias, com êste vasto programa de ação, que êle próprio sugerira, determinou o Governador-Geral a João da Cunha Souto Maior (carta de 14-III-1688) que reforçasse a fortaleza dos Santos Reis Magos com 80 infantes e a do Ceará com mais 30. A guarnição da primeira daquelas praças devia ali permanecer definitivamente. "Era lastimável, observava, que a melhor fortaleza que tinha Portugal em suas conquistas, estivesse defendida apenas por 7 moradores e um artilheiro incapaz e que a do Ceará continuasse sujeita ao arbítrio dos piratas que lhe infestavam a costa e de cujas comunicações com os bárbaros havia não poucos indícios."

Isso dispunha a mesma autoridade lembrando sempre que tanto aos moradores da Paraíba, quanto aos de Pernambuco, interessava a defesa do Rio Grande do Norte, pois de lá vinham os gados para suas conservações e para sustento dos seus presídios.

Resolveu, também, que seguisse sem demora a participar da luta Manuel de Abreu Soares a quem passou patente de Capitão-Mor da entrada contra os bárbaros.

Sua fôrça compor-se-ia de 200 infantes escolhidos, dos quais 150, com 4 capitães, seriam tirados do presídio de Pernambuco e dos mais capazes para a emprêsa que se tinha em mira, de Itamaracá iriam 25 e outros tantos da Paraíba. À expedição incorporar-se-iam o Governador do Têrço de Henrique Dias, com 100 soldados prêtos, e o Capitão-Mor dos índios, com 400 dos seus comandados (Carta ao Governador de Pernambuco, João da Cunha de Souto Maior, de 14-III-1688).

Aos milicianos sustentariam as Câmaras das localidades onde estavam servindo pois era natural, esclarecia o Governador, que os provendo do necessário nas épocas normais, fizessem-no igualmente durante as campanhas militares.

O aprovisionamento de 400 índios e dos 100 soldados prêtos correria à conta dos habitantes das Capitanias acima citadas, sendo as despesas divididas em três partes. Duas, caberiam à Capitania de Pernambuco; a metade da terceira parte ficaria à responsabilidade de Itamaracá e a outra metade à da Paraíba. Para fazer frente a tais gastos tinham as Câmaras liberdade ampla de lançar mão dos meios que julgassem convenientes e efetivos (60).

(60) Como o Governador de Pernambuco lhe houvesse obtemperado que muito dificultava a remessa de gente para o Rio Grande do Norte o fato de não

Ao seu subordinado esclarecia, solícito, o Governador que dirigisse a entrada e a guerra "a fazer aos bárbaros como entendesse poder ser mais efetiva, **degolando-os** e **seguindo-os** até os **extinguir** de maneira a ficar exemplo dêste castigo a tôdas as mais nações que confederadas com êles não temiam as armas de Sua Majestade que considero vitoriosas indo a cargo de Vossa Mercê".

Dizia mais:

"Dos sucessos que Vossa Mercê tiver me vá dando conta com tôda a particularidade" (Carta de 14-III-1688).

Feitas essas observações, concluía: "E como eu **declarei** em Junta Geral que fiz, que os prisioneiros nesta guerra seriam escravos daqueles que os cativassem, assim como êste é um grande estímulo para o gôsto dos soldados, é muito importante o reparo que Vossa Mercê deve fazer em não consentir que **deixem de degolar os Bárbaros** grandes só para os cativarem, o que principalmente farão aos pequenos, e às mulheres de quem não pode haver perigo, que fujam ou se levantem (61).

OUTRAS PROVIDÊNCIAS DO GOVERNADOR-GERAL

Às desbaratadas fôrças do Cel. Antônio de Albuquerque Câmara determinou mandar agregar uma companhia a ser constituída de homens pardos, degredados e criminosos homiziados nas terras que se dilatavam desde o Rio Grande do Norte até a Bahia.

Para convocar essas gentes para guerra, fêz afixar bandos, prometendo-lhes perdão em nome de Sua Majestade, desde que se fôssem colocar às ordens daquele valente lutador. Deveriam os inte-

ter o seu Capitão-Mor, nem o Provedor da Fazenda, permissão para dispensar quantia alguma do erário de Sua Majestade, fêz o Governador-Geral, com a aquiescência do Procurador da Coroa e apoiado nas Ordens Régias vigentes que regulavam o assunto, passar, pela Provedoria Geral, às autoridades daquelas Capitanias ordem para fornecer as armas e munições imprescindíveis ao resto dos socorros, podendo com êles despender até 600$000 em dinheiro. Resolveu, ainda, que se desse 100$000 ao Governador dos prêtos e 200$000 ao Capitão-Mor dos índios em lugar das fardas a que teriam direito.

Poderia acontecer, anotava em carta a João da Cunha Souto Maior, que a Fazenda Real não dispusesse dos 900$000 necessários às despesas; neste caso, deveria êle conseguir a importância de qualquer modo. Por empréstimos compulsórios feitos a particulares ou por meio de outros que considerasse mais adequados.

(61) Recomendações semelhantes seriam feitas a Antônio de Albuquerque e aos outros cabos de guerra.

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO

ressados, para gozar dos favores prometidos nos editais, apresentar depois de finda a luta, uma Certidão do seu Comandante, em que constassem o tempo de serviço prestado e a notícia do valor com que se houvesse conduzido durante as operações bélicas.

Ainda no intuito de fortalecer a tropa de Antônio Albuquerque, foi, outrossim, determinado ao Capitão do Rio Grande do Norte que, dos 80 infantes mandados para a guarnição da fortaleza dos Três Reis Magos, retirasse 50 e logo os remetesse com um cabo àquele chefe militar.

Ao Capitão-Mor da Paraíba coube o encargo de fazer voltar à aldeia da Preguiça os índios que, por motivos não bem fixados, dela haviam saído furtivamente, buscando asilo nas aldeias vizinhas de Cunhaú, Groaíras e Mipibu. Uma vez a ordem cumprida, ou seja, logo que os fugitivos regressassem a seus penates, seriam também engajados e levados ao Cel. Albuquerque Câmara. Aos que fôssem voluntàriamente assistir na guerra, far-se-ia a promessa formal de lhes ser concedida, mais tarde, plena liberdade (Carta de 14 de março de 1688, a Amaro Velho Cerqueira).

Para o sustento dos homens de Albuquerque Câmara lhe foi adjudicada a quantia de 200$000, parte da contribuição versada pela Câmara do Rio Grande do Norte. A importância destinava-se especialmente à compra de farinha a ser remetida parceladamente aos combatentes (62).

A Antônio de Albuquerque e Abreu Soares forneceria o Governador de Pernambuco as armas e munições necessárias para a guerra. Teria a autorização de despender 600$000 da Fazenda Real, nas conduções e aprestos necessários, e mais 300$000 para se darem cem aos prêtos e duzentos aos índios, ficando as importâncias, desde logo, à disposição dos respectivos comandantes.

Os dois chefes, Albuquerque Câmara e Abreu Soares, teriam absoluta independência e comandos autônomos; deveriam, todavia, como era natural, colaborar com o máximo empenho e lealdade para o bom desfecho da campanha. Resolveriam, de comum acôrdo, o setor onde iriam atuar e o modo pelo qual seria conduzida a guerra, que deveria ser sem quartel.

(62) À Câmara do Rio Grande do Norte fôra imposta a obrigação de concorrer com 300$000, visto muitos dos moradores da Capitania estarem compreendidos no número daqueles que exploravam suas terras e currais.

Da citada importância, 100$000 caberiam ao Governador-das-Armas Paulistas e os 200$000 restantes seriam empregados na compra da farinha para sustento das fôrças do Coronel Antônio de Albuquerque Câmara.

Ficariam ainda livres dos laços de subordinação às autoridades do Rio Grande do Norte para, assim libertos, poderem agir com a necessária eficiência no combate às tribos sublevadas (63).

O GOVERNADOR-GERAL E OS PAULISTAS

Revelando todo seu interêsse pelos negócios públicos, escreveu pessoalmente, ao Governador-das-Armas, Matias Cardoso de Almeida, que então devia achar-se acampado nas margens do rio S. Francisco, ordenando-lhe mobilizasse os seus 300 soldados e índios e marchasse, sertão adentro, em busca dos rebeldes.

Para isso lhe remetia armas, munições e mantimentos, além de cem mil réis de ajuda de custo, parte da importância versada pela Câmara do Rio Grande do Norte, como contribuição de guerra.

Essa ordem não foi, porém, cumprida porque Matias Cardoso já não se encontrava no S. Francisco. Impelido pelo seu gênio aventureiro, o destemido paulista deixara as paragens ribeirinhas do grande caudal, seguindo para São Paulo. Iria, segundo alguns documentos, buscar farinha para abastecer o seu arraial (64).

* * *

(63) A independência dos comandantes da fôrça em campanha foi de curta duração. Revogada a ordem por determinação do próprio Matias da Cunha, ficaram os chefes, que pelejavam com os gentios norte-riograndenses, de nôvo subordinados ao Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, Agostinho César de Andrade. Solucionando, mais tarde, dúvidas suscitadas por Manuel de Abreu Soares no tocante à subordinação que deviam os chefes militares ao Capitão-Mor, esclarecia o Governador-Geral, em carta de 14 de outubro de 1688, a Agostinho César: «Encarregando Sua Majestade a V. Mercê o govêrno dessa Capitania que deu menagem em suas reais mãos se não pode duvidar que todos os cabos de infantaria miliciana e auxiliares, que nêle entrarem devam estar, como devem, às ordens de Vossa Mercê.» E acrescenta: «Mas porque se tire todo gênero de escrúpulos, por êste declaro que a jurisdição de Vossa Mercê é sôbre todos, e assim ordeno ao Capitão-Mor Manuel de Abreu Soares, ao Governador dos Paulistas, ao Coronel Antônio de Albuquerque, e a todos os mais oficiais que se acham e se acharem nesta guerra obedeçam a tôdas as ordens que V. Mercê lhes der e V. Mercê entender que são mais convenientes ao serviço de Sua Majestade e mais conformes ao estado da guerra e último fim da destruição dos bárbaros e quietação dessa capitania», com que ficarão cessando os inconvenientes que podiam resultar de não ter entendido assim.» Nas cartas expedidas, por essa época, a Abreu Soares e Albuquerque Câmara, recomenda-lhes particularmente que, de modo algum, consentissem que seus homens poupem a vida dos índios aprisionados com o fito de cativá-los. Todos os que caíssem em suas mãos deviam ser invariàvelmente degolados. Excetuar-se-iam apenas mulheres e crianças.

(64) Ao assumir o govêrno foi disso informado Frei Manuel da Ressurreição pelo Capitão-Mor.

Outro calção-de-couro, Domingos Jorge Velho, que propusera ao Governador João da Cunha Souto Maior terminar, por conta própria, a conquista dos quilombos do Govêrno de Pernambuco e se achava então em terras do Nordeste com mais de 300 homens, vindos da Capitania de S. Vicente com êsse objetivo, era por êle desviado de sua missão e mandado atacar os rebeldes pelos sertões da Paraíba, Rio Grande e Ceará (Carta de 8-III-1688). Ordem idêntica receberia o Capitão-Mor André Pinto que com outros 300 sertanistas estava também a caminho dos Palmares (65).

* * *

Pôrto Seguro precisa o dia 3 de março de 1687 como sendo o da assinatura do contrato em 16 artigos, lavrado entre João da Cunha Souto Maior e Domingos Jorge Velho, por seus procuradores, o Capitão-Mor Cristóvão de Mendonça e o Carmelita Frei André da Anunciação. Êste ajuste, que sòmente seria aprovado pelo Governador-Geral a 3 de setembro de 1691 e, pela Côrte de Lisboa, a 7 de abril de 1693, está publicado na íntegra na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil" Vol. 1885 T.I. pág. 19.

A pluralidade das ordens expedidas e medidas aconselhadas pelo Governador-Geral refletem bem a profunda aflição de que todos se achavam possuídos ante a grandeza daquela catástrofe que, alastrando-se como uma onda de sangue, ameaçava a própria soberania portuguêsa em terras nordestinas.

(65) Eis o texto completo da ordem que fêz mudar, temporàriamente, de objetivo a Jorge Velho: «Carta para o Capitão-Mor Domingos Jorge Velho sôbre partir com a gente que tiver sôbre os bárbaros do Rio Grande.

«Sei que está Vossa Mercê com sua gente de caminho para os Palmares, e porque ora me chegou um aviso do Capitão-Mor e Câmara da Capitania do Rio Grande e juntamente carta do Governador de Pernambuco em que me dá conta do mau sucesso que teve o Coronel Antônio de Albuquerque Câmara na entrada que fêz aos bárbaros pela destruição antecedente que haviam feito aos moradores brancos, escravos e currais, pelejando um dia inteiro até poder resistir, e é evidente o perigo em que fica a mesma Capitania a que devo acudir por todos os meios possíveis: e o mais pronto é marchar V. Mercê daí com tôdas as fôrças que tiver sôbre aquêle bárbaro, e fazer-lhe todo dano que puder, porque nisto faz V. Mercê mais importante serviço a Sua Majestade, que na jornada dos Palmares de que V. Mercê se suspenda, e assim lho ordeno. E eu fico dispondo novos socorros para marcharem com a mesma brevidade pelo sertão. Ao mesmo isento: Espero que não só terão tôdas as glórias de degolarem os bárbaros, mas a utilidade dos que prisionassem na forma do Regimento de Sua Majestade de 611 pelo que V. Mercê seja o primeiro assim no partir, como em me dar conta do poder que leva. Deus guarde a Vossa Mercê. Bahia, 8 de Março de 1688, Matias da Cunha.»

OS INSUCESSOS DE ABREU SOARES

Apenas investido da missão, deu-se pressa Abreu Soares em partir para a ribeira do Açu, onde levantou arraial, sem que lhe pesassem os oitenta anos de idade, grande número dos quais vividos em rudes pelejas contra índios e holandeses.

Ao velho sertanista não sorriram, porém, os fados nesta campanha tão pouco gloriosa para as armas luso-brasileiras.

A infantaria paga que, desde a partida, dava mostra de indisciplina, encabeçada pelo Capitão Antônio Pinto pôs-se em franca rebeldia contra as ordens do chefe.

Da cizânia resultou que, logo ao primeiro encontro, havido entre a fôrça e os tapuias, desertasse a maior parte da gente branca, desmentindo, dêsse modo, a antiga tradição de valor que os pernambucanos tão brilhantemente haviam conquistado na épica campanha da Restauração. O grosso contingente de 600 homens, que operava sob comando imediato de Abreu Soares, reduziu-se assim, sob o impacto do mêdo, a duzentos e poucos.

Com alguns milicianos, que lhe haviam ficado depois da debandada geral, índios de Camarão e os prêtos de Henrique Dias, cometeu êle a imprudência de abandonar a casa-forte que edificara para, unido a outro chefe, provàvelmente Pedro Albuquerque Câmara (66), ir dar caça aos índios da redondeza.

O desamparo do fortim foi um grave êrro porque abriu aos bárbaros a fronteira da Paraíba aos rebeldes e os fêz senhores quase absolutos dos sertões do Açu e dos seus currais de gado.

INSISTE O GOVERNADOR EM DAR MAIOR VULTO À COOPERAÇÃO DOS PAULISTAS

Informado do nôvo desastre que tão mal deixava o prestígio dos povoadores, decidiu o Governador que o meio mais eficiente e pronto de alcançar a vitória definitiva seria empenhar na luta novos contingentes de sertanistas piratininganos.

(66) Antônio Bezerra diz que Abreu Soares fêz-se forte no sítio Ôlho d'Água e que em seguida, no dia 20 de julho, se transferiu para outro lugar denominado Sta. Margarida a cinco léguas distante daquele, onde hoje está a cidade de Açu.

A êstes caberia a missão de atacar o inimigo pelo sertão, de maneira que, vendo-se cercados, não mais pudessem oferecer resistência apreciável.

No propósito de obter o concurso dessa gente, escreveu aos Oficiais da Câmara de S. Paulo (carta de 10 de maio de 1688), expondo as angústias das populações rurais do Rio Grande do Norte e concitando-os a persuadirem os paulistas a virem participar das operações militares que estavam sendo levadas a cabo contra os bárbaros. A emprêsa parecia-lhe das mais interessantes e tentadoras para homens afeitos, como êles, ao desempenho de missões bem mais rudes e perigosas.

Explicava que a guerra fôra declarada justa e que os gentios nela aprisionados seriam considerados legalmente cativos, e assim muito lucrariam, do ponto-de-vista pecuniário, os que nela se empenhassem. Relatando os acontecimentos mais ruidosos da campanha, dizia que, no ano anterior, os rebeldes haviam trucidado mais de cem pessoas entre brancos e escravos, destruindo cêrca de 30.000 cabeças de gado e que, no ano em curso, 30 homens já eram mortos além dos numerosos feridos. Tais fatos constituíam verdadeira calamidade, não só para a Capitania ainda pouco povoada, como para as demais unidades do Govêrno Pernambucano, que ali se abasteciam de carnes.

Pondo-os a par das insolências dos bárbaros, fazia o Governador referências claras à derrota sofrida pelo Coronel Antônio de Albuquerque Câmara, e assegurava que, em conseqüência dela, os moradores estavam prestes a abandonar terras e haveres. Bom político, não esqueceu de lisonjear a vaidade e o bairrismo dos paulistas, enaltecendo, com justos gabos, a ação daqueles que, com Estêvão Boião Parente, haviam combatido e desbaratado os tapuias de Paraguaçu.

Carta idêntica dirigiu ao Capitão-Mor da Capitania de S. Vicente, Tomás Fernandes de Oliveira, também em 10 de março de 1688.

Desvelando-se em amparar os moradores do Rio Grande do Norte e Ceará, tão duramente maltratados pelos contínuos assaltos dos silvícolas, e revidar o inimigo implacável cuja crescente ousadia culminara no ataque à povoação de Cunhaú, sita nas imediações de Natal, o Governador-Geral escrevia cartas sôbre cartas a seus subordinados imediatos, lembrando-lhes a necessidade de reforçar a defesa das áreas assoladas.

Ao Bispo governador de Pernambuco impôs a incumbência de enviar armas, munições e mantimentos, são só a Manuel de Abreu Soares, cuja situação continuava periclitante, mas igualmente aos paulistas que pelejavam sob as ordens de Domingos Jorge Velho.

O Mestre-de-Campo Zenóbio Acióli de Aguiar passaria em revista os terços de infantaria de Pernambuco, que lhe eram subordinados, dêles retirando o maior número possível de soldados, mandando-os a tôda pressa a tomar parte na guerra. De maneira idêntica dever-se-ia proceder em relação às tropas das ordenanças.

Ordem para acudir o Rio Grande do Norte recebeu ainda o Capitão-Mor Amaro Velho Cerqueira. A êste encomendou a autoridade suprema da Colônia que para lá fizesse seguir a metade da infantaria destacada na Paraíba e os milicianos que pudesse tirar das companhias das ordenanças, em presídio na Capitania sob seu govêrno. Aos expedicionários forneceria boas armas.

Além da infantaria paga e dos milicianos, devia fazer marchar os indígenas mansos das aldeias situadas em terras de sua jurisdição administrativa. Todo o refôrço paraibano seria endereçado ao Capitão-Mor Agostinho César de Andrade a quem caberia dispô-los da maneira que melhor lhe parecesse.

As despesas com a compra de mantimentos correria por conta dos oficiais da Câmara da Paraíba.

A AÇÃO MILITAR DE DOMINGOS JORGE VELHO

Desviado do primeiro objetivo, deu-se pressa Domingos Jorge Velho em seguir rumo ao nôvo campo de ação que lhe fôra assinalado.

A carta de 5 de junho de 1688, de Francisco Beranger de Andrade, anunciava, com efeito, ao Governador-Geral a chegada do chefe paulista ao já então chamado rio das Piranhas, onde, em cooperação com o Coronel Albuquerque Câmara, construíra um arraial.

A posição de Albuquerque Câmara era precaríssima. Encontrou-o Jorge Velho em quase completo desamparo. Sob seu comando havia apenas o capelão militar e um trombeta em virtude de terem desertado as outras praças. Contando ùnicamente com a ajuda de tropas irregulares, sustentava todo pêso da guerra e estava ameaçado, a cada instante, de ver rompidas as suas linhas.

O Sargento-Mor Pedro de Albuquerque Câmara que, com a gente de seu regimento, marchara desassombradamente para o sertão a fim de socorrê-lo, fôra, pelo Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, Pascoal Gonçalves de Carvalho, obrigado a derivar e unir-se ao Capitão-Mor Manuel de Abreu Soares para com êle expedicionar pelo interior e bater os rebeldes.

O fato, em si, constituía uma grave infração aos planos de campanha traçados pelo Governador-Geral que, tomando-se de razões, repreendeu o seu subordinado, ameaçando puni-lo severamente. Ob-

servara que as ordens eram para que ambos os chefes buscassem os bárbaros por caminhos diversos e, assim, teria êle agido com mais acêrto se houvesse dispensado ao Coronel Albuquerque Câmara todo o auxílio possível, enviando-lhe soldados para engrossar o seu poder (Carta de agôsto de 1688).

* * *

Dando princípio à guerra, bateu a região em aliança de esforços com aquêle chefe militar que, animado com a presença do paulista, se pusera novamente em franca atividade. Não obstante isso, a situação permanecia extremamente tôrva. Tanto que ao tomar posse do cargo, em junho de 1688, representara Agostinho César de Andrade ao Governador-Geral, dizendo que, no Rio Grande do Norte, sem embargo das ordens por êle, Governador, expedidas anteriormente para que a infantaria fôsse sustentada na campanha com a mesma despesa que com ela fazia a Câmara nos dias normais e da faculdade que lhe fôra concedida para despender até 900$000 com os socorros, faltava farinha para sustentar a gente que andava pelejando. Suplicava, por isso, ajuda imediata.

Solícito, concedeu o Governador-Geral o adiantamento de mil cruzados para a compra daquele gênero alimentício, considerado então de primeira necessidade.

Nesse sentido, escreveu a João Rêgo Barros, Provedor da Fazenda, — (carta de 4 de setembro de 1688) — ordenando-lhe adquirisse com tôda a brevidade, por conta do Erário Real, mil cruzados do produto reclamado e os remetesse para o Rio Grande do Norte, à disposição do Capitão-Mor.

A conjunção de esforços entre Albuquerque Câmara e Jorge Velho resultou bastante proveitosa, modificando de certo modo a fisionomia geral das operações bélicas.

A 2 de agôsto de 1688, aportava, com efeito, em trânsito, a Pernambuco, o Capitão Sebastião Pimentel, incumbido pelo chefe paulista de dar conta ao Governador-Geral das primeiras vitórias alcançadas sôbre os silvícolas sertanejos. Segundo afirmava o emissário, as tropas unidas haviam logrado derrotar o inimigo depois de pelejar porfiadamente durante quatro dias a eito. Fizeram ainda notável prêsa de gado. Por lhes faltar pólvora se tinham, porém, recolhido ao quartel, onde seriam obrigadas a permanecer até que lhes chegassem os socorros que reclamavam como imprescindíveis ao prosseguimento da campanha.

O emissário de Jorge Velho não atingiu a Metrópole Colonial Brasileira. Desejoso, sem dúvida, de apressar o desfecho da luta, o Governador Fernão Cabral a tôda pressa o fêz voltar do Recife

com armas e munições de que pôde dispor no momento. Na ignorância de tais fatos, dera, dias antes, essa autoridade, ao seu superior hierárquico, lastimosas notícias da marcha da guerra e dos insucessos experimentados pelas armas de Sua Majestade. Comunicação idêntica fôra transmitida ao Governador-Geral pelo Capitão-Mor do Rio Grande do Norte.

A correspondência em que o chefe paulista comunicava a sua recente vitória foi, para o atormentado Governador-Geral, como um refrigério. Apenas teve ciência da nova auspiciosa, felicitou o seu subordinado por tudo que obrara. Respondeu, também, ao pedido formulado pelo mesmo militar para que lhe mandasse patentes de capitães da infantaria para oficiais que serviam sob suas ordens, a exemplo do que, na guerra contra os bárbaros da Bahia, se fizera ao seu Governador, Estêvão Boião Parente, dizendo:

"As patentes que a êle e aos mais oficiais dos paulistas se concederam foram sem sôldo. Mas para que Vossa Mercê entenda a estimação que faço de sua pessoa, e a grande opinião que tenho do seu valor e de seus soldados e que tenho mui presente a ação de deixar pela minha ordem a emprêsa dos Palmares, a que por tão áspero e dilatados sertões, veio destinado a São Paulo, e marchar logo a essa guerra, lhe envio com esta a patente de Governador de um Regimento que o ordeno a Vossa Mercê forme de tôda a sua gente e da mais que lhe agregar, com sôldo, e preeminências de Mestre-de-Campo, e para o Sargento-Maior, os quatro capitães e os dois ajudantes, do número, as suas, tôdas com os nomes em branco, para que Vossa Mercê lá os ponha, elegendo para êstes postos os sujeitos mais beneméritos de os ocuparem."

Esperava, dizia, a "nova de outros maiores sucessos, até finalmente lhe vir a última e mais gloriosa de ter acabado a guerra e ficarem totalmente extintos os bárbaros como Vossa Mercê me promete e os moradores dessa Capitania livres de suas insolências, como procuro..."

* * *

As vitórias alcançadas por Jorge Velho e sua gente, se verdadeiras, tiveram um interêsse meramente local; pouca, quiçá mesmo nenhuma, repercussão benéfica tiveram no imediato desenrolar da campanha.

Como a violência de um incêndio espraiando-se em campos ressequidos, alastra-se a revolta malgrado as providências e ordens do Governador para dominá-la ou mesmo apenas circunscrevê-la.

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Em magotes, cada vez mais numerosos, afluíam os guerreiros indígenas de todos os quadrantes do vasto sertão, prontos para investir contra os intrusos que lhe cobiçavam as terras. A revolta que, partida do Açu, se processara, a princípio, em dois sentidos opostos, ou seja, para leste em direção às áreas já colonizadas do nordeste e norte riograndense e para oeste, no rumo dos latifúndios criadores do Ceará, ia-se agora estender-se no sentido norte-sul; rumava-se à região interior da Paraíba donde marcharia até os sertões de Pernambuco.

Mais tarde, atravessando o Ceará, alcançaria as fronteiras piauienses.

Nesse entretempo chegava ao conhecimento do público uma notícia sensacional e desalentadora: comunicara João de Rêgo Barros ao Governador-Geral, em papel de 6 de setembro, que a Fazenda Real de Pernambuco se achava de bôrco e, assim, incapaz de fazer face às despesas decorrentes das operações bélicas contra os bárbaros. Mesmo isso não impediu, todavia, que o Governador-Geral prosseguisse na tarefa que se impusera de pôr fim ao terrível flagelo que ameaçava a obra colonizadora dos portuguêses. Com o senso de autoridade de que já dera sobejas provas e tendo em vista a situação das tropas em campanha e o capítulo do nôvo Regimento dos Capitães-Gerais do Brasil, que lhe permitia dispor, nas ocasiões de guerra, do dízimo, consignações e empréstimos, fêz reunir a mesa da Fazenda e resolveu autorizar o Provedor de Pernambuco, João de Rêgo Barros, a valer-se de todos os meios para conseguir dinheiro. Poderia mesmo tomar por empréstimo a importância que necessitasse para as despesas ordenadas.

Já então os rebeldes dominavam quase tôda a hinterlândia paraibana. Em outubro de 1688, era, com efeito, provido no pôsto de Capitão-Mor da fronteira das Piranhas, Cariris e Piancó, para êle criada e por patente passada pelo Governador-Geral, um homem de férrea energia, o Capitão-Mor Constantino de Oliveira Ledo Serra, provàvelmente filho ou descendente do português Antônio de Oliveira, o velho patriarca da aldeia de Boqueirão, de que nos fala o Padre Martim de Nantes, e primeiro ocupante do médio sertão paraibano.

FREI MANUEL DA RESSURREIÇÃO ASSUME A SUPREMA DIREÇÃO DO PAÍS

Por essa época recolhia Frei Manuel da Ressurreição a onerosa herança de inquietantes problemas políticos e econômicos deixados

por Matias da Cunha, assumindo, em 24 de outubro de 1688, o Govêrno-Geral do Brasil.

Vítima da peste, falecera o seu antecessor depois de curta permanência à frente da administração do país.

Como não lhe chegassem as respostas das cartas enviadas por aquela autoridade a São Paulo, o Prelado novamente se dirigiu, em data de 30 de novembro de 1688, aos oficiais da Câmara daquela vila para lhes pedir, em nome de sua Majestade, que persuadissem os seus jurisdicionados a virem em auxílio do Rio Grande do Norte. Fazendo um relato abreviado da situação, dizia o Arcebispo Governador que o sertão se encontrava por inteiro sob o domínio despótico dos rebeldes. Ressaltava, outrossim, que, em virtude de serem êstes incomparàvelmente mais fortes, não ousavam os luso-brasileiros ir investi-los nas suas aldeias. O inimigo, porém, cônscio de sua fôrça, chegara ao extremo de vir pôr em cêrco a nossa gente em seus improvisados redutos.

Já cogitara, é certo, dos meios necessários para melhorar a situação dos colonos mais os socorros expedidos eram tão exíguos que mal bastavam para defender as casas-fortes plantadas ao longo das fronteiras com os bárbaros.

Quanto a conquistá-los, nem se devia pensar em tal. Para enfrentá-los eficientemente, fazia-se, portanto, mister a vinda dêles, paulistas, a quem prometia não só honras e mercês, como bons proventos materiais. Insinuava o Prelado, cheio de blandícias, que sendo tão acostumados a penetrar os sertões para cativar índios contra as provisões de Sua Majestade, podiam agora fazê-lo em serviço do Rei, como leais vassalos seus. Agiriam "em público benefício daquelas Capitanias e o fariam com mais vontade não só pelo crédito de sua fama, e esperança de remuneração que há de ter o que obrarem, mas também pela utilidade dos bárbaros que aprisionarem, que justamente são cativos na forma das leis d'El-Rei, meu Senhor, e resolução tomada na Junta Geral dos Teólogos e Canonistas que sôbre esta guerra se fêz para delíberarem por tais".

Missivas de teor quase idêntico foram endereçadas ao Capitão-Mor da Capitania de S. Vicente, Tomás Fernandes de Oliveira (carta de 30 de novembro de 1688), e ao vigário de S. Paulo, Domingos Gomes Albernais (carta de 9 de dezembro de 1688).

Escreveu igualmente o Governador-Geral a Matias Cardoso (carta de 9 de dezembro de 1688), concitando-o a vir participar da guerra. A carta está pejada de elogios à pessoa do bandeirante paulista, de quem o missivista diz conhecer o valor e os feitos através de informações prestadas pelo Mestre-de-Campo Antônio Guedes de

Brito e pelo Provedor-Mor Francisco Lamberto (carta de 9 de dezembro de 1688).

Na carta, participava-lhe, outrossim, a mais alta autoridade administrativa da Colônia, que, tendo escrito à Câmara de S. Paulo para pedir-lhe que organizasse com urgência os reforços que careciam os habitantes das zonas conflagradas, não duvidava que esta o elegesse para governá-los. Nesse pressuposto recomendava-lhe que, sem perda de tempo, se pusesse a caminho do Nordeste para "acudir uma Capitania que tão ameaçada estava de padecer a última ruína".

Caso aceitasse o comando da expedição contra os bárbaros, ser-lhe-ia concedido, desde logo, o título de Governador do Regimento, que formasse, e as preeminências de Mestre-de-Campo. Como tal, venceria o sôldo do pôsto desde o dia que partisse de S. Paulo. Dava-lhe a faculdade de nomear o Sargento-Mor, os Capitães e mais oficiais do Têrço, fazendo-lhe ver a necessidade de expedir com a máxima urgência os reforços pedidos. Remetia-lhe as patentes de Sargento-Mor e Capitão e o autorizava a fornecer farinha e carne aos homens que houvessem de marchar por conta da Fazenda Real (67).

Para dar à ordem o cunho de maior legalidade, lhe enviava a necessária requisição.

Desejando, por outro lado, facilitar o recrutamento de voluntários, fêz o Governador-Geral publicar um bando perdoando os criminosos que se alistassem e cominando penas severas aos que se mostrassem indiferentes ao chamado às armas, dever que o Governador-Geral julgava peremptório a todos os bons portuguêses.

Aos índios mandou cêrca de 30 catanas que havia em depósito nos armazéns reais e nos paióis dos navios surtos nos portos da Bahia. Com tais larguezas, contava que tudo ficaria sanado e que os homens do baixo S. Francisco logo se poriam a caminho. Na realidade, porém, as coisas continuaram inalteradas.

Não havia ordens, nem estímulos que arrastassem os colonos àquela guerra sertaneja.

A 21 de março de 1689 recebia, com efeito, o Governador uma nova missiva de Aranha Pacheco, anunciando-lhe não ter conseguido reunir gente bastante para a expedição. Alegava, como motivo principal do fracasso, o faltarem ainda 600 mochilas para a tropa e não terem chegado as catanas destinadas aos índios. O que,

(67) Nomeado primeiramente pelo Bispo Governador de Pernambuco, teve a patente invalidada pelo Governador-Geral, sob o fundamento de que as fronteiras para as quais tinha sido eleito pertenciam à Paraíba, região sôbre a qual não ia sua jurisdição.

no seu entender, mais lhe dificultava a tarefa era, porém, o fato de não quererem os Capitães aceitar as patentes por não serem da infantaria paga. Havia, outrossim, acudido ao bando sôbre criminosos um tal Pedro Carvalho, que pretendia ser incorporado com o pôsto de Capitão. Diante de tantos entraves, outro remédio não teve o Governador-Geral senão tornar sem efeito as ordens expedidas a Aranha Pacheco.

NOVOS IMPEDIMENTOS

As ajudas a serem expedidas ao Mestre-de-Campo Jorge Velho e de cujo aprêsto se encarregara o Coronel André Pinto, também não seguiram a destino. Depois de ter reunido os homens e a todos aprontado para a jornada, declarara-se tal sêca que êle não ousara deixar as margens do S. Francisco para afrontar o sertão comburido pela canícula. Em tais condições, André Pinto preferira dar baixa nas praças recrutadas e mandá-las para as suas casas, resolução que êle em pessoa veio comunicar ao Governador-Geral, na Bahia.

Nesse meio tempo, a situação continuava extremamente grave especialmente no Rio Grande do Norte.

Dando ciência do fato àquela alta autoridade administrativa (carta de março de 1689), dizia Agostinho César que os bárbaros se tinham subdividido e prosseguiam com redobrado vigor as suas hostilidades contra os brancos.

Alguns haviam, é certo, solicitado pazes. Seduzira-os, sem dúvida, as propostas que lhes haviam sido feitas em nome do mesmo Governador-Geral, mas isso pouco modificara o ruim panorama da Capitania.

Para reforçar o sistema de defesa da Capitania solicitava aquêle Capitão-Mor ao Governador (carta de 19 de III de 1689) a mudança da aldeia de Aratagui, administrada pelos Padres da Companhia, para o Rio Grande do Norte.

* * *

Embora depositando grandes esperanças na ação dos paulistas, não se cingiu o Governador-Geral às medidas citadas. Para conter os rebeldes julgou de bom alvitre renovar as ordens dadas por Matias da Cunha, determinando o pronto envio, por terra, de reforços em homens e munições aos chefes responsáveis pelo desenvolvimento das operações bélicas.

A Domingos Jorge Velho caberia um contingente de até 150 soldados e 300 arcos tirados das ribeiras vizinhas do rio São Francisco, de uma e outra banda, desde a cachoeira de Paulo Afonso até as últimas povoações sertanejas.

Outra fôrça, de 200 brancos e 300 nativos, levantada na mesma zona san-franciscana, mas de cachoeira para baixo até a vila de Penedo, seria remetida ao Coronel Antônio de Albuquerque Câmara.

Por mar, em diretura à Paraíba, mandou despachar 40 arrôbas de pólvora fina e 120 de chumbo para serem divididas entre aquêles chefes, a quem passou patente de Mestre-de-Campo das gentes que os acompanhavam.

Iriam as munições consignadas ao Capitão-Mor Amaro Velho Cerqueira que, com os necessários cuidados, as deveria remeter aos quartéis das Piranhas.

Ao Bispo Governador de Pernambuco ordenou fizesse seguir para a fortaleza do Rio Grande 50 infantes; deveria mais assistir o seu Capitão-Mor com gente, munições e mantimentos de que êle usaria conforme reclamassem as necessidades do momento.

Deveria também insistir junto ao nôvo Capitão-Mor do Ceará para que fizesse marchar os 400 índios e seu Sargento-Mor, tropa esta que, desde o tempo de Matias da Cunha, ficara de partir para o Rio Grande e que, segundo lhe comunicara Agostinho César, não era ainda chegada àquela Capitania (carta de 6-12-1688).

Da organização do refôrço destinado ao Mestre-de-Campo Albuquerque Câmara foi incumbido o Capitão-Mor de Penedo, Pedro de Aranha Pacheco. Achando-se, porém, êste militar ausente em Pernambuco, não puderam as sugestões do Governador-Geral ser de pronto satisfeitas.

Em fevereiro de 1689 os socorros, tão ansiosamente esperados, ainda não haviam deixado a vila de Penedo.

Ao Capitão-Mor desta localidade que, por carta, reclamara dinheiro para sustentar a gente que lhe coubera alistar, e as patentes para seus oficiais, respondeu o Governador-Geral, com tôda solicitude, (Carta de 9-II-1689), informando do que obrara neste sentido.

DOMINGOS JORGE VELHO E OS INDÍGENAS DA ALDEIA DE GUAJIRU

Em meados de 1689 estêve Domingos Jorge Velho em Natal, donde tornou ao sertão, levando da aldeia de Guajiru um refôrço de trinta guerreiros tapuias do rancho Silva.

Tendo os índios deixado como reféns, sob a guarda dos Padres da Companhia, mulheres e filhos, foram êstes escravizados pelo Capitão-Mor que, de parceria com a Câmara, os repartiu entre moradores.

Vicente de Lemos, esclarecendo o assunto em seu estudo "Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte" (pág. 55), diz o seguinte:

"O Senado da Câmara, receoso de qualquer insídia dêsses aborígines, representou ao Capitão-Mor, como boa medida, distribuí-los pelas casas dos moradores, tanto mais quanto, à falta de recursos, viviam pelos campos cometendo furtos e se comunicando com os gentios rebeldes.

Hesitou a princípio Agostinho em convir no alvedrio lembrado, mas cedeu afinal, e mandou que o escrivão da Câmara e seu Procurador os fôssem buscar à aldeia do Guajiru e os distribuíssem pelas casas dos colonos capazes de lhes dar bom trato. Êstes não adquiriam, porém, direito algum sôbre a pessoa daqueles."

A insólita medida do Capitão-Mor não teve, todavia, o apoio unânime das autoridades locais. Contra ela se pronunciaram o Coronel Matias Vidal, recém-chegado à Capitania, e o Provedor da Fazenda, Lázaro de Freitas Bulhões, que representou à Metrópole, dizendo que o Capitão-Mor ficara com a maior parte dos nativos.

Tomando na devida conta a denúncia, mandou El-Rei ouvir sôbre o caso o Governador de Pernambuco.

O Governador-Geral, também inteirado do fato, ordenou, por sua vez, que, sem demora, fôssem os índios reconduzidos à sua aldeia.

Do seqüestro dos silvícolas norte-riograndenses trata ainda o Soberano na Carta Régia que dirigiu ao Governador de Pernambuco, ordenando-lhe não só que desse ciência do ocorrido ao Bispo, como do caso fizesse tirar devassa pelo Desembargador Belchior Ramiro de Carvalho, que então se achava em diligência na Capitania.

Também havia Domingos Jorge Velho reclamado contra as manobras escravistas de Agostinho César, denunciando-as ao Governador-Geral (Veja-se a carta de 21 de agôsto de 1689 que lhe dirigiu Frei Manuel da Ressurreição). A atitude que, no caso, assumiu o Mestre-de-Campo, parece lhe ter acarretado a animosidade de Agostinho César de Andrade, animosidade de que daria, mais tarde, tantas provas formais.

* * *

A missiva mandada à Câmara de S. Paulo não teve, ao que parece, o dom de comovê-la, tanto que, a 5 de fevereiro de 1689, ela

respondia com evasivas ao angustioso apêlo do Governador. Alegava as grandes dificuldades que encontrara no alistamento de voluntários e as consideráveis ajudas-de-custo que êstes pediam para se movimentar. Na mesma época, chegavam às mãos do Governador as propostas apresentadas por Matias Cardoso e de Manuel Camargo para participarem da guerra.

* * *

As exigências feitas pelo primeiro daqueles sertanistas, em carta de 15 de março de 1689, foram julgadas tão exageradas que o Governador negou-se terminantemente a atendê-las. Em sua missiva de 10 de novembro de 1689 ao Capitão-Mor da Capitania de S. Vicente, Tomás Fernandes de Oliveira, informava-o do fato, declarando que elas eram extremamente onerosas para a Fazenda Real e "denunciavam ser seu ânimo só de ambição".

Através do aludido papel, ficamos sabendo ter êle igualmente recusado a proposta de Manuel Camargo por lhe parecer ainda mais pesada ao erário público do que a do seu compatrício. (68)

Explicando ao próprio Matias Cardoso a razão por que não podia aceitar suas condições, diria, mais tarde, o Governador-Geral do Brasil:

"Eu, ainda que sirva de Governador secular, muito contra a minha vontade, sou um prelado eclesiástico que devo falar a verdade, e tratar com tôda a lisura e sem engano. A Fazenda Real da Bahia de nenhuma sorte se acha em estado para poder concorrer para a grande despesa que demandam as condições do papel, que são tais que creio que tôda a Capitania do Rio Grande não vale tanto como elas importam em pouco tempo. Três anos há tem quebrado os contratores com dívidas de mais de 200 mil cruzados. O ano que agora acaba arrendaram-se os dizimos por sessenta e seis, e as consignações importam oitenta e êste ano não houve quem prometesse por êles nem pouco nem muito, e se cobram de necessidade pela Fazenda Real.

Veja Vossa Mercê agora donde há de sair o dinheiro que é necessário para uma tão larga despesa, como pedem os paulistas, se até para pagar o socorro costumado a essa infantaria foi necessário

(68) A êsse tempo Albuquerque Câmara transportou-se, por ordem do Cap-Mor do Rio Grande do Norte, para a ribeira do Cunhaú onde estêve ainda em dezembro de 1689.

Em carta de 21 de agôsto de 1689, o Capitão-Mor Agostinho César novamente alude à pouca eficiência das tropas que se achavam empenhadas na guerra contra os bárbaros.

puxar eu pelas minhas côngruas eclesiásticas, e acudir com três mil e quinhentos cruzados que se me estão devendo.

E se irmos à Fazenda Real de Pernambuco, também tenho aviso que está exausta, e apenas pode ir agora acudir com os moderados socorros para aquela guerra; com que por nenhuma via se podem satisfazer as ditas condições, nem eu posso prometer o que sei de certo de não poder cumprir. Daquilo com que foi possível acudir-se daqui, ou de Pernambuco me não despeço eu: e se eu tivera do meu com que poder suprir o fizera mais fàcilmente, do que prometê-lo donde o não pode haver.

Esta guerra se bem é verdade que está muito dilatada pelo pouco que têm obrado os Cabos dela; contudo, já está mui remissa pela parte dos Tapuias, que andam tímidos e afugentados; mas basta a sua dilatação, e a despesa que estão fazendo os nossos em diversas partes para ser muito prejudicial."

Pedia, contudo, que o ardoroso sertanista o fôsse procurar pessoalmente na cidade do Salvador, para juntos discutirem as condições do ajuste, esperando que nela o paulista se houvesse com prudência e obrigação com que os bons vassalos devem servir a seu Rei.

Tocado pelas palavras humildes do Prelado e pelas falas do Capitão-Mor da vila de São Vicente, ou movido, talvez, por simples interêsse pecuniário, decidiu-se afinal Matias Cardoso aceitar o comando da expedição contra os índios nordestinos, sendo nêle prontamente investido.

Era, já então, figura de relêvo no sertanismo paulista. Auxiliar prestimoso do velho e intrépido Anhangüera a quem acompanhara em suas venturosas e inúteis peregrinações pelas selvas goianas e mato-grossenses, com êle aprendera a arte de comandar homens. Famoso entre compatriotas, pôde, graças ao prestígio de que gozava, formar fàcilmente um Têrço, a cuja frente partiu para o norte no correr de 1689. Da fôrça expedicionária participava Manuel Alves de Morais Navarro, que o seguiu por mar com 23 soldados, índios e brancos que, à sua custa e com grande trabalho, levantara na Capitania de S. Vicente para integrar a arriscada expedição.

Como jugasse insuficiente a gente que recrutara, Matias Cardoso convidou a cooperar na emprêsa guerreira, sob sua direção, a João Amaro Maciel Parente que, na época, se achava em S. Paulo para onde se retirara depois da morte do pai, o famigerado Estêvão Boião Parente.

A êste encarregou de aliciar mais homens, e deu-lhes as prerrogativas de escolher os novos capitães que haviam de segui-lo à guerra.

Plenamente se desempenhou da missão de que fôra incumbido o filho do triunfador dos bravios Tapuias de Paraguaçu. Agregando em tôrno de si elementos bastantes à formação de mais duas companhias de infantaria, pôs-se em marcha e, caminhando quinhentas léguas através do áspero sertão, atingiu o arraial que Matias Cardoso plantara à beira do S. Francisco.

Na representação feita ao Rei em 12 de janeiro de 1696, pedindo satisfação de seus serviços, recorda João Amaro que, nessa jornada, sofrera "grandes descômodos e consideráveis perdas de escravos e quantidade de cavalos", que se vira forçado a deixar num dos portos marginais daquele rio brasileiro. Embarcara, diz êle, levando duas companhias com os respectivos capitães e um capelão "tudo à sua custa e sem nenhuma ajuda-de-custo pelo prazo de quatro meses". Navegara 200 léguas pelo S. Francisco abaixo, quando irrompera grave epidemia entre os soldados de infantaria e, assim, tivera de estacar para atender os enfêrmos (Apud Taunay — "João Amaro e seus notáveis feitos").

Matias Cardoso, após longo jornadear por ignorados roteiros, havia alcançado o médio rio S. Francisco, onde, a despeito da insistência do Governador-Geral, que o desejava no teatro da luta, se deixara ficar em aparente ociosidade. Ali deveria permanecer vários meses, assediado sempre por vicissitudes sem conta entre as quais as doenças que, sem distinção, vitimavam brancos e aborígines. (69)

Cauteloso ao extremo, aguardava tranqüilamente que Morais Navarro voltasse da cidade do Salvador, aonde retornara a buscar munições e assentar, como seu delegado, com o Governador-Geral, um contrato em regra para repressão da revolta dos Cariris.

Ao futuro Mestre-de-Campo do Têrço de Lancastre caberia, outrossim, nessa fase perigosa da guerra, o encargo de reunir perto de 200 guerreiros indígenas de diversas nações amigas, aldeadas no sertão de Jacobina, e levá-los ao chefe maior da conduta. A êste fôra dada a autorização para reforçar, com 450 e até 500 nativos do S. Francisco, a tropa nativa sob seu comando. Foi Navarro igualmente o portador das Cartas-Patentes de nomeação dos oficiais mais graduados do Têrço, tôdas datadas de abril de 1690. Nelas eram providos: João Amaro Maciel Parente, no pôsto de Capitão-Mor "das

(69) Atacado da grave enfermidade epidêmica, teve o Capitão Luís Soares Ferreira, pouco antes confirmado no comando de uma das companhias do Regimento, de abandonar seu pôsto e recolher-se a S. Paulo, a convalescer. Substituiu-o Mateus Martins do Prado «sujeito de valor, prática da disciplina militar e experiência de guerra dos gentios e constância nas jornadas

Companhias e tropas de infantaria e indígenas que o dito Mestre-de-Campo o encarregara de levantar", com sôldo de Capitão de Infantaria e as preeminências que gozava, na mesma guerra, o Capitão-Mor Manuel de Abreu Soares, Manuel Alves de Morais Navarro, no de Sargento-Mor; Luís Soares Ferreira (70), João Godói Moreira (71), João Pires de Brito (72), e Miguel Godói de Vasconcelos nos de Capitães das Companhias do Têrço. Serviriam êstes, como os demais oficiais e soldados, sem mais custo, nem assistência, que o sôldo devido às suas graduações militares.

* * *

Entrementes, continuava a situação do Nordeste a ser de indisfarçável gravidade. As intermináveis pelejas contra a indiada pugnaz, que não conhecia desânimo, e contra a hostilidade do meio haviam pràticamente aniquilado as reservas de energia dos lutadores brancos. (73)

do sertão», nomeado por carta patente de 21 de julho de 1690. (Documentos Históricos, vol. XXV. Rio, 1935). As cartas passadas aos outros capitães o foram em datas de 8 de abril e 10 do mesmo mês e ano.

O Sargento-Mor provido foi Manuel Alves de Morais Navarro, em data de 1º de abril de 1690.

A 27 de agôsto de 1689, o Governador-Geral não sabia ainda como empregar as fôrças de Matias Cardoso. Tanto assim que, escrevendo naquele dia ao Capitão-Mor Agostinho César de Andrade, dizia: — «Aqui têm chegado várias tropas de paulistas em número considerável, e por seu Cabo Maior Matias da Cunha e eu retifiquei logo que entrei a governar: indo não tenho resoluto, o como êsse grosso de gente, e seu cabo hão de entrar nesta guerra, mais brevemente resolverei.»

(70) Luís Soares Ferreira tendo sido, como se viu, obrigado a voltar a São Paulo, foi substituído à frente de sua Companhia por Mateus Martins do Prado (Carta Patente de 21 de julho de 1690).

(71) João Godoi Moreira foi provàvelmente substituído por Manuel F. de Oliveira, pois, nas patentes dos ajudantes, passados meses depois, figura o nome dêste e não daquele como Capitão de uma das companhias do Têrço de Matias Cardoso.

(72) João Pires de Brito formara à sua custa uma companhia de cujo comando fôra investido pelo Capitão-Mor João Amaro Maciel Parente, a quem acompanhara desde S. Paulo.

(73) Em 2 de julho de 1689, endereçava a Câmara de Natal ao Monarca o seguinte memorial:

«INSTRUÇÃO E MEMORIAL que em nome desta Câmara e Povo há de pedir requerer o Capitão Gonçalo da Costa Faleiro, como Procurador desta Capitania aos Reais pés de S. Majestade, que Deus guarde e nos seus tribunais e donde tocar o requerimento. Representará o levantamento de todo êste gentio o grande poder que uniram e as mortes em mais de

A infantaria paga e as tropas das ordenanças do Govêrno de Pernambuco viviam em relativa inércia, deixando campo livre às atividades predatórias dos Tapuias, exacerbados em conseqüência da própria moleza das investidas adversas.

Os homens de Jorge Velho, recolhidos a seu arraial sertanejo, não estavam mais em condições de ir ao encontro dos rebeldes. Tinham se tornado, portanto, incapazes de proteger os moradores e pôr têrmo à acirrada e sangrenta peleja.

Por outro lado, a Fazenda Real estava exausta e enormes eram os prejuízos dos moradores que, com seus gados, deviam prover à subsistência dos soldados destacados para servir na guerra.

---

duzentos homens e em perto de trinta mil cabeças de gado grosso e mais de mil cavalgaduras e as ruínas dos mantimentos e lavouras para que S. Majestade ordene ao Governador-Geral e os mais desta Capitania não faltem com os socorros a esta, ordenando ao Mestre-de-Campo dos paulistas e ao Governador dos índios de Pernambuco e ao Governador dos prêtos de Henrique Dias assistiam no dito sertão e dêle se não retirem até com efeito e se destruir e arruinar todo o gentio, ficando êstes sertões livres para se colonizarem, por ser esta casta de gente mais conveniente para aquela assistência por ser mais ligeira, e continuada, acelerar a aspereza dos montes e capaz de seguir o gentio pelo centro dos sertões e fazem menos despesas à Fazenda Real.

«Fará presente a miséria e pobreza em que ficaram êstes moradores na falta de seus gados, e escravos mortos pelo gentio, pedindo a S. Majestade seja servido mandar-lhes satisfazer todo o gado que se lhes tomou para sustento da infantaria, como ordenanças, índios e prêtos, do pouco que lhes escapou, ordenando se satisfaçam da Real Fazenda por ser gasto com a gente que assistia fronteira ao sertão, e com as tropas que têm entrado nêle após do gentio cuja despesa se fêz por ordem do Governador-Geral, advertindo por carta sua que se haverá de pagar da Real Fazenda das mais Capitanias, isentando esta de tôda contribuição pela miséria e pobreza em que a consideram e até agora se não fêz esta satisfação cuja carta será presente à S. Majestade com esta.

«Pedirá a S. Majestade mande para seu serviço presidiar esta fortaleza ao menos com trinta soldados tirados dos Têrços de Pernambuco, de onde sejam pagos, enquanto a sua Real Fazenda desta Capitania não chegar para esta despesa, por que de presente está tão atenuada que se rematou o contrato dos dízimos êste ano em trezentos e quarenta mil réis, sendo que chegavam a novecentos antes da ruína que causou o gentio com que não chega mais que quando muito para metade da despesa da fôlha anual que vem da Provedoria-Mor, e importa seiscentos e tantos réis.

«Êstes soldados costumam mandar de Pernambuco até quinze e se mudam cada ano, porém é certo que não sendo cá efetivos desobedecem a quem governa e fogem logo e fica a fortaleza com dois até três e às vêzes sem nenhum como, muitas vêzes tem acontecido, e isto se evitará como serem destinados para êste presídio e terem cá a sua matrícula, donde por castigo se dê baixa no que fugir e se matricule outro em seu lugar e desta sorte por não perderem e que tem serviço não fugiram, e serviram a

A fim de prevenir o desaparecimento total do rebanho bovino potiguar, fôra mesmo interditada qualquer saída de gado da Capitania, além do estritamente necessário ao abastecimento da Paraíba, Pernambuco e terras confinantes.

Sentindo ser urgente revidar os ataques do inimigo e, ao mesmo passo, acoçá-los e destruir suas aldeias, mas minguando a tropa dia a dia e, bem assim, os recursos pecuniários indispensáveis para levantá-la, resolvera o Arcebispo Governador-Geral pôr em prática a idéia que de há muitos meses o vinha preocupando, isto é, cometer a luta ùnicamente aos paulistas, "gente, no entender do ilustre prelado, acostumada a entrar em sertões, e tolerar as fomes, sêdes e inclemências dos climas e dos tempos".

S. Majestade como devem, e quando se não tirem dos Têrços de Pernambuco, se poderão levantar de novo, contanto que de Pernambuco sejam socorridos enquanto cá não houver efeitos finalizada que seja a guerra do gentio com o castigo que se lhe tem dado e, não dando, convém presidiar um pôsto naquela parte que chamam o Açu, fazendo-se uma fortificação no lugar que pareça mais conveniente em que estejam ao menos trinta homens com quatro peças de campanha a cuja sombra estejam seguros os moradores naqueles campos criam seus gados e se recolham os que vivem distantes, e sendo esta fortificação na ribeira de um rio navegável que é o mesmo Açu e em pouca distância da praia, podem também dar calar às grandes que nelas em alguns meses do ano se vão fazer de Pernambuco, e das mais Capitanias, e por conseguinte pode evitar que o gentio bárbaro não comercie com os piratas do Norte que muitas vêzes postam naquelas enseadas, e se comunicam com o gentio fomentando-os para os levantamentos.»

«Nos limites desta Capitania se tem descoberto mais de trezentas léguas de terra pela costa do mar, e para o sertão tôdas estas mais capazes para criar gado e fazer outras muitas lavouras, tôdas estão dadas a quem as quiser pedir das mais capitanias e desta; e há sujeito que possui vinte e trinta léguas sem ter cabedal para as povoar e alguns moradores desta capitania estão sem ter nenhuma, e demais disto há uma grande confusão nas demarcações e domínios, de que resultam dúvidas nestes sertões, donde por estar distante o govêrno e justiça se averigúam as pelouradas; e tem por esta causa procedido muitas mortes que S. Majestade por serviço de Deus deve evitar mandando que o Ouvidor-Geral desta Capitania e Ministro que fôr servido, tome conhecimento desta matéria, vendo as terras que há e repartindo-as respectivamente pelas pessoas desta Capitania que têm servido a S. Majestade com tanto desvêlo, à sua custa, em tôda esta guerra do gentio bárbaro e está atualmente suprindo com suas fazendas, tirando-se das pessoas que das mais Capitanias as têm pedido, pois parece razão que a maior parte desta esteja defendendo, derramando sangue e continuamente com as armas na mão, havendo muitos que perderam a vida e o mais quanto possuíam, com que estão todos em miserável estado, e com esta terra os pode S. Majestade premiar, e não permitir que as logrem aquêles que vivem em outras partes abastados de bens, sem as defenderem

BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Para cumprir êsse programa drástico, assentara reformar o Capitão-Mor Manuel de Abreu Soares, o Mestre-de-Campo Antônio de Albuquerque Câmara e todos os mais oficiais maiores e menores que haviam sido providos para a guerra; mandaria, outrossim, retirar para seus presídios e casas-fortes a infantaria paga, as tropas de milícia e os prêtos de Henrique Dias.

---

como os mais e dêste modo lograrão uns tudo e outros, nada, sendo todos vassalos.

Será presente a S. Majestade que em nenhuma maneira convém fazer-se paz nenhuma com êste gentio, por ser gente que não guarda fé, falsos e traidores, e debaixo da paz e da maior amizade é que nos fazem o maior dano como cá o têm feito nesta Capitania por três vêzes, pelo que obraram e são os moradores tão timoratos e irritados contra êles que se não hão de fiar mais dêstes bárbaros, e será isto causa de nunca se povoar o sertão, e não há de haver que queira assistir nêle pelo risco que correm suas vidas e fazendas e não se povoando perde S. Majestade considerável fazenda nos seus reais dízimos, e os moradores as conveniências da criação de seus gados, o que só se conseguirá destruindo êste gentio, e guerreando-se com êle até de todo se acabar, dando-se à execução a ordem do Governador-Geral Matias da Cunha que está registrado nos livros da Fazenda desta Capitania, sendo em tudo acertado para o serviço de S. Majestade, aumento desta Capitania e conservação dêste povo.

Representará mais a S. Majestade os limitados efeitos que tem esta Câmara os quais são sòmente impôsto de quatro barris de aguardente e a pouquidade do fôro das rêdes da costa, que uma e outra coisa não é hoje nada a respeito da guerra do gentio, e antes dela mal rendia para satisfação do salário que se fazia de quinze mil réis ao Escrivão da Câmara, e seis ao Alcaide, e outras despesas que têm êste Senado e de presente acresceu a vida do Ouvidor a esta Capitania todos os anos a correição, e quer que se lhe dê trinta e dois mil réis da aposentadoria, o que se lhe não pode satisfazer pelas razões sobreditas por cuja causa estêve por ordem do dito Ouvidor prêso o Procurador do Conselho, por tanto pedimos a S. Majestade livre a êste Senado desta contribuição no que se lhe faz uma esmola por não ter com que o satisfazer e que permita que, no enquanto durar esta guerra dos gentios, não venha o dito Ouvidor a esta Capitania por estar muito atenuada e pobre e seus moradores, os quais andam por êste sertão continuamente guerreando com o gentio bárbaro e qualquer condenação que se lhe faça e não podem satisfazer pela miséria em que o pôs o gentio.

Fará presente a S. Majestade que na ocasião em que o gentio se levantou nos sertões desta Capitania, onde fêz o lamentável estrago nas vidas e fazendas dos moradores, se mandou logo pedir ao Governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, a socorresse com gente e mantimentos de farinha por não haver nesta parte do que não fêz caso o dito Governador, e êste pedia totalmente esta Capitania, se resolveu mandar um Procurador a fazer-lhe presente o mísero estado em que estava e os moradores acometidos do gentio por várias partes, com os obrigou a se recolher em estacadas que se faziam para livrar as vidas mas ficando a

No teatro da luta continuariam apenas os índios do Regimento de Antônio Filipe Camarão, com os seus cabos e capitães, e os nativos das diferentes aldeias nordestinas que já se achassem empenhados na peleja. Aí demorariam igualmente os brancos, mamelucos ou pardos que, de vontade própria, quisessem permanecer em armas.

Voluntários e índios passariam a servir sob as ordens do Mestre-de-Campo Matias Cardoso de Almeida. (74)

---

rigor do gentio as lavouras e fazendas que tudo instruíam, e como se não deferiu ao Procurador, se valeu de pedir emprestado à Câmara de Pernambuco duzentos mil réis para se comprarem farinhas, e se remeterem ao Açu para sustento dos moradores que assistiam naquela fronteira com alguns índios domésticos por de todo se não largar ao gentio e comprada que foi com êste dinheiro se desembarcou em um barco, a tempo que o dito Governador se resolveu, no cabo de um ano, a mandar socorro de duzentos homens, mandando-os embarcar sem lhes mandar prevenir farinhas para o sustento, com que chegados a esta Capitania gastaram o que o nosso Procurador havia comprado com o dinheiro do empréstimo, e como a ela chegou Antônio Lopes Leitão, fiador que foi desta quantia e nos representou, em como a Câmara o molestara por aquela satisfação tratando-se de se cobrar dêle exclusivamente, e vermos que por esta causa viera com todo o risco com setenta léguas de jornada a representar-nos e pedir-nos o desobrigássemos, pela moléstia que podia padecer, nos foi necessário escrever ao Bispo Governador de Pernambuco nos fizesse mercê a esmola, relevar esta quantia, por se não achar esta Câmara com efeitos para esta satisfação, ao que se não deferiu, com que nos foi forçado pedirmos esta quantia emprestada, para desobrigar-nos ao nosso fiador, assim que pedimos a S. Majestade seja servido mandar que a dita Câmara de Pernambuco torne dito dinheiro para se dar a quem o emprestou visto ser tão abastada de efeitos, que lhe sobram muito das despesas que fazem, havendo respeito a irem desta Capitania antes do levante do gentio muitas quantidades de gados com que se aumentava o seu contrato de carnes, ou permita mandá-los dar da Fazenda Real daquelas capitanias para assim ficar êste povo livre da finta que se lhe deve botar, nos limitados bens que se lhes escaparam do gentio, para se puderem satisfazer a quem os emprestou, visto se haverem gasto com a mesma infantaria que veio de socorro por não virem prevenidos de farinha para se sustentarem. Escrito em Câmara pelo Tenente-Coronel João de Barros Coutinho, Escrivão dela que a escrevi e assinaram os oficiais que êste ano servem, Juízes, vereadores e procurador, aos 2 de julho de 1689. Filipe da Silva, Francisco Lopes, Gaspar Freire de Carvalho, José de Araújo, Pedro de Miranda Baião. (Do livro 2º do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal, de 1673 a 1690. Pág. 129.)

(74) Arraial. «Os bandeirantes alojavam-se à maneira de milícias em marcha -se em povoados e conservavam o título para os distinguir das **aldeias**. Um **arraial** considerava-se orgulhoso dêsse título porque as aldeias pertenciam a índios governados por leis excepcionais e humilhantes. O arraial gozava dos direitos comuns e entrava no regime civil geral do reino.» Diogo de Vasconcelos.

O Mestre-de-Campo Domingos Jorge Velho poderia seguir aos Palmares, a cuja conquista fôra chamado, com a gente que consigo trouxera de S. Paulo. Se entendesse que já não dispunha de fôrças bastantes para atacar os negros, era-lhe facultado permanecer no Rio Grande do Norte. Neste caso, deveria agir de acôrdo com Matias Cardoso, que sôbre êle teria prioridade nas questões militares, relativos à nova campanha.

Ainda que Jorge Velho e oficiais do seu regimento não fôssem reformados, quanto aos postos que ocupavam, deixariam, daí por diante, de vencer sôldo, por cessar o direito dêles a tal benefício, no momento em que deixassem de ter exercício efetivo na guerra dos bárbaros.

A medida, de cunho econômico, visando à supressão das vantagens pecuniares adjudicadas ao Mestre-de-Campo e a seus auxiliares, só deveria, porém, ser posta em execução depois que entrassem em campanha os novos combatentes vindos de S. Paulo.

Anunciando ao Capitão-Mor do Rio Grande do Norte as enérgicas medidas que resolvera adotar, desta forma terminava a sua carta de 10 de março de 1690, o Governador-Geral: "Ao Sr. Almotacé-Mor, Governador de Pernambuco, remeto o alvará de reformação (de 10 de março de 1690) para o mandar executar tanto que a essas fronteiras chegar Matias Cardoso. Vossa Mercê o tenha assim entendido, e que não leva mais subordinação que a êste Govêrno-Geral.

Pelo que os índios das aldeias dessa Capitania, que o hão de acompanhar com os do Camarão, e os trinta da aldeia dos Padres, que levou Domingos Jorge, estejam prontos. Espero em Nosso Senhor por êste modo tenham a última destruição os bárbaros, e logrem êsses moradores os descansos que lhes desejam."

Em carta do dia precedente — 9 de marco de 1690 — lhe mandara dar as armas e munições que haviam ficado no rio São Francisco, do socorro que não levou o Capitão-Mor André Paulo Corrêa para o arraial de Domingos Jorge, e tôdas as que haviam sido remetidas ao Capitão-Mor Pedro Aranha Pacheco.

ATITUDE DESPRENDIDA DE DOMINGOS JORGE VELHO

Apesar de privado do sôldo, nem por isso abandonou o valente lutador paulista a arena onde a sua atuação vigorosa e profícua se fizera sentir tão amiudadamente.

Que por meses ainda partilhou da dura responsabilidade da cruenta luta contra os Tapuias do Nordeste indica-o a carta de 10 de novembro de 1690, que dirigiu ao Governador-Geral, Antônio

Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, cientificando-lhe ter, por determinação do Governador de Pernambuco, transferido seu arraial para o lugar onde estivera acampada a gente do Capitão-Mor Abreu Soares.

Indica-o, outrossim, uma Carta-Régia, passada em Lisboa e mandada registrar por D. Fernando Mascarenhas de Lencastro, no Rio, a 1.º de janeiro de 1690, nomeando Gonçalves Ferreira Capitão da Capitania de Nossa Senhora da Conceição de Tinhaém. Por ela ficamos cientes de que, vindo do Piranhas a dar combate ao gentio bárbaro, Jorge Velho derrotou em encarniçados encontros os **Icós** e **Sucurus** e várias outras nações de tapuias que lhe quiseram tolhêr os passos.

MATIAS CARDOSO APRESTA-SE E SEGUE NO RUMO DO NORDESTE

Recebidas as patentes, tratou Matias Cardoso de ultimar a organização da fôrça, que devia acompanhá-lo, e à qual se iriam igualmente incorporar não poucos moradores da região san-franciscana. Alistavam-se desejosos de merecer o perdão prometido pelo Governador-General Matias da Cunha aos que, "não tendo partes ofendidas, nem culpas excetuadas na lei, fôssem àquela guerra". Eram, pois, os novos voluntários, em sua maioria, facínoras conhecidos, que viviam pelo sertão baiano a fazer entradas e buscar o gentio e aos quais deslumbrara antes a perspectiva de alcançar o indulto do que desejo de prestar serviços a El-Rei.

Nessa ocasião, o chefe da conduta — que levava a patente de Mestre-de-Campo, com sôldo e preeminência dos comandantes dos Têrços pagos do Estado do Brasil e de Governador absoluto da Guerra-dos-Bárbaros do Rio Grande do Norte — igualmente representou ao Arcebispo Governador sôbre a conveniência de ser a gente branca, sob suas ordens, subdivididas em 7 companhias, em vez das 4 de que se formavam os terços. Ter-se-ia, assim, esclarecia em carta o Mestre-de-Campo, maior número de cabos a que os soldados prestassem obediência e mais facilidade para movimentarem-se os soldados na incerta campanha que ia em breve ser iniciada.

Para Capitães das novas unidades militares, propôs 3 homens de grande prestígio no seio da tropa e que logo foram aceitos e nomeados pelo Governador. Um dêles era Amaro Homem de Almeida, "pessoa de valor, prática de disciplina militar e tôdas as mais qualidades requeridas para o dito pôsto e lhe pedirem para seu Capitão os criminosos mais luzidos e valorosos do rio São Francisco, que por

êle foram adquiridos e os levou à sua custa", conforme reza a sua patente de nomeação, datada de 22 de julho de 1690. Obrigava-se o recém-provido a servir sem sôldo algum, "visto ir merecer o perdão para todos os criminosos".

Os outros dois cabos chamavam-se Diogo Rodrigues da Silva e era antigo Capitão da vila de Penedo, "onde servira 6 anos com grande experiência dos sertões de guerra dos bárbaros" (C. P. de 18 de julho de 1690) e João Freire Farto, "pessoa de valor, prática de disciplina e experiência do gentio e que, em seguimento do Mestre-de-Campo, marchara pelo sertão desde a vila de São Paulo" (C. P. de 20 de junho de 1690).

Foram escolhidos alferes do Têrço, Fernandes da Silva, Bartolomeu do Prado, êste para a Companhia do Capitão Manuel Francisco de Oliveira, João Gago da Cunha, para a Companhia do Capitão Miguel Godói de Vasconcelos, André Bernardes do Prado, para a Companhia do Capitão Mateus Martins do Prado, Antônio Gonçalves Figueira (75), para a Companhia do Capitão João Freire Farto, Antônio Vieira, para a Companhia do Capitão Pires de Brito e Manuel Alves Mesquita, para a Companhia do Capitão Amaro Tomé de Almeida.

Os alvarás, pelos quais foram providos os ajudantes do Têrço, são de 24 de julho de 1690. Para ajudante do Sargento-Mor, nomeou-se o alferes Manuel da Mora Coutinho (Carta Patente de 22 de julho de 1690).

Com essa massa heterogênea de homens das mais variadas procedências à qual se juntara a gente trazida por Morais Navarro, abalou Matias Cardoso para os sertões do Açu onde devia dar princípio à Campanha.

Do rio S. Francisco para o norte, margeou êle o leito do Pajeú por onde, presumem alguns, transitara a gente de Domingos Jorge Velho.

Na passagem do curso d'água pernambucano, quase perdeu a vida o Sargento-Mor Morais Navarro, episódio que êle próprio rememoraria mais tarde em requerimento ao Rei, pedindo satisfação dos serviços prestados nesta memorável campanha sertaneja.

(75) Êsse Antônio Gonçalves Figueira, natural da vila dos Santos, sendo nomeado em S. Paulo alferes da infantaria do Têrço que formou o Mestre-de-Campo Matias Cardoso, trouxe consigo para a guerra doze escravos seus, todos bons e escopeteiros. Estacionou no Ceará debaixo do comando do Capitão-Mor João Amaro Maciel Parente, até que se retirou para o Rio Grande do Norte por ordem do seu Mestre-de-Campo para ali continuar a guerra. «Veja-se livro de REGISTRO GERAL da Secretaria do Govêrno de S. Paulo, número 3, pág. 168, cit. por Antônio Bezerra.»

AS AÇÕES MILITARES DO CHEFE PAULISTA E DE SEUS HOMENS

Pretendendo dar maior vigor e eficiência às operações contra os rebeldes e, assim, apressar o término da guerra, dividiu Matias Cardoso a sua gente. Deixou uma parte no Rio Grande do Norte, sob as ordens de Morais Navarro, e com a outra se transportou ao Ceará, onde mais acesa ia a luta e muito continuavam a sofrer os moradores com as hostilidades dos nativos sublevados.

Neste setor do Nordeste, teve sangrentos encontros com os bárbaros, encontros em que nem sempre levou a melhor, malgrado o muito auxílio que, com sua bravura e tino militar, lhe prestou o valente filho de Estêvão Boião Parente então sob seu comando imediato. Incumbido de manter a base de operações estabelecida perto da foz do Jaguaribe, enquanto seu chefe expedicionava pelos sertões, teve João Amaro ensejo de repelir duas vêzes o ataque dos silvícolas contrários. Transportando-se, a seguir, para as cercanias do fortim N. S. da Assunção, fêz plantações na serra de Pacotiva (Pacatuba?) sustentando, sempre à sua custa exclusiva, a companhia de infantes do Capitão Miguel Godói de Vasconcelos .Empenhara-se, assim, em forte soma para vestir "a maior parte da Infantaria que estava nua". (76)

Outro notável militar que acompanhou Matias Cardoso ao Jaguaribe, foi Manuel Roriz de Sá, o mesmo que, mais tarde· em 1699, feito Sargento-Mor da Ordenança da Capitania de Sergipe d'El-Rei, competiria com Fernão Carrilho para obter o Cargo de Capitão-Mor do Ceará.

Na patente dêsse oficial, aliás pèssimamente redigida, conforme ressalta Afonso Taunay, ao tratar do assunto (77), relata-se que no Ceará Grande êle matara um dos 4 descobridores do campo tapuia, franqueando a passagem para o Apodi.

Dos arraiais do Poço Verde e do Ôlho d'Água, saíra, diversas vêzes, a fazer emboscada: sendo que em certa ocasião conduzira uma bôca de fogo por mais de seis léguas. Desbaratou, mais tarde, um rancho de tapuias acampados à margem da lagoa Piató, tomando-lhe a bagagem, aprisionando diversos inimigos e perseguindo tenazmente os retirantes.

(76) «João Amaro Maciel Parente e seus notáveis feitos» — Afonso de Taunay. Jornal do Comércio, de 17 de maio de 1936.

(77) Afonso de Taunay — «Cousas do Ceará» — Jornal do Comércio, de 6 de junho de 1936.

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Fazendo a resenha de seus feitos, cita o documento vários lugares onde ocorreram combates, tais como as "margens dos rios Panema e Paneminha, Ribeira Grande e Moçoró e lagoa do Apodi". Refere, porém, particularmente, um encontro, havido em lugar cujo nome não menciona, no decorrer do qual se fizera largo morticínio nos selvagens. Fôra, então, entregue ao mesmo Sá a guarda dos prisioneiros ali efetuados, e êle com tôda a segurança os conduzira a Natal. Colaborara com Abreu Soares na guerra que fêz ao gentio do Açu, participando do combate do Saco-do-Gado, em que o inimigo fôra obrigado a retirar transpondo o rio a nado, e na refrega havida junto à lagoa do Piató.

A CAMPANHA DE MORAIS NAVARRO

Ao tempo em que êsses paulistas diligenciavam por expulsar os rebeldes das várzeas do Jaguaribe, no Rio Grande do Norte, Morais Navarro esquadrinhava com ardorosa atividade os sertões do Açu em busca do inimigo.

A crermos Agostinho César, nesta Capitania a tormenta revolucionária amainara sensìvelmente depois de certa vitória alcançada pelo Capitão-Mor Cristóvão de Mendonça, por êle enviado contra os bárbaros. Vencidos os **Janduins**, do grupo do maioral João Fernandes Vieira, haviam êles deposto as armas, vindo com suas famílias buscar a proteção dos brancos.

AINDA O PAULISTA JORGE VELHO

Dando a conhecer, em carta de 2 de janeiro de 1691, ao superior hierárquico da Bahia, como então corriam as coisas no Nordeste, assegurava Agostinho César, desejoso certamente de afastar da Capitania o seu desafeto, o paulista Jorge Velho, já não serem necessários dois arraiais paulistas na zona conflagrada. Ressaltava que Matias Cardoso, estabelecido no Ceará, tinha fôrças bastantes para vencer as últimas resistências dos rebeldes. (78)

(78) Em 5 de março de 1691, o Marquês de Montebelo determina ao Provedor da Fazenda que mande o almoxarife carregar no barco, que vai ao Ceará, um quintal de pólvora e dois quintais de balas de chumbo em substituição a igual quantidade mandada fornecer pelo Capitão-Mor do Ceará ao Mestre-de-Campo dos paulistas, Matias Cardoso de Almeida, que está a fazer guerra aos **Tapuias** (B. de S.).

Respondendo-lhe a 2 de abril de 1691, fala novamente o Governador-Geral em dar baixa em Jorge Velho, dos comandos que exercia na Guerra-dos-Bárbaros, ficando êle apenas com o título de Mestre-de-Campo para o combate aos Palmares.

Tendo sido exonerado, meses depois seguia o famoso sertanista a seu destino.

Em vista do pouco poder de que dispunha para levar a bom têrmo a emprêsa de que primeiramente fôra encarregado, ordenava o Governador a Agostinho César que lhe desse os rendidos da cabilda de Fernandes Vieira, de vez que êsses nativos tão desejosos se mostravam agora de patentear o valor e a fidelidade aos portuguêses. A carta de 31 de agôsto de 1691, do Capitão-Mor do Rio Grande do Norte ao Governador-Geral, dá notícias de depredações e estragos feitos por Jorge Velho e sua gente a caminho dos Palmares. Denuncia-os, outrossim, como tendo reduzido a injusto cativeiro e vendido muitos indígenas com flagrante desrespeito às últimas ordens emanadas de S. Majestade. (79)

No mesmo dia e mês comunicava ainda o Capitão-Mor ao Governador que a tropa por êle mandada ao sertão em seguimento dos bárbaros havia alcançado novas vitórias.

MATIAS CARDOSO DEIXA O CEARÁ

Em fins de dezembro de 1691, por insistência do Capitão-Mor Agostinho César de Andrade, abandonava Matias Cardoso as terras jaguaribanas estabelecendo nôvo campo entrincheirado no Açu, onde ficou fazendo frente aos bárbaros.

A transferência, de certo modo nociva aos interêsses dos colonos da ribeira cearense porque os desamparava, foi aprovada pelo Governador-Geral, em carta de 29 de janeiro de 1692, sob o pretexto de que, assim, viveriam mais seguros os moradores da Capitania potiguar.

(79) Afastado definitivamente do Rio Grande do Norte, estava aquêle bandeirante, em 1694, a pelejar com o mesmo ardor de sempre contra os palmarinos.

Na fé do ofício do Capitão Belchior Pinto se lê que foi êle um dos que embarcaram em 1694 com os socorros mandados a cargo do Capitão Manuel Pinto a Domingos Jorge Velho; e na do Capitão Antônio Pinto Pereira, que em 1694, tendo os paulistas pôsto sítio à serra da Barriga, foi êle para lá mandado como cabo de 100 homens escolhidos e concorreu poderosamente para que, após 22 dias de sítio, fôssem derrotados os Palmares, com a morte de 300 e aprisionamento de 600 negros.

Dando, mais tarde, conta àquela autoridade de ter-se passado ao Rio Grande do Norte, solicitava Matias Cardoso que os gentios das aldeias de Paupina, Parangaba e tapuias Jaguaribaras, fôssem retirados da alçada do Capitão-Mor do Ceará e colocados sob seu comando. Aquiescendo, escreveu o Governador-Geral ao Marquês de Montalvão, Governador de Pernambuco, dizendo-lhe que ordenasse ao Capitão-Mor do Ceará pusesse os gentios requisitados à disposição daquele chefe militar.

Determinou-lhe, outrossim, que, de Pernambuco e Itamaraca, remetesse a Matias Cardoso o maior número possível de nativos e, se tivesse capacidade para tanto, o acudisse com as sobras das consignações pertencentes à Câmara da vila.

Antônio Luís Gonçalves de Câmara Coutinho dirigiu também cartas aos principais dos **Jaguaribaras** e aos chefes das aldeias tupis de Parangaba. Nelas o Governador, depois de entoar loas ao valor de suas gentes e lhes enaltecer a fidelidade ao Rei e a firmeza com que defendiam os moradores do Ceará contra os ataques dos tapuias inimigos, pedia-lhe que, com os de sua nação, acompanhasse o Mestre-de-Campo nessa guerra repressiva contra os que haviam tomado armas contra os colonos luso-brasileiros. Prometia-lhes, em paga, dar conta ao Monarca de seus serviços e os recomendá-los à munificência régia.

COMEÇAM OS REBELDES A FRAQUEAR

Em 1692 deu-se a defecção de mais um grupo de combatentes indígenas, com a rendição de Canindé, maioral **Janduim**. Em abril dêsse mesmo ano escrevia Câmara Coutinho a Constantino de Oliveira, comunicando que o Capitão João Pais Florião, portador da missiva, viera à cidade do Salvador com alguns principais e mais índios e índias janduins a implorar-lhe a paz em nome daquele maioral e que lhe havia concedido de muito boa vontade. Esclarecia o Governador que mandara vestir os maiorais e mais silvícolas à sua custa, dando-lhes, de sua fazenda, vários resgates, pólvora e chumbo, com que haviam ficado muito satisfeito.

João Pais Florião fôra também galardoado. Como alegasse ter pacificado aquêles indígenas, recebeu 50$000 para um vestido e a patente de Capitão.

Prudentemente recomendava-lhe, todavia, que, em segrêdo, averiguasse os verdadeiros motivos que haviam levado os ameríncolas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA
BIBLIOTECA

àquela resolução de certo modo insólita, informando-o de tudo com brevidade. Reclamava, igualmente, notícias do poder de que dispunha o Mestre-de-Campo Matias Cardoso de Almeida.

Por essa época, escrevia Câmara Coutinho ao Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, remetendo-lhe a cópia do contrato de paz, firmando com o maioral Canindé, e fazendo as seguintes observações ditadas, certamente, por sua longa prática das coisas brasileiras e conhecimento do ânimo dos gentios. "E ainda que o intento do Rei, (dos **Janduins**) e dos maiorais me pareça cândido e sincero, ou porque as armas de S. Majestade os obriguem a temer o último fim de serem conquistados, ou porque em guerra contínua enfada os mesmos bárbaros; e êstes o não são em solicitarem o seu sossêgo: contudo sempre a natural inconstância e o ódio que esta nação tem à portuguêsa desde que seguiu as partes do Flamengo, deixa-me escrupuloso o conceito dessa amizade, tanto sem esperar pedida Vossa Mercê, que de mais perto conhece o estado em que se acham as cousas e a confiança que se pode fazer desta novidade, especule os fundamentos dela com a ponderação e inteligência que pede negócio de tanto importância; e de tudo me avise V. Mercê logo para me ser presente a firmeza ou mobilidade que pode ter esta amizade, pelas suposições que debaixo dela se pode receber de gente que, ainda tendo Rei, não costuma guardar fé".

DEIXA JOÃO AMARO O CEARÁ

Quando o Mestre-de-Campo transferiu para outro cenário as suas atividades guerreiras, deixou Amaro Maciel Parente no comando do arraial cearense, armado de todos os podêres "para disposição do que fôsse mais conveniente". (80)

Valendo-se dessa ordem, concentrou êle os homens disponíveis. Na ocasião, despendera 300 cruzados de seu bôlso para fardar a Infantaria.

Sete meses depois da partida de Matias Cardoso para o Rio Grande, a tropa, destacada no Ceará, estava pràticamente aniquilada.

---

(30) O fato vem registrado na carta de Fernão Carrilho da maneira seguinte: «...outrossim de presentes vindos retirando do Rio Grande o Mestre-de-Campo e Governador das Armas dos paulistas Matias Cardoso de Almeida, no dito Jaguaribe, jurisdição dessa Capitania, feriram os ditos bárbaros ao Mestre-de-Campo que vinha acompanhado com 180 homens, e lhe mataram um filho seu e três ou quatro mais da companhia.»

BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Privados de socorros, os soldados haviam em grande número desertado, deixando João Amaro em sérias aperturas e como a grei tapuia insistisse em hostilizá-lo, fêz ver a seu Mestre-de-Campo a precariedade da situação em que se encontravam todos, ameaçados pelo ódio cruento dos contrários. À falta de abastecimento regular, já não dispunham de pólvora, nem bala para pelejar. Respondendo à aflitiva mensagem, determinava-lhe Matias Cardoso que abandonasse o Ceará e, com os remanescentes da gente sob seu comando, se fôsse reunir ao grosso da fôrça paulista.

Receando, todavia, encontros para os quais não estava preparado, João Amaro torceu caminho, tomou pelo sertão e, fazendo uma volta enorme de quase 150 léguas, conseguiu, graças à sua experiência de sertanista, chegar incólume ao acampamento do chefe. Êsses fatos, alegados pelo próprio Capitão-Mor, vêm mostrar a situação de anarquia e insegurança em que ainda boiava todo o Nordeste.

MATIAS CARDOSO ABANDONA A LUTA

Em 1.º de novembro de 1693 fêz Matias Cardoso nova entrada contra os bárbaros no decorrer da qual transpôs o limite da Capitania do Ceará, internando-se pela ribeira do Jaguaribe, onde nem sempre lhe foram os fados propícios.

Num dos combates aí havidos, os insurretos feriram gravemente o Mestre-de-Campo, matando-lhe um filho.

Foi debaixo do pretexto de punir os selvagens de mais êsse crime que, a 26 de junho de 1694, Fernão Carrilho enviava contra êles uma expedição numerosa sob o comando de Francisco Dias Carvalho. Ia esta prestar auxílio também ao chefe paulista cuja tropa estava agora reduzida a cento e oitenta homens (30).

Apesar das retumbantes vitórias que, segundo a palavra oficial assinalaram o início das operações militares contra os indígenas de Açu e Jaguaribe, a missão de Matias Cardoso acabou fracassando por completo, como já dantes fracassara a do seu conterrâneo Domingos Jorge Velho, que vimos empenhado em igual cometimento.

Fugindo às agruras de uma campanha que ameaçava eternizar-se, um a um o foram desamparando seus melhores auxiliares, até que, julgando-se demasiado enfraquecido para prosseguir na luta, já sem pólvora, nem balas, retirou-se o Mestre-de-Campo para as suas fazendas.

(80) Por carta de 31 de agôsto de 1691, ficamos sabendo que uma epidemia de sarampo se abateu sôbre o acampamento de Matias Cardoso, causando enormes prejuízos.

A campanha dos paulistas iniciada em 1690 durou até 25 de abril de 1694.

VERDADEIRAS CAUSAS DO INSUCESSO DOS DOIS MESTRES-DE-CAMPO

Ao insucesso dos dois famosos piratininganos faz referências a carta que José Barbosa Leal dirigiu a D. João Lancastre em 20 de dezembro de 1699; nela se atribui, porém, tais desgraças ao fato de se terem ambos sujeitados às ordens e determinações dos Capitães-Mores do Rio Grande do Norte. Ouçamos, porém, as suas razões: "Depois de ter feitas estas regras a V. Sa., escreve êle, fui visitar o senhor Bispo e me disse que no dia antecedente havia tido carta do Capitão-Mor do Rio Grande em que se queixava muito do Mestre-de-Campo paulista, Morais Navarro, a quem respondi que as suas queixas nasciam do Mestre-de-Campo se não sujeitar às suas ordens e seguir seus ditames a fim de que não chegasse a obrar cousas boas como sucedeu aos Mestres-de-Campo paulistas Domingos Jorge e Matias Cardoso que, por virem sujeitos a disposição dos Capitães-Maiores do Rio Grande, não obraram ação alguma que possa ser louvada naquela campanha, antes se retiraram **dessaboreados e sem fazerem efeitos alguns".**

Analisando-se, porém, o panorama geral dos acontecimentos chega-se à fácil convicção de que a culpa do insucesso dos dois Mestres-de-Campo deve ser antes imputada ao próprio Governador-Geral e seus auxiliares imediatos. Êstes sempre negligenciaram abastecer a tropa e remeter os vencimentos devidos aos homens que dela participavam, o que muito lhes arrefecia os ardores bélicos. Se a interferência dos Capitães-Mores do Rio Grande do Norte realmente influiu na marcha das operações, tal influência deve ter sido mínima.

Aliás, o próprio Morais Navarro dá, como motivo da extinção da fôrça de que fôra Sargento-Mor, a "falta de socorros e a êle se lhe não haverem pago os sôldos, que lhe haviam prometido". Tendo por obrigação conquistar os bárbaros "sem mais custo nem assistência que o sôldo", era natural que, faltando êste, não pudessem os expedicionários prosseguir no cumprimento de missão que lhe coubera...

(31) O fato vem registrado na carta de Fernão Carrilho da maneira seguinte: «... outrossim de presentes vindos retirando do Rio Grande o Mestre-de-Campo e Governador das Armas dos paulistas Matias Cardoso de Almeida, no dito Jaguaribe, jurisdição dessa Capitania, feriram os ditos bárbaros ao Mestre-de-Campo que vinha acompanhado com 180 homens, e lhe mataram um filho seu, e três ou quatro mais da companhia.»

Da Carta patente de Capitão passada a Antônio Gonçalves Figueira, na vila de Santos, em 5 de março de 1729, consta igualmente "que o Mestre-de-Campo Matias Cardoso se retirou para sua casa por faltar pólvora e bala, e se haver ateado a epidemia que lhe havia morto muita parte de sua gente". (82)

Verdadeiramente, todos os documentos da época denunciam o cruel ludíbrio de que foram vítimas as destemidas gentes de Piratininga.

Dêles o mais interessante é, porém, a carta que, ao Mestre-de-Campo, escreveu o Governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, em 29 de janeiro de 1692:

"Representando-me as impaciências dos seus soldados na tardança dos soldos; o que obrigava V. Mercê a passar a Pernambuco (de cujo Governador me enviou a carta com o desengano da proibição expressa de Sua Majestade; para não poderem os Ministros daquela Capitania pagar os soldos de sua Real Fazenda) e vir dali a buscar pessoalmente a minha resolução a esta praça. E que no caso de os seus soldados não serem socorridos com os seus soldos, se não podia conseguir o serviço de Sua Majestade."

"Não há dúvida, prossegue o missivista, de que os oficiais e soldados vencem os seus soldos, como os mais de Infantaria do Estado; e que nem o Sr. Marquês, nem os oficiais da Fazenda de Pernambuco, os podem pagar enquanto El-Rei, meu senhor, não mandar ordem que derrogue a proibição da primeira. E já eu considerando a importância de se defender essa Capitania, e se socorrer com os soldos a infantaria dêsse Têrço, dei particular conta a Sua Majestade de uma, e outra cousa, na frota passada. Brevemente chegará a que neste mês parte de Lisboa: nela espero sem dúvida a resolução de Sua Majestade muito a favor da miséria dêsses moradores, e do merecimento dêsses soldados."

"E se há sido tão constante a sua tolerância, poderá aparecer menor o seu valor."

"Se depois de tantos anos dessa Capitania, sem mais esperança que a do serviço que faziam; fraquearem agora na, em que poucos meses podem ter, de serem pagos sem escrúpulo algum dos ministros e oficiais da Fazenda Real que ou nesta cidade, ou em Pernambuco, mandar sua Majestade que assistam seus soldados. Vossa Mercê os anime nos desmaios de sua desesperação; que no que eu puder favorecê-los hão de conhecer que desejo mais que Vossa Mercê vê-los contentes do que têm servido; e com novo gôsto de acompanharem Vossa Mercê até dar a essa guerra o fim que Vossa Mercê." (Carta para o Mestre-de-Campo Matias Cardoso de Almeida, Bahia, 29 de janeiro de 1692.)

(82) Consignado no livro 3 do Registro Geral, à fl. 120, v. pelo secretário do govêrno de São Paulo, Gervásio Leite Rabelo (apud. A. Bezerra).

Dera azo a semelhante explicação a missiva que êle, Governador, recebera do Marquês de Montebelo, datada do Recife 16 de julho de 1691 e concebida nos têrmos seguintes:

"No que toca à patente de Vmcê. e dos mais cabos que assistem nesse Arraial, que V. Mcê. me remeteu para os mandar registrar e pagar os soldos vencidos e os que se forem vencendo, me parece dizer a V. Mcê recorrer, porque nesta Provedoria há uma provisão de Sua Majestade para não despender a Fazenda-Real sem especial ordem sua, e no caso que se despenda, que se cobre do Ministro que mandar fazer a dita despesa, porém, na Provedoria-Mor e Govêrno-Geral haverá regimento que concedam estas faculdades e poder-se-ão fazer semelhantes despesas que ficam sendo muito justas e precisas por ser esta guerra em defesa de uma capitania da jurisdição daquele govêrno. Também julgo, sem dúvida, que se V. Mcê. remeter as patentes a S. Majestade que as há de confirmar a todos, e então com ordem sua lhe darei eu inteiro e devido cumprimento com o gôsto de ver em alguma maneira remunerado o merecimento de V. Mcê. Deus guarde muitos anos. Recife 16 de julho de 1691." Marquês de Montebelo.

É certo que o Monarca, por C. R. de 27 de setembro de 1693, dirigida ao Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, avisava ter recomendado ao Governador-Geral que fizesse pagar aos paulistas por ser irregular êsse procedimento e que socorresse a Capitania com fôrças e mantimentos. Tal ordem chegou tarde ou não teve efeito.

MANEIRA DE ATUAR DOS CAPITÃES-MORES

Enquanto as cartas iam e vinham, as autoridades capitaniais não ficavam indiferentes à tragédia que se avolumava nas terras de sua jurisdição administrativa. No Ceará, lançando mão de todos os recursos humanos disponíveis, despachara o Capitão-Mor, Luís da Fonseca, contra os índios sublevados, o ajudante Francisco Dias Carvalho à frente de 700 homens, fato a que já nos referimos: A tropa havendo-se com grande valor, bateu fàcilmente os rebeldes que ousaram fazer-lhe face, e cedo regressa ao fortim com fartos despojos. No decorrer das operações bélicas, segundo informações colhidas em documentos coevos, recebeu o Comandante da expedição

ferimentos de pequena monta, mas os indígenas acabaram afinal completamente desbaratados. Perderam, assim, grande número de combatentes e suas mulheres e filhos que, caídos em mãos dos vencedores, foram escravizados.

De pouco valeria a vitória alcançada para quebrar a resistência dos insurretos. Derrotados, cediam terreno, ocultando-se na mata, para mais tarde de nôvo ressurgirem ávidos sempre de vingança que não perdiam ocasião de exercer. Malgrado a atuação enérgica e brilhante de Dias Carvalho, o estado das cousas continuou, pois, inalterável, ficando os silvícolas senhores da situação.

A MARCHA DA SEDIÇÃO NO CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE

Após um curto período de acalmia, a luta entre brancos e íncolas prosseguiu cada vez mais acesa e cruenta. Em 1694 novamente a rebelião levara com desusada intensidade em tôda a ribeira do Jaguaribe e regiões circunvizinhas.

Cientificado dos fatos, por carta de 8 de março de 1694, determinava D. Pedro II a Caetano de Melo e Castro, Governador de Pernambuco, que, à vista do estado ruinoso em que se achavam as capitanias do Rio Grande do Norte e Ceará, fizesse doação das terras fronteiras aos aborígines a pessoas que fôssem capazes de povoá-las e impedir-lhes o passo. No caso de pretenderem alargar a área de suas sangrentas tropelias, devia o Governador estabelecer no Açu, Jaguaribe e Piranhas seis aldeias de índios domésticos de "tôda a segurança", duas em cada ribeira. Seriam providas com cem casais de nativos, vinte soldados pagos e o respectivo cabo.

* * *

De então por diante, começaram a diminuir o furor das represálias dos nativos cearenses.

Batidos, êles não desistiam, porém, de novas arremetidas. Fiéis às suas táticas guerreiras, abandonavam o campo de luta refluindo para o alto sertão e fronteiras ocidentais da Capitania, indo ali levar o fermento de novas rebeldias.

A 26 de junho de 1694 Fernão Carrilho, Capitão-Mor do Ceará, no impedimento de Pedro Lelou, o efetivo, tendo obtido permissão para dar caça aos gentios sublevados, despachava contra os **Baiacus** uma companhia de infantaria, sob o comando do soldado Francisco

Dias Carvalho, provido no pôsto de Capitão. Batidos, os índios propuseram, pouco depois, submeter-se aos portuguêses. (83)

Anuiu Fernão Carrilho ao pedido, mas impôs-lhes, como castigo de sua longa vida de rapinagem, a obrigação de irem combater os **Icós** e **Cratiús** que se achavam ainda em pé-de-guerra.

A situação continuava, porém, desalentadora. Entre 1694 e 1695 os gentios quase aniquilaram de vez os moradores das terras marginais dos rios Jaguaribe e Banabuiú.

Tão tormentoso transcorreu, para os habitantes do Ceará, êsse período, que, doze anos mais tarde, dêle falaria, como de um pesadelo, o Desembargador Cristóvão Soares Reimão, em carta dirigida ao Juiz Ordinário do Aquirás, José de Lemos, a propósito de uma devassa que êste mandara proceder contra os **Baiacus.** O documento é instrutivo, pois mostra quão pouca influência tinham tido os Paulistas até aquela época na pacificação da hinterlândia nordestina. (84)

MANUEL ÁLVARES DE MORAIS NAVARRO

A terceira e última fase da chamada Guerra-dos-Bárbaros irá iniciar-se com a volta aos sertões do Açu, Apodi e ribeira do baixo Jaguaribe, do paulista Manuel Álvares de Morais Navarro que vimos

---

(83) Uma Carta Régia de 12 de dezembro de 1695 a Caetano de Melo de Castro fala na venda de gentios cativados por Francisco Dias Carvalho.

(84) Ouçamo-lo: «Senhor José de Lemos. Aqui me dizem que V. Mcê. está tirando uma devassa contra os **Paiacus**, por comerem algumas reses a Francisco da Gama, e que o faziam por Gregório de Brito as fornecer, e lhe haver feito uma petição o ano passado quando cheguei, e êle a fêz a meu mandato por ter onde me pusesse o despacho que se bem me lembra pediam uma légua para a serra fronteira à Pacatuba ou Maranguape, e o mais é incrível que seja branco que mande aos tapuias comer gado; a devassa não me parece conveniente nem eu sei se V. Mcê. tem no seu regimento que de comer uma rês seja causa de devassa, quanto mais que dos frutos feitos êsses tapuias fizeram para comer se pode ou não processar contra êles, por não estarem ainda aldeados, supõe-se que estão no centro que nasceram em que o sustento era comum ou daquele que primeiro o achavam enquanto não tiverem padre que lhes explique que cousa seja furto; finalmente veja V. Mcê. que obra, porque se os tapuias **Paiacus** souberem que tiram devassa fogem para o sertão a se unir com os **Janduins** que há de cair um sôbre V. Mcê. que por uma ou duas vêzes de que os donos para o outro fim não fazem conta dar V. Mcê. ocasião a que El-Rei e seus vassalos percam tanto ou mais fazendas como foi na guerra passada há doze anos, além das mortes que hão de fazer ainda quando o **Icó** e **Cariri** estão já unidos com os **Janduins**, e que se naquela guerra desopjam o Jaguaribe, hoje despojarão os do Ceará, pois êles sabem tantos caminhos, veredas há para os metermos tanto conosco que te os levaram a guerra passada sem atender, ao futuro desta carta me fica cópia. Guarde Deus muitos anos como desejo. **Aquirás** 10 de maio de 1707. Cristóvão Soares Reimão.

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

a exercer, com denôdo e crueza as funções de Sargento-Mor do Têrço de Matias Cardoso de Almeida. As fôrças do Mestre-de-Campo, batidas dos azares da sorte, acabaram, como se disse, desamparando o teatro de luta e se extinguira com a passagem do seu chefe ao Maranhão, a cuidar de afazeres mais prosaicos.

Elas tinham, é certo, obtido numerosos sucessos, mas não haviam conseguido cumprir, em tôda a plenitude, a missão que lhes coubera de restabelecer a paz nas regiões assoladas por hordas nativas.

À maneira do seu antecessor, Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso pelejara com inexcedível bravura, inflingindo aos contrários baixas vultosas que lhes rareavam para sempre as fileiras de seus melhores guerreiros, mas tudo fôra em vão. Os gentios, cujos instintos bélicos e rapaces pareciam se exacerbar à medida que corria o tempo e as tribos mais recalcitrantes minguavam em número e lhes diminuía o potencial humano, permaneciam pràticamente senhores da situação.

Esta continuava, assim, tensa em todo o Brasil Norte-Oriental e, mais especialmente, no Rio Grande e Ceará, onde a agressividade dos rebeldes se mostrava sobremaneira viva. Na primeira das capitanias citadas, os ataques contra os colonos se repetiam com relativa freqüência, malgrado a ação repressiva das tropas de milicianos que, vindas dos núcleos povoados da costa norte-oriental, varriam o sertão sob o comando de chefes valentes e experimentados.

Na época dos sucessos apontados, andava Morais Navarro pelos Palmares das Alagoas auxiliando Domingos Jorge Velho em suas arremetidas contra negros foragidos e amocambados. Para lá se transportara por determinação do seu Mestre-de-Campo conduzindo alguma tropa — duas companhias, precisa aquêle sertanista em sua carta de 15 de dezembro de 1696 — a que agregara, de ordem do Marquês de Montebelo, gentes de Pôrto Calvo e de Alagoas e índios de Camarão.

Pelejando contra as gentes do Zumbi, chegara afinal à desalentadora conclusão de que, sem a ajuda de fortes contingentes de paulistas, a conquista do arraial do chefe negro não poderia ser levado a têrmo, nem ser definitiva. Robustecido em tais convicções e animoso, como sempre se mostrara, oferecera-se ao Governador de Pernambuco para ir a S. Paulo levantar mais um Têrço cuja função precípua seria participar da luta que se arrastava molemente, ameaçando eternizar-se. Parecera-lhe, porém, de maior interêsse. tratar do assunto diretamente com o Governador de Pernambuco, em Recife, aonde se encaminhou levando propostas e requerimentos.

Para ir a destino, seguiu, como era natural naqueles idos, via Salvador, e aí se deteve "a esperar as resoluções de S. Majestade". (Carta de 15/XII/96.)

Entrementes, até à Metrópole haviam chegado os ecos da tragédia que, alastrando terras do Brasil Norte-Oriental, punha redobrados entraves à marcha expansionista dos lusos-brasileiros nesse perdido recanto da Colônia.

Ciente das investidas dos gentios-de-corso contra as populações ali radicadas, em maioria criadores de gado, e das tristes conseqüências de tais ataques, o Soberano fêz expedir ordens terminantes a D. João de Lancastre, Governador Geral do Brasil, para que pusesse côbro imediato às atividades malfazentes dos silvícolas. Atendendo, como lhe cabia, às determinações régias, reuniu o Governador e seu Conselho e com êle assentou a criação de um Têrço de cem homens brancos e 400 Indios de guerra.

Morais Navarro que, como se viu, estava em Salvador e tinha credenciais bastantes para o exercício das árduas funções de Mestre-de-Campo, foi o escolhido para organizar a nova fôrça e chefiá-la.

"Sua patente de nomeação, informa-nos o Barão de Studart, traz a data de 25 de maio de 1696.

Não partiu, porém, diretamente a cumprir o seu encargo.

Pretextando a conveniência de "assentar a melhor disposição daquela guerra e a formatura do Têrço", obteve licença do Governador e se foi para Portugal. Já em Lisboa, endereçou a El-Rei um longo requerimento pedindo satisfação de seus serviços, enfadonho arrasoado, em que o suplicante enumera com grande luxo de minúcias o que obrou em benefício da coroa e os sofrimentos e prejuízos experimentados nas intermináveis campanhas sertanejas de que participara.

Roga, a seguir, para si e parentes próximos, benefícios vários entre os quais figuram o hábito da Ordem de Cristo, mercê que lhe seria outorgado "com cento e cinqüenta mil reis de tensa efetivos". O parecer do conselho, de 15 de dezembro de 1696, que instruía a súplica do Mestre-de-Campo, opinara ser de tôda conveniência a concessão do favor régio porque iria ser um estímulo "para os mais Paulistas se animarem a empregar-se no serviço de S. Majestade, vendo que a grandeza de S. Majestade se lembra de serviços..."

* * *

Não consigam os papéis oficiais, do nosso conhecimento, a data precisa em que Morais Navarro regressou ao Brasil, nem dizem

quando entrou novamente em contato com os gentios-de-corso que ainda dominavam largas áreas territoriais do Rio Grande do Norte. (85)

Sabemos, porém, que integravam a fôrça expedicionária, na qualidade de chefes principais, Pedro Carrilho de Andrade, que se radicou no Rio Grande do Norte (86), Bento Nunes Siqueira, Teodósio da Rocha, José de Morais Navarro, irmão do Mestre-de-Campo, Francisco Lemos Matoso e Salvador Amorim.

Como oficiais de menor jerarquia, nela figuravam, também, os ajudantes Manuel Nunes de Azevedo e Francisco Fajardo Barros e os alferes Antônio Simões Moreira, Pascoal Gomes de Lima, Marcelino Leitão de Oliveira, Salvador de Siqueira Roldon, Manuel Pedrosa de Morais, Diogo Barbosa Rêgo, João da Costa Marinho, e os sargentos Francisco Antunes Meira, Antônio de Mendanha, Marcos de Oliveira, Antônio Pinheiro, Francisco Tavares Guerreiro, Antônio Cabral Vasconcelos, Manuel Luís Correia, Salvador Dias, Bento Vieira Barros, Martinho Vaz de Barros, Manuel do Prado (ver Barão de Studart).

Eram estas outras tantas aves de rapina que vinham participar da luta atraídos pela perspectiva de prêsas abundantes.

Muitos paulistas, que seguiram na expedição, prestaram serviços em vários setôres da Colônia e alguns se notabilizaram pela prática de feitos guerreiros relevantes (Barão de Studart).

Outro ponto obscuro dêsse intricado capítulo de nossa crônica é a maneira pela qual Morais Navarro conduziu as operações do seu têrço. É provável que, à feição de alguns chefes militares seus predecessores, houvesse enfrentado e batido numerosas hordas re-

(85) Basílio de Magalhães, em «Expansão do Brasil até fins do século XVIII», assegura haver êle alcançado aquela Capitania a 18 de novembro de 1798. O douto historiador baiano terá de certo razão pois dois anos — espaço que, no caso, teria decorrido entre a lavratura do parecer do Conselho, reconhecendo a validade da nomeação do Mestre-de-Campo e propondo lhe fôssem concedidos favores pelo Rei, e a sua chegada ao Açu — não nos parece tempo demasiado. Tenha-se em vista a longa e morosa viagem transatlântica por êle realizada e as numerosas e demoradas providências que necessitou tomar em São Paulo, para levantar os homens de que carecia e organizar o seu Têrço. Depois, veio a obrigação de conduzi-los ao teatro da luta através dos dilatados e difíceis caminhos, que iam dos Campos de Piratininga até os sertões do Nordeste. Considere-se, ainda, os mil incidentes, naturalmente sobrevindos durante a marcha e que retardaram a sua caminhada.

(86) Mais tarde, escreveria uma «Memória sôbre os Indígenas do Brasil». Ver «Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte». (Vol. VI, ns. 1 e 2, Natal, 1909).

beldes e que a algumas reduzisse à oprobriosa condição de escravos. O certo é, porém, apenas, que a muitos silvícolas pacificou e reuniu em duas aldeias para cuja direção chamou missionários jesuitas (87).

A 12 de outubro de 1699 chegavam, com efeito, ao Açu os Padres João Guinzel e Filipe Bourel para realizar trabalhos de evangelização nos núcleos de nativos ali novamente erigidos pelo Mestre-de-Campo.

O EXTERMÍNIO DO RANCHO DE JENIPAPOAÇU E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

A maior proeza do Mestre-de-Campo ou, antes, a que maior repercussão teve nos anais norteriograndenses foi, porém, o ataque e mortício do principal Jenipapoaçu, ou Jenipaboaçu, e das gentes de sua grei.

Embora de uma vulgaridade chã e, de certo modo, assaz comum naqueles tempos de violência e felonia, o incidente deve ser recordado. Cabe fazê-lo porque retrata, na brutalidade de seu entrecho, o espírito de uma época e a fereza dos homens que a viveram.

Motivos não perfeitamente esclarecidos haviam levado o Mestre-de-Campo a se malquistar com aquêle maioral **Baiacu** a quem acusava ser apaniguado de Bernardo Vieira de Melo e pretender matá-lo aleivosamente por insinuação do seu protetor.

Imbuindo-se de tais idéias, assentou, sem dúvida, Morais Navarro livrar-se de Jenipapoaçu, exterminando-o e a tôda a sua parentela.

Para realizar os sinistros propósitos, deslocou-se no rumo da Ribeira do Jaguaribe, onde penetrou a 30 de julho de 1699. Acompanhavam-no 130 infantes e duzentos e tantos **Janduins.** O pretexto proclamado para justificar a marcha insólita era buscar aliados e colaboradores que o ajudassem a dar combate aos **Icós, Caratiús** e **Caratiús** que continuavam em pé-de-guerra.

Chegado que foi à aldeia da Madre-de-Deus, o Mestre-de-Cam-

(87) Em missiva, datada de 7 de 1700, dizia D. João de LANCASTRE a El-Rei: «Senhor, por carta de 12 de julho do ano passado, dei conta a V. Majestade de que o Mestre-de-Campo do Têrço dos Paulistas havia reduzido algumas nações de gentios bárbaros do Rio Grande do Norte a viver debaixo da proteção das armas de V. Majestade e pedia lhe remetesse logo missionários da Companhia, o que fiz com a brevidade possível, tanto que o Provincial dela nomeou para aquela Missão os Padres João Guinzel e Filipe Bourel, alemães de nação e sujeitos de conhecidas virtudes e letras».

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

po fêz anunciar que receberia com agrado a visita de Jenipapoaçu e seus homens. Queria, porém, que viessem trazendo mulheres e filhos aos quais prometia mimosear com brindes abundantes. (88)

Atraídos pelas solertes promessas, acorreram os nativos em grande número, entrando, desde logo, a participar das danças e folguedos preparados para o entretenimento dos indígenas que integravam as fôrças em marcha.

O Mestre-de-Campo deixou-os agir sem embaraços e, quando os viu desprevenidos e sem armas, atacou-os de surprêsa matando a mais de quatrocentos e conduzindo os sobreviventes como prisioneiros de guerra para o arraial do Açu, centro das operações do Têrço.

Foi isso a 4 de agôsto de 1699.

Vinte e um dias depois, com a frieza de um homem que julga ter praticado um ato perfeitamente natural e necessário, Morais Navarro relatava o sangrento episódio a D. João de Lancastre (ver carta de 25 de agôsto de 1699).

Segundo os dizeres da missiva, a situação obrigara o Mestre-de-Campo a "rivalizar em astúcia com Jenipapoaçu, opor estratagema a estratagema e traição a traição, matar para não ser morto..."

A operação escravista e assassina teria pleno êxito se, entre os prisioneiros, não figurassem gentios domésticos, pertencentes à missão do Araré, conversos do Padre João da Costa, Recoleto da Congregação de S. Filipe Néri. Homem destemido e cônscio, o sacerdote protestou contra a violência praticada por Morais Navarro, reclamando a imediata libertação de seus pupilos.

Não sendo atendido e vendo que, assim, se perdiam os frutos de seus indefessos labôres, apelou para o bispo de Pernambuco, D. Francisco de Lima. O Prelado, achando legítima a atitude de seu jurisdicionado, expediu uma Pastoral mandando que os Paulistas dessem imediata liberdade aos **Baiacus** injustamente cativados sob pena de "declarar por público excomungados e malditos..."

Sertanista de forte têmpera, o Mestre-de-Campo não se entibiou com a terrível ameaça, nem se deu por vencido. Do ato do Governador da Diocese, agravou para o Arcebispo da Bahia, seguindo-se daí um longo e tumultuoso processo (89) que, de instância em instância, subiu até o Rei.

(88) Morais Navarro afirma, em papéis oficiais, que os **Baiacus** se apresentaram espontâneamente ao acampamento dos brancos.

(89) Os lances mais dramáticos dêsse rumoroso processo podem ser conhecidos através da farta documentação publicada pelo Barão de Studart na «Revista do Instituto do Ceará» (Tomo XXXI, Fortaleza, 1917).

O monarca, ouvido o parecer do Conselho, deu razão ao Padre Missionário e fêz expedir a Ordem-Régia de 15 de dezembro de 1700, determinando a imediata prisão do famigerado calção-de-couro.

Devia encarregar-se da diligência o letrado Cristóvão Soares Reimão, Ouvidor da Paraíba.

A decisão real foi prontamente cumprida. Morais Navarro viu-se, assim, detido por aquela autoridade judiciária, a quem acompanhavam Manuel da Rocha Lima e uma fôrça de 40 soldados, e recolhidos à cadeia do Recife (90).

A destituição do comandante acarretou, como era óbvio, a dissolução do seu têrço.

SITUAÇÃO DA GUERRA EM COMEÇOS DO SÉCULO XVIII

Com o raiar do século XVIII, a situação, nas zonas conflagradas começa a se desanuviar progressivamente. Fatôres, até então de minguada importância, tomam aspectos novos, avultam, passando a influir de maneira ponderável na marcha dos trágicos acontecimentos de que eram teatro os sertões nordestinos.

De entre êles, os que ganharam maior eficácia e, assim, iriam concorrer para apressar o término definitivo da Guerra-dos-Bárbaros e pacificação geral da indiada, destacaram-se, desde logo, a conquista das terras capitaniais pelo alienígena luso-brasileiro e a ação dos missionários católicos. Esta vinha de longe; fizera-se sentir desde os primórdios da fixação do conquistador europeu nas costas do Brasil Norte-Oriental. Havia sido, porém, profundamente perturbada pela invasão batava e dificultada, depois da reconquista, pelas próprias autoridades reinóis. Tornara-se dêsse modo, pràticamente nula.

Agora, a cruzada apostólica iria tomar maior amplitude. Revigorada, penetraria profundamente na hinterlândia nordestina, para espalhar a palavra de Cristo entre nativos e lhes abrandar a natureza rude. Plantaria novas aldeias, onde os indígenas encontrariam o desejado refúgio e a proteção contra a violência dos brancos e, sobretudo, contra as suas tendências escravistas que eram a grande causa do alongamento da guerra.

(90) Sôbre as atividades exercitadas por Morais Navarro depois de sua libertação leia «Notícias para um capítulo nôvo da história cearense», artigo da lavra do Barão de Studart, inserto na Revista do Instituto do Ceará (Tomo XXX, Fortaleza, 1916). Trata-se de um trabalho escrito à laia de introdução aos documentos relativos ao Mestre-de-Campo que o historiador cearense faria publicar no tomo XXXI, da mesma Revista.

No Rio Grande do Norte, cenário das mais acesas e cruentas pugnas da guerra, que se vinha ferindo entre alienígenas e ameríncolas, o grande apaziguador dos tapuias foi, porém, no período histórico a que nos reportamos, o Capitão-Mor Bernardo Vieira de Melo. Sua atuação, no sentido de aquietar os ânimos enturbados de brancos e silvícolas, sublevam em eficácia, na última década do século dezessete, a todos os outros agentes da paz.

Tão largos foram, com efeito, os resultados alcançados durante a sua primeira investidura no govêrno da Capitania (1695-1697) que Varnhagen chegou a afirmar, de maneira aliás um tanto irrefletida, ter êle realizado, em 1697, a pacificação total do território sob a sua jurisdição administrativa.

No ano anterior, ou, mais precisamente, a 24 de abril de 1696, fundara, com efeito, o arraial de N. Senhora dos Prazeres com tapuias cujas iras sanguinárias aplacara, não raro com as armas na mão, e essa emprêsa aparecera ao grande historiador como o coroamento de sua obra pacificadora.

A verdade é, porém, que naqueles idos a capitania estava em plena ebulição guerreira. A chegada de Morais Navarro ao Açu com o seu Têrço é a prova da turbulência que ali reinava.

Reconduzido, em novembro de 1697, por mais dois anos, a pedido do Senado da Câmara e do povo, retoma o Capitão-Mor a obra benemérita de apaziguamento que realizara com tanto proveito. Verificando, já no fim do seu govêrno, ser impossível manter os indígenas quietos em seu aldeamento, sem lhes garantir o indispensável sustento, apressou-se em cumprir "o alvará em forma de lei, de 23 de setembro de 1700, em que El-Rei mandava dar a cada missão uma légua em quadro, medida e demarcação".

Mas não foi êle, e nem poderia sê-lo, a causa única da terminação da Guerra. A restauração da paz no Rio Grande do Norte resultou das causas gerais já apontadas, e, em especial, do enfraquecimento numérico das tribos guerreiras mais belicosas e hostis aos brancos recém-vindos. Dependeu, ainda, do progressivo alargamento das áreas de colonização.

Cinco anos antes do alvará de 23 de setembro de 1700, em março de 1695, o Senado da Câmara de Natal informara, é certo, ao Capitão-Mor que as terras do seu govêrno estavam tôdas doadas. Mas doação, diz-nos Câmara Cascudo (91), jamais foi sinônimo de povoamento. Êste só iria, de fato, acelerar-se quando vieram ordens da Metrópole para a redivisão das terras não aproveitadas, o que determinou uma verdadeira corrida para o sertão e escorraçamento dos seus primitivos habitantes.

(91) Câmara Cascudo, Luís da — «História do Rio Grande do Norte», Rio, 1955.

DECLINAM DE VEZ AS ATIVIDADES GUERREIRAS DOS NATIVOS CEARENSES

Concessões de sesmarias, cada vez mais amiudadas, eram feitas igualmente no Ceará, onde as aldeias de nativos mansos recebiam, também, das autoridades, doações de terras que garantiam precàriamente a sobrevivência de seus moradores.

No baixo Jaguaribe, já então declinava a agressividade dos gentios de corso e uma "atmosfera de tranquilidade, de trabalho e de esperança" descia lentamente sôbre os chãos levantinos da Capitania.

Para tão felizes resultados concorria, como se disse, a ação evangelizadora dos missionários, sempre incansáveis em sua faina de salvadores de almas.

Em 1702, eram pacificados os **Icós**, pelo padre João de Matos Serra, 1.º vigário colado da freguesia de S. José de Ribamar. Com o correr do tempo, outros ameríncolas seriam chamados ao grêmio da Igreja e novas reduções viriam atestar a continuidade de ação apostolar dos sacerdotes que serviam no Ceará. Malgrado ocorrências tão promissoras, vez por outra uniam-se os índios das aldeias avassaladas para acometer os brancos e os brasilienses, seus aliados de sempre.

Assim, em 1704, por duas vêzes levantaram-se os **Baiacus** e assaltaram o fortim de S. Francisco Xavier que se viu obrigado a capitular.

Fato idêntico repetiu-se em 1705, quando o mesmo fortim foi por êles rendido e incendiado (92).

Eram, porém, ataques esporádicos que pouco lembravam investidas de animal em agonia, mas numa agonia que, embora irremediável, seria lenta e se prolongaria por vários anos a fio.

Na verdade, a Guerra-dos-Bárbaros, que chegara pràticamente a seu fim na região litorânea, nos altos sertões cearenses continuava a lavrar com violência.

(92) Studart Filho, Carlos — «Fortificações do Ceará», in Revista do Instituto do Ceará.

Diz, com efeito, a patente de nomeação do Sargento-Mor João de Sousa Vasconcelos que êle "na era de 1704, marchou ao sertão dos **Icós** a situar uma fazenda de gado e vendo que **aquêle sertão estava combatido do inimigo que se achava naquela paragem**, achou de acêrto fazer uma casa forte que foi de grande utilidade para a defesa.

Outro atestado das atividades bélicas e predatórias dos nossos indígenas é o regimento que o Capitão-Mor Gabriel da Silva Lago deu, em 20 de outubro de 1708, ao Capitão Bernardo Coelho de Andrade, "para ir fazer guerra às nações **Icós, Cariris, Cariús e Cratiús**, até destrui-los, visto acharem-se tôdas gravemente comprometidas na devassa a que mandara proceder pelo Juiz Ordinário da Capitania".

Por essa época, contingentes sempre maiores de imigrantes brancos e mestiços penetravam o nosso hinterland para nêle se afazendar, tomando posse **definitiva das sesmarias que lhes haviam sido doadas,** não raro muitos anos antes.

Premidos pelos imperativos da sobrevivência, êsses homens, já agora bastante numerosos, melhor se organizavam contra as hostilidades do ambiente agreste. Fazem-se fortes, pela solidariedade, também contra os silvícolas das circunvizinhanças aos quais passam a opor uma defesa eficiente e segura. Êstes, por sua vez, batidos e desmoralizados pelas perseguições sempre renovadas das armas reais, e pela resistência obstinada dos colonos, acabam por desamparar seus antigos domínios patrimoniais fugindo para rincões ignorados e distantes.

Remanescentes de tribos destroçadas pelos brancos reunem-se em povoados estáveis sob a proteção eficiente de clérigos de várias congregações religiosas. Tais aldeamentos, que marcam, de fato, o término da Guerra-dos-Bárbaros, foram, porém, criados em épocas assaz diversas. Assim, não é possível fixar a data provável em que teve fim a terrível contenda que tão caro havia custado aos dois grupos adversos. Verdadeiro conflito étnico, ela quebrou, para sempre, a resistência dos nossos gentios e lhes marcou o mais inglório dos ocasos que é o finar-se um povo na escravidão.

A REBELIÃO DE 1713

BIBLIOTECA
CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

A Guerra-dos-Bárbaros, sucesso de relevantes reflexos na obra pertinaz, ingente e gloriosa da conquista e dominação das terras nordestinas, não foi o único conflito racial de larga envergadura a encher de sangue, ruínas e opróbrios os largos chãos do Ceará.

Outro embate armado, de grande vulto e significado histórico, iria ocorrer em fins de 1713, quando uma imensa onda de exaltação e revolta de nôvo agitou a consciência das massas indígenas, movendo-as contra os brancos.

Desde as mais remotas tentativas de ocupação da nossa hinterlândia pelos luso-brasileiros, reinara, entre alienígenas e agregações autóctones, uma atmosfera de incompreensão e mútuas desconfianças. Nos primórdios da colonização da zona litorânea, atos de rebeldia e levantes armados, de maior ou menor gravidade, haviam entenebrecido o ambiente da Capitania e pôsto em sobressalto os seus moradores. Eram, porém, de ordinário, reações armadas de somenos importância, mesquinhos levantes de comunidades nativas pouco numerosas e isoladas; bulhas de grupos humanos ainda não apercebidos do enorme sentido prático das grandes alianças guerreiras e que, por isso mesmo, os tornavam prêsas fáceis dos seus rivais alóctones.

Em inícios, porém, do século XVIII, a situação iria apresentar-se bem mais engravescida e ameaçadora para os luso-brasileiros; e os prejuízos materiais, dela decorrentes, muito mais numerosos e avultados do que os resultantes de anteriores contendas.

Nenhuma sublevação de gentios seria conduzida, entre nós, com tanto destemor e teria, no âmbito restrito onde se feriu, maiores repercussões sociais e políticas.

Em mais de um trecho da faixa costeira, os brancos ver-se-iam, por fôrça da vitória dos contrários, desapossados temporàriamente de suas glebas e, em outros, delas por completo exterminados.

A extraordinária agressividade com que se houveram os turbulentos íncolas, o ímpeto das investidas iniciais, os sucessos alcançados em muitos recontros e, sobretudo, a pervicácia na luta, fatos todos de certo modo incomuns nos anais da nossa terra, não devem ser considerados insólitos, pois parecem dimanar dos próprios antecedentes históricos da memorosa Campanha.

É que o transcurso da Guerra-dos-Bárbaros, essa terrível contenda armada, que, durante anos, trouxera o Nordeste-Oriental em constantes angústias e sobressaltos e terminara, poucos anos antes, com a derrota e sujeição das tribos insurrentes, havia sido para nativos do Ceará uma escola de rude aprendizado.

Sofrendo embora, no transcurso dela, sucessivos desbaratos, os amotinados haviam afinal aprendido o valor da cooperação intertribos, e a importância das operações conjugadas, ensinamentos que agora intentariam pôr em prática.

Demais, o ódio, gerado nos vencidos pelos métodos cruéis de repressão contra êles usados pelos vencedores, acabara, ao que tudo indica, contagiando a quase totalidade dos silvícolas da Capitania, despertando nêles um como que sentimento de comum solidariedade étnica.

Para os embates do nôvo conflito prestes a explodir, iriam, por todos êsses motivos, arregimentar-se combatentes das mais variadas parentelas, unidos pela comum aversão ao estrangeiro, ao invasor que, havia quase cem anos, lhes vinha arrebatando os domínios patrimoniais e se tornara o constante e indefectível algoz de todos os filhos da terra.

Ao contrário, pois, da Guerra-dos-Bárbaros, que teve por elementos mais atuantes hordas selváticas, a rebelião de 1713 seria, de preferência, obra dos aborígines aldeados e missionados. Contou, é certo, com o apoio eficiente e decidido da bugrada sertaneja, mas tal ajuda não foi a que mais pesou no desenrolar dêsse conflito racial.

O movimento sedicioso de 1713 representou, pois, uma reação armada dos nativos mansos contra os repetidos abusos e vexações de que haviam sido as infalíveis vítimas, durante gerações sem conta.

A fação rebelde seria, como se disse, integrada, em grande parte, por gentios domésticos, ativos e úteis, muitos dos quais vinham convivendo de longa data com os colonizadores, prestando-lhes bons serviços na paz e na guerra, mesmo quando esta guerra viesse a subjugar os seus irmãos de sangue, ainda bárbaros dos sertões da Capitania.

Até os próprios tupis, aliados fiéis dos brancos, não foram de todo infensos ao movimento reivindicador. Êstes homens, sôbre cujos ombros haviam assentado sempre a segurança e a defesa dos povoadores e que eram o esteio da economia agrária da Colônia, se não aderiram à revolta de maneira declarada e ostensiva, solidarizaram-se secretamente com a turba desordenada. Deram, portanto, ensanchas a que a subversão lavrasse incontida, tomando largas proporções e ameaçando a vida e propriedade dos colonos.

Os antecedentes da sangrenta tragédia são, aliás, postos em evidência, também pelo Padre João Antônio Andreoni, em sua carta de 15 de junho de 1714 (1), da maneira seguinte:

"Os chefes e os soldados residentes nas fortificações, diz êle, se serviam dos índios para lhe prepararem alimentos, na caça e na pesca para si e os seus; exigiam, quando necessário, que combatessem os inimigos nas florestas, e longe de lhes darem alguma recompensa ou de lhes pagarem o sôldo desprezavam-nos e zombavam dêles."

O fato narrado nada tinha de inédito, nem de extraordinário. De um modo geral, os lusos recém-chegados do Reino e aquêles de há muito aclimados à rude ambiência nordestina, desdenhavam profundamente o ameríncola, descarregando nêle desesperanças e frustrações.

Não os desprezavam menos os descendentes brancos e mestiços dos imigrantes reinóis, homens também rudes, muitos dos quais inquinados dos maus sentimentos e tendências predatórias de seus antepassados peninsulares. Brancos e mestiços tudo faziam para transformar os nativos em verdadeiros animais de carga empregando-os nos trabalhos da paz e da guerra.

As palavras do Padre Andreoni não exprimiam, pois, conceitos novos, reeditavam pareceres antes formulados por outros beneméritos inacianos cujas cartas, quase sempre lamuriantes, ferem com particular insistência êsse aspecto pouco simpático da nossa colonização.

A animosidade do reinol para com os nativos era, pois, coisa muito antiga; vinha do período heróico de nossa formação, quando os gentios praianos lhe sentiram as virulências e os primeiros ressaibos.

(1) A missiva, «que dá notícia do estado espiritual da província do Brasil depois da última, que foi enviada no fim do ano passado» começa mencionando a luta que se deu na prefeitura do Ceará entre os selvagens que, por tôda parte, faziam incursões, e os índios, de um lado e os portuguêses do outro.

Já o Padre Manuel da Nóbrega, um dos fundadores do Brasil, no entender de seus mais autorizados biógrafos (2) tratando das relações luso-ameríndias dos primeiros tempos, dizia pleno de ressentimentos e de zêlos:

> "Dêsse mesmo ódio que se tem ao gentio, nasce não lhe chamarem senão cães, tratarem-nos como cães, não olhando o que dizem os Santos que a verdadeira justiça tem compaixão e não indignação." (Nóbrega, 1559, pág. 197.)

Na mesma carta de 1559, um pouco mais adiante (pág. 206) Nóbrega ainda insiste amargamente:

> "Outra grande desinquietação se dá aos índios por gente de mau viver que anda entre êles e lhes furtaram o que têm e lhes dão pancadas e feridas pelos caminhos, tomando-lhes seu peixe, furtando-lhes seus mantimentos. E nisto não pode haver justiça porque recebe cá o Ouvidor-Geral uma opinião prejudicial que sem prova de dois ou três cristãos brancos não se castiga nada, ainda que seja notório pelos índios, a qual prova é impossível haver-se, e, assim, tudo fica sem castigo." (3)

Também no Ceará tratavam os colonos aos indígenas como cães e, como vimos, dêles zombavam depois de tê-los espoliados de seus haveres. Certa feita, "levantando um índio a mão direita contra um dos motejadores, diz o Padre Andreoni, saíram-lhe ao encalço, e tendo-o perseguido inùtilmente, decidiram vingar-se nos índios inocentes da povoação cearense acometendo o chefe dos índios feriram-no cruelmente; pilharam tudo que encontraram nas casas, levaram cativos para as fortificações algumas mulheres e meninos".

(2) Ver Dr. José Mariz de Morais («Nóbrega, o Primeiro Jesuíta do Brasil». Imprensa Nacional, 1940). Para Serafim Leite seria Nóbrega o fundador da Companhia de Jesus no Brasil, fato que lhe empresta singular autoridade na matéria.

(3) Apud Gondim da Fonseca «Portugal na História». Rio, 1932.

Consoante normas então muito seguidas pelos conquistadores, os soldados faziam, dêsse modo, cair sôbre uma comunidade inteira o castigo da culpa de um dos seus membros. Isso, aliás, nada mais era que uma imitação, reversa daquilo que tanto horror havia causado aos primeiros portuguêses, e que os nossos historiadores sempre apontaram como uma prática peculiar aos indígenas e fruto de seu atraso cultural.

Amolecidos por um longo passado de sujeições e de afrontas infamantes, as vítimas não ousaram revidar os agravos recebidos, nem apelar para a justiça do Rei. Conheciam, através de experiências muitas vêzes repetidas, a pouca firmeza dos magistrados, quando lhes cabia julgar os direitos dos nativos, e, não se sentindo assaz aparelhados para uma eficaz desafronta pelas armas, preferiam contemporizar, calcando máguas e rancôres.

Os tapuias estavam, porém, de sobreaviso, remoendo ódios e anseios de vindita. Desfeitos nêles as esperanças de os brasilienses espezinhados responderem com a condizente veemência à violência sofrida, resolveram, ainda assim, tirar partido da situação difícil criada pela insensatez das gentes do presídio. Firme nesse propósito, pediram às vítimas não intervirem em favor dos seus algozes, quando do ataque que contra êles pretendiam desencadear a breve prazo (4).

A norma de proceder dos conjurados, algo insólito para quem julga os nossos ameríndios governados apenas por impulsos naturais, era um ato de elementar prudência e visava a assegurar o êxito da emprêsa que estava iminente. Tenha-se em conta que os brasilienses continuavam a fruir, no seio das agregações não tupis, da reputação de bons e valentes lutadores, quando operando sob a suprema direção de chefes brancos, e êles pretendiam dêsse modo afastá-los do campo da luta, evitando maiores estorvos aos seus projetos.

Rememorando tais fatos, assim prossegue o Padre Andreoni a sua carta: "Bem tinham compreendido os **Tapuias**, tribo de selvagens, o que se havia passado; vendo, porém, que os índios não se declaravam em franca revolta, com o fim de vingar também as suas

(4) Outras lutas de pequena importância entre aborígines e colonos abriam-se, por ocasião de serem incorporados novos trechos do sertão cearense, ao patrimônio da Coroa portuguêsa. Assim, em 1703 a 1706, uniram-se os **Icós, Cariús, Cariris** e **Cratiús**, para assaltar os moradores do alto sertão. Em 1712, levantam-se os **Canindés** e **Jenipapos**, índios da mesma parentela que viviam na bacia do Banabuiú. Tinham, porém, tais levantes, repercussão muito limitada e pouco perturbavam a marcha do povoamento.

injúrias, pediram-lhes uma só cousa: não se opusesse ao que haviam de fazer: o que de fato os índios fizeram, deixando-os livres em suas incursões, a matar os senhores e escravos dispersos pelas fazendas e a apanhar os bois e cavalos que andavam naqueles lugares. Outras foram por êstes levados à carnificina..."

* * *

Tendo os indígenas mansos aquiescido em participar do solerte conluio, arredada a ameaça da interferência dêles nos conflitos que iriam convulsionar praias e sertões cearenses, tomam os **Tapuias** novamente as armas. De um extremo ao outro da Capitania estrugirá, em breve, uníssono, o clamor das tribos amotinadas que iriam, pouco depois, derramar-se também pelos páramos da Serra Grande e terras vizinhas do Piauí.

Os primeiros a se porem em pé-de-guerra e romper as hostilidades foram os **Baiacus**, sempre os mais irrequietos e rixosos tapuias do nosso interior. Unidos aos **Anacés**, **Jaguaribaras** e outros descontentes que, apressurados e solícitos, haviam acorrido ao apêlo dos amotinados, atacam êles a Vila do Aquirás, aí levando o terror, a destruição e a morte. Mais de 200 pessoas teriam perecido no assalto (5). A população sobrevivente, aconselhada pelo Capitão-Mor Francisco Duarte de Vasconcelos, buscou refúgio na Fortaleza de N. S. d'Assunção para escapar à fúria dos rebeldes.

O impacto brutal daquela inopinada agressão, que as autoridades e o povo deviam considerar, por certo, menos uma aleivosia do que um ultraje partido de alarves grosseiros que tinham por definitivamente domados e abatidos, não compungiu, nem estupefez aos homens responsáveis pelos destinos da Colônia.

A reação seria, por isso, pronta, segura e violenta.

Ainda libavam os amotinados as alegrias dos seus primeiros triunfos, e já o Capitão Francisco Duarte de Vasconcelos concertava as medidas necessárias a pôr fim àquele estado de coisas e punir os culpados.

No propósito de restabelecer a ordem legal na Capitania, reuniu na fortaleza, ainda em dias de agôsto de 1713, mês em que os

(5) A informação, embora oriunda de um documento coevo dos sucessos apontados, não pode ser recebida sem sérias restrições. Se verdadeiro o número de pessoas desaparecidas no morticínio, teria êle repercutido de maneira terrivelmente dramática na marcha do povoamento, o que não parece haver ocorrido.

sediciosos iniciaram as suas tropelias sangrentas, um Conselho de Guerra com os oficiais da Câmara da Vila e os cabos de maior conceito na Capitania.

No improvisado conclave "assentaram todos que se lançasse um bando, em nome de S. Majestade, que se publicasse e afixasse de maneira que a notícia chegasse a todos os moradores, no qual se proferisse e declarasse que dava o dito Capitão-Mor a campanha livre e isenta de quintos reais as prêsas que houvesse na guerra dos ditos gentios aos que lhe fizesse até se sossegar e resgatar dêles a Capitania porque maior prejuízo segue a Real Coroa perder esta do que os quintos das prêsas que houvesse na dita guerra."

Da reunião resultou, outrossim, a escolha do Coronel João de Barros Braga para dirigir a campanha contra os insurretos (6). Oficial superior das ordenanças da Ribeira do Jaguaribe, mal tomara conhecimento dos graves e trágicos sucessos que se desenrolavam pela região do Aquirás, marchara com seu regimento em socorro da fortaleza também ameaçada, no que demonstrava o seu grande zêlo pelos negócios públicos.

Era homem poderoso e de grande experiência das lutas contra os nativos, onde se afamara pela sua crueldade. Possuía, portanto, credenciais capazes de justificar de maneira plena a indicação da aflita assembléia.

Empossado nas funções de comando, deu-se pressa o nôvo chefe em agregar a si os moradores e os nativos mansos e fiéis das cercanias do presídio, e partir ao encontro dos amotinados.

A tropa, que o acompanhava, era, sem dúvida, bastante heterogênea mas perfeitamente capaz de secundá-lo no desempenho da terrível missão que lhe coubera. Compunham-na, em sua quase totalidade, homens arrojados, e conhecedores do terreno onde iriam atuar. Deviam ser, além disso, bastante numerosos. Grandes e tentadoras, para criaturas que viviam em função do braço do escravo, eram as vantagens oferecidas, no texto do bando, aos que fôssem àquela guerra.

* * *

Entrementes os rebeldes, pressentindo talvez o perigo a avizinhar-se, abandonavam o campo de seus triunfos e dirigiam os passos para leste. Ao atingirem, porém, as margens do Choró foram alcançados pelos luso-brasileiros e seus auxiliares e derrotados após um dia inteiro de luta. Seria êste o maior choque armado havido na campanha.

Malgrado o empenho que punham em imitar a tática dos brancos, faltavam-lhes os elementos necessários para enfrentar, com possibilidade de êxito, as fôrças expedicionárias, em combate regular.

A bravura instintiva, arcos e flechas, tangapemas e machados de pedra e algum velho trabuco, acaso subtraído aos moradores ou obtidos em anteriores razias, pouco podiam contra as armas e a arte guerreira de que usavam os civilizados.

Vitorioso, João de Barros Braga prosseguiu as operações militares varrendo "do litoral do baixo Jaguaribe e sertões mais próximos do mar, o inimigo bárbaro com grande prejuízo dêste".

Na cruenta investida que fêz contra os sublevados, tomou o Capitão grande número de prisioneiros, muitos dos quais foram imediatamente chacinados.

A linguagem dos documentos coevos, que mencionam o fato, é incisiva e áspera.

Assim diz "matou grande número dêles, e aprisionou mais de quatrocentos dos quais mataram-se logo noventa e cinco a ferro frio e depois de amarrados por desconfiança que houve dêsse gentio, pelo motivo de serem homens-de-armas, conhecidamente guerreiros e destemidos e juntamente incapazes de se sujeitarem às leis divinas e humanas, como a experiência bastante tem mostrado a sua infidelidade e constância".

E prossegue: "Todos os índios aprisionados foram repartidos por entre os colonos e índios auxiliares." Abriu-se uma exceção apenas para os **Tremembés**, por haverem sido coagidos a acompanhar os rebeldes a fim de remirem as suas vidas. Foram por isso "entregues ao seu missionário por ordem da Junta das Missões e do Reverendo D. Manuel Alves da Costa, Bispo de Pernambuco".

Estas particularidades constam, conforme frisa Théberge (6), de um processo mandado instaurar contra o Coronel João de Barros pelo Capitão-Mor do Ceará, Plácido de Azevedo Falcão, a fim de obrigá-lo a quintar os prisioneiros, não obstante o teor do bando, afixado por seu sucessor, Manuel da Fonseca Jaime. (7)

O documento focalizado, sem dúvida valioso para a história

(6) Pedro Théberge («Esbôço Histórico sôbre a Provincia do Ceará», Fortaleza, Tipografia Brasileira, 1869, págs. 115 e 116).

(7) O réu interpôs embargos que, indo ao Provedor da Fazenda Real de Pernambuco, foram julgados a seu favor; foram remetidos ao Promovedor-Mor do Estado que confirmou a absolvição e apelou para a Relação a qual também absolveu o réu (Théberge).

dêsse conflito luso-indígena, não dá, todavia, uma idéia bastante clara de sua extensão e veemência, nem denuncia os firmes propósitos dos nativos de levarem de vencida os opressores.

Não deixa transparecer outrossim as simpatias com que os insurretos eram olhados pelos **Tupis** domésticos, residentes nas vizinhanças dos brancos.

Êste aspecto da luta ressalta, antes, dos têrmos das cartas mandadas pelos camaristas da vila de N. S. d'Assunção, ao Rei de Portugal e ao Governador de Pernambuco, em data de 23 de outubro de 1713.

Relatando episódios do lutuoso acontecimento, diziam as missivas:

> "...vindos se retirando da Vila quantidade de gente para debaixo das armas desta fortaleza, acompanhada de alguns brancos e índios, lhe saiu ao encontro o tapuia inimigo, quase à vista de uma aldeia de índios e, botando-lhe cêrco, mataram quase tôda a gente que vinha e só escaparam quatro ou cinco pessoas, por se haverem debruçado em terra, e um vereador desta Câmara, por ir montado em cima de um cavalo, e ver que, só não podia resistir a grande exército de tapuia, sem que houvesse um índio que, desta tal aldeia, acudisse a tanta lástima ou na necessária defesa disparasse uma arma, mas só se afirma tiveram êstes o cuidado de os despirem depois de mortos, assenhoreando-se dos vestidos e alfaias que traziam e, assim, se justifica porque, andando êstes sempre nus, hoje andam vestidos e com vestimentas conhecidas e nós, pelo tempo em que estamos, tempo em que nos vimos, nos calamos disfarçando suas tensões ainda que êles publicam muita amizade e lealdade aos brancos..."

* * *

Com certo fundamento se pretende que a fuga do povo de Aquirás e terras vizinhas para a Fortaleza de N. S. d'Assunção deu lugar, uma vez conjurado o perigo, a um aumento considerável do pequeno núcleo demográfico ali existente sob a proteção de suas armas e, já então, conhecido por Aldeia do Forte. Criou, assim, o predomínio desta povoação sôbre sua rival a então Vila de Aquirás.

BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Que as autoridades se esforçavam para reter os moradores junto à Fortaleza de N. S. d'Assunção, conclui-se da leitura do texto da carta endereçada aos oficiais do Senado da Câmara daquela vila, pelo Capitão-Mor Plácido de Azevedo Falcão:

"...dizer me Vmces na sua carta que na ocasião em que êste gentio se alterou nesta capitania largaram a Vila dos Aquirás obrigados pelo Capitão-Mor que então governava fazendo os recolher as abas desta fortaleza para algum acôrdo que lhe fôsse necessário para as disposições da guerra e que com a notícia da tropa que pròximamente se recolheu e haver afugentado o dito gentio se querem Vmces recolher a ela e o não podem fazer sem que lhe eu mande fabricar um presídio guarnecido com trinta homens com pólvora, bala e armas para vindo o dito inimigo a reconhecer aquela campanha e ache fortificada o que tudo me parece por agora não ser necessário porque se Vmces no tempo em que o gentio se levantou e matou gente naquela parte sendo então a ocasião de maior perigo não largaram a Vila senão obrigados hoje se acha mais desombrada a campanha segundo a notícia que Vmces me apontam da tropa de fazer o gentio afugentado me parece escusado e seguro do arraial que Vmces me pedem e bem sabem Vmces que estão os índios para sair para a campanha e perseguir o gentio e não está o tempo para deixarmos de continuar com a guerra contra o inimigo além de que se o meu antecessor teve razão para obrigar a Vmces a que aqui assistissem para o que lhe fôsse necessário para a disposição da guerra esta senão acha ainda acabada antes me parece estamos no princípio dela não devem Vmces duvidar careço eu também do conselho de Vmces para os assertos que com o favor de Deus pretendemos alcançar na vitória das nossas armas contra os nossos inimigos Vmces obrarão nesta matéria com assêrto que costumam advertindo que se nenhuma má sorte está bem esta divisão em tempo tão arriscado e que só se deve atender à destruição do gentio para sossêgo da Capitania e posta neste poderão Vmces seguir o que melhor estiver para conservação dela tendo me a mim sempre pronto para lhe obedecer no que fôr a bem da Justiça e do serviço de Vmces."

A ação pronta e decidida de Barros Braga e atos de crueldade não sufocavam a revolta, embora muito lhe houvesse quebrado os primitivos ímpetos. Impenetráveis ao mêdo, os gentios da Ribeira do Banabuiú, participantes da sedição, continuavam as suas incursões afoitas contra os moradores locais.

Também na bacia do Acaraú agiam grupos rebeldes, cujas correriam hostis às gentes alienígenas vinham, de há muito, pondo

em sobressalto a região. Para esmagar os recalcitrantes mudou Barros Braga o capitão de seu regimento, Pascoal Correia Lima, que, prosseguindo a obra de expunção iniciada no Jaguaribe pelo seu comandante, "matou grande número de inimigos e aprisionou cento e vinte cinco cabeças". (8)

* * *

O campo de atividades guerreiras dos brasis sublevados era, pois, amplíssimo. Estendia-se não apenas ao Jaguaribe mas a tôda a zona setentrional da Capitania, chegando aos vizinhos sertões do Piauí. Ali secundando, com efeito, o protesto cruento dos indígenas cearenses, se haviam pôsto em pé de guerra vários grupos ameríncolas.

Também não correu fácil a campanha contra os nativos do Ceará, nem os brancos se sentiam tão seguros da vitória como parece denunciar o documento citado por Théberge. Tanto que, a 4 de novembro daquele ano de 1713, a Câmara de Aquirás informava ao Govêrno de Pernambuco que a tropa mandada em perseguição dos **Baiacus**, por não poder progredir, em vista das muitas doenças, regressara sem ter conseguido destruir o tapuia, matando-lhe apenas 28 pessoas, em duas ocasiões em que o encontrara. Esclarecia, porém, que os mesmos eram acossados por uma tropa de gente do Jaguaribe com alguns índios domésticos daquela ribeira (**Apud** R. Garcia).

Nesse meio tempo, os **Canindés** das cabeceiras do Banabuiú, que, na ocasião do assalto à Vila de Aquirás, haviam aderido ao motim, continuavam pondo em perigo a vida e os haveres dos colonos ali radicados.

"A nação **Canindé**, dizia então a Câmara de Aquirás, em carta de 28 de outubro de 1713, que habitava nas cabeceiras do Banabuiú, ilhargas de Jaguaribe, é muito poderosa e outra mais nação se tem rebelado e unida com os mais e as gentes daquelas ribeiras se tem fortificado em aldeias..."

Dando maior amplitude ao conflito na Ribeira do Acaraú e terras circunvizinhas, explodira, em conexão com êles, outro movimento armado.

Tomam armas contra os colonizadores os **Acriús** e **Tremembés** que, malgrado a situação de vassalos de S.M., não haviam perdido

(8) Pascoal Correia Lima — o loco-tenente de Barros Braga não atingiu, também, todos os seus objetivos imediatos, que lhe cometera o seu comandante, como se verá depois.

o ânimo belicoso e seus rancôres contra os luso-brasileiros. Amotinaram-se igualmente os **Areriús** ou **Arariús** que assaltam os moradores da ribeira do Acaraú e correm o seu missionário a tiros.

Dando ciência do fato ao Governador de Pernambuco, Félix José Machado, em Carta-Relatório de 28 de outubro de 1713, informava a Câmara do Aquirás que, naquele difícil momento, as vítimas se recolheram à Serra de Ibiapaba "a valerem-se das armas dos índios **Tobajaras** que estão debaixo do domínio do Pe. Ascenso Gago da Companhia de Jesus".

Esclarecia, outrossim, o documento, que ficava "tôda a Capitania em pêso em grandíssimo perigo e risco com bem poucas esperanças de ser bem sucedida e mais ainda com a desconfiança de que saindo uma grande tropa nossa que excede número de quinhentos homens entre brancos e índios e por Cabo Geral o Capitão de Infantaria Antônio Vieira da Silva, em distância de doze léguas a conquistar êstes inimigos vão correndo por quase trinta dias sem haver notícias do que lhe terá sucedido".

A 4 de novembro do mesmo ano, dirigindo-se, mais uma vez, àquela autoridade pernambucana, participava-lhe a Câmara o regresso dos expedicionários e os magros resultados por êles alcançados.

Dias depois, ainda em novembro, era publicado um Bando do Governador de Pernambuco permitindo ao Capitão-Mor do Ceará perdoar os indígenas das culpas de que fôssem réus, contanto que se submetessem dentro de 24 horas.

Era isso, porém, mais uma tentativa vã para serenar os ânimos. A era de concórdia e tranqüilidade que o Govêrno de Pernambuco pretendia alcançar, graças à sua atitude benevolente, não se concretizou. Os sediciosos dela não tomavam conhecimento e a luta prosseguiu. (9)

(9) Em 1713, lê-se na «Paranduba Maranhense» (pág. 109): «Foi morto aleivosamente pelos mesmos tapuias de sua obediência Antônio da Cunha Souto Maior, que servia de Mestre-de-Campo da conquista do Piauí. Para castigar os gentios de corso infestadores do Maranhão saiu o Governador Gomes Freire da cidade de S. Luís em 1715, com um suficiente corpo de tropas; porém, os bárbaros, vendo o tiro... fugiram... e Gomes Freire se retirou. No ano seguinte, trazendo do Pará uma companhia de Infantaria e muitos índios flecheiros, formou uma nova expedição e a encarregou a Francisco Cavalcante de Albuquerque com a graduação de Sargento-Mor. Dirigiu-se êle com esta expedição ao Iguará; castigou os índios matadores de Antônio da Cunha Souto Maior e destruidores de um comboio que passava a S. Luís, e depois se juntou ao Mestre-de-Campo do Piauí, Bernardo Carvalho d'Aguiar, a quem devia obedecer. Unidos êstes dois corpos fizeram grande estrago nos índios **Aranhis**.»

No dia 2 de fevereiro de 1714, publicava, com efeito, o Capitão-Mor Plácido de Azevedo Falcão, com o consentimento expresso do Governador Félix José Machado de Mendonça e Sá, uma nova proclamações concedendo pazes aos **Baiacus**.

Assim o procedia, assevera a autoridade local, por ter sido informado pelos moradores da capitania que "...a nação **Paiacu**, do rancho que é Principal Mathias Seixas, na ocasião do levante não matou pessoa nenhuma mas antes pôs a todos os moradores que moravam nos tabuleiros e mais circunvizinhos ajudando-os a retirar para a Jeriquaquara onde se fizeram fortes até que, com a ajuda das armas desta fortaleza e dos moradores e índios, foram retirados postos em salvos para escaparem das tiranias dos **Jaguaribaras** e mais nações e depois na Campanha a mesma nação **Paiacu** se portou das mais declaradas buscando as nossas armas para ajudarem a guerrear e instruiu aos outros como se tem visto o que obraram em companhia do Capitão Paschoal Correia em outra ocasião em companhia do Cel. João de Barros Braga e agora de presente com o Sargento-Mor Domingos Ribeiro..."

Demonstrando a sinceridade de seus propósitos apaziguadores, terminava o Capitão-Mor o seu edital, com essas palavras de advertência e ameaça: "E por êste meu Bando confirmo as ditas pazes em nome do dito senhor (Governador) e todo morador de qualquer qualidade e condição que seja desta capitania ou índios de aldeias dela que agravar ou matar tapuia dos declarados e havereis por traidor por ir contra o Bando e pazes que em nome de Sua Majestade fiz, confiscando-se-lhe as fazendas que se devassara judicialmente contra quem assim incorrer ficando logo êste encargo aos Juízes desta Capitania que se publicará a som de caixas e se fixarão nos lugares que necessário fôr..."

A admoestação se tornava necessária porque os colonos nenhum esfôrço sincero e profícuo faziam ou levavam a efeito para que a tranqüilidade fôsse restabelecida na Capitania.

Mais animadora era, porém, a carta escrita pelo Senado da Câmara daquela vila, ao Des. Cristóvão Soares Reimão, em 8 de fevereiro de 1714. Nela se assegura que, no conflito armado, ocorrido no ano anterior entre moradores e **Areriús**, êstes haviam perdido muita gente e dêles já poucos existiam.

Da revolta dos **Acriús** e **Tremembés**, cujo destino final nos é conhecido, resultaram como é natural novas destruições e a fuga de um maior contingente de brancos para a Ibiapaba, onde buscaram refúgios nas aldeias cristãs dirigidas pelos jesuítas.

Tenaz e incansàvelmente perseguidos pelos colonos e seus apaniguados, os **Acriús**, pediram paz e foram mandados reunir aos **Tobajaras** da aldeia, depois Vila Viçosa Real, da América.

Maiores danos causaram, porém, os **Anacés**, cujos domínios territoriais eram bem mais amplos.

A 3 de novembro de 1713, a Junta das Missões tomava conhecimento do que, a tal propósito, lhe escrevera o Capitão-Mor do Ceará, e concebido nos têrmos seguintes — "os tapuias da nação **Anacê**, a que chamam de corso, fizeram grande estrago no arraial de Parnaíba, da parte do Maranhão, matando ao Mestre-de-Campo Antônio da Cunha Souto Maior e muitos brancos, e fizeram vários roubos pela ribeira do Caracu, agregando a si muitas nações e muitos tapuias aldeados..."

Mandara o Capitão-Mor "devassar dêsses bárbaros e achando-se culpados nestes delitos depois de aldeados lhes mandou fazer guerra com tão feliz sucesso que só 40 poderam livrar-se das nossas armas".

Isso concorda, aliás, em grande parte, com o referido pelo Pe. João Aldreoni, em sua carta de 15 de junho de 1714, que diz: "...o perigo cresceu ainda mais com a entrada dos **Guanacenses**. Êstes mataram à traição em Parnaíba, o comandante dos soldados que os tratavam mal e não lhes pagava o sôldo, como também assassinaram a mulher do comandante-em-chefe, tendo pôsto em fuga os soldados e sentinelas das fortificações, e matando de manhã cedo os que encontravam indefesos; apoderam-se das armas, pólvora, chumbo, balas e de quase trezentas espingardas. Esta prêsa levantou os ânimos guerreiros dos **Tapuias**, acostumados a antes combater com os portuguêses com armas desiguais, servindo-se do arco e da flecha, e assim tendo tirado a êstes o seu melhor meio de defesa, resolveram assaltar a povoação de Ibiapaba, a maior de tôda naquela região, e ausente o Comandante-em-Chefe, que fôra à Paraíba com os índios mais esforçados a fim de fazer cessar os tumultos, e tendo se descoberto a resolução dos inimigos, enquanto êstes esperavam outros que haviam chamado e passavam inùtilmente o tempo a alimentar-se de carne bovina, tiveram os padres ocasião de mandar um mensageiro aos ausentes, e pedir armas ao Governador de Fortaleza, ainda que distante 80 léguas da povoação. Neste ínterim o Superior por necessidade exerceu com denôdo o cargo de Comandante-em-Chefe dos soldados, já exercitando os índios ao combate e preparando as fortificações, já designando as sentinelas, enviando espias, e procurando mantimentos, ao mesmo tempo que com os outros padres consolava as mulheres que choravam segundo seu costume e orava com elas na igreja, pedindo a

Deus não entregasse para serem devorados pelas feras sanguinárias aquêles que confessavam seu nome. Vendo-se indefesos e expostos aos ataques dos inimigos os vaqueiros dispersos naqueles campos se refugiaram na povoação com suas armas e escravos, com o consentimento do Superior. Aumentando assim a fôrça para a resistência, desapareceu entre todos o temor, sendo mortos quase 400 **Tapuias**, alguns feridos, outros postos em fuga, e outros com grande aflição dos padres reduzidos a cativeiro pelos Comandantes que moviam a guerra."

Não obstante batidos e dizimados, os nativos continuaram a resistir corajosamente aos portuguêses, fazendo prolongar a campanha de 1713 pelos subseqüentes anos de 1714 e 1715.

* * *

O último documento que conhecemos a respeito do levante de 1713 é a Carta Régia ao Governador de Pernambuco, D. Lourenço de Almeida. Datada de 27 de março de 1715, ela determinava que se continuasse com todo o empenho a guerra iniciada pelo seu antecessor, Félix José Machado, contra os **Tapuias** do Ceará "para que se os extingam ou se os afugentem de nós, tanto que nos fique livre o uso da terra, ou se faça nêles tal estrago, que os intimide, em forma que se não se atrevam e fiquem os meus vassalos livres de padecer como os semelhantes que agora experimentam".

* * *

Terminada a guerra de 1713-1715, estava para sempre morto o sentimento de altivez e rebeldia do nativo cearense. Encerrara-se a fase heróica da resistência armada dos filhos da terra aos invasores brancos.

Atritos armados e sangrentos, envolvendo o silvícola, haveriam de entenebrecer por dilatado período o ambiente social do Ceará. Desassossêgo e insegurança inquietariam, dêsse modo, pelo tempo em fora, os lares sertanejos.

Tais lutas já não eram, porém, oriundas dos velhos ódios separadores de brancos e íncolas que recrudesciam. Resultavam antes do choque de interêsses políticos, sociais ou econômicos, surgidos no próprio seio da comunidade luso-brasileira aqui radicada.

O elemento indígena pelejaria nesses conflitos apenas integrando qualquer das parcialidades que se digladiavam, nunca porém como grupo independente agindo por iniciativa própria.

VIAS DE COMUNICAÇÃO DO CEARÁ COLONIAL

A conquista e ocupação produtiva do território cearense deram azo ao surgimento de núcleos estáveis de população, precàriamente articulados através de uma rêde de caminhos vicinais de pequeno percurso. Originaram também longas estradas que varavam a Capitania de um a outro extremo.

A mais antiga via de comunicação intercapitanial alongava-se pela orla litorânea, apresilhando, desde 1611, o fortim de S. Sebastião aos mais civilizados centros do Brasil Norte-Oriental. Foi o conduto por onde penetraram nas ínvias glebas nordestinas os pioneiros da truculenta civilização ocidental. Percorrendo, ora a praia rasa pela estreita faixa arenosa que as vagas umedeciam a cada instante, ora as terras chãs dos tabuleiros, era, a princípio, uma vereda mal definida, perceptível só aos olhares perscrutadores dos **Tupis**, aos quais servira de trilha, quando algumas de suas malocas se haviam deslocado para o norte, avassalando, destarte, áreas continentais sempre maiores. Por ela transitaram, certamente, os mercantes portuguêses que, já ao declinar do século XVI, ousavam perlustrar, acompanhados de pequenas escoltas de nativos mansos, as nossas praias, à cata do precioso âmbar gris, produto intensamente procurado nos mercados de além-mar.

Foi a senda angustiada do infeliz Pêro Coelho, vítima como tantos outros, de um sonho falaz de riquezas e glórias.

Perlongaram-na também, em parte, os jesuítas Figueira e Francisco Pinto, quando se encaminhavam à Ibiapaba, ansiosos por cumprir sua nobre e santa missão apostólica.

Transpondo o Jaguaribe pouco acima de sua foz, a velha estrada demandava Natal, passando em Amargoso e Guamoré, nas costas de Macau; depois, costeando o Atlântico como um imenso debrum, alcançava a Paraíba.

Até 1625, não chegava à ilha de S. Luís.

Nas praias de Lençóis, a meio caminho entre a ilha e o forte de S. Sebastião, viviam os **Tremembés**, tapuias exímios em emboscadas e cujas terras não se atravessavam então impunemente.

Nos primórdios da conquista do Meio-Norte, ia-se ao Maranhão e regiões adjacentes, pelas rechãs da Ibiapaba (1). Para atingir aquêle distante platô, seguiam-se os rudes itinerários traçados por Francisco Pinto ou pela bandeira afoita do primeiro Capitão-Mor do Ceará.

Dessas veredas que, durante anos serviram as intercomunicações das missões jesuíticas, ali estabelecidas, com a Fortaleza de N. S. de Assunção e pelas quais transitaria apressurado o Pe. Antônio Ribeiro para derramar a paz e a concórdia entre gentios do Ceará, a crônica não conservou o traçado, infelizmente. De modo vago, sabe-se apenas que Pêro Coelho demandou em primeiro lugar Camucim, a cuja margem começavam os domínios dos **Tremembés**, para daí rumar ao interior, e que o angélico inaciano partiu do Paràzinho, cortando a serra da Uruburetama. Transitou êle com seu companheiro de aventuras e peregrinações apostólicas por essa "triste serra dos corvos", onde "parece que se ajuntam tôdas as pragas do Brasil, inumeráveis cobras e aranhas a que chamam caranguejeiras, peçonhentíssimas de cuja mordedura se diz que morrem os homens, carrapatos sem conta, mosquitos e môscas que magoam estranhamente e ferem como lancetas, fazendo saltar o sangue fora e assim pareciam os índios leprosos das mordeduras, nem eu fizera caso de escrever essas cousas se não foram extraordinárias", conforme explicaria o padre Figueira, no relatório que enviou a Cláudio Aquaviva, em 1608.

Entre a serra e as costas do Maranhão existiam ligações constantes e mais ou menos fáceis, conhecidas já dos franceses no século XVI.

Em 1626, informa-nos Martim Soares Moreno, gastava-se em média de 5 a 6 meses para vencer êsse longo rodeio.

Os primeiros europeus que, pela zona marinha, se encaminharam ao Maranhão, foram os holandeses.

Ávidos sempre de dilatar os domínios da Companhia das Índias Ocidentais, os batavos, senhores da fortaleza de S. Sebastião, procuraram captar a boa amizade dos indígenas das vizinhanças e atraí-los a si com promessas e dádivas.

Tal política, seguida, aliás, por muito pouco tempo, permitiu-lhes assídua freqüência às costas setentrionais da Capitania e, mais tarde, o reconhecimento de um caminho para o poente, através daqueles desconhecidos rincões fronteiriços.

(1) Após o memorável combate de Guaxenduba, Jerônimo de Albuquerque, vencedor dos franceses de la Ravardière, mandou emissários por terra do Maranhão a Pernambuco. Não se sabe, porém, o itinerário que seguiram.

Vingando o levante português no Maranhão, por aí passaram, em 1644, gentios e mercenários flamengos, conduzidos por Jacó Evers, em socorro de seus compatrícios a braços com as fôrças de Antônio Teixeira Melo.

Livre o Maranhão do domínio batavo, menos de um lustro antes de iniciar-se o segundo cinqüentenário do XVII século, cessou por completo seu comércio com o Ceará invadido. Abandonada dos brancos, tornou-se novamente impermeável ao trânsito a estrada Camucim-S. Luís.

Dela se perdeu por completo a memória.

O Pe. Pedro Pedroso, que a seguiu parcialmente em 1656, viajando de S. Luís para a missão que lhe designara Vieira, passa por ter sido o primeiro a estabelecer uma comunicação entre as terras do Maranhão e o Ceará.

O fato é alegado por Francisco Cordeiro da Mota, em requerimento a D. Pedro II, de Portugal, pedindo satisfação de seus serviços e os de seu primo, o Padre Pedro Pedroso, que lhe pertenciam.

Pela pena do grande orador sacro, registrou a história as peripécias dessa horrível caminhada. Horrível já pelos gentios que infestavam a praia e a cuja sanha sanguinária estêve constantemente exposto, já pelas dificuldades da travessia de muitos rios caudalosos, em cujas fozes as águas tumultuavam encrespadas pelo vento e pelas marés.

Pela beira-mar já franca aos portuguêses, tornou a Olinda, com grande escolta de soldados, André Vidal de Negreiros, ao deixar o govêrno maranhense, em setembro de 1656.

Só muito depois de 1674, abriu-se, porém, definitivamente ao tráfego a estrada de S. Luís a Recife.

As casas-fortes, mandadas erigir pelo governador André Vidal, em 1655, em Camucim e Jericoaquara para maior segurança dos caminheiros que demandassem Pernambuco, nunca foram, é certo, construídas; mas o terrível morticínio dos **Tremembés**, ordenado por Inácio Coelho da Silva (1678-1682), curou-os, de vez, do hábito inveterado de atacar viajantes solitários ou desprevenidos.

O trânsito, franqueado pelo quase aniquilamento dos silvícolas, jamais foi ali muito intenso. Os acidentes topográficos que juncavam a estrada, mormente no trecho relativo ao Maranhão, faziam-na inacessível a outros que não a peões, tornando-a, portanto, imprópria à condução de gêneros e produtos.

O Pe. Antônio Vieira, que palmilhou a parte difícil e perigosa dêsse caminho praieiro, lá pelas alturas de 1660, deixou-nos de sua penosa jornada curiosas impressões.

BIBLIOTECA
CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

"Um dos perigos e trabalhos grandes que tem êste caminho — refere o glorioso jesuíta — é a passagem de quatorze rios mui caudalosos que o atravessam e se passam todos por meio da foz, onde confundem e encontram suas águas com as do mar; e porque não há nestes rios embarcações para passagem, é fôrça trazê-la do Maranhão com imenso trabalho, porque se vem levando às mãos por entre o rôlo e a ressaca das ondas, sempre por costa bravíssima, alagando a cada passo e atirando o mar com ela e com os que a levam, com risco não só dos índios e da canoa, se não da mesma viagem que dela totalmente depende."

"Muitas vêzes é também necessário arrastá-la por grandes espaços de terras e montes para a lançar de um mar a outro e talvez obrigam estas dificuldades a tomar a mesma canoa em pêso às costas, com tôda a gente e o levá-la assim por muitas léguas de modo que para haver embarcação para passar os rios, se há de levar pelo mar, pela terra e pelo ar".

As relações sempre mofinas entre o Ceará e o Maranhão nem sequer podiam intensificar-se através do oceano.

O regime dos ventos, as correntes dominantes nesse pedaço do costão brasileiro, sempre fartamente semeado de arrecifes e baixios perigosos, faziam por igual árduas e precárias as singraduras à vela, mormente de torna-viagem do Maranhão para o Ceará. A situação primitiva da navegação interlitorânea nos mares do Meio-Norte dá-nos em seu inconfundível estilo o infatigável apóstolo do bem e pregador ardoroso que tantas lutas sustentou em prol da liberdade dos aborígines brasileiros.

"Uma das mais dificultosas e trabalhosas navegações de todo o mar Oceano — escreve o Pe. Vieira — é a que se faz do Maranhão até o Ceará por costa, não só pelos muitos e cegos baixios, de que tôda está cortada, mas muito pela pertinácia dos ventos, e perpétua correnteza das águas. Vem esta correnteza feita desde o Cabo da Boa Esperança com todo o pêso das águas do Oceano na travessa, onde êle é mais largo, que é entre as duas costas da África e América, e começando a descabeçar desde o Cabo de Santo Agostinho até o Cabo do Norte é notável a fôrça que em todo aquêle cotovêlo de costa faz o ímpeto da corrente, levando após si não só tanta parte da mesma terra que tem comido, mas ainda aos próprios céus e ventos, que, em companhia das águas e como arrebatados delas, correm perpètuamente de leste a oeste.

Como esta contrariedade contínua das águas e dos ventos que, ordinàriamente, são brisas desfeitas, fica tôda a costa dêste Estado quase inavegável para barlavento, de sorte que do Pará para o Maranhão de nenhum modo se pode navegar por fora, e do Maranhão para o Ceará, com grandíssima dificuldade, e só em certos meses do ano, que são os de maior inverno.

Navega-se nestes meses pela madrugada, com a bafagem dos terrenhos, os quais como são incertos e duram poucas horas, todo o resto do dia e da noite, e às vêzes semanas e meses inteiros se está esperando sôbre ferro na costa descoberta, e sem abrigo, sendo êste um trabalho e enfadamento maior do que tôda a paciência dos homens; e o pior de tudo é que depois desta tão cansada porfia, acontece muitas vêzes tornarem as embarcações arribadas ao Maranhão".

Menciona o hábil político o caso de uma sumaca despachada pelo Governador André Vidal de Negreiros, em 1656, com um capitão e quarenta soldados e os materiais e instrumentos necessários à fábrica de uma fortaleza em Camucim, que, tendo gastado cinqüenta dias em montar só até o rio das Preguiças, viu-se forçada a retornar ao ponto de partida desandando em doze horas apenas.

Martim Soares foi, em duas ocasiões, vítima dos caprichos dos alísios e das correntes oceânicas, quando tentava regressar ao Ceará. A primeira vez, em 1613, quando, fugindo dos franceses, foi por ventos contrários levado à ilha de Trindade, e a segunda, em 1616, quando houve de arribar a S. Domingos. Não teve melhor sorte Manuel de Sousa d'Eça, enviado a Pernambuco, levando cartas de Jerônimo de Albuquerque. Batido dos ventos, o barco que o conduzia, viu-se o pilôto obrigado a dar fundo na ilha de Pôrto-Rico.

As dificuldades de navegação engraveciam, demais, pelas hostilidades sempre renovadas dos silvícolas praieiros, particularmente **Tremembés**, que ali não permitiam refazimento, nem aguada, aos barcos portuguêses. Sempre vigilante, a tribo hostil procurava, por todos os meios, atrair à terra os marujos desprevenidos para trucidá-los sem piedade, locupletando-se, depois, com os despojos das vítimas.

Relata Berredo que "se algum navio, dos que navegam para o Maranhão, dava fundo na costa, como se faz sempre preciso para montar melhor a Coroa Grande (2), baixio muito perigoso, empe-

(2) Coroa Grande — A situação da ponta N.E. dos bancos é: Lat. 2º, 11'30" e Long. 37.º, 39'25" W. O mais exterior e setentrional chama-se Coroa Grande. Corre em direção E.N.E.—W.S.W. e tem um comprimento de 10 a 11 milhas. Do centro dêsse banco, vêem-se vasantes ao horizonte as terras mais elevadas da ilha do Maranhão e de sua ponta oriental distinguem-se as árvores copadas da ilha de Santa Ana. Encontra-se, pois, uma extensão de 4 a 5 milhas de escolhos completamente fora do alcance da vista

nhavam (os **Tremembés**) tôdas as diligências, no silêncio da noite, para lhes picar a amarra para que buscando, como buscava logo seu fatal naufrágio nas mesmas vizinhanças de sua vivenda, não só se servisse a sua ambição nesta infame vitória dos despojos de carga, mas também das vidas inocentes dos pobres naufragantes, à brutalidade da gula".

Várias tentativas oficiais e particulares foram feitas para contornar tantos obstáculos embaraçadores das comunicações entre povos das duas capitanias vizinhas.

Tornar mais rápido e mais seguro o caminho da Metrópole colonial passou a ser, pois, uma das preocupações máximas de alguns dos responsáveis pelos destinos do Maranhão.

O primeiro passo neste sentido, pode considerar-se, di-lo Capistrano, a exploração do rio Punaré ou Parnaíba, realizada em 1670, por Vital Maciel Parente. Não deve igualmente ficar esquecido o notável feito do Pe. Pedro Barbosa de Pedroso, em 1675, roteando numa simples canoa as costas do Maranhão para o Ceará a fim de reconhecê-las. Êsse empreendimento teve seguidores na pessoa do Pe. Superior da Missão jesuítica de S. Luís, que, em companhia do capitão Afonso de Mouroy, iria tentar por mar o descobrimento do rio Paraauçu.

Outro que envidou árduos esforços para estabelecer ligações mais fáceis entre as terras do Meio-Norte, foi Gomes Freire de Andrade (1685-1687).

Preocupado em solucionar o grave problema das comunicações, o Governador ordenou, finda a revolta do Bequimão, a quatro cidadãos de S. Luís, um pilôto, um engenheiro e alguns soldados, que numa "canoa, navegada a costa para a parte do Ceará, fôssem sondando tôdas as baías, enseadas e rios que descobrissem e, sinalados os baixios, penetrassem aquelas barras em que sem o perigo de se-

---

de terra, contràriamente ao que dizem as antigas instruções ou roteiros. Sòmente dos topes dos mastros e com tempo claro, poderá ver-se terra ao chegar nesta parte dos escolhos. Os bancos da Coroa Grande rompem quase sempre, seja em que parte fôr; entretanto, vindo-se de fora em tempo calmo, não seria impossível penetrar nos primeiros baixios sem ver nada, e assim repentinamente, no reflexo ser-se surpreendido entre as arrebentações. Por isso se deve navegar, na falta de observação astronômica que permita uma posição segura do navio, com o prumo na mão ao julgar que se está próximo aos baixios.

A ponta ocidental da Coroa Grande está a 10 milhas ao N. da ponta oriental da Ilha do Maranhão. (Contra-Almirante Raul Tavares. — Corografia da Costa do Brasil).

rem acometidos dos bárbaros pudessem surgir, procurando examinar as qualidades do país e achando acomodado à fundação de uma vila e desenhassem no lugar que parecesse aos moradores melhor defensável, aos socorros mais fácil".

Dessas e doutras explorações resultaria traçar-se uma estrada entre o Ceará e o Maranhão pelo Moni e Itapicuru e de cuja existência temos notícia pela carta escrita a El-Rei de Portugal por Gomes Freire, em 23 de agôsto de 1685.

Resultaria igualmente um outro fato da maior importância política e incalculável proveito para o desenvolvimento material da Colônia: abriu-se comunicação direta entre as sedes dos Governos do Estado do Maranhão e do Brasil, graças às viagens exploradoras de João Velho do Vale, revivescência, talvez, em grande parte, das antigas trilhas que haviam conduzido ao imo dos sertões piauienses, baianos e paulistas, seus primeiros desbravadores.

Forcejando por cumprir a determinação superior que lhe mandava verificar se o Paraauçu, de que falavam os índios maranhenses, era, como se suspeitava, o S. Francisco, Velho do Vale empreendeu as duas expedições de reconhecimento aos campos sulinos do Parnaíba. Na primeira, perlongou a Ibiapaba, por sôbre cujo dorso deixou três estradas, conhecidas, informa Capistrano (3), apenas pela afirmativa vaga de um contemporâneo. Da segunda, conseguiu levar a bom têrmo a tarefa de que o incumbira o govêrno, alcançando a capital da Bahia, provàvelmente por Cabrobó e Geremoabo. Na cidade do Salvador, escreve Frei Domingos Teixeira, ao relatar a vida de Gomes Freire, depois de dar, em larga relação, notícia exata dos sertões que penetrou, assinalando pelos graus a altura do polo, mais gasto dos trabalhos que dos anos, veio a acabar João Velho do Vale, em benefício da pátria com serviços maiores que a gratidão. (4)

O roteiro de João Velho do Vale, diz o mesmo Capistrano, foi para Portugal e El-Rei confiou-o a Gomes Freire. Talvez por isso não produziu logo efeito, nem na Bahia nem no Maranhão. Do Maranhão, em 15 de julho de 1644, Antônio de Albuquerque escrevia, sôbre a possibilidade do caminho entre as duas capitanias, uma carta que Antônio da Cunha Souto Maior entregou na Bahia a João de Lencastre, a 19 de abril do ano seguinte.

---

(3) Capistrano de Abreu — «Caminhos e povoamento do Brasil», Rio, 1930.
(4) **Apud** Capistrano de Abreu — Op. cit., pág. 109.

"Dois dias depois, continua o insigne historiador cearense, chegava o Sargento-Mor Francisco dos Santos com quatro soldados e vinte índios que tinham acabado de descobrir o caminho, e trouxeram uma carta de Antônio de Albuquerque, datada de 17 de dezembro. Para retribuir a fineza e ver se podia encurtar o caminho, o Governador-Geral mandou o Capitão André Lopes ao Maranhão com carta para Antônio de Albuquerque, datada de 21 de maio.

André Lopes chegou ao seu destino em novembro, mas teve de demorar-se até que o Governador daquele Estado viesse ao Pará Com resposta de 15 de março de 1696, chegou à Bahia em 22 de setembro". Com essas ligações sertão adentro, o caminho praieiro para o Maranhão perdeu tôda a primitiva importância.

Enormes trechos caíram em esquecimento, sofrendo outras retificações que mais bem o adaptassem às exigências da circulação rural. No trecho riograndino, finda a Guerra dos Bárbaros, desviou-se a velha estrada um tanto da marinha, sendo o antigo traçado aos poucos abandonado.

Ao tempo de Tolenare, viajava-se de Natal para o Aracati pelo caminho do Açu, que corria então em plena zona sertaneja ainda fracamente povoada. Do arraial de Morais Navarro ia-se a S. Luzia, hoje Moçoró, tocando na lagoa de Piató, cujas adjacências eram muito arborizadas e muito férteis, consoante informações da época. Cultivavam-se ali milho, cana-de-açúcar e algodão. Não havia, na região atravessada, um só núcleo civilizado e viam-se, apenas, de longe em longe, habitações dispersas pelos campos e matas.

S. Luzia possuía, naquela época, uma única igreja para seus de 300 a 400 habitantes.

Aproximando-se da praia, a partir de S. Luzia, encontravam-se alguns pequenos agrupamentos de pescadores.

Vinham depois Areias, Cajuais e Retiro Grande.

Areias não passava então de um agregado de meia dúzia de palhoças, situado em meio de dunas estéreis e nuas.

Cajuais, duas léguas para o poente, tinha apenas seis ou sete miseráveis choupanas.

Retiro, em cujas cercanias havia numerosos maciços de carnaúbas, não apresentava maior densidade demográfica.

Dali, rumava-se ao Aracati. A Vila, depois do colapso sofrido — com a sêca de 1790 a 1794 — ressurgia penosamente, graças ao plantio de algodão que, magnìficamente se aclimara às várzeas jaguaribanas. Tonelare orça sua população em 600 almas, tendo a Vila 3 igrejas.

Além do Aracati, a estrada acompanhava as sinuosidades da costa até Aquirás, vila de 300 habitantes apenas, só atravessando

míseros arraiais, cujos nomes o escritor nem sequer diligenciou por conservar. Seguiam-se Arronches, de igual população e, finalmente, Fortaleza, que não tinha mais de 1.000 a 1.200 moradores. (5)

A estrada do Açu foi a variante de que se serviu Henri Koster para penetrar no Ceará, quando, buscando clima propício à sua saúde abalada por pertinaz moléstia consuntiva, excursionava pelo Nordeste brasileiro.

Partindo do Recife por Goiana, Espírito Santo, Mamanguape, Cunhaú, Papari, S. José de Mipibu, o viajante inglês chegou a Natal em 1810. Da capital do Rio Grande do Norte dirigiu-se ao Açu e à Sta. Luzia; vadeou o rio Moçoró, indo ter à praia do Tibau, para alcançar o Aracati. Seguiu, depois, a estrada da praia até Fortaleza. Chamava-se por essa época Estrada Geral para Pernambuco.

ESTRADA DA TAQUARA

Foi a cobiça que levou os holandeses, novamente senhores do Ceará, em 1649, a estender até o Monte Itarema uma das veredas de acesso às povoações indígenas da vizinhança do fortim de Schoonenborch. A lenda referia ali ter estado, anos antes, o Capitão-Mor Martim Soares em busca de minérios preciosos e era o quanto bastava para excitar a avidez dos agentes da Companhia das Índias Ocidentais.

Partindo da praia em direção ao sul, o caminho da Taquara cortava o rio Pajeú, então denominado Marajaik, transpunha os ribeirões de Tipoig (Jacarecanga) e Piraoba, tangenciava as lagoas de Imboduaponga (Arronches) e Monduig (Mondubim), para se bipartir pouco adiante do córrego de Itapoba. O galho oriental caminhava para a serra de Maranguape, onde, naqueles sombrios tempos, se fizeram também escavações e sondagens. O galho ocidental, depois de cortar várias vêzes o riacho Itarema Igevab, alcançava a serra de Itarema, hoje Taquara.

Simples picada traçada nas matas ralas e decíduas do litoral, picada que o trânsito continuado dos artífices estrangeiros alarga e melhora, jamais teve êsse caminho grande valor histórico ou comercial. Muito freqüentado durante a ocupação batava, ficou em completo abandono quando o Ceará se viu livre dos invasores, pelo Tratado de 1654. Nosso solo, revolvido febrilmente pelas mãos rapaces dos estrangeiros, revelara-se pouco dadivoso; a percentagem de

(5) Trechos das «Notas Dominicais» de Tolenare. Trad. de Alfredo de Carvalho.

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

prata contida no material extraído das minas, sendo diminuta e não correspondendo, portanto, aos esforços e capitais empregados, deixaram os portuguêses de prosseguir nos trabalhos de mineração. Seu tráfego só recomeçou muitos anos depois, em 1662, quando, a pedido do Pe. Jacó Cócleo, foram as diferentes malocas tupis reunidas em grande povoação situada perto da lagoa de Arronches e que tomou o nome de Aldeia do Bom Jesus de Parangaba.

Daí por diante, o movimento da estrada de Taquara, no trecho Fortaleza-Parangaba, cresce dia a dia. Por ela marchavam levas e levas de prisioneiros de guerra, encaminhados ao fortim de N.S. d'Assunção pelos primeiros colonizadores lusitanos. Reboam também sôbre seu leito os passos apressados dos soldados do presídio, no desenrolar das sucessivas expedições guerreiras contra o elemento nativo.

Perlustram-na os padres católicos em suas incansáveis peregrinações apostólicas. Durante mais de um século seria a passagem cotidiana dos míseros caboclos de Parangaba, trazidos a contragôsto para o convívio dos brancos e por êles transformados em meros instrumentos de produção.

Com o progressivo aumento da colonização, o ramal de Maranguape superou em importância o caminho da Taquara. Em Parangaba teria início, mais tarde, a estrada-tronco para Monte-Mor e sertões de Quixeramobim.

ESTRADA CAMUCIM-IBIAPABA

Aos **Tobajaras**, que estabeleceram ligações numerosas entre seus domínios serranos e os costões arenosos do Atlântico, deve-se certamente atribuir a abertura da estrada Camucim-Ibiapaba, uma das mais remotas vias de penetração rasgadas através das regiões setentrionais do Ceará.

Percorrida amiúde por bandos de nativos em seus deslocamentos periódicos do platô para as praias, era, sem dúvida, vereda já batida e tradicional ao iniciar-se o século XVII, quando marchou em demanda dos muralhões da Ibiapaba a expedição desbravadora de Pêro Coelho de Sousa.

Brancos e índios dela se serviram para encaminhar ao embarcadouro da barra do rio da Cruz as madeiras e algodões de que se abasteciam os barcos piratas estrangeiros ali fundeados. Cada vez mais freqüentada, à medida que novos colonos se iam fixando na bacia do Coreaú, a estrada Camucim-Ibiapaba atingiu o acme de sua importância comercial com a fundação dos saladeiros de Granja, a cujos produtos dava escoamento. Seu tráfego decresceu notàvelmente depois da sêca de 1792, quando se ermaram de bovinos aquêles sítios.

Embora desconhecido, é de presumir-se seguisse o seu traçado os mesmos rumos da estrada Viçosa-Granja, reconstruída no govêrno de Bernardo Manuel de Vasconcelos, e que de Granja para o norte serpenteasse entre os carnaubais que acompanham o curso do Camucim, realizando, dêste modo, o mais curto e seguro trajeto entre a serra e a orla marítima.

ESTRADA GERAL DO JAGUARIBE

Uma outra estrada achou-se constituída, quando a bacia do Jaguaribe cobriu-se de fazendas e currais.

Partindo da região do Aracati, rio acima, transpunha o Jaguaribe em Passagem das Pedras (hoje Itaiçaba) atravessava os lugares onde, presentemente, estão as cidades de Russas e do Icó, subindo depois o Salgado até quase suas nascentes.

Trilhada, sem dúvida, em alguns de seus trechos, já ao tempo dos primeiros exploradores seiscentistas que, não dispondo de rios prestadios à navegação, margeavam preferentemente os leitos das nossas ravinas, onde poços e cacimbas lhes forneciam água sofrível, a Estrada Geral do Jaguaribe atingiu cedo as terras meridionais da Capitania. Galgando o platô do Araripe e vencendo as catingas ralas dos sertões pernambucanos, chegou ao rio S. Francisco em início do século XVIII. Embora sujeita, na última parte do curso, às linhas altas das rechãs do chapadão araripino, com longas travessias sem água e sem pastagem, a estrada avultou ràpidamente em importância na economia do interior nordestino. Serviu de passagem ao gado e cavalos do nosso sertão para a zona do médio S. Francisco, donde seguiam para os centros de mineração dos Gerais. Foi a mais notável via de penetração do Ceará colonial. Por ela recebeu o Cariri os colonizadores vindos do baixo Jaguaribe, que foram os primeiros ocupantes daqueles rincões fronteiriços, e também gente oriunda das margens do maior dos rios genuìnamente brasileiros. Entre êstes povoadores sobressaíam, como é sabido, os Montes e os Feitosas, famílias cujos membros deixaram na crônica de nossa terra fama de audazes e façanhudos.

Foi, outrossim, até o advento do ferrocarril, a mais importante via de intercâmbio comercial entre o litoral e o "hinterland" cearense. Por êle entraram, com efeito, durante todo o período colonial, os gêneros de primeira necessidade de que se abastecia o nosso interior e mesmo os distantes sertões do Piauí.

As mercadorias de procedência estrangeira, vindas do Aracati, eram conduzidas em chiantes carros de bois até Icó, onde estacionavam por ser o caminho daí por diante intransitável, mesmo a êsse rústico meio de transporte terrestre. Entre Icó e os centros consumidores, a condução dos gêneros era feita em lombo de cavalos, bestas e bois mansos, a isso adestrados.

Subiam até pela Estrada Geral tropas intermináveis de eqüinos carregando, com destino aos povos de S. Francisco, o produto das salinas cearenses e, quiçá, até das de Moçoró, povoado norte-riograndense que, até meados do século passado, quando foi criado vila, gravitou na zona de influência e atração comercial de Aracati.

Durante séculos, sulcaram-lhes o leito irregular e arenoso animais tardos, que transportavam pesadamente para o bôjo das sumacas e urcas surtas no pôrto de Sta. Cruz do Aracati, a produção da imensa bacia do Jaguaribe e que consistia quase ùnicamente em couros salgados e espichados e alguma pelica, das que se trabalhavam em todo o sertão cearense. Criadas as oficinas de carne no Aracati, mais se lhe intensificou o tráfico pela passagem de enormes boiadas oriundas das diferentes ribeiras do grande rio cearense. Já então numerosos caminhos subsidiários dessa estrada-tronco rumavam às fazendas e povoados plantados à beira dos seus afluentes mais calibrosos (6). Arruinado o comércio das carnes, o algodão passou a ser mercadoria de maior trânsito no trecho setentrional dessa importante via de comunicação.

(6) Cada rio e riacho possuiu, desde cedo, a sua **estrada da ribeira**, caminho que seguia de perto o leito do curso d'água, desenrolando-se ora por uma, ora pela outra margem, da foz às cabeceiras, e ao longo da qual de hábito se edificavam os currais, as casas dos vaqueiros e até as casas senhoriais. A origem de tais caminhos reside, di-lo com razão Pompeu Sobrinho, no povoamento das sesmarias que eram concedidas, sucessivamente, rio acima. Por isto, êles se abriam de jusante para montante com raras exceções e tinham por fim estabelecer as ligações entre as fazendas situadas no vale da ribeira. Por êsses caminhos andavam os **cavalarianos** que percorriam os sertões comprando eqüídeos para os engenhos de Pernambuco e as boiadas que procuravam as grandes estradas que conduziam aos centros consumidores do litoral. Parece, continua o mesmo escritor, que as **estradas das ribeiras** já existiam ao tempo em que nas nossas plagas sòmente dominavam índios. É certo que os **Tapuias** do sertão desciam às praias quando os cajueiros frutificavam; além disto, outras necessidades determinavam uma certa circulação dos sertões para o litoral e vice-versa. Êste movimento, decerto se fazia ao longo das estradas em consideração, cujo traçado, evitando o recesso das catingas desprovidas de água fácil, se acostava aos leitos dos cursos d'água onde o líquido precioso jamais faltava.

ESTRADA NOVA DAS BOIADAS

Da bacia do Jaguaribe, chegava-se igualmente aos campos criadores do Piauí pela chamada "Estrada Nova das Boiadas", difícil e alongado caminho que hoje, graças às indicações deixadas nos textos das sesmarias e pelo que nos dá a conhecer a primitiva toponímia cearense, podemos reconstituir em grande parte.

Vinda de Pau dos Ferros, pelo Pereiro, transpunha o Jaguaribe pouco acima da atual cidade de Jaguaribe; ia em seguida pelo Riacho do Sangue em busca do Nordeste; passava ladeando os campos de Uriá, cruzava o rio das Pedras, atingindo o Banabuiú em Laranjeiras; depois de beirá-lo algum tempo, coleava junto às margens de seu tributário setentrional mais importante, o Quixeramobim, até embocar na atual cidade do mesmo nome, onde se bipartia.

Um ramal, pelo Cavalo Morto (Boa Viagem), Independência e Crateús, caminhava para o Piauí através do boqueirão do Poti; o outro, infletindo-se profundamente para o noroeste, terminava em Sobral. A Estrada Nova das Boiadas, prolongando-se até a Capital de Pernambuco, por Barriguda, Tabuleiro Formoso e pelo "Caminho das Boiadas", da Paraíba, era a corda de um imenso arco formado pelo velho caminho que, beirando o mar, unia Camucim ao Recife, tocando em Natal, João Pessoa e Olinda.

Encurtando distâncias e desviando, destarte, o trânsito do litoral para o sertão, o caminho nôvo concorreu grandemente para o isolamento em que, por muito tempo, jouve a sede administrativa da Capitania do Ceará, isolamento mercê do qual vegetaria insignificante e mesquinha, enquanto outras vilas cearenses se opulentavam e progrediam.

Concorreu, igualmente, para que numerosos elementos das capitanias vizinhas do nordeste viessem fixar-se em nosso território. Das cercanias de S. Miguel de Pau dos Ferros e Luís Gomes, onde tinham suas posses, por ela rumaram, com efeito, aos sertões de Quixeramobim, aí espalhando energias novas, famílias inteiras, desejosas de povoar sesmarias requeridas ou com o simples fito de melhor se afazendarem para a criação de gado.

Também de Pernambuco se encaminharam ao norte e centro da Capitania, por essa via de comunicação, muitos homens resolutos, que situaram estâncias, deixando farta messe de descendentes. São dignos de menção, entre outros, os Pintos de Mesquita, os Machados Freire, os Alves da Fonseca, que fecundaram aquelas glebas com seu trabalho produtivo.

ESTRADA DAS BOIADAS

Não era o "Caminho Nôvo das Boiadas" o escoadouro único aberto em nosso território aos produtos da indústria pastoril do interior piauiense. Destinadas a drenar para os mercados consumidores do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco os gados daquelas terras sertanejas, existia uma outra estrada, cuja origem remonta também aos inícios do século XVIII. (7)

(7) A propósito da estrada das boiadas recebeu o autor dêste trabalho a seguinte carta: Cedro, 6 de junho de 1955. Sr. Professor Carlos Studart Filho S. — Já fixado nesta cidade pequena, que habito desde 1921, muitas vêzes ouvia referência à «estrada da boiada». Pude, de viagem a Icó, cruzá-la, aqui e ali; e dela, indo com outro destino, cheguei a percorrer longo trecho, até a margem esquerda do rio Salgado.

Encontrei em documento, com que instruía processo divisório, menção dela, expressa, com limite, considerada pois como bem público.

Acabei por identificá-la, dentro do município, e verifiquei ser, senão uma variante, caminho subsidiário, mais disto me convencendo assim que li «Vias de comunicação do Ceará colonial», de sua autoria esclarecida.

Do lugar «Urubu», ao nascente desta cidadezinha, ou da margem esquerda do mencionado rio, vai atravessando, na direção do poente, todo o território do município, sem tocar na sede, de que dista, onde a via férrea a corta, uns oito quilômetros, depois do que ruma em busca de Jucás, Saboeiro, Arneirós e Tauá, onde já se denomina a «estrada que passa para o Piauí».

Do referido lugar «Urubu» até às proximidades do município de Jucás segue o curso do riacho «S. Miguel», afluente daquele tributário do rio Jaguaribe.

Mas, vale dizer-lhe que, também dentro do território dêste município, há uma outra variante, ou trecho do caminho subsidiário, destacado desde o lugar «Cobra», onde há mancha de «mimoso», até dito rio, que corta um tanto acima daquele outro lugar.

Dum e doutro ponto, tais caminhos levam ao território do antigo município de Umari, indo ter ao Rio do Peixe, articulando-se com a antiga «estrada real da Paraíba».

Tocando no ponto, que lhe mereceu acurado estudo, estou lhe dizendo por onde cheguei, lendo o seu dito trabalho, a conhecer da «estrada nova das boiadas», pela qual famílias inteiras vieram a S. João do Jaguaribe perto dos «boqueirões», e que foi a primeira capital do sertão, antes alguns anos de Icó e Aracati.

Compreendi da razão das notícias que a respeito encontrei em «Meia crônica do Jaguaribe», de J. Brígido; e daí, dada por êle a família Holanda, uma das sedeadas ali, tendo eu nota de tradição, conservada por minha gente, pude identificar descendentes dela, meus ancestrais.

Isto dizendo, foi que me era tida, como coisa certa, a proveniência de Pernambuco ou do padre Manoel Ribeiro Bessa de Holanda Cavalcante ou dos genitores dêle. J. Militão de Albuquerque.

Já em 1725, há dela menção do texto das sesmarias cearenses sob o nome de "Caminho que passa para o Piauí". Seis anos antes, era denominada "Caminho dos Inhamuns". Icó, Iguatu, S. Mateus, Saboeiro, Arneirós e Tauá balizam hoje um enorme trecho dêsse velho caminho de acesso às terras do médio Parnaíba.

De Tauá, antiga fazenda do Sargento-Mor José Rodrigues de Matos, jornadeava-se então para o centro do vizinho Estado nortista, pelo antigo riacho da Carrapateira (8) atingindo Vertentes e Crateús, ou, ainda, diretamente através de aspérrimos atalhos rasgados nos flancos da Serra Grande, cujo desbravamento data, talvez, dos tempos em que o Velho do Vale peregrinava pelas nossas fronteiras ocidentais. Simples picada de tropeiros, a variante Tauá-Piauí, assìduamente palmilhada, constituiu-se em breve um caminho tradicional que, seguindo o riacho do Trici, encostas meridionais da serra da Joaninha, rumava para Valença.

Do lado do Oriente, pelo boqueirão do Umari, onde hoje correm os trilhos do ramal ferroviário que vai de Timbaúba a Sousa, articulava-se o caminho cearense na Estrada Real da Paraíba, essa grande via-tronco que atravessava tôda aquela capitania em demanda a Itabaiana, donde um ramal ganhava Recife por Destêrro e Goiana.

Conhecida nas crônicas do Rio Grande do Norte e Paraíba pelo nome de "Estrada das Boiadas", ela aparece em nossos documentos dos inícios do século XIX, com a simples designação de "Estrada para Pernambuco".

Seu traçado primitivo era o seguinte:

Partindo da fronteira cearense, passava pelos lugares hoje chamados S. João do Rio do Peixe, Sousa, Pombal e Patos; margeava depois o rio Pinharás ou Espinharás; galgava os flancos orientais da Borborema, encontrando, seis léguas além, a lagoa do Batalhão, seguia mais ou menos as sinuosidades do curso do Taperoá até a povoação de Milagres; alcançava a pequena ribeira de Sta. Rosa, para chegar, finalmente, a Campina Grande.

De Campina para o litoral, a estrada principiava atravessando densa floresta de quatro léguas até os lugares Caboclo e Tôrres, onde descia a Borborema; dava no pequeno vale do Rio Ingá; passava nos lugares onde existem os núcleos demográficos de Riachão, Várzea Nova, Vila do Ingá, Mogeiro e, uma légua além, atingia o rio

(8) O caminho do Piauí pelo riacho Quintirire, hoje da Carrapateira, já existia em 1727.

Paraíba, na povoação do Salgado, seguia pelas margens dêste rio, tocando em Itabaiana, Pilar, Itaipu, Espírito Santo, Socorro, Santa Rita até à Capital. Na altura de Itabaiana, porém, bifurcava-se, dirigindo-se também para Itambé ou Destêrro, Goiana e Recife, onde findava. (Irineu Jofely — "Notas sôbre a Paraíba").

O trecho entre Campina Grande e S. João do Rio do Peixe tinha a denominação particular de Estrada de Espinharás.

Ligando diretamente ou por meio de caminhos subsidiários os centros pastoris do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte e Paraíba aos mais importantes marcados do litoral, essa grande artéria tronco serviu durante o período colonial ao intercâmbio comercial entre grande parte do sertão nordestino e a zona marítima. Por ela transitavam, rumo ao interior, comboios de mercadorias estrangeiras, de lá descendo o gado de corte para os matadouros de Paraíba, Recife e Olinda. Adquirido nas feiras de S. Antônio de Surubim, Vila de Mocha, Manga e Jatobá ou nas fazendas dispersas pelas cercanias dêsses velhos núcleos de povoamento, era a gadaria piauiense reunida em grandes boiadas, que se encaminhavam a Crateús, pelo boqueirão do Poti, única passagem fácil talhada na imensa muralha calcárea que circunda o Ceará ao Ocidente.

De Crateús rumava para as grandes feiras de Iguaraçu, Goiana, Timbé, Pedra de Fogo, Itabaiana e Campina Grande pelo caminho do Tauá.

O armentio piauiense servia igualmente a abastecer os saladeiros do Ceará, Rio Grande do Norte, ou a refazer os rebanhos dessas capitanias quando dizimados pelas sêcas, fato que, aliás, sucedia raramente antes da grande sêca dos fins do século XVII. Êle demandava, porém, de preferência, a Estrada Nova das Boiadas, que devia ser muito menos freqüentada pelos vaqueiros que iam à Paraíba e Pernambuco. Concorriam, com efeito, para restringir a eficiência dessa ligação transcapital obstáculos de tôda sorte, entre os quais avultavam a escassez de pastagem e a deficiência e má qualidade das aguadas. Quixeramobim, com suas ricas pastagens de mimoso, era talvez o único ponto onde as rêzes derreadas pela canícula e pela fome podiam refazer-se na longa travessia. "Tem uma (estrada) no Interior para Campo Maior, e segue para Pernambuco. É muito incômoda por maus caminhos, desabitada, e falta de pastos e de águas quase insuportáveis por salinas", dizia o dr. João Antônio Rodrigues de Carvalho, Ouvidor da Comarca do Ceará, em seu relatório de 1815.

O gado cearense, dado o enorme consumo interno que teve depois da criação das oficinas de salga em vários pontos de nossas praias oceânicas, pouco se exportava. A essa regra fugiám ùnicamente as reses dos Inhamuns e da Mombaça. Sua enorme resistência ao estropeamento e ao cansaço tornavam-nas particularmente aptas para as longas caminhadas. Eram, por isso, muito procuradas pelos boiadeiros, que as encaminhavam às distantes regiões da Bahia, donde iam alimentar os centros mineiros de faiscagem. Tal resistência adquiriam elas, conforme nos explicou cabalmente um grande conhecedor de assuntos ruralísticos, com o pisar constantemente o terreno duro e cheio de pedrouços dos campos nativos. Idênticos motivos tornavam muito apreciados pelos compradores das regiões vizinhas os cavalos daquelas terras sertanejas.

"O terreno de Inhamuns, escrevia Amador Veríssimo Aletéia, é muito sêco e pedregoso, composto de pequenas serras, e alquebradas e que contudo não deixam de produzir abundantes pastos, sendo os seus gados os mais próprios para fazerem longas viagens, e por isso são transportados quase sempre para a capitania da Bahia".

Dentre os complexos e numerosos fatôres que influíram na formação e distribuição dos núcleos povoados do interior cearense, as chamadas Estradas das Boiadas tiveram papel de maior relevância.

Como bem acentua Câmara Cascudo em referência aos caminhos norte-riograndenses, iam vaqueiros de todo o Nordeste comprar bois novos, novilhos e garrotes ao Piauí. Voltavam em dezembro, "tocando", a fim de aproveitarem as babugens das chuvas de janeiro.

No propósito de tornar a jornada aos campos parnaibanos menos enfadonha e menos perigosa, tangerinos e boiadeiros reuniam-se em pontos certos e datas aprazadas, para marcharem aos grupos. Robustecidos pelo número, poderiam opor resistência forte, disciplinada, eficiente, às vicissitudes do meio hostil e melhor afrontar a tapuiada. De hábito, ficavam tanto quanto possível juntos também no regresso, solícitos em se prestar mútua assistência, na defesa dos gados por cuja guarda respondiam. Solidário por inteligente cooperativismo, os mais práticos mostravam aos mais bisonhos como deviam agir nos longos estirões sem água e sem pasto, nas passagens difíceis dos rios, nas moléstias súbitas que assaltavam as boiadas, e como arrancá-las aos tremedais.

Durante a travessia, homens e animais careciam naturalmente de repouso e alimento. Quebrando a monotonia daquelas êrmas estradas setecentistas, surgiram, assim, ranchos, vendas e bodegas, primeiras manifestações de muitos dos hodiernos povoados sertanejos.

Elementos que gravitavam nas proximidades, renegados, ladrões de gado, índios mansos foragidos deixavam-se atrair, sedentarizando-se, e uma vida social rudimentar aí se iniciava. Afinidades psi-

cológicas e morais aglutinavam sêres humanos de tôdas as procedências. E o rancho estradeiro, onde os tangedores de gado recobram alento para nova caminhada, e as vendas que lhes refazem as parcas provisões de víveres, transmudam-se, a pouco e pouco, em lugarejos, que ainda hoje guardam fundos traços de sua remota origem. Dispersas pela orla dos caminhos, abrolham fazendas, enfileiram-se nichos e capelas, constroem-se casas, que são outros tantos núcleos de condensação demográfica.

Onde as estradas transpõem um curso d'água mais importante, estabelecem morada passadores experimentados; onde duas vias-troncos se cruzam, delineiam-se, de ordinário, os fundamentos de uma cidade.

ESTRADA DA CAIÇARA

Varando os tabuleiros agrestes por onde, na estação das chuvas, defluem para o mar as águas barrosas do Acaraú, alongava-se a Estrada da Caiçara. Era, ao tempo do desbravamento da nossa hinterlândia, a única via de comunicação que punha em contato direto com a orla marinha os pontos povoados da ribeira do Acaraú e dos chãos ribeirinhos daquele rio cearense. Bastava, porém, a dar escoamento amplo aos minguados produtos agro-pastoris da terra. Entretanto, com o correr do século XVIII, o árduo labor da gente sertaneja mostra-se profícuo e começa a dar frutos compensadores. O armalho multiplica-se ràpidamente pelos latifúndios criadores, perdendo a paisagem muito de sua aspereza primitiva. Surgem nos ermos as primeiras capelas.

Com o progressivo aumento da riqueza pastoril, ali cresce, ao mesmo passo, as necessidades de intercâmbio comercial, entretido então morosamente com a ajuda de barcos a vela, cuja navegação estava, como vimos, sujeita aos caprichos dos ventos e do mar.

As contingências geográficas da circulação orientam, desde logo, as ligações do interior norte-cearense no sentido de Pernambuco e Paraíba. São Luís, apesar de sua proximidade e importância política e comercial, ficaria, por isso mesmo, à margem das transações mercantis, porventura entretidas pelas moradias da zona norte do Ceará. Pesariam ainda como causa determinante do isolamento da capital do Meio-Norte, fatôres de ordem econômica. É que os principais consumidores de gado e compradores de peles estavam nas vizinhas capitanias do sul e leste e não no Maranhão, a cujos mercados bastavam as rêses dos campos piauienses, de Tapuitapera, Pindaré, Mearim e Gurupi. Ao nascente e ao meio-dia demoravam igualmente os empórios onde se abasteciam de objetos manufaturados e outras mercadorias da Europa os fazendeiros das nossas ribeiras setentrionais.

O caminho da Caiçara prolonga-se, assim, pelas caatingas de S. Quitéria, sem dúvida há muito percorridas pelos vaqueiros em suas demoradas excursões de reconhecimentos, atingindo Quixeramobim, onde passava a Estrada Nova das Boiadas. Por essa antiquíssima trilha, podiam ser levados cavalos, boiadas ou tropas carregadas de couros ao Recife com muito maior rapidez e sem o ônus dos pesadíssimos fretes marítimos. Uma vez comercializado o produto, era aos seus condutores igualmente facultado retornar por mar até o pôrto do Acaraú, aproveitando os ventos favoráveis e trazendo consigo tecidos, objetos de ouro e prata, artigos manufaturados e um ou outro negro.

Desembarcadas na antiga "Oficina", as mercancias, apetecidas pelos potentados sertanejos, seguiam em carros de bois até Sobral, donde eram encaminhadas em bestas de carga para as fazendas e povoados próximos.

ESTRADA CRATO-PIANCÓ

No transcorrer da vida colonial cearense, cedo surgiu o Cariri como centro agrícola de grande valor na economia rural nordestina. Transplantada antes dos meados do século XVIII para as terras meridionais da Capitania, a cana medrou admiràvelmente naquela terra fértil sôbre a qual, na quadra invernosa, jamais faltaram abundantes precipitações pluviais.

Estimulados pelos desejo de lucro, muitos estancieiros afazem-se à agricultura, fazendo brotar do solo ubertoso plantações que alastrariam em breve os vales por onde correm os riachos formados do Batateiras. Energias novas transmudam e disciplinam a paisagem agreste. As extensas várzeas que rodeiam a antiga aldeia do Miranda, pontilham-se de engenhos rudimentares, onde o suco sacarino da preciosa gramínea é extraído e transformado em rapaduras e açúcar, "o mais alvo que se opera em todo o Brasil", no dizer de documento autêntico da época. Antes de findar-se o século XVIII, mais de 500 engenhocas e banguês trabalham no distrito dos Cariris Novos.

A lavoura da cana trouxe à região sulina da Capitania uma era de invejável prosperidade. Crato torna-se um grande centro fornecedor de açúcar e de rapadura — particularmente de rapadura que,

com a farinha, constituía a base da alimentação do nosso homem sertanejo. Na vila se surtem dessa mercadoria não só os nossos campesinos do interior cearense, mas também os matutos de Pernambuco e Paraíba. Daí saem comboios de 50 a 60 e, até, 100 cavalos carregados de rapadura, com destino às regiões vizinhas.

Tal comércio avolumou, como é natural, o tráfego das veredas que cruzavam a zona caririense, algumas das quais deviam internar-se pelas terras vizinhas, depois de varados os boqueirões fronteiriços. Destas, a mais importante e, sem dúvida, uma das mais antigas vias que se traçaram entre o "hinterland" paraibano e o Ceará, era a estrada Crato-Piancó. Vindo de Patos, onde se entroncava na tradicional estrada de Espinharás, o remoto caminho rural furava as campinas e os tabuleiros da Paraíba, no rumo do Piancó; cruzava Misericórdia e Conceição, transpunha os últimos corcovos meridionais da serra do Cachorro-Morto, avançando em procura de Mauriti, Missão Velha e Crato.

Ligando assim zonas econômicas diversas, é de crer se tenha tornado o seu trânsito particularmente intenso com o ampliar gradativo do amanho da terra nos ribeirões do Batateiras.

Muito iria concorrer também para aumentar a importância dessa via a assídua freqüência de boiadas piauienses que por ela marchavam para as feiras de Paraíba e Pernambuco. Tal fato, que se tornou possível depois da ligação do Cariri com a freguesia da Mocha pela estrada Crato-Oeiras, contribuiu para despertar o estro dos cantadores e violeiros que versaram o ciclo do gado e que iriam, assim, fazê-la muito conhecida da gente do nosso interior. (9)

Enquanto a estrada Crato-Piancó se afastava para o oriente, rompendo os agrestes sertões nordestinos, uma outra, a Crato-Oeiras, prossegue pois pelos férteis vales do Araripe, articulando o Cariri com as ribeiras tributárias do Parnaíba.

ESTRADA CRATO-OEIRAS

Devassada a região sulina do Ceará, quando de todo não havia ainda declinado a agressividade das tribos sertanejas, surgiu, através daqueles rincões quase desabitados, uma nova estrada destinada a encurtar as jornadas dos moradores do Cariri que demandassem às extremas meridionais do Piauí.

(9) Louvo-me, ao fazer tal afirmativa, em informações colhidas por mestre Câmara Cascudo, consagrado folclorista e membro preeminente do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte.

Partindo do Crato, atravessava as bravias matas que cobriam as nascentes do Cariús e Bastiões, indo até a Várzea da Vaca, depois vila e cidade de Campos Sales. Daí, estendendo-se pelo dorso do chapadão araripino, alcançava Picos e a vila de Mocha, esta depois cidade, por C.R. de 19 de junho de 1761.

Com a abertura da estrada de Crato para a ribeira do Canindé, completava-se a ligação entre as extensas bacias Piancó e Parnaíba. Mais um liame apresilhava, assim, as capitanias que formavam o govêrno de Pernambuco ao Piauí, centro abastecedor por excelência de gado vacum.

Por ser de todo o Nordeste o melhor trajeto para chegar ao centro da então Província do Piauí, perlongou-o, já no alvorecer do Império, o exército libertador e pacificador, a mando de Filgueiras e Tristão, em sua marcha contra o Governador das Armas, major João José da Cunha Fidié. Êste havia estabelecido em Oeiras um govêrno provisório com elementos portuguêses.

Calcou-a, também, o botânico inglês Gardner em 1838. Já, naquela época, um verdadeiro rosário de fazendas e povoados orlava êsse caminho histórico.

NOVAS ESTRADAS

Nos albores do século XIX rasgaram-se no Ceará novas vias de comunicação, e muitas das velhas estradas tradicionais foram melhoradas. Os caminhos, ainda mais trilhados, então não eram na realidade senão sendas estreitas e tortuosas, traçadas pelos próprios viandantes em peregrinação. Mal podiam vencê-las cavaleiros e peões. Excetuando-se, talvez, pequenos trechos da Estrada Geral do Jaguaribe e da do Acaraú, nenhuma permitia passagem a veículos de roda.

Era naturalmente penoso viajar-se em tais caminhos. No verão, porque as águas eram escassas e de ordinário insuportáveis por salinas; no inverno, as pobres veredas desapareciam no matagal. Até as grandes vias de vazão ficavam por assim dizer inacessíveis, transformadas em leito de torrentes, em lagoas e tremedais perigosíssimos. Não havendo ponte, era preciso enfrentar a nado o furor da correnteza avolumada pelas chuvas ou esperar dias e dias que, minguando as águas, o rio desse val.

Eis, porém, que aparece o fantasma da sêca de 1792, tragédia já tantas vêzes descrita nos anais históricos brasileiros, fechando para nós definitivamente o ciclo da pecuária. Com o inverno de 1795, reorganiza-se a vida capitanial sôbre novas bases, novas pers-

pectivas abrem-se aos povos nordestinos; muda por inteiro o ambiente econômico do Ceará. Já não constitui o principal, senão mesmo, o único produto da terra, o gado curraleiro essa "mercadoria que anda e procura com os próprios pés os centros consumidores" e cuja marcha condiciona e aperfeiçoa, de certa forma, os caminhos que percorre. Predominam agora as atividades agrícolas. O algodão, a cujo cultivo o cearense se vinha afeiçoando lentamente desde 1777, passa à primeira plana como fator de riqueza, riqueza que precisava, porém, ser movimentada ativamente e dirigida ao litoral. Faz-se, para isso, necessário uma radical transformação nos meios de transporte. Urge que os administradores voltem as vistas para êsse problema a fim de que a Capitania possa retornar seu antigo ritmo de vida.

Encaminhou-o para a solução conveniente Bernardo Manuel de Vasconcelos, nome já destacado na crônica da terra.

Preocupado em facilitar o transporte dos algodões da zona norte da Capitania para sua sede administrativa, onde em melhores condições lhe parecia dever realizar-se o embarque do produto rumo aos mercados de Pernambuco e Maranhão, fêz Bernardo Manuel de Vasconcelos construir, entre as vilas de Fortaleza e Sobral, uma estrada, que, partindo de Soure, cortava a vila da Imperatriz e S. Bento d'Amontada.

Idênticos propósitos igualmente o levaram a articular Sobral a Granja por um caminho que se estendia até às margens do Parnaíba, rio cujo leito êle julgava ser a linha lindeira entre o Ceará e o Piauí.

Anunciando o término dos trabalhos de abertura dessas duas vias de comunicação, em carta de 31 de março de 1802, ao Visconde de Anadia, o Governador cearense lembraria, entusiasmado, o quanto concorrera para o êxito da emprêsa o auxílio prestimoso do Capitão-Mor da vila de Granja, Joaquim José Borges Pinto, e do negociante de Sobral, Antônio José da Silva, em favor dos quais pedia o hábito de S. Tiago.

Para que não ficasse incompleto o plano governamental de drenar para Fortaleza a produção das regiões circunvizinhas, foi igualmente franqueada ao tráfego a estrada Canindé-Soure, malgrado os obstáculos topográficos encarecedores do preço das obras exigidas para seu acondicionamento.

Em conseqüência do amparo oficial, foram, em 1802, também apresilhadas as vilas de S. João do Príncipe, hoje Tauá e Campo-Maior de Quixeramobim, através dos lendários sertões da Mombaça. Partindo do Tauá, a estrada seguia o riacho das Favelas, transpunha os contrafortes setentrionais da serra de São Domingos, embocando por fim na antiga povoação de Maria Pereira, hoje cidade de Mombaça.

Daí, segue beirando em parte o Banabuiú, pela sua margem esquerda donde, rumando o N, chegava a Quixeramobim. (10)

Coube igualmente à iniciativa governamental a abertura do caminho de Baturité para a mina de Tatajuba, numa distância de quase trinta léguas. Visava a permitir a condução até àquele local de uma caldeira destinada à purificação do salitre. Foi encarregado de dirigir os trabalhos de construção o Sargento-Mor naturalista João da Silva Feijó, ficando as obras concluídas antes de setembro de 1802.

O exemplo dado por Bernardo Manuel de Vasconcelos frutificou. O Governador teve imitadores desejosos igualmente de cooperar para o desenvolvimento econômico da terra cearense. Seguiu-lhe a política construtiva, entre outros, Manuel Inácio de Sampaio, o administrador mais enérgico e inteligente que conheceu o Ceará-Colônia. De seu tempo é a estrada que une Viçosa a Ipu e o alargamento da linha-tronco Fortaleza-Quixeramobim.

Ao findar-se o período colonial, uma verdadeira rêde de estradas e variantes cobria nossa terra, sendo Aracati, Sobral, Viçosa, Granja, Aquirás, Fortaleza, Campo-Grande, Quixeramobim, Tauá, Crato, Jardim, Baturité e Icó os pontos onde se fechavam suas malhas imensas e irregulares.

Precisemos, porém, as ligações de cada um dêsses núcleos de povoamento.

Passagem obrigatória do velho caminho praieiro que dera entrada aos conquistadores, era o Aracati igualmente o ponto inicial da Estrada-Geral do Jaguaribe e de veredas que rumavam os sítios próximos.

Na Estrada-Geral do Jaguaribe, que, como vimos, se dirigia para o sul, cortando povoados e fazendas, vinham outrossim morrer caminhos tradicionais que, transpondo as lindes fronteiriças, atingiam localidades dispersas pela chapada do Apodi, viajava-se para a atual cidade de Apodi, bem como das proximidades de S. João do Jaguaribe alcançava-se Angicos e Pôrto Alegre.

(10) A abertura dêsse caminho é posterior a 1808. Dessa época data, com efeito, uma carta de Barba Alardo de Menezes endereçada ao Capitão-Mor da Vila de Pôrto Alegre, em resposta a outra em que a autoridade potiguar lhe solicitava permissão para abrir, à sua custa, uma comunicação entre as várzeas do Apodi e a ribeira do Jaguaribe.

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

O caminho Taboleiro d'Areia-Apodi foi o itinerário seguido pelo Bispo de Pernambuco, D. João da Purificação Marques Perdigão, quando, em 1839, passou do Ceará ao Rio-Grande do Norte em visita pastoral (102).

De SOBRAL, ia-se para Fortaleza, Quixeramobim, Canindé, Campo-Grande e Granja e daí para o rio Parnaíba e S. Luís do Maranhão.

De Sobral, chegava-se igualmente ao Piauí, indo pela estrada de S. Quitéria ou seguindo o caminho de Vila-Viçosa, conforme a região que se pretendesse alcançar. A rodovia Sobral-Fortaleza, larga e bem traçada no trecho médio, passava ao norte da Uruburetama, atravessando o povoado de S. Bento d'Amontada. Uma variante cortava a serra da Uruburetama pelo povoado da Cruz, lugar de onde partia uma vereda, que, por São José, ia entroncar na linha S. Bento-Fortaleza.

VIÇOSA comunicava com a vila de Granja por duas estradas, uma das quais descia a ladeira do Tubarão, situada a uma légua distante da vila. A outra ia pela Uruoca, seis léguas adiante, e pelo povoado de Iboaçu. Entre ambas dilatava-se o morro da Serrinha. Caminhando-se pela ladeira do Acarape, rumava-se para Sobral. Ainda no platô, o caminho Viçosa-Sobral se trifurcava, lançando ramais para Marvão (Piauí) e para a vila do Ipu. Êste cruzava S. Benedito e S. Pedro de Ibiapaba, lugar junto ao qual havia a ladeira de Taipu, que dava passagem a uma vereda para Sobral. (11)

GRANJA estava ligada diretamente a Camucim, Sobral, S. Bento d'Amontada, Campo-Grande e Vila-Viçosa, no sopé da Ibiapaba. Daí, varando a fronteira, chegava-se ao Parnaíba e ao Maranhão.

AQUIRÁS, vila plantada à beira da grande via de penetração que margeava as nossas praias no rumo de Pernambuco, comunicava, outrossim, com a vila de Campo-Maior pelos álveos dos rios Choró e Pirangi. Uma variante do caminho Aquirás-Quixeramobim passava por Monte-Mor, o Velho, hoje Pacajus.

FORTALEZA, não obstante continuar sendo, ainda nos albores do século XIX, o mesmo minúsculo povoado do século anterior, crescera, em importância política e econômica, graças à orientação administrativa de seus últimos governadores. Em fins do período colonial, a vila de N. S. d'Assunção tornara-se assim o centro comercial não só de todo o enorme território de seu próprio distrito, mas também de grande parte dos têrmos das vilas de Aquirás e Monte-Mor, o Nôvo.

(11) Caminhos de menor importância uniam Viçosa a Jacarei e a Piracuruca. Partindo de Viçosa pelo chapadão da Ibiapaba, chegava-se às ribas do Parnaíba.

A capital, cujo pôrto era já então considerado medíocre, atraía a produção das serras de Uruburetama, e abastecia seus habitantes de mercadorias e objetos manufaturados, estranhos à terra. A grande sêca de 1792, extinguindo quase por completo a pecuária do Ceará, marcou o início da irremediável decadência da vila de Aracati e de alguns outros povoados, que, em nossa terra, tiravam sua riqueza do comércio das carnes, marcou, por igual, o início do prodigioso desenvolvimento de Fortaleza, êsse desenvolvimento que conhecemos e cujo ritmo se acelera e se descompassa tôdas as vêzes que nos visita o terrível flagelo.

Daí também a multiplicação extraordinária das vias de comunicação necessárias a assegurar a circulação e permuta das riquezas móveis da terra.

Fortaleza tornou-se assim o nó de importantes estradas da Capitania. Das margens do Pajeú, partiam caminhos diretos para Maranguape, seguindo em parte o velho traçado seiscentista, para Canindé e Monte-Mor, o Nôvo.

Êste se alongava até Quixeramobim e sertões de Inhamuns.

A estrada geral de Pernambuco punha Fortaleza em contato, de um lado, com S. Luís do Maranhão, pelas vilas de Soure, Sobral, Granja e Parnaíba; do outro, com o Recife, passando por Aquirás, Cascavel, Aracati, Natal e João Pessoa.

Existiam outras vias de ligação para Jacarecanga, Precabura e Olaria. Tinham, porém, importância absolutamente secundária.

Pelo litoral, rumo do poente, corria ainda a linha Fortaleza--Acaraú, estirão pouco freqüentado que cortava os povoados de Siupé, Trairi e Almofala.

Rotearam-na, de Paramirim até o Forte, os padres jesuítas, ao serem expulsos de S. Luís, em março de 1684.

QUIXERAMOBIM, situado na estrada real que de Sobral se dirigia para o Rio Grande e Paraíba, estava ligado às principais vilas da Capitania do Ceará. Ali se entrecruzavam caminhos para S. João do Príncipe, Monte-Mor, o Nôvo e Vila-Nova-d'El-Rei.

De Quixeramobim, viajava-se igualmente para o Aracati, pela estrada de Russas e, para o Icó, passando-se pela antiga povoação do Frade, hoje cidade de Jaguaretama.

CAMPO-GRANDE (Vila-Nova-d'El-Rei) ligado, como vimos, a Viçosa por uma estrada construída na era de 1815, estava também em comunicação direta com a atual cidade de Sobral e com a vila de S. João do Príncipe.

Da estrada Campo-Grande-Sobral, no lugar Lapa, partiam dois importantes caminhos, que levavam às vilas de Príncipe-Imperial e Campo-Maior de Quixeramobim. Por essa estrada, o viajante podia

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

seguir até Granja sem passar por Sobral. Bastava, para isso, que tomasse um ramal que dela se destaçava algumas léguas antes de seu término. De Campo-Grande, percorrendo-se a estrada de Viçosa, chegava-se à vila, hoje cidade de Parnaíba, no Piauí. Alcançava-se igualmente aquela capitania pela derivante que, saindo de Campo-Grande, desembocava na estrada Viçosa-Marvão, ou ainda, pela antiga povoação de Piranha (hoje Crateús).

Em TAUÁ (S. João do Príncipe) confluíam várias estradas capitais. Ali iam ter, com efeito, caminhos diretos de Quixeramobim, Campo-Grande e Icó; daí partia, para o Piauí, a Estrada Velha das Boiadas e o atalho Tauá-Valença.

Por S. MATEUS passava a estrada do Icó para o Tauá. Daquele longínquo povoado sertanejo, partia uma vereda que, margeando o rio Bastiões a caminho de Várzea da Vaca, se prolongava até às margens do S. Francisco.

BATURITÉ, não obstante sua situação topográfica, era ponto de convergência de numerosos caminhos. Além das estradas de Quixadá, Canindé e Aquirás, que iam aí ter, havia mais as que seguiam para o Aracati, por Cascavel e para Fortaleza, por Acarape e Parangaba.

De CRATO saíam estradas em tôdas as direções.

Para o norte, seguia a que acompanhava o Salgado até Icó; para o sul, a que, transpondo a Serra Grande, ia ao S. Francisco, sertões de Pernambuco e Bahia. Para oeste a que alcançava Oeiras pela Várzea da Vaca; para leste a que se dirigia para o Piancó e Pernambuco. Havia ainda a que demandava S. João do Príncipe, por S. Mateus, e a que conduzia à vila do Jardim.

De JARDIM, mísero povoado surgido com a sêca de 1792, havia estradas para os sertões de Pernambuco, rio S. Francisco e Bahia. Havia-as outrossim para o Crato, pelo lugarejo chamado Cajàzeiras, para Barbalha e para Missão Velha. Esta demandava também o Crato, e aquela seguia para o Icó.

No ICÓ, confundiam-se as duas mais importantes vias-troncos da Capitania: a do Crato, que se continuava pelas várzeas do Jaguaribe até Russas e Aracati, e a do Piauí e S. João do Príncipe para Pernambuco.

Daí partia também um caminho que atingia a serra do Pereiro.

Favorecido por sua posição privilegiada, o Icó teve precoce desenvolvimento e alcançou rápida hegemonia sôbre todos os outros povoados do interior. Criado vila por Ordem Régia de 20 de outubro de 1736, tinha, em agôsto de 1815, 303 casas, e o décimo rendia 200$000, enquanto o número de habitações de Sobral, sua rival, elevava-se apenas a 237 e a sua décima 121$000.

Graças às suas ligações diretas com a vila de Campina Grande e Recife, a metrópole sertaneja do Ceará-colônia iria cedo libertar-se da tutela econômica do Aracati, tornando-se, por sua vez, centro comercial de primeira grandeza. Em fins do período colonial, era no antigo Arraial de Nossa Senhora do O que se abasteciam de mercadorias estrangeiras os lojistas de Quixeramobim e Crato.

"Os negociantes do Icó... fazem com o Crato e S. João do Príncipe o que dantes fazia o Aracati" — registrou, em agôsto de 1815, o dr. João Antônio Rodrigues de Carvalho, em sua "Memória sôbre a Capitania do Ceará".

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

AS FORTIFICAÇÕES DO CEARÁ

As origens das fortificações levantadas em chãos cearenses e a narrativa dos fatos notáveis de que foram palco constituem capítulos ainda inéditos na história nacional.

As poucas linhas já redigidas a tal respeito que por aí existem, correndo mundo, estão, de ordinário, eivadas de lacunas e, não raro, de erros capitais.

Das notas escritas por Aníbal Amorim, na "História das Fortificações do Brasil", e das que Saint Adolphe incluiu no "Dicionário Histórico Geográfico e Descritivo do Império do Brasil", pouco se aproveita infelizmente.

A memória histórica de Augusto Fausto de Sousa, inserta no volume 48 da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", é igualmente demasiado falha de informações relativas ao Ceará.

Trabalhando longe dos arquivos, que guardam os nossos documentos históricos de maior valor, e da terra, que estudavam, é natural pouco pudessem fazer de proveitoso neste particular.

Do assunto ocuparam-se também Paulino Nogueira (1) e Eduardo M. Peixoto (2) e, de forma acidental, Antônio Bezerra (3) e João Brígido (4) mas apenas na parte que se refere à fortaleza de N.S. da Assunção. (4a)

Assim, pareceu-nos interessante divulgar as notas que se seguem, como contribuição mais ampla para o conhecimento do interessante tema.

---

(1) Paulino Nogueira — **«Fortaleza do Ceará».** Idem, T. II. Ano 1888.

(2) **«Fortaleza de N.S. d'Assunção»** — Eduardo M. Peixoto. Rev. do Instituto do Ceará (Tomo XIX), Ano 1905.

(3) Antônio Bezerra de Menezes — **«Descrição da Cidade de Fortaleza».** Idem. Tomo IX. Pág. 147.

(4) João Brígido — **«A Fortaleza em 1810»,** R. do Inst. Ceará. T. XX, Ano 1906.

(4a) Aqui não se alude a um trabalho sôbre fortificações últimamente editado pela Biblioteca Militar porque apenas reproduziu o que se lê no presente artigo.

Após ligeira introdução, em a qual traçaremos sintética e conglobadamente a crônica das nossas fortificações, estudaremos, uma a uma, as obras de defesa fixa que aqui se erigiram.

Começaremos pelo fortim de S. Sebastião, por ser, dos redutos antigos, aquêle sôbre o qual há maior número de documentos.

As fortificações levantadas no Ceará foram pouco numerosas e sem grande eficiência bélica, em consequência de ter sido sempre seu território por todos considerado como falho de importância, quer estratégico, quer comercial. Terra pobre e de difícil acesso, jamais mereceu grandes cuidados dos nossos descobridores.

Cem anos depois de ter aportado à suposta ilha de Santa Cruz a expedição exploradora de Gonçalo Coelho, quando por tôda a faixa litorânea do Brasil Leste, de Pernambuco para o Sul, já ia assaz adiantado o movimento colonizador, suas costas baixas, arenosas e desabrigadas continuavam, pràticamente cerradas aos lusitanos. Também as águas verdoengas e procelosas que lhes serviam de debrum, eram cruzadas apenas pelas naus de traficantes estrangeiros que faziam o comércio clandestino de madeiras, pimenta e algodão. Êstes produtos, o âmbar gris, que se dizia abundante em todo o litoral, e um pouco de pau-violeta, existente nas fraldas da Ibiapaba, não podiam aguçar a cobiça daqueles que possuíam ricos domínios no Oriente, fazendo-lhes esquecer o trágico destino dos primeiros donatários que haviam intentado assenhorear-se do Ceará.

A ocupação de nossa terra foi por isso mais o resultado necessário do movimento de expansão da Colônia, buscando seus limites naturais, o Amazonas e o Prata — limites que Portugal de há muito assentara traçar para sua possessão transatlântica — do que uma emprêsa deliberadamente levada a cabo pelos conquistadores.

A "Terra da Luz", cabe acentuá-lo, só uma vez logrou despertar a atenção da Metrópole. Foi quando os franceses se fixaram no Maranhão (5), ameaçando quebrar a inteireza da grande colônia sul-americana.

Em menor escala, repetia-se aqui o sucedido muitos anos antes em relação à Terra da Vera Cruz: só a cobiça estrangeira salvou-a do olvido e do abandono.

(5) A Capitania do Maranhão, uma das mais extensas, foi doada a João de Barros e Aires da Cunha e compreendia grande parte do atual Ceará.

Para que os portuguêses viessem ao Ceará depois do malôgro das expedições de Luís de Melo e Aires da Cunha, fizera-se mister que El-Rei de Espanha temesse perder um trecho considerável dos bens patrimoniais de sua casa. Êste já havia sido assenhoreado, em parte, pelos companheiros de Jaques Rifault, que, vivendo de ordinário na ilha de S. Luís, entretinham assíduas relações de amizade com os **Tobajaras** da Ibiapaba.

A primeira tentativa para expulsar aquêles intrusos foi feita por Pêro Coelho de Sousa, açoriano dinheiroso, que, seduzido pela miragem de riquezas fabulosas, solicitara do Governador-Geral do Brasil a mercê de realizar, por conta própria, êsse cometimento.

Alcançada a licença e munido do respectivo regimento, em que era encarregado também "de descobrir por terra o pôrto de Jaguaribe, tolher o comércio dos estrangeiros, descobrir minas e oferecer pazes aos gentios", partiu êle, em 1603, com destino às praias cearenses. Daí voltaria, porém, vencido e pobre, deixando naqueles chãos tão pouco acolhedores dois pequenos redutos arruinados.

Fracassada a emprêsa le Pêro Coelho, que, de princípio não teve o Ceará por fim colimado, mas que foi, incontestàvelmente, em virtude das determinações expressas do regimento (6), a primeira tentativa para colonizá-lo, seguiu-se-lhe com idênticos resultados a expedição missionária dos padres Luís Figueira e Francisco Pinto, destinada preferentemente à catequese dos índios da Ibiapaba. Depois desta missão apostólica de nôvo caiu a terra em abandono.

Em 1612, a ameaça à integridade territorial da Colônia se positiva mais ainda, com a fundação da França Equinocial, fato êste que iria influir de modo notável no devassamento das nossas praias oceânicas.

Foi para pôr em execução o plano de reconquista do Maranhão, concertado por Diogo Botelho e adotado, mais tarde, por Gaspar de Sousa, que para aqui veio Martim Soares, o verdadeiro fundador da Capitania do Ceará e o construtor do fortim de São Sebastião.

Dêsse curto mas agitado período da história regional nordestina que se estende de 1612 a 1614, data o reduto de Jeriquaquara, chamado também Fortim de N.S. do Rosário.

(6) «Fará povoação e fortes nos logares ou portos que melhores lhe parecerem, procurando a amizade dos índios, oferecendo-lhes paz e a lei evangélica», rezava o Regimento.

Ocupada por motivos de ordem meramente política, perdeu o território cearense, como muito bem fêz notar Capistrano de Abreu, depois da conquista da Amazônia, o pouco valor que lhe reconheciam, e houve mesmo idéia de evacuá-lo.

Ao luso se afigurava, por certo, loucura conservar, com sacrifício de dinheiro e de vidas preciosas, uma região tão pouco promissora quando outras mais ricas e de maiores possibilidades econômicas se abriam às suas atividades empreendedoras.

Nesse ínterim, sobrevêm, todavia, as duas invasões holandesas, que a rivalidade entre Castela e os Países Baixos arrojara às plagas brasileiras. Estendendo-se ao Ceará, deixaram-nos, como rastro de sua passagem o fortim de Schoonenborch, denominado, mais tarde, quando, em 1654, passou às mãos dos portuguêses, Forte de N.S. da Assunção.

Em 1696, fundou-se o presídio de São Francisco Xavier. De 1696 até fins do século XVIII, nenhuma nova obra de defesa fixa se levantou na Capitania, a não ser a bateria de Jacarecanga.

A atenção dos dirigentes reinóis, continuava voltada para pontos diversos de seu vasto império colonial, visados uns pelos olhos cobiçosos dos estrangeiros e estando outros em plena efervescência emancipadora.

Em começos do século XIX fortificaram-se a ponta do Mucuripe, o morro outrora denominado Marajaítiba e a costa leste do Ceará. Construídas, de ordinário atabalhoadamente e destinadas mais a intimidar os nativos do que a proteger a Colônia contra o ataques dos forasteiros, as fortificações portuguêsas, aqui feitas nos séculos XVII e XVIII, pouco duraram, desaparecendo tôdas com o caminhar dêsses mesmos séculos.

Do velho reduto de Schoonenborch simplesmente subsiste a vaga lembrança de um nome.

Os fortes que surgiram no correr da centúria seguinte, concluídos com muito mais apuro tiveram também existência efêmera. Dêles restam apenas ruínas e as muralhas da nova Fortaleza de N.S. da Assunção levantada pelo engenheiro Silva Paulet.

FORTE DE S. SEBASTIÃO

A fundação do forte de São Sebastião é apenas um episódio incruento da guerra contra os franceses estabelecidos no Maranhão.

Sua história é a própria história do Ceará, em seus primórdios.

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Baldadas as primeiras tentativas de colonização, caíram as terras doadas a Antônio Cardoso, João de Barros e Fernão Alves de Andrade, mais uma vez, em completo desamparo.

Rediviva na memória dos colonos da capitania vizinha, perdurava a desgraça de Pêro Coelho, seu primeiro explorador, como pregão da rudeza e esterilidade do Ceará; profundo sentimento de horror às hordas que o povoavam infundira nos corações portuguêses o martírio do Padre Pinto. A esta província fugia a raça branca como a solo maldito, cujas lóbregas e cálidas solidões só a tapuias podiam abrigar (7).

Urgia, porém, transformar a Capitania em base das operações militares que visavam a assentar novamente o poder hispano-português no Maranhão. As ordens da Metrópole eram terminantes.

Como ninguém se oferecesse para povoar êsse lugar que a imaginação do povo transmudara em mansão da morte, D. Diogo de Menezes, o sucessor de Diogo Botelho no Govêrno do Brasil, entregou a emprêsa a Martim Soares Moreno, que predicados especiais talhavam para tal cometimento.

O môço português era corajoso e forte e tinha na alma rude as virtudes máximas dos paladinos lusitanos do século XV, que não conheciam mêdo nem piedade pelos vencídos. Muito versado no linguajar dos indígenas, a quem afeiçoara largo convívio, possuía, além disso, grande experiência da região, por tê-la perlustrado anos antes em companhia de Pêro Coelho e, depois, quando fôra, já tenente da Fortaleza do Rio Grande, "a fazer novas amizades com os índios moradores na costa até o Ceará".

A 20 de janeiro de 1612 (8), chega êle à nossa terra pela terceira vez, trazendo em sua companhia apenas seis soldados e um padre, para não despertar nos nativos injustas suspeitas de pretender escravizá-los.

Vinha como Capitão-Mor fundar uma feitoria e com ordens para guarnecer pontos do litoral, julgados de certa importância estratégica, fomentar o progresso econômico da região e desenvolver nela a catequese dos índios.

A fim de garantir a situação dos portuguêses na terra recém-conquistada e protegê-los contra possíveis ataques dos aborígines, cuja índole tão bem conhecida, levantou Martim Soares, com a aju-

(7) J. Catunda — «Estudos de História do Ceará». Ceará, 1886.
(8) Na «Relação do Ceará», Martim Soares diz que aportou no Ceará em 1611.

da de Jacaúna, principal potiguar, um fortim "capaz de 200 homens, soldados e moradores", e construiu, logo depois, a pequena ermida de N.S. do Amparo (9).

Ao fortim e à povoação, erguida no mesmo local onde anos antes existira a povoação de Nova Lisboa, crismou o Capitão-Mor com o nome de São Sebastião, invocando, dêsse modo, o santo do dia em que alcançara as margens do rio Ceará.

Jacaúna estabeleceu-se com a tribo a meia légua do reduto recém-construído, que era naturalmente de minguado poder ofensivo.

Possuindo ùnicamente duas peças de pequeno calibre, ressentia-se, outrossim, de todos os defeitos peculiares às fortificações que então aqui se edificaram.

Imagine-se uma estacada de pau-a-pique, feita à semelhança das caiçaras das tabas tupis, sôbre a qual tremulou largo tempo a bandeira do reino, e ter-se-á uma idéia do reduto de Martim Soares.

Em fins de 1612 sua guarnição se compunha, além do Capitão, de 16 homens comandados por um sargento.

"O Ceará", escrevia o autor das "Memórias Diárias da Guerra do Brasil", é mui pequena povoação (e a primeira onde começa o govêrno do Maranhão), com um reduto com duas peças de ferro, mais para conter em respeito dos índios (dos quais há muito ali) do que para outro efeito; porque só para ísto se conserva aquêle ponto sem importância a outro qualquer respeito, por não ter pôrto, estando junto ao mar e nem terra de proveito algum" (10).

Não obstante a insignificância do reduto cearense e do descrédito em que era tido pelas próprias autoridades portuguêsas, que para guarnecê-lo só mandavam criminosos e degredados, prestou reais serviços na defesa da terra brasileira contra as ambições expansionistas de várias potências estrangeiras.

Assim, em 1614, repeliu vantajosamente uma investida levada a efeito pelas fôrças navais de Du Prat, o mesmo sucedendo, anos depois, em 1624 e 1625, quando a colônia sofreu novos assaltos, partidos, desta vez, das tripulações de naus flamengas que velejavam águas territoriais da Capitania.

(9) O nome de N.S. do Amparo serve também, por vêzes, para designar o fortim de São Sebastião.

(10) Trechos do Marquês de Basto relativos ao Ceará («Memórias Diárias de la Guerra del Brasil», pág. 258). Transcritos na «Revista do Instituto do Ceará», pág. 322 a 323.

O primeiro ataque quebrou-se ante a resistência organizada pelo Padre Baltazar João Correia, sacerdote que tantas provas deu aqui de esplêndida bravura cívica. Os dois últimos resultaram infrutíferos, graças ao denôdo nunca desmentido de Martim Soares Moreno.

Tendo partido para o Maranhão, em 1613, à cata de descobrir e precisar as posições dos franceses estabelecidos na ilha de São Luís, regressara êle ao Ceará a 23 de setembro de 1621, mais uma vez investido das altas funções de Capitão-Mor.

Durante êsses oito anos de ausência, estiveram na direção do presídio vários comandantes, entre os quais Estêvão de Campos, em 1613, e Manuel de Brito Freire, que foi substituido pelo sargento Almeida, em 1614, quando, por determinação de Gaspar de Sousa, teve de seguir para o Maranhão em companhia de Jerônimo de Albuquerque. Governou-o também Domingos Lopes Lôbo, em 1617. (11)

Do primeiro e do último dêsses chefes militares pouco se sabe, com segurança, acêrca de sua vida e ação no cargo que ocuparam. Admite-se que Estêvão de Campos tenha sido provido no govêrno do Ceará simplesmente porque assim afirmou Berredo. Falham, porém, os papéis comprobatórios de semelhante assêrto.

Sôbre Domingos Lopes Lôbo conhece-se, tão sòmente, informa o B. de Studart, um documento. É o Regimento, que lhe deu o Governador e Capitão-Geral do Brasil, Dom Luís de Sousa, a 9 de setembro de 1617, e que começa com as palavras: "Faço saber a vós Domingos Lopes Lôbo que hora imbio provido por Cappam, do Siará que pera saberdes, etc".

Tal Regimento, firmado em Olinda, recomenda ao Capitão-Mor, oficiais e soldados que entretenham boas e amistosas relações com o Rdo. Vigário, que o Capitão-Mor impeça todo e qualquer contato dos franceses e outros estrangeiros com a terra, facilite as comunicações com o Maranhão, zele as armas e munições, fuja de se intrometer nas guerras que travem os índios entre si, proíba severamente os resgates, etc. (11)

A população branca pouco ou nada crescera; em compensação, o contingente índio agregado ao fortim engrossara bastante e a mestiçagem proliferara a larga. Êste último fato é, aliás, perfeitamente explicável. Ao deixar Martim Soares o Ceará, em 1613, os dez ou onze soldados que constituíam a sua guarnição, estavam casados com índias ou mamelucas e tinham prole numerosa.

Chegando à terra cuja posse lhe fôra assegurada por dez anos,

(11) B. de Studart «Geografia do Ceará», Fort., 1924.

pela carta patente de 26 de maio de 1619, tratou de reconstituir o forte, que encontrara reduzido a uma cêrca de varas a desabar, apaziguou as dissenções reinantes entre moradores e silvícolas da circunvizinhança, fêz, com os parcos recursos que trouxera da Metrópole, agricultura e desenvolveu a criação de animais domésticos.

Durou pouco a alegria dos moradores e a prosperidade material da Colônia. Arrefeceram cedo os entusiasmos temporãos. A miséria e a fome, apenas mitigadas com a chegada do Capitão-Mor, retomaram seus naturais domínios sôbre essa terra de tormentos e provações. Por falta de comunicações què os pusessem fàcilmente em contato com as praças de Recife e São Luís, o Capitão-Mor e soldados aqui destacados, então em número de 40 (12), ficavam meses e meses sem receber vencimentos, nem munições de guerra e de bôca de qualquer natureza.

A situação tornou-se por vêzes tão aflitiva que foi preciso enviar emissários às capitanias vizinhas a reclamarem auxílios suavizadores dos padecimentos que curtiam.

O alferes Jerônimo da Veiga, mandado à Bahia pedir socorros ao Governador Diogo Lins de Oliveira, foi por êle desatendido a pretexto de não saber a que jurisdição pertencia a terra e teve de ir à Metrópole para se fazer ouvir.

A correspondência epistolar de Martim Soares e de Antônio Muniz Barreiros, Capitão-da-Conquista do Maranhão, que por aqui passou, ilustra o fato e diz bem das aperturas em que se debatia o nascente povoado de São Sebastião. Grandemente instrutiva, nesse particular, é outrossim a carta de Martim Soares, datada de 17 de outubro de 1628.

A guarnição, dissemos, exposta às intempéries e à fome, levava vida precária e miserável, não podendo, por isso mesmo, cuidar da conservação da estacada, que caía, de quando em vez, em desbarato.

Tal fato, sucedido em 1612, repetiu-se em 1625.

Quando Francisco Coelho de Carvalho, Capitão-Geral e primeiro Governador do Estado do Maranhão visitou o Ceará, a cidadela era uma completa ruína, sendo êle obrigado a reconstruí-la totalmente.

"Passei pela Capitania do Ceará, (escrevia Coelho de Carvalho a El-Rei em 6 de fevereiro de 1627), onde achei Martim Soares Mo-

(12) O número de soldados marcado pelas Provisões régias para o Presídio do Ceará era de 50, total jamais atingido, apesar das incessantes reclamações de Martim Soares.

reno por Capitão daquele presídio em um forte tão fraco e desbaratado que me foi necessário fazê-lo de nôvo e guarnecê-lo com quatro peças de Artilharia por não ter mais que uma; e com alguns soldados, pólvora e munições, das poucas que levava..."

No ano seguinte para manobrar os canhões ali recém-instalados havia apenas quatro soldados, doentes e despidos.

Apesar de tantos embaraços, que não puderam nunca abater-lhe o ânimo inquebrantável, Martim Soares que, no justo dizer de Capistrano, sintetiza e simboliza tôda a história do Ceará até a invasão holandêsa, permaneceu ainda por cinco anos ininterruptos à frente do presídio, vigilante e sempre pronto a pelejar em defesa do patrimônio cuja guarda lhe fôra confiada.

Em princípios de 1631, por ôrdem do Rei, partiu, em companhia de alguns soldados e índios mansos para Pernambuco a tomar parte nas lutas contra os flamengos. Levava a contribuição preciosa de seu braço e de sua experiência aos que valentemente combatiam pela libertação daquele magnífico trato da terra brasileira.

No comando da praça do Ceará ficou seu sobrinho Domingos da Veiga, nomeado para o cargo por carta Régia de 19 de julho de 1630. O nôvo chefe era, à maneira de seu antecessor, homem valente e grande conhecedor da língua e costumes dos nativos, já tendo sido auxiliar prestimoso de Martim Soares, durante o largo tempo em que administrara a nossa terra.

De semelhante ocorrência de pendores mentais, resultariam naturalmente idênticas atividades guerreiras e civilizadoras.

No desempenho das funções que lhe foram cometidas, mostrou, com efeito, Domingos da Veiga grande valor e habilidade no trato com os ameríncolas locais.

Estando a guarnição da praça novamente reduzida a quatro soldados, quando, em janeiro de 1631, assumiu a direção dos negócios da Capitania, pensou em buscar aliados entre os antigos senhores da terra, idéia que realizou com magnífico êxito. Poucos meses depois, cinco castas de **Tapuias** bárbaros haviam sido pacificadas e por êle trazidas com habilidade ao convívio dos brancos.

O notável feito, é, aliás, mencionado na carta escrita pelo Rei de Espanha ao Governador-Geral do Brasil em data de 17 de novembro de 1632. (13)

(13) A informação dada pelo Rei ao Governador na aludida carta invalida inteiramente a opinião de um historiador cearense, que, dissertando sôbre o assunto, afirma ter-se Domingos da Veiga malquistado cedo com os índios a quem despresava profundamente.

Graças à cooperação dêsses novos aliados e ao valor da tropa, que fôra pouco antes reforçada, pôde Domingos da Veiga frustrar mais um assalto dado contra o povoado por uma nau holandêsa que exercitava pirataria nos mares do Nordeste.

Entretanto, a situação material da Colônia permanecia das mais angustiosas. Os barcos que para ela aproavam eram raros e de ordinário traziam apenas as magras provisões, sempre insistentemente reclamadas pelos moradores.

Gentios que, até então, pareciam comprazer-se na paz e na sedentariedade, não auferindo lucro de suas relações de amizade com os civilizados, iam retornando aos poucos à vida erradia e vagabunda. Os soldados portuguêses, que continuavam entregues aos próprios recursos, davam também mostras de indisciplina.

Tão doloroso estado de coisas perdurou até à chegada de Bartolomeu de Brito, incumbido de suceder a Domingos da Veiga no comando do fortim de São Sebastião.

Nada pôde o recém-vindo fazer para remediar à penosa situação em que se achavam os luso-brasileiros no Ceará, e nêle curtiam um verdadeiro degrêdo. Continuou-se, por isso, vivendo aí num ambiente de desânimo e de terríveis apreensões.

Os naturais, já então revoltados por instigação de emissários holandeses, entraram a hostilizar abertamente os nossos obrigando-os a uma vigilância constante e acurada.

Durante todo o primeiro semestre de 1637, ficou o forte de São Sebastião sem receber mantimentos nem munições de guerra de nenhuma espécie, tràgicamente segregado do mundo civilizado.

Parecerá, talvez, demasiado entenebrecido o quadro que traçamos dos padecimentos físicos e morais em que viviam a debater-se os súditos fiéis de S. Majestade Católica.

Tal, porém, não sucede.

Para que se possa avaliar a miséria e o desconforto reinantes no Ceará, por essa época, basta ler o trecho seguinte, transcrito da carta de Jácome Raimundo de Noronha, dirigida ao Rei d'Espanha em 25 de maio de 1637.

"Êle (o Capitão-Mor) e os soldados e moradores que por todos devem de ser trinta pessoas brancas, pelo grande risco que correm suas vidas assim pelas fomes que padecem como pelos gentios. E aldeias que até agora foram nossas amigas e confederadas estarem levantadas contra nós por prática que tem dos inimigos holandeses que estão em Pernambuco e no Rio Grande e com os quais tem comércio e amizade o dito gentio."

Bento Maciel Parente, na "Relação do Estado do Maranhão", escrita em 4 de agôsto de 1636, tratando das fortificações existentes no território sujeito à sua autoridade, dá o castelo de São Sebastião como feito de faxina e de terra socada e apenas com duas peças de artilharia.

Êsse Governador, tendo em conta a pouca eficiência bélica do fortim cearense e a dificuldade de abastecê-lo pela praça do Maranhão, em virtude da imensa distância que os separava, opinou pelo seu imediato abandono, passando suas tropas a guarnecer o forte de São Luís, naquela Capitania.

A medida proposta, com a qual, aliás, concordou plenamente o Conselho de Ultramar, não chegou a ser posta em execução.

A vinte e cinco de outubro do ano de 1637, enfrentavam com efeito a barra do Mucuripe os navios "Brack" e "Camphaem", trazendo a seu bordo o major holandês Jorge Garstman e o capitão Henderick Huss, com um grosso contingente de 125 homens brancos e alguns índios. Vinham, por ordem de Maurício de Nassau, tentar a conquista da fortaleza.

Mandando uma expedição guerreira ao Ceará, tinha o Conde Nassau, em mira um duplo objetivo: auferir lucros fáceis para a Companhia (14) e satisfazer os gentios cearenses. Êstes, um ano antes, haviam enviado emissários ao Recife, a solicitar aliança com os batavos e pedir-lhes viessem libertá-los do jugo português, que se lhes tornara odioso. Influíram, ainda, na grave resolução do Governador, o secreto desejo de proteger o Rio Grande do Norte, pondo, entre esta capitania e os estabelecimentos portuguêses, situados ao longo da costa leste-oeste uma larga extensão de terras desertas, e a facilidade encontrada pelos batavos na tomada da fortaleza de Mina.

A 26, fêz Garstman desembarcar a tropa de combate e, auxiliado pelos flecheiros do tuchaua Algodão, logo acomete o fortim.

A guarnição, composta de 33 homens apenas, defendeu-se vigorosamente. Eram, porém, demasiado desiguais as fôrças contrapostas e, por isso, cedo os nossos se viram batidos e dominados.

---

(14) Para justificar, perante a Assembléia dos XIX, seu ato, escrevia Maurício de Nassau em carta de 16 de novembro de 1637: «é uma terra em que abundam o âmbar e o sal, de sorte que, se Deus nos der essa praça, não terão mais nossos navios de carregar sal das Índias Ocidentais, porque o teremos em nosso próprio País.»

O **Notulen**, registro oficial dos atos do govêrno holandês de Recife, noticiando o fato, diz que o assalto contra o forte de São Sebastião foi dado com 400 homens, incluindo 200 silvícolas.

O forte, que assim passava às mãos dos atacantes, tinha a forma de um quadrado, sem flancos especiais. As muralhas, de 10 pés, apenas, de altura, eram, no dizer dos vencedores, construídas de pedras soltas simplesmente sobrepostas, sem massa de cal nem outra qualquer espécie de cimento. Quatro peças de ferro de quatro libras e uma de duas libras compunham a sua artilharia.

Duarte de Albuquerque e, com êle, vários outros historiadores mais modernos, negam que os reinóis houvessem reagido.

A asserção parece-nos carecer por inteiro de fundamento histórico. Não podemos, com efeito, aceitá-la, dada a têmpera e a bravura dos nossos colonizadores.

Oriundos de um povo que tinha dado o espectáculo de tantas ações heróicas, de abnegação e patriotismo, decerto não iriam ceder as suas conquistas sem um protesto cruento. E nem doutra forma, senão admitindo o combate, se pode explicar o fato, relatado em documentos que versam o sanguinolento encontro, de se terem esgotado as munições dos sitiados. Também, a sanha dos indígenas contra os derrotados homens do presídio parece demonstrar terem êles resistido enèrgicamente aos seus contrários.

Com tanta fúria se lançaram, com efeito, os nativos contra seus antigos aliados e tal a ânsia que tinham de trucidá-los que se fêz necessário aos holandeses o emprêgo da fôrça para salvar do massacre iminente aquêle punhado de bravos (15). O testemunho de Nieuhoff, escritor que se mostra sempre infenso aos luso-brasileiros, é, nesse particular, bastante elucidativo. Tratando dos sucessos atrás relatados êle afirma, com efeito, ter sido o fortim de S. Sebastião tomado "após breve resistência da guarnição portuguêsa, que perdeu alguns soldados no assalto". Nada mais convincente.

A revolta dos nossos aborígines contra os colonizadores luso-brasileiros, revolta que culminou, como vimos, no assédio e conquista de suas posições fortificadas, não foi, como pensam e proclamam certos escritores, uma conseqüência natural da índole volúvel do indígena cearense e, muito menos, uma explosão dos instintos rapaces que lhe governariam as ações e viveriam ainda hoje mal adormecidos na alma dos caboclos nordestinos.

(15) Carta de Van Ham, escrita ao Supremo Conselho de Recife, em 19 de abril de 1638.

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Em nosso entender, a rebelião de 1637 deve ser, na verdade, considerada — conforme mui judiciosamente já o proclamou Varnhagen — um golpe de mão hàbilmente preparado pelos holandeses.

Sua origem remonta realmente a 1625, época em que a esquadra de Boudewyn Hendrickson, que regressava da cidade do Salvador, fundeou na Baía da Traição para abastecer-se d'água e de mantimentos, daí levando, para o Velho Mundo vários de nossos gentios. Tais silvícolas, que nos Países-Baixos aprenderam o holandês e as doutrinas da religião reformada, voltaram depois ao Recife e internando-se pelos sertões nordestinos, espalharam a notícia do domínio batavo em Pernambuco e se fizeram seus propagandistas.

No número dos que estiveram nas Províncias Unidas, contavam-se Gaspar Paraupaba (16) e André Francisco, filhos do Ceará, que devem ter sido encarregados de rebelar seus irmãos ainda fiés à coroa espanhola, em 1637 (17).

Arvorada a bandeira da Companhia das Índias Ocidentais no Fortim de São Sebastião (18), passa Garstman o comando da praça ao tenente Hendrick Van Ham e lhe dá uma fôrça de 45 soldados para guarnecê-la, recomendo-lhe que, de nenhum modo, permitisse

(16) Gaspar Paraupaba tomou mais tarde parte ativa na expedição de Matias Beck e foi êle quem indicou, aos dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais, em Recife, a existência de uma mina de prata próxima à serra de Maranguape.

(17) Pela leitura da «História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais», escrita por Joannes de Laet e traduzida pelos drs. José Higino Duarte Pereira e Pedro Souto-Maior, se sabe que, em 1631, o Comandante Smient veio ao Ceará no Nieuw Nederlandt, por ordem do Supremo Conselho, trazendo alguns índios, que foram desembarcados nas proximidades da enseada de Mucuripe. Tinham por missão sublevar os tapuias e potiguares aqui residentes e negociar com êles a entrega da praça de São Sebastião.

(18) No tocante à data em que sôbre o fortim de São Sebastião tremulou vitoriosa a bandeira holandesa, reinam sérias divergências. Interessante nos parece por isso transcrever da «História do Ceará» a opinião de alguns escritores a respeito do assunto, acompanhada dos comentários de seu erudito autor, o B. de Studart. Eis o que a Duarte de Albuquerque mereceu a conquista do Ceará: «A tantas perdas que neste ano tivemos, acresceu ainda a da débil praça do Ceará. Como os muitos índios dali são por natureza inconstantes, ao saberem das vantagens do inimigo enviaram dois a cumprimentar o conde de Nassau e dizer-lhe que se mandasse tomar aquela praça, lha entregariam e renderiam obediência, por quanto não podia estorvá-los a gente que El-Rei ali tinha, por ser muito pouca e ter morrido o capitão. Nassau, julgando que quanto de novo fosse adquirindo-lhe ia acrescentando a reputação, embora fosse tão diminuta utilidade com aquela praça, aceitou o oferecimento.

Expediu duzentos homens em quatro navios, que dando fundo a 20 dêste mesmo mês, três léguas ao mar do Ceará, e deixando a gente em

à escravização da indiada (19). Procurasse antes firmar com as gentes da terra alianças duradouras visando à mútua assistência na exploração das riquezas da terra e ao mútuo auxílio contra possíveis investidas do inimigo comum que acabavam de desbaratar. Dessa vasta cooperação deveria resultar o alicerçamento definitivo do domínio holandês no Ceará e a pronta incorporação do silvícola à civilização cristã.

Fatôres vários iriam, porém, concorrer para tornar impossível o generoso sonho daquele ilustre militar.

Logo em princípios de novembro retorna Jorge Garstman por terra ao Rio Grande do Norte levando em sua companhia 34 soldados do corpo expedicionário, 50 índios e 18 prisioneiros, enquanto o capitão Huss embarca com o resto da tropa e alguns dos vencidos diretamente para o Recife.

---

terra correram logo muitos índios, e não houve no reduto outra ação mais que a de entregar-se.

Tinha só vinte soldados e duas pequenas peças de ferro. O Capitão falecido havia sido Domingos da Veiga Cabral».

Ad. de Varnhagen descreve-a nos seguintes têrmos, na sua «História das lutas com os Holandeses no Brasil», ed. de Lisboa, de 1872, às págs. 180 a 181:

«Um resultado tão feliz e tão fàcilmente alcançado (a tomada da fortaleza da Mina), provocou em Nassau estímulos a aventurar-se a uma nova conquista; a do Ceará. Deram azo a ela os oferecimentos que dali lhe mandou fazer, por emissários, um principal por nome Algodão, naturalmente, a isto induzido por vários índios, que, levados da Baía da Traição para a Holanda, em 1625, haviam sido, já com essas miras, deixadas em terra no Ceará, em 1636. Para a Companhia pretextou Nassau as vantagens que dessa conquista resultariam, fornecendo não só âmbar, como sal, gênero êste que tinha de ir buscar a uma das ilhas de Cabo Verde.

Partiu Garstman do Recife em outubro e em dezembro chegou ao seu destino. Depois de haver dado aviso ao Algodão (a quem os seus apelidavam provàvelmente Manin), reunindo-se êste, com duzentos dos seus, depois de vigorosa resistência e perdendo alguns, deu o assalto, fazendo prisioneiros a guarnição» —

Entre os dois escritores nota-se divergência quanto à resistência oposta aos invasores. Em nota acrescenta ainda Varnhagen: «é certo que o capitão era já então Bartolomeu de Brito, e lemos que resistira nove horas e só por falta de munição sucumbira». Mas tanto um como o outro dão o assalto de Garstman em dezembro, sem atender que êles afirmam que a partida de Pernambuco realizou-se em outubro, e que tão longo tempo não era preciso para atravessar a distância que separava as duas Capitanias.

Cândido Mendes, citando as Memórias de Duarte Coelho e a obra de Barleus, e João Brígido, às págs. 16 da «Rev. Cron. e da Rev. da História do Ceará para uso das escolas primárias», dizem igualmente que Garstman tomou a fortaleza do Ceará a 2 de dezembro.

(19) «Les Hollandais au Brèsil», La Haye, 1853.

Estava finda a primeira parte do drama, que tão tràgicamente devia terminar para os holandeses.

Depois da partida do chefe da expedição, fêz Van Ham cercar o fortim com uma paliçada que lhe daria melhor poder defensivo e realizou outras obras inadiáveis à segurança do pequeno reduto, preparando-o, assim, para novos embates guerreiros.

Não se radicaram os invasores no Ceará.

A primeira dominação holandesa entre nós foi relativamente curta; durou apenas o espaço de 7 anos: de 1637 a 1644. Sete anos de estacionamento para a capitania e de opressão para seus míseros habitantes. Jamais conheceu nossa terra os benéficos efeitos do regime de relativa liberdade que os filhos de Pernambuco gozavam sob o govêrno justamente gabado de Maurício de Nassau.

Os holandeses, esquecidos das opressões de que haviam sido vítimas quando Flandres jazia sob o domínio filipino, aqui se transmudaram em opressores ferrenhos. A política de espoliações e de violências dos Filipes de Espanha, contra a qual se haviam insurgido vitoriosamente, pareceu-lhes a única aplicável à "Terra da Luz".

Se não tivemos o doloroso espectáculo das correrias e saques, ocorridos na Bahia de 1624 e em Pernambuco de 1629, nem se repetiam as cenas vergonhosas de Uauçu, ou as perseguições levadas a efeito também na Paraíba e no Rio Grande do Norte (1633 a 1654) contra luso-brasileiros, foi simplesmente porque o índio-europeu aqui não prolificara ainda.

Até 1660, da gente branca havia no Ceará apenas a infantaria do presídio, que era mudada cada ano, e algum missionário na sua faina do bem (B. de Studart).

A Capitania fruía o triste baldão de rude e estéril (20), e o povoado de São Sebastião, minúsculo lugarejo plantado à beira do rio Ceará, não tivera ainda atrativos para os colonizadores ibéricos.

Já existia algum gado pelos sertões, mas ninguém se aventurara ainda a arrostar os perigos de um isolamento entre tribos selvagens, situando fazendas de criar. Obstáculos, até então insuperáveis, impediam, por outro lado, que os colonos fugitivos das regiões invadidas de Paraíba e Pernambuco, passassem ao Ceará, povoando as margens de seus rios e ribeiros. Quanto aos rincões longínquos do Cariri, só muitos decênios mais tarde começaram a receber os primeiros ocupantes.

---

(20) Ainda em 1730, dizia Rocha Pita na «História da América Portuguêsa»: «O Ceará é a mais áspera e inútil das Províncias do Brasil.»

Ansiosos, sem dúvida, em retirar da terra o maior proveito, os holandeses, aqui destacados, esqueceram cedo as sensatas recomendações do Major Garstman, entrando a explorar desabridamente o indígena. Olvidados de que êles também eram homens livres, forçavam-nos a trabalharem nas salinas e na extração do pau-violeta, dando-lhes como jornal vagas promessas apenas.

A falta de pagamento dos salários ajustados e os maus tratos recebidos dos conquistadores, levaram os gentios à revolta, que ocorreu em 1644. Aproveitando provàvelmente uma ocasião favorável, tomaram os amotinados o fortim, chacinando a tropa ali aquartelada, incluso Gedion Morris, que, quatro anos antes, substituíra o tenente Van Ham na direção suprema do Ceará.

Depois do saque, o fortim ficou desmantelado e em completo estado de abandono. Terminara sua existência histórica.

As telhas que o cobriam, e os canhões de guarnição foram, mais tarde, transportados pelos holandeses para o castelo de Schoonenborch. Próximo ao velho reduto em ruínas, continuaram os índios a residir por muito tempo.

O fortim de São Sebastião, tal como existia durante a primeira dominação holandesa, vem desenhado nos mapas "Estabelecimento holandês na barra do Rio Ceará" e "Arx in Seará", insertos ambos na obra de Gaspar Barleus "Res Brasilae" (1647) (21) aparece na estampa "Siará, Vista do Forte Siará" (gravura em madeira — Amsterdam, (1673) e na carta sem data denominada "Nomes das Fortificações durante o Govêrno de S. Exa. o conde Maurício de Nassau" — 1637-1645, de autor desconhecido. Na "planta do Forte de Schoonenborch" figura também, mas com a denominação de "velho forte de São Sebastião".

FORTIM DE S. LOURENÇO

A primeira fortificação permanente construída no Ceará foi o fortim de São Lourenço. Levantou-o nas margens do Jaguaribe Pêro Coelho de Sousa, quando ali estêve, em 1603, de passagem para a Ibiapaba, onde o levava a sêde de riquezas e glórias.

Sua história, como a de tantos outros redutos erigidos no Brasil-colônia, continua envolta em uma obscuridade até agora impe-

(21) O Museu Histórico do Estado possuía em sua mapoteca cópias dêsses mapas.

netrável. Não consta a época precisa de sua fundação, nem se sabe com segurança o local onde foi edificado. O papel que desempenhou nos primórdios de nossa colonização é igualmente conjetural.

Imagina-se e a isso se cinge a sua história, que nêle estacionou novamente o Capitão-Mor em 1605, quando, desanimado de receber os socorros prometidos por Diogo Botelho, batia em retirada diante dos espectros da sêca e da miséria.

Historiadores antigos e modernos, Paulino Nogueira e Raimundo Girão, entre êles, afirmam ter sido a nossa primeira fortificação erguida junto à barra do rio Ceará. Não aceitamos êsse modo de entender, pois tudo induz a acreditar que, antes de se lançar afoitamente à conquista da Ibiapaba, o desventurado Capitão estacionou nas margens do Jaguaribe muito mais tempo do que ao regressar daquela malograda expedição.

Tendo encontrado em armas os índios do Jaguaribe, quando ali chegou em 1603, e demorando-se na região para tratar de pazes, é mais que provàvel se houvesse êle entrincheirado para prevenir qualquer surprêsa desagradável por parte dos nativos. Demais, o Regimento que Pêro Coelho conduzia, determinava a fundação de redutos ao longo da estrada a percorrer, nos pontos que lhe parecessem de maior importância.

O fortim de São Lourenço figura na "Descrição do verdadeiro descobrimento e nova conquista do Rio Jaguaribe, Serra de Ariama, Muibuapava e ponaré", anexa ao livro "Rezão do Estado do Brasil", de Diogo de Campos Moreno. Nêsse mapa, a mais antiga contribuição à cartografia do Ceará (22), o fortim está colocado entre os rios: "Paripuera", ao norte, "Jaguaribe", ao lado esquerdo, e "São Lourenço", ao sul.

Consta ainda do mapa que, sob o n.º 27, figura na "Descrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz, chamada vulgarmente o Brasil", desenhado no ano de 1640 por João Teixeira, cosmógrafo de S. Majestade.

Numa carta, datando do tempo em que Antônio Coelho de Carvalho governou o Maranhão (23), e que faz parte da coleção de mapas apensa ao Atlas n.º 114, do Gabinete Geográfico da Biblioteca Nacional de Lisboa, aparece o citado fortim colocado à esquerda do Jaguaribe, e marcado com a simples denominação de "fortaleza".

(22) A maioria das indicações cartográficas que se contém no presente trabalho foram colhidas na «Geografia do Ceará», do B. de Studart e reproduzidas quase letra por letra.

(23) O velho, provàvelmente.

O mapa de Johannes Van Keulen, intitulado "Pas Kaart van de Lee Kusten, van Brasilia", e cuja 1.ª edição remonta a 1634, mostra igualmente, à margem ocidental daquele rio, o desenho de uma fortificação que está encimada pelas palavras "Fortaleza de São Lourenço".

FORTIM DE S. TIAGO

A construção do reduto de São Tiago deve-se também à expedição de Pêro Coelho de Sousa. Depois da vitória brilhantemente alcançada em 1604 contra os franceses de Mambille e índios da Ibiapaba, procurou Pêro Coelho avançar mais para o Norte, em demanda às terras do Maranhão, a fim de tentar desalojar os franceses ali estabelecidos.

Não o pôde, porém. Os soldados, mortos de fome e de fadiga, recusaram segui-lo, além do Punaré, pondo-se em franca rebeldia.

Vendo-se desobedecido e impossibilitado de prosseguir em sua derrota, no rumo do Setentrião, recua o intrépido aventureiro lusitano para as margens do rio Ceará e, próximo à sua foz, improvisa de taipa o fortim de S. Tiago e lança ao mesmo tempo os fundamentos de uma povoação, que chamou Nova Lisboa. Situavam-se ambos a légua e meia da atual capital do Estado.

Efêmera e sem brilho havia de ser a vida dêsse reduto, testemunho mudo dos sofrimentos, e misérias de que foram vítimas os primeiros colonizadores da terra. Em seu âmbito mesquinho alçou-se e tomou vulto a rebeldia e quebraram a fidelidade empenhada soldados portuguêses.

Evacuado, em 1605, depois de ter servido de refúgio aos expedicionários durante mais de 18 meses, caiu em ruínas, apagando-se-lhe, de pronto, os vestígios.

O fortim a que nos estamos referindo aparece na "Descrição do verdadeiro descobrimento e nova conquista do rio Jaguaribe" trabalho já mencionado. Nesse mapa, que é por alguns letrados erradamente atribuido ao próprio Pêro Coelho, encontram-se consignados os seguintes nomes, a começar do rio Tarari e caminhando do norte para o sul: rio Tarari (atual Trairi), Barreiras, r. Siope (hoje S. Gonçalo), Pirangi, Nova Lxa (atual Nova Lisboa), Forte de S. Tiago, Sizrá ou Siará, P. de S. Bartolomeu, que é o Mucuripe etc.

Nem todos os escritores que versam nossos fatos regionais, observe-se, entretanto, aceitam haja sido erigido na costa leste-oeste uma fortificação com o nome de São Tiago.

Antônio Bezerra, por exemplo, estudando, em artigo intitulado "Dúvidas Históricas" (R.I. do Ceará, Tomo IX-1897) pontos controversos e obscuros história cearense, nega de modo formal e categórica, a existência, de um forte com semelhante denominação. Assim diz, página 8: "Se Pêro Coelho, tivesse deixado algum forte no Ceará, não é possível que dentro de cinco anos tantos são os que decorreram de 1605, quando se retirou para a Paraíba, a 1611, data da chegada de Martim Soares, tivesse de todo desaparecido, mesmo não se opondo a isso os índios, e parece que o nôvo Capitão-Mor, companheiro e auxiliar de Pêro Coelho na primeira entrada dessas terras, conservaria o nome do estabelecimento fundado por aquêle que de feito era o chefe, e o habilitara a substituí-lo no govêrno da Capitania."

E acrescenta: "Se figura em alguma planta antiga do Ceará o forte de São Tiago, não passou de designação do local onde o primeiro Capitão-Mor pretendia edificá-lo quando ali tornasse com maior recurso e mais fortuna."

As afirmativas de Antônio Bezerra não têm razão de ser. O mapa acima apontado, feito pelo autor da "Jornada do Maranhão", o menciona, e depois é o próprio Martim Soares que nos diz, na sua autobiografia, ter levantado o fortim de São Sebastião no mesmo local onde Pêro Coelho criara, anos antes, a povoação de Nova Lisboa.

Isso prova, demais, que Martim Soares não se sentiu de nenhum modo obrigado a conservar o nome dado à terra pelo infeliz Capitão-Mor que o antecedera no govêrno do Ceará.

O FORTIM DE N. S. DO ROSÁRIO

O fortim de N. S. do Rosário data de 1613.

Resolvido, por ordem da alta administração pública, a incorporação definitiva ao domínio hispano-português, das terras situadas além da Ibiapaba, em cuja posse efetiva estavam os franceses desde 1594, logo partiu de Pernambuco Jerônimo de Albuquerque para o Ceará. Ia dar início às operações militares necessárias à concretização dos propósitos governamentais, levando o especial encargo de fundar no litoral da Capitania um reduto cuja missão seria servir, a um só tempo, de pôsto de observação e de base de apoio para as tropas que, em futuro próximo, viriam tentar a conquista da ilha de S. Luís, centro da resistência inimiga.

As instruções escritas, que conduzia, marcavam Camucim como o ponto onde devia ser levantado o fortim pioneiro. O sítio talvez

por suas condições ambientes, não agradou, porém, ao Capitão-Mor, nem lhe pareceu o mais adequado ao fim a que se destinava. Preferiu, por isso, para fixar-se a ponta de Jeriquaquara, chamada também Buraco das Tartarugas, e situada a alguns quilômetros a barlavento.

A predileção do chefe por aquêle recanto esquecido das nossas orlas oceânicas, talvez se justificasse então de maneira plena. Outras e bem melhores que as atuais seriam ali as condições de vida e de meio.

As vastas planícies arenosas, que hoje constituem a dominante topográfica daquela região praieira, ostentavam, ao que parece, uma bela roupagem de palmeiras viridentes e de árvores frutíferas, a cuja sombra se vinham abrigar, na época propícia, imensas variedades de psitacídios e a caça arisca e copiosa.

A aguada seria fácil e os mariscos abundantes nas lagunas próximas.

O depoimento do Pe. Cláudio d'Abbeville a tal respeito é bastante sugestivo.

Referindo-se, à pág. 53 de sua "Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan", ao Cabo das Tartarugas, onde esteve de passagem com a expedição francesa de Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière, antes de viajar para São Luís, exclama êle cheio de entusiasmo: "Êsse lugar é lindo e agradabilíssimo; nêle abundam as frutas e a caça é numerosa".

Demais, ali, a costa infletia-se em curva graciosa de 2 ou 3 milhas, formando uma enseada bastante profunda, onde podiam fundear, com relativa segurança, até as maiores embarcações da época. Dominando o ancoradouro, projetam-se para o mar as duas pontas das Tartarugas, com suas extremidades arredondadas e de cêrca de cem metros de altura, proeminências de cujos cumes o olhar do observador se afunda no horizonte, varrendo fàcilmente a superfície das águas e das terras por muitas milhas em tôrno (24).

Adotando o gênero de construção de certa forma obrigatório àquelas regiões difíceis do Nordeste brasileiro, ali fêz Jerônimo de Albuquerque levantar uma estacada de pau-a-pique a que deu o nome pomposo de fortim de N.S. do Rosário.

Presidiou-o com quarenta soldados e, deixando por seu comandante o sobrinho e xará, adolescente cheio de valor e afoiteza, voltou ao Recife em busca de refôrço.

(24) O morro menos alto, o ocidental, tem 85 metros de altura e o outro 110.

A existência do reduto de N.S. do Rosário foi curta, mas cheia de episódios de intensa dramaticidade. Junto a seus muros, desenrolaram-se lutas mortíferas entre lusitanos e naturais; também feriu-se contra os franceses um sangrento combate, em que o vigor e qualidades heróicas dos nossos antepassados de além-mar se evidenciaram mais uma vez sobejamente.

Com a partida do Capitão-Mor-da-Conquista, rivalidades surgidas entre brancos e índios tornaram difícil o abastecimento de víveres à guarnição do fortim. O peixe, a caça e as frutas e outros produtos que vinham sendo conseguido da indiada, entraram a rarear.

Com o minguar, dia a dia as munições de bôca e de guerra, iria a pequena guarnição conhecer os padecimentos físicos e morais mais agros e chegaria à penúria extrema de se alimentar de ervas bravas durante meses seguidos.

Às necessidades de tôda sorte, que a assediavam, veio juntar-se cedo o receio do ataque da indiada bravia, que, sabedora da difícil situação em que se encontravam os brancos, tentou por várias vêzes tomar de assalto o fortim.

Em princípios de 1614, trezentos silvícolas se abalançaram a essa emprêsa, sendo, porém, repelidos com grande perda de vidas.

A notícia das graves aperturas daquela gente, chegou, afinal, aos ouvidos do Governador-Geral que, para remediá-las, despachou um caravelão com trinta homens bem providos e municiados. Estava sob as ordens de Manuel de Sousa d'Eça, açoriano que até então exercera em Pernambuco as pacíficas funções de Provedor de Defuntos e Ausentes.

Os socorros partidos de Recife, a 23 de maio de 1614, chegaram ao seu destino a 9 do mês seguinte, vencendo, assim, em prazo relativamente curto, a longa distância que separa as duas praças.

Os recém-chegados não permaneceram por muito tempo inativos. Dias depois de se achar aquartelada a tropa de refôrço, foi o reduto de Jeriquaquara acometido pela nau francesa de Du Prat, a mesma que, dias antes, estivera em Mucuripe e tentara render o fortim de São Sebastião.

A 18 de junho, um trôço de 60 homens é desembarcado para o assalto às posições portuguêsas.

Contra a onda avassaladora dos atacantes saem em campo dezoito soldados apenas; lhes vinham à frente Jerônimo de Albuquerque e Sousa d'Eça, o nôvo comandante do presídio, que se mostrou desde logo chefe militar consumado.

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Por êles conduzidos brilhantemente ao combate, os portuguêses derrotam e repelem fàcilmente o inimigo, matando-lhe dois homens, ferindo oito e obrigando os restantes a embarcar precipitadamente.

Segundo versão consignada em documentos de origem hispano-portuguêsa, doze franceses pereceram no acalorado encontro, tendo havido cêrca de 30 feridos da mesma nacionalidade.

Não consta a perda de algum dos sitiados.

Desiludidos de suas pretenções conquistadoras pelo duro e inesperado revés que conheceram, seguiram os vencidos diretamente para São Luís, seu pôrto de destino.

O belo feito de armas de Sousa d'Eça, que, aliás, lhe valeu o ser, mais tarde, escolhido por Jerônimo de Albuquerque para capitaniar a vanguarda da tropa que arrostaria as fortificações francesas do Maranhão, bem poderia servir para aquilatar-se o valor guerreiro dos conquistadores lusitanos se mil outros feitos bélicos ainda mais gloriosos, perpetrados aqui e alhures, não bastassem sobejamente a atestá-lo.

A história deve, entretanto, guardar com carinho os nomes dos combatentes que tomaram parte nessa luta memorável, nomes tirados do olvido pelo Barão de Studart e consignados num dos seus trabalhos históricos mais interessantes (25).

Foram êles, os capitães Manuel de Sousa d'Eça e Jerônimo de Albuquerque, alferes Cristóvão Selares, sargento Baltazar Fernandes e Francisco de Araújo Moura.

O fortim do Rosário aquartelamento da tropa, foi arrasado a 12 de outubro de 1614, por ordem de seu fundador, ao deixarem as plagas cearenses em demanda ao Periá as tropas que iriam em breve se ilustrar, mais uma vez, nos memoráveis prélios travados em Quaxenduba.

FORTIFICAÇÕES HOLANDESAS

Durante a primeira dominação neerlandesa no Ceará, edificaram os invasores algumas fortificações, cuja história está ainda por deslindar-se.

Os mapas contidos na obra de Barleus não as mencionam, nem delas trata Gedion Morris em sua correspondência epistolar com

(25) B. de Studart, «Datas e Fatos para a História do Ceará». Fort., 1896.

os chefes da Companhia das Índias Ocidentais em Pernambuco, pelo menos na parte que chegou até nós. No diário de Matias Beck, que tantas informações interessantes transmite sôbre fatos aqui ocorridos durante a estada de seu autor, também nenhuma referência se encontra a seu respeito.

Uma carta do governador do Maranhão, André Vidal de Negreiros, datada de 3 de junho de 1656 (26) alude porém ao fato e nos autoriza a concluir que êles tiveram efetivamente um forte nas margens de Camucim, no mesmo local depois escolhido por aquêle Governador para mandar construir um pequeno reduto.

Nenhum documento conhecemos que esclareça a data da construção do fortim holandês. Parece, contudo, provável que começasse a ser edificado pelas alturas de 1641, época em que Gedion Morris, então Governador do Ceará, partiu para o norte da Capitania. Ia em busca de pau-violeta e outras riquezas da terra que pudessem ser fàcilmente exploradas e é aceitável que aproveitasse o ensejo para assentar em bases sólidas os seus direitos de conquista.

A baía de Camucim, coalhada hoje de bancos de areia, era então bom ancoradouro para pequenas embarcações, com magnífica aguada e natural escoadouro para os produtos da Ibiapaba, deve ter, desde logo, despertado a atenção dos batavos recém-vindos.

Ignoramos em absoluto quais os benefícios tirados pelos invasores de tais obras de defesa fixa. São mudas as fontes históricas que consultamos a respeito dêsses sombrios tempos. Com segurança, sabemos apenas que, em fevereiro de 1644, foi o fortim tomado pelos índios, tragédia cujos antecedentes merecem ser rememorados.

Vingando o levante português no Maranhão e batidos os holandeses pelas fôrças de Antônio Teixeira de Melo, viram-se êles obrigados a evacuar S. Luís, fugindo, por mar, para Pernambuco.

Os fugitivos conduziam consigo, talvez pelo receio de que caindo prisioneiros se bandeassem com o inimigo, o resto dos índios cearenses que Gedion Morris e depois Jacob Evers haviam levado à vizinha capitania em socorro de seus patrícios. De passagem pelo Ceará, por um inexplicável requinte de maldade, desembarcaram-nos nas praias de Camucim, deixando-os ao abandono.

(26) Doc. 214, publicado pelo Barão de Studart, in «Documentos para a História do Brasil e mais particularmente do Ceará». Vol. III, Fortaleza.

A ingratidão e o egoísmo dos aventureiros batavos, como é natural chocaram fundamente o ânimo dos nativos, que resolveram vingar-se. Concertado tenebroso piano, lançaram-se cheios de ódio contra o forte de Camucim trucidando a pequena guarni

Capitaniava os assaltantes, na ocasião dessa terrível vindita, Ticuna, principal dos índios de Camucim, o mesmo que, anos depois, em 1659, recebia da Rainha Regente para si e para seu filho Jorge Tagaibuna numerosas mercês por bons serviços prestados à causa lusitana.

Uma vez desafrontados, pensaram os silvícolas em captar as boas graças dos portuguêses, cuja cólera justamente receavam, comunicando o ocorrido a Antônio Teixeira, que mandou tomar posse do reduto em nome do Rei de Portugal.

Jeriquaquara foi também fortificado pelos holandeses, ao assenhorearem-se do Ceará, em 1637.

Comandou-o, durante algum tempo, Jacob Evers, que, ao saber do levante dos luso-brasileiros no Maranhão, alistou índios da circunvizinhança e seguiu em auxílio de seu patrícios (27), indo perecer, com quase tôda sua gente, na emboscada armada no outeiro da Cruz pelas fôrças de Antônio Teixeira.

Observa o Barão de Studart (28) que o Conde de Ericeira, no 2.º tomo do "Portugal Restaurado", Berredo, à pág. 402, dos "Anais", frei Francisco de N.S. dos Prazeres, à pág. 70, da "Poranduba Maranhense", Varnhagen, à pág. 254, da "História das lutas com os Holandeses", João Francisco Lisboa, à pág. 164, do "Jornal de Timon", Théberge, à pág. 43 do "Esbôço Histórico", Teixeira de Melo, à pág. 121 das "Efemérides Nacionais", Matoso Maia, à pág. 154, das "Lições de História do Brasil", José Pompeu, à pág. 268, da "Corografia do Ceará", e J. Catunda, à pág. 98, dos "Estudos de História do Ceará", colocam erradamente os assaltos dos fortes de Camucim e Jeriquaquara em data anterior ao morticínio dos homens de Gedion Morris.

Com efeito, a revolta dos índios contra Gedion Morris ocorreu em janeiro de 1644, ao passo que a tomada dos fortins holandeses teve lugar quase um mês depois, no dia 28 de fevereiro do mesmo ano.

* * *

(27) J. Catunda — «Estudos de História do Ceará», pág. 97. Ceará. 1886.
(28) Barão de Studart, «Datas e Fatos para a História do Ceará». Fortaleza, 1896, pág. 60.

Em 1655, mandou André Vidal de Negreiros levantar na ponta de Jeriquaquara uma fortificação permanente como meio de facilitar as comunicações por terra entre o Maranhão, a Ibiapaba e o Ceará, até então precárias e difíceis, por causa da constante hostilidade dos nativos contra os portuguêses.

O plano de Vidal fracassou, por completo. Quase duzentos anos depois, em 1843, o presidente provincial do Ceará, José Maria de S. Bitancourt, dizia, em seu "Relatório circunstanciado do estado das suas Fortificações", que no local já houvera uma bateria e acrescenta: "algumas peças que aí foram levadas para armar essa bateria, ou estão sepultadas na areia ou, como asseveram alguns habitantes do lugar, foram roubadas para bordo de embarcações que aí foram."

Alguma fortificação foi realmente erigida em Jeriquaquara, nesse meio tempo, isto é, entre 1655 e 1843? Não parece. Nenhum outro documento a assinala e o tom vago do relatório está longe de comprovar tal existência (29).

FORTE DE SCHOONENBORCH

Aperturas financeiras impeliram os holandeses em 1649 a novamente trilharem os caminhos que iam ao Ceará.

Malgrado o regime de saques e extorsões pôsto em prática de modo sistemático contra as populações rurais da Colônia, a Companhia das Índias Ocidentais estava por aquela época inteiramente exausta. Haviam-na levado a tal estado de empobrecimento a necessidade de manter numerosa tropa em pé de guerra para enfrentar as constantes investidas das fôrças luso-pernambucanas e a avidez insaciável de seus mandatários. Para isso concorriam ainda a ação inclemente e quase ininterrupta dos companhistas, as incessantes escaramuças entre fôrças contrárias e a defecção dos colonos que, transformando pràticamente os seus domínios territoriais num deserto coberto de ruínas fumegantes, do qual já não lhe permitia tirar dêles os necessários proventos para reparar suas finanças malbaratadas.

(29) Igualmente não foi levantada a fortaleza que Urbano Rodrigues se ofereceu para edificar no Paràzinho e cuja concessão obteve, por C.R. de 21 de março de 1688.

Também a guerra movida à Inglaterra pela Holanda lhe fôra aziaga: Obrigara a potência agressora, também carente de dinheiro, a tirar o parco auxílio monetário que lhe concedia a título de subvenção e como incentivo à sua política imperialista.

Em tais condições a idéia que ocorrera aos membros do Supremo Conselho do Recife a fim de refazer os fundos da Companhia e continuar a luta no Brasil fôra apelar para exploração de minas, que julgavam abundantes no país conquistado, dela esperando auferir lucros vultosos.

Após baldadas tentativas de mineração, feitas em Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte, passaram ao Ceará, donde, por intermédio do índio Gaspar Paraupaba, lhes viera a notícia da existência de ricas jazidas de minérios preciosos.

Para explorar a região, mandaram primeiramente três companhias de soldados brancos, que foram perecer miseràvelmente às mãos dos tapuias sertanejos (30).

Cometida, depois, a emprêsa a Matias Beck, partiu êle de Recife a 20 de março, com 3 iates e 2 barcos menores, tripulados por 298 homens, indo ancorar na baía de Mucuripe, a 3 de abril de 1649.

Acolhido com simpatias, entrou Matias Beck em relações amistosas com os naturais e com êles passou a percorrer a costa, desde o Mucuripe até a barra do Ceará, à procura de um local apropriado para o forte que vinha fundar.

Sua escolha recaiu no morro denominado Marajaítiba pelos índígenas e situado à margem esquerda do rio Pajeú.

A nove do dito mês, quatro dezenas de soldados começaram a limpar o terreno para que o engenheiro Ricardo Caar fizesse o traçado das fortificações. A construção diligentemente começada no dia imediato, por duas esquadras de 20 soldados, que todos os dias se revezavam por turnos de esquadras, ficou virtualmente concluida no dia 22. Faltava apenas o portão e duas baterias para pô-las em completo estado de defesa.

O nôvo reduto holandês era de dimensões exíguas, apesar de destinado a servir de ponto de partida para um movimento de penetração, que visava garanti-los na posse definitiva da terra. Não possuía sequer capacidade para conter tôda a tropa aqui destacada e bem longe estava de ter sido feito "com tôdas as regras da arte de fortificar", como sustenta sem razão plausível um dos nossos

(30) Carta do Conde de Villa Pouca de Aguiar, Antônio de Sousa Menezes, datada de 18 de junho de 1649, e que pertencia ao arquivo do B. de Studart.

escritores. Nêle não havia latrinas, o que obrigava a deixar-se durante a noite aberto o portão, a fim de que os soldados pudessem entrar e sair ao sabor das suas necessidades.

Apesar da vigilância continuada dos holandêses, ainda não esquecidos dos sangrentos sucessos de 1644, isso representava, como é óbvio, um sério estôrvo à segurança da praça. Para saná-lo, resolveu Matias Beck, com a anuência do Major Garstman, que, dias antes, assumira o comando da guarnição do Ceará, ampliar o fortim e reforçar as suas obras de defesa.

Ouvido o Conselho de Guerra, convocado extraordinàriamente para deliberar sôbre o assunto e ao qual compareceram tôdas as pessoas gradas da Capitania, foi êle de parecer que os melhoramentos deviam ser executados.

As novas obras de fortificações, cuja planta foi também delineada pelo engenheiro Caar, tiveram início a 19 de agôsto de 1649.

Para alguns historiadores, João Brígido e Cândido Mendes, entre outros, o forte que teve o nome de Schoonenborch, em honra ao Governador holandês residente em Pernambuco, não passou de um projeto jamais realizado.

A tradução do Diário de Matias Beck, feita por Alfredo de Carvalho, erudito pernambucano, cujos escritos tanto enriqueceram e opulentaram a história do Nordeste brasileiro, não deixa subsistir em dúvidas a tal respeito.

O forte foi erigido.

Dêle existe mesmo uma planta levantada em abril de 1649, e cujo conhecimento, no Brasil, se deve a outro pernambucano José Higino Pereira, também benemérito da História Nacional.

Do original dêsse ótimo trabalho cartográfico, ora recolhido ao Real Museu de Munique, deu-nos também notícia Varnhagen, em sua "História das Lutas com os Holandeses".

Na planta, que compreende desde a "baía Mucuriba" (Mucuripe) n.º 1, até o "monte Maragoa", n.º 30, se vêem os regatos "Marajaik", depois "Ipojuca", "Telha" e, atualmente Pajeú, "Tipoig" (Jacarecanga), a barra de Itarema (barra do Ceará), a cuja margem direita estão o fortim português de São Bastião e as casas de Francisco Aragiba e Carajá, chefes indígenas.

Estendendo-se além, abrange o monte "Itarema" (serra da Taquara), onde os holandeses se entregaram a baldadas tentativas de mineração, das quais ainda hoje guardam vestígios, os riachos "Piyotu" e "Piaroba", a lagoa de "Inboduaponga", que não é outra senão a lagoa de Arronches ou Parangaba, a lagoa "Monduig" (Mon-

dubim), o riacho "Itapoba" (o Siqueira) uma légua além do qual se bipartia o caminho, seguindo um para "Itarema" e outro para "Pirapedobe" (Pirapora), ao sopé da serra de "Maragoa" (Maranguape), e o riacho "Itarema Igevab".

As letras A.B.C.D.E.F. e G., na planta, representam, respectivamente, o forte de Schoonenborch, o alojamento de Matias Beck, o armazém guarnecido de paliçadas, o antigo armazém chamado quartel, o antigo alojamento de Beck, o antigo armazém e o nôvo caminho por onde da praia eram transportados os víveres para o Monte.

O forte de Schoonenborch e edifícios anexos foram, como diz ainda o Barão de Studart, a coisa única legada ao Ceará pelos holandeses da expedição de 1649, pois que nada ou muito pouco conseguiram das explorações feitas em Itarema, Maragoa e Upuapaba.

A ação dos batavos sob o ponto de vista étnico foi aqui igualmente nula.

A capitulação da Campina do Taborda (1645), pondo fim ao domínio dos holandeses em Pernambuco e regiões vizinhas, expulsou o inimigo também do Ceará.

Volvida a Capitania à soberania de Portugal, após uma luta que tanto sangue e tanto ouro custara aos contendores, trataram logo os lusitanos de mudar o apelativo que, no fortim cearense, perpetuava uma vitória das armas flamengas.

Álvaro de Azevedo Barreto, a quem coube ocupar o lugar de Matias Beck e receber as posses que os batavos tinham na Capitania, escolheu para substituir o nome do Governador holandês com que se crismara o fortim, o nome de um santo, e o fortim de Schoonenborch passou a chamar-se, daí por diante fortim de N.S. da Assunção.

Não foi tudo.

Trazendo à sua ordem, para guarnecer o presídio, quatro companhias de soldados e duas de índios e prêtos (31), serviu-se delas o Capitão-Mor para reparar o forte e dar início à construção de uma pequena ermida (32), de onde devia partir para os sertões circunjacentes a boa palavra dos catequistas.

(31) No requerimento em que Álvaro de Azevedo Barreto pede satisfação de seus serviços, datado de 13 de fevereiro de 1659, se alude apenas a 4 companhias de soldados.

(32) No requerimento já citado de Álvaro de Azevedo Barreto, não se fala na construção de nenhuma ermida; o fato é, porém, mencionado por quase todos os cronistas que se ocupam de história do Ceará.

No ano seguinte, André Vidal de Negreiros, dando conta a El-Rei do estado em que se encontrava a Colônia, diz ter tido informações de Álvaro de Azevedo Barreto e Domingos de Sá Barbosa, sucessor daquele, de que as obras de defesa fixa do Ceará estavam muito deterioradas e em local impróprio.

Solicitava o Governador fôssem elas reedificadas de pedra e cal em outro ponto da costa cearense.

Pelo documento citado se vê que as condições de vida dos soldados destacados no Ceará em nada melhorara com o correr dos anos. A guarnição, que era então de duzentos homens, vivia desamparada de tudo. Não havia na Colônia nem médico, nem padre, nem artífices. Faltavam mantimentos e munições e os indígenas estavam impossibilitados de cultivar o solo por absoluta carência de ferramentas agrícolas.

O pedido do Governador do Maranhão foi bem acolhido pelo Rei e teve parecer favorável do Conselho de Estado.

Em Ordem Régia de 27 de julho de 1656, mandou S.M. que Vidal de Negreiros fizesse construir um forte de pedra e cal, ou mesmo de madeira, em sítio que lhe parecesse mais conveniente. Observa, porém, a Carta Régia que o fortim de N.S. da Assunção devia ser conservado e que o "forte nôvo não tenha mais fábrica e capacidade que para a defesa da infantaria que nele houver de residir, e ministros do Evangelho e ofensa dos inimigos, naturais e estrangeiros que não poderão ser em grande número."

Como tantas outras, as ordens transmitidas a André Vidal, relativas à criação de novas defesas, não foram executadas. E o Ceará continuou assim amparado apenas por um reduto em ruínas.

De 1654 a 1812, quando se desmoronou, definitivamente, foi a fortificação cearense renovada um grande número de vêzes.

Feita de madeira, como quase tôdas as obras militares de defesa que balizavam o litoral nordestino, é natural pouco pudesse resistir à ação hostil do meio.

Entre os que, no correr do século XVII, melhoraram a fortaleza de N.S. da Assunção, renovando-a ou ampliando-a, figuram, além de Manuel Carvalho Fialho (1622), João Tavares de Almeida (1666), Bento Correia de Figueiredo, João de Barros Braga e Sebastião Sá, o homem que, na opinião dos que pleitearam os direitos do Rio Grande do Norte na célebre questão de Grossos, nunca teve existência real.

Sendo em 1684, provido pela segunda vez no pôsto de Capitão-Mor do Ceará, fêz Sebastião Sá reconstruir as obras externas da

fortaleza, que estavam por terra, e reparou também a pequena capela, a êsse tempo completamente desmantelada (33).

Nas proximidades da fortaleza de N.S. da Assunção, "debaixo das armas d'El-Rei", teve lugar nos primeiros dias do século XVIII um acontecimento de grande importância para a vida social da terra.

Foi ereta, sob o nome de vila de São José de Ribamar, a primeira vila do Ceará. Veio congregar o povo, que vivia disperso pela vizinhança do presídio ou retirado em suas fazendas de gado do interior, dando-lhe o direito de colaborar na administração da Capitania, até então exercida ùnicamente pelos Capitães-Mores, autoritários e violentos.

A população do Ceará crescera com relativa rapidez depois de 1660. Em 1669, era avaliada, por Pedro Lelou, em duzentos moradores. Alguns anos depois, ainda no comêço do século XVIII, tôdas as ribeiras da região eram conhecidas e algumas amplamente povoadas.

Em 1708, aqui veio, por ordem de Sebastião de Castro Caldas, o engenheiro Diogo da Silveira Veloso, a fim de examinar o forte e fazer um projeto para reedificá-lo de pedra e cal.

A planta desenhada por Silveira Veloso foi remetida para Lisboa pelo Governador de Pernambuco. Sendo ali examinada por técnicos. sôbre ela deram parecer desfavorável o professor Domingos Vieira e o Tenente-General Miguel Pereira da Costa, o que custou a demissão do autor do lugar que ocupava em Pernambuco e sua chamada ao Reino, para aperfeiçoar seus conhecimentos profissionais (Barão de Studart).

Em 1729, cumprindo uma determinação régia, mandou Duarte Sodré Pereira ao Ceará uma comissão composta do Tenente-General João de Macedo Côrte-Real e do Sargento-Mor de Engenheiros Diogo da Silveira Veloso, com o mesmo fim.

A comissão, que não chegou a pôr o pé em nossa terra, foi contrária à construção de uma fortaleza de pedra e cal no Ceará e, em seu parecer, disse que as grandes despesas a que seria obrigada a fazenda real com tal obra não se justificavam, diante da pouca importância da Capitania.

Opinava, todavia, que se consertasse o fortim existente, reconstruindo-o de maneira mais sólida do que a carnaúba, até então empregada nesse mister.

(33) Veja-se a carta patente de 13 de outubro de 1680, nomeado Sebastião Sá para Capitão-Mor do Ceará e cuja publicação foi feita pelo Barão de Studart, na «Revista do Instituto do Ceará».

Na "Relação do estado das Fortalezas que guarnecem a Marinha desta Capitania de Pernambuco, sua artilharia, munições, Petrechos e Guarnições", papel que remonta a 1749, há o seguinte tópico, que diz respeito ao fortim de N.S. da Assunção:

"A Fortaleza da Capitania do Ciará Grande, que fica distante desta Vila do Recife duzentos e cinqüenta léguas pouco mais ou menos para a parte do Norte, foi situada no lugar da Vila chamada da Fortaleza, em que entravam os barcos, a sua figura constava de um quadrado feito de pau-a-pique de que hoje nem há vestígios e a que se acha delineada aproximadamente é de figura de um Reducto na Barra da Jacarecanga.

A artilharia desta Fortaleza é a seguinte:

Peças de Bronze e seus calibres:

Do calibre de 2.....	2
Do calibre de 5.....	2
Do calibre de 8.....	1

Peças de ferro e seus calibres:

Do calibre de 10.....	5
Do calibre de 3.....	2

São por tôdas 12 peças.

Guarnição efetiva da dita Fortaleza, e o que vence de sôldo cada um dos oficiais desta guarnição em cada um mês e ano. Capitão-Mor de Capitania, que também é de Fortaleza, vence de sôldo em cada um mês 33$333 que cada ano importa 400$000.

O condestável vence de sôldo em cada um mês 1$920, que importa em cada um ano 23$040. Vence mais em cada um mês 1$413 para farda, que no ano importa 16$960. Vence mais uma quarta de farinha para dez dias.

Além da guarnição efetiva, que consta dos oficiais acima declarados é guarnecida esta fortaleza com um destacamento de duas Companhias de Infantaria paga dos têrços destas Praças as quais se compõem de dois oficiais capitães, dois alferes, e a lotação de gente, que lhe pertence. Além dos quais vão mais dois artilheiros."

Por aí se vê que, apesar de reparado em 1716 e, em 1745, ter sido beneficiado pelos melhoramentos que ordenara a provisão de 24 de setembro daquele ano, o forte de N.S. da Assunção estava em 1749 pràticamente imprestável para a defesa da Capitania.

Durante quase quatro decênios permaneceria o Ceará assim desamparado. Ainda em 1782 não haviam sido reedificadas aquelas obras de defesa fixa. A elas aludindo no trabalho que escreveu sob o título "Notícia Geral da Capitania do Seará Grande", João Ba-

tista de Azevedo Montaury diz que "... se acha totalmente arruinada uma única fortaleza que há em tôda aquela dilatada Capitania." Suas peças estavam então sem carretas e jaziam pelo chão.

Tais referências provocaram uma carta da Real Fazenda de Pernambuco datada de 19 de janeiro de 1790, que autorizava o Provedor da Capitania do Ceará Grande a mandar fazer uma estacada para as peças de artilharia da fortaleza que estavam, como vimos, desmontadas e não podiam funcionar.

Tais melhoramentos não foram, todavia, efetuados.

É disso prova a carta do último Capitão-Mor e Governador do Ceará, com dependência de Pernambuco, Luís da Mota Fêo e Tôrres que endereçou a Martinho de Melo de Castro a 10 de outubro de 1792: — Logo que cheguei a esta Capitania e tomei posse do seu Govêrno, tive, dizia êle, por objeto dos meus desvelos a prontificação dos reparos de Artilharia da Fortaleza, cujas peças se achavam quase desmontadas na frente do aquartelamento e incapazes de laborar sôbre um monte de areia, sem mais estacada, ou reduto Conseguido os mencionados reparos, que vieram remetidos de Pernambuco, passei a construir um pequeno reduto de madeira, que por faxina trabalhou a tropa, terraplenando o terreno mais acomodado, e introduzindo nêle saibro, com o qual ficou o mesmo terreno em estado de poder com mais facilidade manobrar a Artilharia, o que tudo se fêz com diminuta despesa, e com a aprovação do mesmo General.

Passei logo a diligenciar e consegui ver fardada esta tropa, que eu achei, e havia muitos anos andava em camisa e ceroulas, figurando mais de mendigos que de soldados, e oferecendo à vista um objeto de compaixão aos Nacionais e de ludíbrio aos Estrangeiros, que por algum incidente arribassem às costas desta Capitania, e porque a extensão delas não tem, nem permite outra defesa mais que a das tropas auxiliares, olhei a existência e conservação destas em bom estado como único meio para embaraçar qualquer invasão de Nação Estranha, e para êste efeito passei pessoalmente em primeiro lugar a passar revista, e inteirar o têrço de Infantaria Auxiliar destas Marinhas do Ceará, sucessivamente ao Têrço Auxiliar das Marinhas do Acaracu, ao Regimento de Cavalaria Miliciana do mesmo Distrito, ao de Cavalaria Auxiliar das Vargens do Jaguaribe, e aos da Cavalaria do Icó, e Serra de Côcos, dos quais pode considerar, e os dois últimos em via de se porem no mesmo estado: para estas diligências me foi necessário fazer viagens de sessenta e mais léguas e despesas maiores que a minha possibilidade nas ponderadas revistas determinadas pelas Ordens de S. Majestade expedidas pelo Exmo. Gen. de Pernambuco no tempo de meu antecessor, às quais êste, pôr causa das suas moléstias, não deu execução, assim como eu ainda não a tenho dado completas, deixando de passar revista aos Regimentos de Cavalaria dos Cariris Novos e dos Inhamuns estabelecidos em distância de mais de cem léguas no interior do sertão por causa da nunca vista sêca..." (33a)

Embora houvessem sido em grande parte, coroados de êxito os esforços de Mota Fêo e Tôrres para vestir e disciplinar as fôrças armadas, melhorar o estado das nossas fortificações, escassos continuavam os recursos materiais, armas e munições com que então podia contar a tropa cearense.

Tanto que o próprio governador em carta datada de 8 de janeiro de 1799, expõe a grande falta de armamentos e petrechos de guerra que, naquela época, havia para a defesa da Vila de Fortaleza de N.S. da Assunção e de tôda a Capitania.

Evidencia, outrossim, o lamentável estado de miséria e nudez em que se achava a tropa aqui aquartelada.

Corroboram as afirmativas pessimistas de Mota Fêo os dizeres do ofício de 29 de outubro de 1799, dirigido ao Visconde de Anadia, por Bernardo Manuel de Vasconcelos e em que êste Governador clama também contra o estado de criminoso abandono e de insegurança em que se encontrava a Capitania sob sua administração.

De uma nota apensa ao citado ofício e fornecida ao governador pelo Comandante da fortaleza, vê-se, diz-nos o B. de Studart, que a guarnição daquela praça de guerra, se compunha então apenas dêle comandante, de um tenente, um sargento, um furriel, um cabo, um tambor e vinte e um soldados, dos quais um armeiro.

Adianta ainda o documento que o dinheiro vencido por um soldado, para se fardar, era de todo insuficiente. Cada praça recebia, de 2 em 2 anos, sòmente 16$020, pagos pela Provedoria da Real Fazenda, segundo o antigo Regime das Vedorias Gerais.

Bernardo Manuel de Vasconcelos propunha, para remediar a tal situação, que, em vez do expediente adotado, se mandasse vir de Lisboa o fardamento para ser aqui distribuído.

Que a sede administrativa da Capitania do Ceará Grande continuou, até fins do século XIX, à mercê de qualquer golpe de mão, demonstram-no cabalmente os têrmos do relatório apresentado, em

(33a) O Ceará contava, em inícios do século XIX, 9 regimentos de milicianos, 3 de Infantaria e 6 de Cavalaria, 2 companhias de Tropa de linha, infantaria e artilharia que guarneciam a Capital (Rev. do Instituto, 1909, pág. 299) afora as Companhias de Ordenanças das diferentes vilas.

outubro de 1799, ao Governador Bernardo Manuel pelo tenente Francisco Xavier Tôrres, comandante do Corpo de Artilharia.

"Em conformidade da ordem que tive a honra de receber de V. Exª., escrevia o tenente, passei revista à Fortaleza desta vila e ao reduto de S. Luís que se acha no monte de Mucuripe. Enquanto à Fortaleza achei um terreno cujo circuito mostra que foi fortificado de terra e faxinas, e averiguando soube tivera um simples parapeito sem canhoneiras, e que por esta razão ficavam as peças a Barbete desta fortificação que só tinha diferença de frente apenas aparecem uns pequenos vestígios em razão do tempo ter destruído o resto, aqui se acham sete peças uma de bronze de cale. 7, e seis de ferro de diferentes calibres a saber uma de ouvidos, e algumas de ferro com pedaços do bocal de menos motivo porque se podem julgar inúteis, e tôda a mais ferramenta se acha no mesmo estado e as poucas balas comidas da ferrugem".

"Esta pequena fortificação que se mostra na figura 1.ª feita, segundo mostra a sua situação, ùnicamente para defender o desembarque na praia fronteira a um dos seus lados, tinha para êste fim 4 peças e mais uma em cada um dos dois lados, eu me parece que no caso que V.ª Ex.ª haja de mandar reedificá-la, será útil alongar mais o lado D.E para G. porque então se poderia construir uma boa bateria por haver para isso terreno suficiente, podendo-se também acomodar duas peças em cada um dos dois lados contíguos a esta para baterem a praia um e outro lado, portanto para esta fortificação são necessárias doze peças tôdas de calibre 18 e 12."

Três anos mais tarde, no tempo do govêrno de Manuel Inácio de Sampaio, amparando a vila de Fortaleza havia um simples reduto de terra batida, revestido de madeira.

Essa obra de defesa figura, aliás, no "Prospecto da Vila de Fortaleza de N.S. da Assunção ou Pôrto do Ceará", desenhado por ordem de Barba Alardo de Menezes, em 1811, com o nome de "Fortaleza".

Henri Koster que, no correr de sua viagem pelo Nordeste, nos visitou em janeiro de 1811, assim se expressa a propósito do assunto: "A Fortaleza de onde esta vila recebe a denominação, fica sôbre uma colina de areia, próxima às moradas, e consiste num baluarte de areia ou terra, do lado do mar e uma palissada, enterrada no solo para o lado da vila. Contém quatro peças de canhão, de vários calibres, apontados em muitas direções. Notei que a peça de maior fôrça estava voltada para a vila a que estava montada para o mar, não tinha calibre suficiente para atingir um navio no ancoradouro comum. O armazém de pólvora está noutro ponto da colina e é visto do pôrto."

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA
BIBLIOTECA

FORTIFICAÇÕES DE CAMUCIM

As primeiras obras de defesa fixa, construídas nas praias de Camucim, foram, como vimos, contemporâneas da invasão holandesa de 1637.

Vinte e quatro anos antes, já os portuguêses haviam querido fortificar a região, sem todavia levar avante tal intento.

Nesta época, vindo Jerônimo de Albuquerque ao Ceará com a missão de estabelecer postos avançados para a conquista do Maranhão, trouxera ordem de assentar na foz do então chamado rio da Cruz um forte ligeiro. Camucim, talvez pela sua situação topográfica, não agradou ao Capitão-Mor da Conquista e foi por êle abandonado após ter ali feito com sua tropa uma curta estada.

Anos depois, em 1656, André Vidal de Negreiros, receoso de que o principal Algodão, que emigrara pouco antes das margens do Ceará para a barra daquele rio, levantasse contra os brancos os naturais do lugar, resolveu guarnecê-lo com 4 bôcas de fogo de 6 libras, servidas por 25 soldados e um ajudante.

As fortificações a serem ali estabelecidas não se destinavam apenas, rezam escritos da época, a manter em respeito os silvícolas cearenses, contra cujas investidas se deviam precatar, cuidadosamente, os novos ocupantes da terra.

Visava, outrossim, a garantir a segurança da costa e o livre trânsito pela estrada que ligava o Ceará ao Maranhão, assegurando, destarte, o comércio português de pau-violeta e de âmbar-gris no norte da Capitania.

O Pe. Antônio Vieira, na "Relação da Missão da Serra da Ibiapaba", dá a entender que o forte do Rio da Cruz não chegou a ser edificado. Relata o Padre, que uma sumaca, despachada pelo Governador André Vidal de Negreiros com materiais e instrumentos necessários ao fabrico da fortaleza, teve de arribar a São Luís, seu ponto de partida, após cinqüenta dias de lutas contínuas contra os ventos adversos, sem ter conseguido alcançar o pôrto de destino.

Não menos sugestiva é, nesse particular, a carta que Vieira endereçou ao Pe. Ricardo Careu em 10 de junho de 1658, pois, referindo-se ao reduto do rio Camucim, diz o missionista: "a esta fortaleza se hão de fazer no princípio do ano que vem, em que são as monções."

Alguns documentos seiscentistas contradizem, todavia, as informações deixadas pelo Pe. Vieira, mostrando claramente que o fortim em aprêço não ficou apenas em projeto.

Que foi pelo menos iniciado, parecem indicá-lo o Despacho Régio de 13 de junho de 1656, mandando agradecer a André Vidal a construção de um forte no Rio da Cruz, e a Ordem Régia, de 17 de outubro de 1656, ordenando o prosseguimento dos trabalhos de levantamento do forte de Camucim, abandonados em virtude das pazes firmadas entre portuguêses e o principal Algodão.

Convém observar, de passagem, que nos informes prestados ao Pe. Estêvão Gandolfi, Vice-Reitor do Colégio de S. Luís, a respeito da navegabilidade das costas do Maranhão, o Pe. Pedro Pedroso sustenta, em 1682, que o forte cuja construção fôra ordenada pelo Governador do Maranhão, em 1655, devia ser feito em Jeriquaquara e não em Camucim.

Como quer que seja, o certo é que, em 1687, o rio Camucim estava de nôvo completamente desguarnecido. É o que se depreende dos dizeres da missiva enviada, com data de 8 de julho de 1687, por Gomes Freire ao seu sucessor Arthur de Sá Menezes e cujo teor é o seguinte:

"Ao Rio Camucim vêm também os estrangeiros a comerciar, com mais freqüência, que em nenhum outro Pôrto, é muito conveniente fortificar êste por estar em sítio sadio, fértil e com tôdas as conveniências necessárias para se povoar e defender tendo para os navios uma boa baía."

FORTE REAL DE S. FRANCISCO XAVIER

Na história colonial do Ceará, o baixo Jaguaribe sempre se destacou como o cenário das mais cruentas lutas entre silvícolas e conquistadores lusitanos. Os **Potiguares** que, nos primórdios da dominação do Brasil pelos portuguêses, haviam invadido aquelas terras e expulsado para o interior as hordas adversas dos **Cariris,** que, por ali vagavam, acabaram por ceder à pressão constante dos **Baiacus,** gentios tapuias surgidos do sul e de filiação incerta, transferindo suas tabas mais para o norte da Capitania. Senhores da região os **Baiacus** jamais buscaram o convívio dos reinícolas para com êles entreter relações pacíficas. Levantados mais tarde contra os colonizadores por motivo das torpes façanhas dos preadores de índios, que aqui encontravam sempre campo propício às suas atividades nefastas, aquêles nativos passaram de então por diante a mover-lhes acesa guerra, trazendo-os em constantes sobressaltos. Nem os massacres e perseguições ordenados contra êles pelos Capitães-Mores do Rio Grande do Norte e do Ceará, nem as medidas de ordem política determinadas na Carta Régia de 6 de março de 1694

ao Capitão-General de Pernambuco, conseguiram domá-los. Batidos, os índios do Ceará se retraíram para as caatingas, para, mais tarde, voltar novamente ao combate, caindo, de improviso, sôbre os colonos desprevenidos, destruindo-lhes os haveres e talando a região.

No intuito de pôr têrmo à trágica situação e pacificar a indiada, mandou Caetano de Melo de Castro, então Governador de Pernambuco, levantar um presídio da ribeira do Jaguaribe, onde a luta assumira, desde o início da revolta em 1666, feição particularmente sangrenta. A fortaleza tinha por fim precípuo manter em respeito as tribos rebeldes e servir de abrigo aos portuguêses no caso de serem por elas atacadas.

Para cumprir as ordens do Governador, partiu da fortaleza de N.S. da Assunção, no dia 25 de março de 1695, o Capitão Pedro Lelou, militar que iria tornar-se tristemente célebre pelas injustas perseguições que, de sociedade com Morais Navarro, moveu contra os **Baiacus** do rancho de Jenipabuaçu. Acompanhavam-no trinta homens armados.

Os petrechos que essa gente de guerra conduzia não eram muito copiosos mas deviam parecer então perfeitamente suficientes para assegurar o pleno êxito da emprêsa que se tinha em mira realizar.

Constavam de dois barris de pólvora com três arrôbas cada barril, um cunhete de balas com quatro arrôbas e meia, seis madeiras, quatro arcabuzes e duas armas de pedra entregues ao chefe da expedição pelo almoxarife Afonso Varela.

O nôvo reduto, erigido 14 léguas acima da barra do rio Jaguaribe, tomou o nome de Forte Real de S. Francisco Xavier da Ribeira do Jaguaribe. Presidiado com 20 soldados pagos, foi seu comando entregue ao ajudante João da Mota, nomeado para exercer o cargo pelo Capitão-General de Pernambuco e nêle confirmado por Carta Régia de 9 de setembro de 1696.

Homem afeito às lutas de emboscada e senhor de tôdas as manhas do gentio, fêz João da Mota vingar fàcilmente os nobres intuitos do Governador.

Após 6 lustros de lutas quase ininterruptas com os brancos e seus aliados nativos, aldearam-se os **Baiacus,** sob a direção do Pe. João da Costa no lugar chamado Araré, voltando a pairar sôbre a região jaguaribana uma calma relativa. Calma relativa, dizemos, porque os índios, apesar de se terem tornado domésticos nem por isso deixaram de furtar o gado dos moradores, fato que muito os irritava, provocando, não raro, por parte dos prejudicados, graves represálias.

Isso fêz com que as autoridades pernambucanas receando pela segurança da ribeira nela mandassem em 1697 situar 30 soldados

negros. Em caso de necessidade, êstes deveriam reforçar a guarnição do fortim e prestar assistência à população.

João da Mota foi em janeiro de 1699 substituido nas funções de chefia por Belchior Pinto. No ano seguinte, as obras de defesa do presídio, que se haviam arruinado com as chuvaradas do inverno, foram reconstruídas por iniciativa do Tenente-Coronel João de Barros Braga, sem nenhum ônus para a Fazenda Real.

O comando da praça passou depois a Plácido de Azevedo Falcão, que o exerceu até 1703, quando houve um levante de silvícolas **Baiacus**, aldeados na ribeira do Jaguaribe, que foi fàcilmente debelado.

Em 1706, dirigia-a o cabo Manuel Dias Pinheiro. Já então a colonização se alastrara pelo ubertoso vale do Jaguaribe acima, numa superfície de mais de oitenta léguas quadradas. Os criadores de gado metiam-se pelos afluentes do grande rio nordestino, localizando suas fazendas em regiões cada vez mais distantes do sertão.

Já numerosos e aguerridos, êles se organizavam agora em defensiva mais eficiente e segura contra o ataque dos nativos.

Por sua vez, os selvagens, batidos e desmoralizados pelas perseguições sempre renovadas das armas reais e pela resistência dos colonos, desamparavam as praias ou agregavam-se em povoados estáveis sob a proteção de missionários católicos.

Livre o litoral dos índios-de-corso, perdia o fortim sua função precípua que era, como se viu, a defesa dos moradores.

Compreendendo isso, o Governador de Pernambuco, Francisco de Castro de Morais, em carta ao Rei, datada de 20 de dezembro de 1705, propunha sua imediata extinção, alegando achar-se a ribeira do Jaguaribe já muito povoada.

A carta rezava assim: "...lhe parecia dizer a V. Majestade que o presídio de Jaguaribe se podia escusar na parte onde está, porque sem embargo que quando se fêz se entendeu era necessário foi por fazer fronteira aos sertões e respeito aos **Tapuias** para defesa dos primeiros povoadores daquela ribeira do Jaguaribe, porém hoje não servia aquêle presídio de cousa alguma, por se achar já a dita Ribeira povoada com muitos moradores, mais de 80 a 100 léguas para o sertão e porque o dito Presídio não pode defender a barra por ficar a 14 léguas."

O fortim de S. Francisco Xavier foi abandonado em 1707. Por C.R. de 12 de março do mesmo ano, ao Governador de Pernambuco, El-Rei aprovou uma proposta "para que cesse o presídio do Jaguaribe por desnecessário", determinando passasse o cabo Manuel Dias Pinheiro, que ainda aí assistia, no mesmo pôsto e sôldo para o forte em construção na praia do Pau-Amarelo.

Que duros embates sustentou, em sua rápida existência, essa fortificação, não o regista a história com a necessária clareza e minúcia.

Sabe-se, apenas, através de um memorial endereçado ao Rei pelo Senado da Câmara de São José de Ribamar de Aquirás, em 1704, que duas vêzes caiu em poder dos indígenas revoltados e que sua construção se fêz graças aos recursos pecuniários e materiais fornecidos pelos moradores da ribeira do Jaguaribe.

Sabe-se, mais, ter sido incendiado em 1705.

Entre os que concorreram para a construção e conservação do presídio do Jaguaribe, conta-se Fernando Antônio Lôbo de Albertim, nomeado, em 21 de janeiro de 1699, para o pôsto de Capitão de Cavalaria da ribeira do Jaguaribe, vago pela desistência que dêle fêz Gregório de Figueiredo Barbalho.

FORTIFICAÇÕES DO BAIXO JAGUARIBE

Além do fortim de S. Francisco Xavier, erigido, como vimos, em fins do século XVII, para amparo dos colonos do baixo Jaguaribe, contra os gentios **Baiacus**, levantaram-se mais na parte litorânea da citada região outros redutos, cuja memória iremos tentar reviver aqui. Foram êles:

Reduto da Canoa Quebrada, pequena bateria guarnecida com quatro bôcas de fogo e situada a duas milhas ao nascente do atual farol da barra.

Em meados do século passado nada mais existia dessa fortificação.

Fortim do Aracati, que se erguia à margem do Jaguaribe, a uma légua acima de sua foz, artilhado com seis peças.

Sua construção, conforme observa Bittancourt, judiciosamente, parece ter tido por fim conservar em respeito o ancoradouro das embarcações mais consideráveis que demandavam o Aracati e que não podiam ir além daquele ponto.

Reduto da Barra do Aracati, levantado junto à ponta oeste da embocadura do rio e defendido por canhões de grosso calibre, três dos quais ainda lá se achavam enterrados na areia, em 1843.

Destinavam-se todos certamente a preservar os habitantes da região dos ataques de piratas e proteger a vila do Aracati, então um dos mais importantes empórios comerciais do Nordeste. Todavia, a literatura histórica quase nada esclarece a tal respeito.

Seus nomes e os petrechos de que se achavam providos, estão consignados na "Relação dos Fortes existentes no Brasil em 1829,

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

com indicação do seu armamento"; aí não está, porém, esclarecido nem a data em que foram edificados, nem quem os mandou erigir (34).

A coisa única que dêles hoje resta é um amontoado de pedras nas margens baixas do Jaguaribe, assinalando o local do antigo Fortim do Aracati.

Os canhões que os guarneciam, em sua maioria transportados para o Aracati, estão agora servindo ao pacífico mister de marcos ornamentais na praça do mercado daquela tradicional cidade.

Relativamente aos fortins do Jaguaribe, conhecemos mais dois documentos oficiais. Um é a Carta Régia datada de 11 de agôsto de 1706, declarando ficar S. Majestade ciente da necessidade de um forte no estuário do Jaguaribe e que se havia de estudar para a sua construção; o outro, a C.R. de 31 de outubro de 1709, pedindo a João da Maia da Gama, Capitão-Mor da Paraíba as plantas do forte da Bahia da Traição, assim como dos que projetava o Capitão-Mor seu antecessor, na enseada de Lucena e no Jaguaribe.

Houve uma outra bateria passageira no Retiro Grande, enseada situada a 7 léguas a S.O. do Aracati, e que se diz ter sido antigamente bom fundeadouro. Ainda hoje é bastante freqüentada; nela se desembarcava para ir por terra ao Aracati, motivo pelo qual devia ter sido fortificada.

Vestígios dessas obras de defesa ainda permaneciam patentes em 1843. Por essa época, ali havia 4 caronadas de calibre 21 dispersas pela praia, sendo que só duas eram por inteiro visíveis. As outras apenas se deixavam avistar quando, nas grandes marés, as vagas revolviam fundamente as dunas sob que jaziam.

FORTIFICAÇÕES DO MUCURIPE

Desde os primeiros tempos da conquista e povoamento da terra cearense, compreenderam os colonizadores luso-brasileiros a necessidade de artilhar a ponta do Mucuripe. Preservar-se-ia, assim, de incursões importunas de piratas e traficantes estrangeiros, um dos trechos praticáveis do nosso litoral.

(34) O documento publicado no fim do presente trabalho esclarece em parte o mistério que envolve êsse ponto de nossa história militar. Por êle se vê que o reduto da Canoa Quebrada e o da Barra do Aracati tiveram origem nos presídios mandados construir por ordem do Governador Sampaio, em 1812.

Completamente aberta de Leste ao Norte e a N.O., a baía do Ceará forma, ao abrigo daquela ponta, uma enseada bastante profunda, na qual se encontram de 5 a 7 metros de águas mansas.

Bem defendida do mar e dos ventos que sopram de leste, constituía seguro fundeadouro para os barcos de tôdas as nacionalidades que cruzavam os mares da Capitania, tão hostis sempre à navegação veleira.

Freqüentes eram, por tal motivo, as visitas de embarcações de todos os calados àquele ancoradouro. Ali fundearam, com efeito, as caravelas de Jerônimo de Albuquerque e Diogo de Campos Moreno; as esquadras de Garstman e de Matias Beck; as expedições navais de Caldeira Castelo Branco e de Daniel de la Touche, sem falar dos navios de Du Pratt e das naus avulsas de corsários e flibusteiros que amiúde nela arribavam.

A prioridade da idéia de fortificar tal recanto de nossas praias cabe naturalmente a Martim Soares Moreno, a cuja perspicácia não podia, por certo, escapar a importância de semelhante medida para garantir a consolidação do domínio português nesta parte da Colônia.

Na "Relação do Ceará", escrito no qual Soares traça em linguagem rude mas sincera suas atividades guerreiras e construtivas neste lado do Atlântico, está, com efeito, assinalada a necessidade de ser a parte oriental da baía do Ceará guarnecida com quatro canhões, a fim, de os corsários franceses ali não poderem dar fundo.

"Está dali (do rio Ceará) a 2 léguas a barlavento uma enseada muito quieta para Navios de 400 a 500 toneladas que era antigamente pôrto dos franceses chamada **mocoripá** onde podem estar 4 peças de artilharia que não deixem ancorar ali navio ladro nenhum".

O prudente conselho de Martim Soares não mereceu ser ouvido, talvez porque continuasse absolutamente nulo o valor do Ceará na economia colonial brasileira.

Algumas décadas mais tarde, viu-se igualmente desatendido Fernão Carrilho, Capitão-Mor do Ceará em 1694 e 1699, outro valente propugnador do aparelhamento defensivo do Mucuripe.

Achando-se na Metrópole em 1696, esforçou-se em vão o antigo auxiliar de D. Rodrigo de Castelo Branco no descobrimento das minas de Tabaiana, por dar a conhecer aos governantes as vantagens que disso adviriam para a segurança da terra e desenvolvimento do núcleo colonial que ali se fundara.

Continuando a aparecer, com pequenas intermitências, novos contrabandistas em águas cearenses, foi, em 1745, apresentado à Côrte de Lisboa outro projeto de um forte para Mucuripe que tam-

bém não teve seguimento imediato. Uma cópia do projeto em questão fêz parte do arquivo do Barão de Studart.

Cinqüenta e quatro anos mais tarde, estava aquela ponta defendida por uma estacada de pau-a-pique em forma de octógono regular, medindo cada lado vinte palmos de comprimento. Os cinco ângulos voltados para o mar tinham cada um uma canhoneira; os três da parte de terra formavam a sua gola coberta à maneira de quartel, onde se acomodava a tropa de guarnição. Nela se achava três peças de calibre 3, duas de bronze e uma de ferro, tôdas, porém, com os ouvidos arruinados, e voltadas para a entrada da enseada.

Tinham essas precárias obras de defesa fixa o nome de "Fortim de S. Luís". Seu parapeito era tão baixo, que do mar se divisavam perfeitamente os soldados ali destacados. Aludindo ainda ao pontal do Mucuripe em seu relatório de outubro de 1799 (ou de janeiro de 1800?), o Tenente Francisco Xavier Tôrres assim se exprime: — "Precisa êste lugar ser fortificado com uma fortificação permanente em razão de dominar a entrada da enseada de Mucuripe que é o melhor ancoradouro no estado presente por ficarem as embarcações com o abrigo da terra livres do vento que geralmente aqui costuma reinar; dista êste reduto do pôrto de desembarque quase meia légua, porém, como as embarcações se devem chegar a esta ponta quando querem entrar sempre ficarão debaixo do alcance sendo as peças boas e de maior calibre, por conseqüência para êste lugar se precisam ao menos oito peças tôdas de calibre 18 e 12."

E acrescenta: "Acha-se cobrindo a enseada um grande morro de areia, cujas faldas sendo de terreno fixe e coberto de mato dão lugar a ter algumas peças que em ocasião de desembarque servirão de muito. E como esta costa é muito extensa e tem em muitas partes lugar de desembarque que de necessidade devem haver ao menos oito peças de campanha das mais ligeiras quatro de calibre 6 e quatro de 3, porque com elas se acode fàcilmente a qualquer ponto atacado por ser fácil seu transporte".

Em sua carta de janeiro de 1800, o Governador Bernardo Manuel de Vasconcelos mostra-se ainda mais exigente do que seu auxiliar, quanto à necessidade de melhorarem-se os recursos de defesa da costa cearense. Opina ainda que, para a segurança do pôrto do Mucuripe, deviam ser de 18 a 26 e não de 12 a 18 os canhões do fortim de S. Luís.

Em 1801, o govêrno da República Francesa, já prestes a ser empolgado de vêz pela onipotência do 1.º Cônsul, trabalha febrilmente por impor, por via diplomática, ao velho Portugal, o tratado que seria firmado em Badajós (junho de 1801).

Apesar disso, ou talvez por isso mesmo, navios da potência inimiga cruzam com insistência desusada o litoral do nordeste brasileiro. Eram dois veleiros pequenos de 6 peças e alguns obuses, mas cuja audácia ia a ponto de darem fundo a 2 léguas ao sul de Mucuripe para refresco e refazimento.

Temendo, com justa razão, que atos de pirataria mais graves viessem a ser praticados contra as embarcações amigas, mandou o Governador da Capitania levantar três baterias de pedra e cal nas imediações da ponta do Mucuripe. Uma delas, plantada junto ao ancoradouro, devia proteger as sumacas portuguêsas que ali lançavam ferro (35).

Os trabalhos de edificação, conduzidos com a rapidez que impunha a gravidade do momento, duraram três meses, nêles sendo empregados apenas o tenente comandante do corpo de artilheiros, Francisco Xavier Tôrres, e as praças de sua companhia. Por êsse trabalho suplementar nada venceram os esforçados militares. Além dos respectivos soldos, apenas lhes foi abonada uma ração de farinha.

Como não chegassem as peças requisitadas ao Arsenal Real do Exército, Bernardo Manuel de Vasconcelos fêz guarnecer as baterias com uma peça de ferro a que acrescentou outras de pau pintadas de prêto. Destinaram-se a intimidar o inimigo, que ficaria "supondo verdadeiras fôrças aparentes", conforme explicou aquela autoridade em carta ao Visconde de Anadia.

As despesas, em dinheiro, com as mencionadas obras montaram a 526$930, que foram pagos das rendas do algodão.

Em carta de 30 de setembro de 1801, à mesma autoridade, Bernardo Manuel de Vasconcelos ocupa-se do tiroteio que tiveram de sustentar as baterias de pedra e cal com um bergantim francês que em frente apareceu a 21 de agôsto e 4 e 5 de setembro, aprovando, comprovando, assim, a justiça e necessidade de sua construção (B. de Studart).

Para reforçar a defesa do Mucuripe, mais uma bateria seria ali levantada, em começos de 1802. Anunciando o término de sua construção, em carta de 30 de junho do mesmo ano, o Governador do Ceará informava que a nova fortificação receberia o nome de S. Pedro Príncipe.

No ano da celebração do tratado de Amiens, que tão efêmera paz havia de assegurar aos europeus e aos habitantes do Nôvo Mundo, estava, pois, a antiga ponta de S. Bartolomeu guarnecida por

(35) Um ano antes, em 30 de junho de 1800, corsários de Caiena haviam apresado um barco português em águas cearenses.

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

3 baterias. Denominavam-se S. Pedro Príncipe, Princesa Carlota e São Bernardo do Governador.

Por ficar junto ao pôrto de São Luís do Mucuripe, continuou o fortim de São Bernardo a ser, por vêzes, denominado, mesmo em documentos oficiais, fortim de São Luís.

Em novembro de 1802, o govêrno provisório do Ceará nêle fêz custodiar por oito dias o Sargento-Mor Antônio José Moreira Gomes, "homem inquieto e turbulento, que apesar de ter sido castigado sucessivamente com maior aspereza pelos Governadores desta capitania e sofridos os mais ignominiosos fatos de que o seu mesmo rosto é fiel testemunho, por alguns particulares, aos quais a sua desenfreada língua e irreligião tem atacado no mais precioso de suas honras, ainda não mudou de conduta", rezava a ordem de prisão. Ali também foi metido o pardo João da Silva Tavares, mestre de gramática latina, "que em vez de empregar no ensino, aplicação e adiantamento da mocidade, empenha as suas fôrças para trazer, pela dissolução de seus depravados costumes, em continuado rebate os moradores da vila".

Completavam as obras de defesa o paiol da pólvora, o armazém dos petrechos pertencentes às baterias, e os quartéis, da Companhia de Artilharia, localizado junto à bateria de São Pedro Príncipe, e da de Infantaria, situado um pouco para o nascente.

Havia também, conforme se vê, da "Planta do Pôrto de Mucuripe da Capitania do Seará Grande", desenhado em 1801, e cujo original pertenceu à coleção Studart, uma cisterna coberta para uso da tropa ali estacionada.

No "Prospecto da Vila da Fortaleza de Nossa Senhora d'Assunção ou Pôrto do Ceará", feito, em 1811, por ordem do Governador Barba Alardo de Menezes, aparecem defendendo Mucuripe quatro fortins. Três apenas figuram porém na legenda daquela carta topográfica a saber: o forte de São Bernardo (escrito — forte do Bernardo), o forte de S. João do Príncipe, e o forte da Princesa Carlota (grafado ali apenas com o nome de forte da Carlota). Há mais um edifício marcado na legenda com a denominação de "Quartel do Mucuripe". (36)

(36) Assegura João Brígido que o quartel de Mucuripe foi mandado construir em 27 de maio de 1801, pela Junta da Fazenda, e ao ficar concluído em 6 de setembro de 1802, custara a quantia de 545$000. A informação não está certa. De 31 de março de 1802, data a carta de Bernardo Manuel de Vasconcelos, dirigida ao Visconde de Anadia, na qual aquela autoridade comunica a conclusão das obras que mandara realizar para defesa do porto de Mucuripe. Diz ainda a missiva que as despesas em dinheiro com aquêles trabalhos e mais a terminação da bateria da fortaleza de N.S.ª d'Assunção haviam montado a 526$930 e foram pagas dos rendimentos dos algodões Quanto aos quartéis de Mucuripe, feitos também por aquela época, eram duas pequenas casas que mal abrigavam meia dúzia de pessoas, não podendo, portanto, ter custado tão alto preço.

Eis a carta a que se alude:

«Ilmo. Exmo. Sr.

As três baterias mais necessárias que para defesa dêste pôrto de Mucuripe, e de tôda a Capitania fiz construir, e que dei parte a V. Exª. em diversos ofícios meus, se acham já finalizados, assim como também o Paiol da Pólvora com tôdas aquelas precauções inseparáveis dêste gênero de obra. Nêle existem guardas as caixas em que está o cartuxame da pólvora pertencentes às mesmas baterias para tôdas as ocasiões, que dêle se faça uso: igualmente fica concluída a obra do Armazém que serve para os petrechos correspondentes em tudo e proporcionados às baterias; a fim de que em qualquer ocasião de rebates possa a tropa destacada efetivamente nelas acudir a seu pôsto munida de todo o necessário, com presteza, facilidade e ordem.

O quartel para o recolhimento da mesma tropa também está feito, e juntamente a Casa das Armas e dos Oficiais Inferiores, e junto do mesmo Quartel mandei abrir um poço onde se achou excelente água de que faz uso a tropa e as diversas famílias, que ali se estabeleceram pertencentes aos soldados. Da mesma sorte vejo terminada a bateria do forte desta Vila.

As despesas, que nas mencionadas obras se fêz paga em dinheiro da Real Fazenda extraída dos rendimentos dos Algodões, montou sòmente a 526$930 rs. no custo dos seguintes artigos: a saber: férias de pedreiros e carpinteiros, ferragens, condução de madeiras, cal, tijolo e telha; porquanto se se houvessem de pagar os jornais dos trabalhadores que se empregassem nas ditas obras, a razão de 160 rs. por dia, o que assim não sucedeu por terem sido os soldados os que nêle trabalharam e que não tiveram mais do que o vencimento diário de seu sôldo, e farinhas como já fiz ciente a V. Ex.ª nos referidos ofícios e subiria esta despesa a 1:510$130 rs. segundo o cálculo exato que mandei fazer a vista das folhas semanárias, e muito mais ainda se os trabalhadores nestas obras fôssem índios em razão do longo tempo que nelas consumiriam pela moleza e indolência inatas nesta nação.

A minha assídua assistência a êstes trabalhos as fêz adiantar consideràvelmente, e ver acabadas com a brevidade que eu desejava. Pelo que receita a segurança delas, e propriedade dos fins a que mandei construir afirmo a V. Ex.ª que nenhuma dúvida há na exatidão total de sua construção, porquanto a grossura das paredes, a bondade e qualidade dos materiais e a feliz execução do plano que se fizeram assim me permitem asseverar. Nada, pois, lhes falta mais do que ajuntar no acabamento desta obra a aprovação de V. Exa. que dignando-se participar-me terão a completa satisfação de haver por êste modo estabelecido um lugar permanente de defesa assim dêste pôrto como de tôda esta Colônia de que tanto precisava para segurança do Comércio marítimo dos postos para o de Pernambuco. Deus Guarde, etc.» (Doc. inédito).

Neste interessante documento aparece, outrossim, assinalado, próximo à Fortaleza de N.S. da Assunção, um fortim chamado "Reduto da Prainha" e que era, segundo João Brígido, guarnecido com duas peças de pequeno calibre.

Treze anos mais tarde, ao tempo da Confederação do Equador ou, seja, em 1824, estava o pôrto do Mucuripe completamente indefeso.

Hugo Vítor, em artigo "A defesa marítima de Fortaleza na Revolução do Equador" (Revista do Instituto do Ceará, Tomo L, Ano 1936, págs. 39-44) dá-nos a conhecer 4 documentos, por êle extraídos do Arquivo Público do Estado do Ceará que mostra à saciedade o precário estado das fortificações ali existentes (36a).

(36a) «Ilmo. e Exmo. Sr.
Faço subir à Presença de V. Exa. o Ofício incluso de 11 do presente, que acabo de receber do Ajudante Comandante do Mucuripe Vicente Alves Ribeiro e Borba Brilhante, acompanhado da relação da mesma data N.º 1 em que faz menção do necessário presentemente para a mesma Fortaleza de Mucuripe, bem como da parte em igual data n.º 2 que mostra o incapaz estado do respectivo aquartelamento, armazém, e peças de Artilharia, incapazes estas também de darem um tiro de bala, a fim de que V. Exa. se digne providenciar como achar conveniente, visto que é um essencial ponto de fortaleza desta praça, inteiramente digno de consideração, prontas providências e perspicazes vistas, devendo porém o sobredito Comandante declarar o número, pêso e quantidade do que pede da dita Relação n.º 1, em que assim não menciona, para em têrmos se providenciar com inteiro conhecimento de causa.

Deus Guarde a V. Exa. Quartel do Govêrno das Armas na Cidade da Fortaleza, 11 de junho de 1824; 3.º da Independência e Liberdade do Império. José Pereira Filgueiras.

PARTE N.º2

Participo a V. Exa. que tomando conta do Comando das Fortificações de Mucuripe; e dos Petrechos de Guerra e mais utensílios as mesmas pertencentes; entre os quais achei alguns, no estado que passo a expor a V. Exa. o Quartel se acha incapaz da Assistência de 2 oficiais e um destacamento por estar desconsertado de maneira que em todo chove, bem como o armazém que se acha da mesma forma; assim como as peças de Artilharia que não estão capazes de dar um tiro de bala. V. Exa. primeiro mandará o que fôr servido.

Quartel do Mucuripe, 11 de junho de 1824.
Vicente Alves Ribeiro e Borba Brilhante
Comandante de Mucuripe.

Tendo executado quanto V. Exa. me determinou por ofício de 31 de maio passado; passei a examinar, os petrechos de Guerra e mais utensílios pertencentes às Fortificações do Mucuripe, de que sou Comandante achando as faltas constantes da parte e relação que incluso V. Exa. achará para mandar o que fôr servido. Deus Guarde a V. Exa.

Quartel do Mucuripe, 11 de junho de 1824, 3.º da Independência e Liberdade do Império.

Ilmo. Exmo. Sr.
Gor. das Armas
Vicente Alves Ribeiro e Borba Brilhante
Comandante do Mucuripe.

A crermos na informação do Governador Silva Bittancourt, todo o sistema de defesa do Mucuripe foi reedificado em 1826. Construíram-se então ali três baterias razantes para defesa recíproca e para convergirem seus fogos no ancoradouro.

Entretanto, o estado em que se encontravam em 1843, era péssimo. Ainda segundo aquêle Governador, a mais próxima da ponta estava em precaríssimo estado. "Creio, escrevia no relatório já mencionado, atenta sua proximidade da Cidade, donde se podem receber em uma hora, os necessários recursos que devem ser reparados, não devendo a despesa elevar-se a mais de 1:400$000 rs. contando com as plataformas que se devem fazer, por isso que o solo d'areia movediça não permite sem elas o jôgo de artilharia de 18 ou 24 que deve guarnecer essas Baterias. A mais próxima à ponta tem 4 canhoneiras e a outra 2 e a 3.ª 6. Nenhuma bôca de fogo se acha atualmente ali montada, existindo todavia nessas imediações 11 peças de ferro, já incapazes, sepultadas na areia só uma de calibre 12, as outras menores. Há nesse lugar um pequeno Quartel para o destacamento e um ainda menor armazém para artigos bélicos, e tem também o mastro de sinais, que se corresponde com o da Capital, e uma peça de bronze de calibre 6 para o mesmo fim. Êste serviço está a cargo de um inferior e quatro soldados, sob o comando de um Tenente reformado, que só percebe o seu soldo". E acrescenta, com tôda lógica: "A guarnição que deverão ter essas fortificações sendo de seu armamento, só depois dêsse pode ser marcada e, mes-

---

Relação do que se precisa para as Fortificações do Mucuripe a ser — N.º 1
«Pólvora quanto fôr necessária porque cá não há nem uma.
«Pederneira para Granadeiras, aqui não há nem uma
«Cartuxame de balas miúdas para Granadeiras.
«Peças para Artilharia, porque as que cá existem não estão capazes.
«Bandeira para a Fortaleza que não há.
«Cartuxame para Artilharia, calibre «...» e 3.
«Trança para botar fogos.
«3 Diamantes de latão, um grosso e 2 finos.
«1 Machado
«2 Enxadas
«2 Pás de Ferro
«2 Balões
«50 Balas calibre «3»
«2 Lampiões, um bem tapado para entrar de noite no Armazém de Pólvora.
«Peles de ovelhas para cobrir lanadas
«Taxas de ferro para as ditas
«Do's massos de Barbante.
Quartel do Mucuripe, 11 de junho de 1824.
Vicente Alves Ribeiro e Borba Brilhante
Ajudante e Comandante das mesmas».

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

mo assim, terá de ser mais ou menos reforçada, segundo a fôrça do agressor que em todo caso tem de ser visto da Capital, antes de tentar qualquer emprêsa. No estado atual o pequeno destacamento, que se construa o farol que aí deve ter, segundo as determinações do Govêrno, paradas e armadas, porque então deve haver sempre a necessária e por ventura diária faxina, a fim de evitar que tais obras êle deve carecer, e mais ainda, se as Fortificações foram ou sejam coberta pela areia movidiça, de que se compõem todo o local".

FORTALEZA DE N. S. DA ASSUNÇÃO

A Fortaleza de N.S. da Assunção, tal como a conhecemos hoje, é, salvo ligeiras modificações e reformas posteriormente introduzidas, obras do tenente-coronel de engenheiros Antônio José da Silva Paulet e data da administração do primeiro visconde de Lançada.

Os fundamentos do edifício foram lançados solenemente pelo governador em 12 de outubro de 1812, no local onde se erguera outrora o forte de Schoonenborch, então reduzido a uma pequena bateria em ruína. (37)

(37) Foi o seguinte o auto de demarcação:
«Auto de demarcação para a edificação da Fortaleza de N.S. d'Assunção. Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e doze dias do mês de outubro do dito ano nesta vila da Fortaleza de N.S. d'Assunção Capitania do Ceará Grande e sendo o Ilmo. Governador desta Capitania Manuel Inácio de Sampaio e sendo ali presentes o Juiz de fora, presidente José Cruz Ferreira e os mais vereadores, o capitão João Ferreira Gomes, o capitão Francisco Alves Pontes, Manuel Ferreira Guimarães e o Procurador José Antônio Machado, nobreza e povo desta Vila em memória do aniversário do sereníssimo Senhor Príncipe da Beira, o Sr. D. Pedro de Alcântara, lançou o Ilmo. Governador desta Capitania perante tôda a Câmara, nobreza e povo do fundamento da Fortaleza que se vai edificar nesta mesma vila, para o que o mesmo Ilmo. Governador tomou uma enxada, cavou e deu três enxadadas na terra, desta forma dando princípio a edificação da dita Fortaleza no mesmo sítio em que havia a dita bateria, cuja fortificação é um quadrado fortificado, segundo as dimensões da fortificação pequena real de que alinhada do censo é quatrocentos palmos, medida portuguêsa, qual fortaleza há de ter quatro baluartes o da parte do nordeste há de ter a invocação de S. José, o da parte noroeste o Senhor Dom Pedro, Príncipe Regente da Beira o Senhor Dom Pedro d'Alcantara, sendo arquiteto o engenheiro da mesma Fortaleza, o tenente-coronel de engenharia Antônio José da Silva Paulet. Declaro que a bateria era a antiga, e para constar fiz êste auto em que assinou o mesmo Governador e o Dr. Presidente e mais vereadores e eu Joaquim Silvestre da Fonseca Prata. escrivão o escrevi — Manuel Inácio de Sampaio, José da Cruz Ferreira e José Antônio Machado» (Col. Studart. Vol. 6.º).

A obra foi feita principalmente com donativos de particulares, angariados pelo governador Sampaio, e por seu antecessor Barba Alardo de Menezes, a quem, no pensar de João Brígido, pertence a idéia de reedificar a fortaleza.

Dispendeu-se com os trabalhos de edificação a quantia de.... 20:362$390, afora 16:103$267, de donativos, o material fornecido gratuitamente por alguns cidadãos e o serviço prestado, voluntária ou forçadamente, não só por êstes como por seus escravos. (38)

A mais importante das ofertas em dinheiro, feitas de uma só vez, foi a de 700$000, subscrita pelo Capitão-Mor dos Inhamuns, José Alves Feitosa.

Semelhante generosidade lhe valeu o ser agraciado com o hábito de Cristo. (39)

Ao Rev. Vigário da freguezia de Russas, José Bernardes da Fonseca Galvão, cabe, porém, o mérito de ter sido o maior doador.

Várias vêzes fêz êle vultosas dádivas, num total de 717$620, tendo igualmente destinado para o mesmo fim tôdas as suas côngruas, enquanto durassem as obras.

Em aviso de 23 de setembro de 1816, o Marquês de Aguiar, Ministro e Secretário de Estado e Encarregado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, comunicou ao Governador da Capitania do Ceará, que merecera a aprovação de S.A.R. o Príncipe Regente o particular cuidado que êle tinha tido nas fortificações daquela vila. (40)

No ano seguinte, em 1817, foi colocada na parte externa da muralha norte da fortaleza, uma lápide com a inscrição que se segue:

ANO 1817

Informem Montem me derisere Carinae:
Nunc Arcem magnam respectu longe pavescunt.
Hic me Sampayus, Sexto Regnate te Joanni,
Fundavit pulchram: Paulete cura refulgit.
Murris me fortum reddunt civilia dona;
Armis me fortem dispendia Regis.

(Costa Barros, ff. cit.)

(38) Barão de Studart — «Datas e fatos para a História do Ceará», I vol., 1896.
(39) Uma relação das pessoas que contribuiram com donativos para a construção da nova fortaleza do Ceará foi publicada por Eduardo M. Peixoto, no Tomo XIX da Rev. do Inst. do Ceará, págs. 303 a 311.
(40) Eduardo M. Peixoto. «A Fortaleza de N.S. d'Assunção». Rev. do Inst. do Ceará. Tomo XIX. Ano 1905.

Ano de 1817

As naus escarneciam de mim quando eu era um monte informe; agora, que sou uma grande fortaleza, de longe tomam-se de respeito. Aqui, reinando D. João VI, Sampaio me fundou bela, o engenho de Paulet resplandece. Os donativos dos cidadãos me tornam forte pelas muralhas, e os despendidos reais me fazem forte pelas armas.

(Costa Barros, fêz) (41)

Pelo aviso de 20 de fevereiro de 1821, o Conde de Palmela determinou ao Governador Francisco Alberto Rubim que prosseguisse com maior atividade e desse fim à fortaleza principiada pelo seu antecessor e Antônio J. da Silva Paulet, seu ajudante de ordens, devendo dar conta do adiantamento.

Rubim acusou o recebimento do aviso em ofício n.º 54, de 21 de abril do mesmo ano, dizendo que eram precisos, para ultimar as obras, 200$000. Tal quantia deveria ser abonada pela Fazenda Real da Capital, visto como o dinheiro dos donativos estava quase findo.

Fazia-lhe ver igualmente que a Província não tinha rendas para pagar à guarnição necessária, não se falando na despesa precisa para as peças de artilharia e seus petrechos.

Diz João Brígido que os trabalhos de construção do forte ficaram concluídos em 17 de agôsto de 1822.

A informação, subscrita também por Antônio Bezerra, Pompeu e Paulino Nogueira, carece de fundamento.

Infirmam-na, com efeito, os dizeres de um ofício dirigido em 9 de agôsto de 1825, pelo Coronel Paulet ao Marechal Manuel de Sousa Roma e que se encontra colado ao verso da "Planta da Fortaleza de Nossa Senhora d'Assunção da Capitania do Ceará Grande".

Tal documento figurou, sob o n.º 1122, no Catálogo da Exposição de Cartografia Nacional (1903-1904), e é assim concebido:

Ilmo. Sr. Tenho a honra de levar à presença de V. Exa. a Planta da Fortaleza de N.S. d'Assunção, projetada e em parte já desempenhada, na Capital da Província do Ceará.

É um quadrado fortificado e acomodado às circunstâncias do terreno; bate perfeitamente com duas ordens de fogo cruzado o ancoradouro e Pôrto que conduzem da praia para a Vila, (atualmente cidade de Fortaleza). A frente do mar está completamente acabada da parte nascente até junto dos quartéis da tropa, os quais já existiam quando se formou o Projeto e por essa razão se não acham situados em simetria com os lados da Fortaleza".

(41) Tradução de Paulino Nogueira, Op. cit., p. 125.

A fortaleza de N.S. da Assunção apresentava como ficou dito nesta planta a forma de um quadrado, tendo disposto sôbre os ângulos quatro baluartes. Sua linha de defesa media apenas 100 pés, ou sejam 33 metros, de comprimento e era fortalecida por 27 canhões.

Os quatro baluartes, que a guarneciam, receberam os nomes de N.S. da Assunção, o do norte; de São João, o do sudeste; de D. João, o do nordeste, e, finalmente, do Príncipe da Beira o de sudoeste. Por aí se vê que, 3 anos depois de proclamada a nossa independência política, a fortaleza que defendia a capital da Província, só em parte ficara concluída. Isso, porém, de nenhum modo impediu de se achar em 1829 formidàvelmente guarnecida com 31 bôcas de fogo.

O edifício, ideado e construído por Silva Paulet, não resistiu largo tempo às injúrias do meio físico. Menos de 18 anos depois, em 1847, encontrava-se em precaríssimo estado de conservação, sendo necessário recompô-lo, conforme declaração feita no relatório da Guerra daquele ano.

Tal exposição fôra, sem dúvida, baseado nos informes mandados, em 9 de dezembro de 1843, ao Conselheiro Salvador José Maciel, pelo então Presidente do Ceará, José Maria da Silva Bittancourt, e cujo teor é o seguinte:

"...Ela se denomina Fortaleza d'Assunção (padroeira da Capital) e compreende uma cortina de 32 braças, com 6 canhoneiras os flancos de 7 braças um e outro de 8 1/2 com três canhoneiras cada uma, a face direita de 22 braças e 5 canhoneiras, e esquerda de 20 braças e 4 canhoneiras. Das capitais dos meios baluartes, partem ramais para o interior do terreno, tendo o de lado direito 4 canhoneiras e o esquerdo 1: sôbre o meio baluarte da direita há uma pequena bateria a Cavaleiro, já bastante estragada, e que de nada podia servir, por isso que não tendo preciso comandamento, seu fogo seria mais prejudicial aos defensores do recinto magistral, que aos atacantes. Igualmente não podia prestar para castelo ou reduto para recolher a Guarnição em caso urgente porque não teve jamais, a forma e capacidade, para isso necessário. Todo o desenvolvimento da frente, é contornado por outra Bateria a barbete, 22 palmos inferior à primeira, servindo-lhe de falsabraga, e esta para a bateria tem de altura externa de 25 palmos. As diferenças de comandamento são divididas à inclinação do terreno, em que estão construídas as baterias. É esta a Fortificação aberta pela gola sendo o terrapleno da 1.ª bateria ao nível do terreno atual. Os revestimentos são de tijolo, o que lhe dá melhor aparência que fortaleza, e é por isso que todos os rasgamentos das Canhoneiras estão mais ou menos arruinados bem como revestimento exterior da 2.ª bateria, que tem desabado

todo em dois lugares, desde o cordão até à sapata, estando além disso o ângulo saliente do baluarte da esquerda, fendido de alto a baixo o terrapleno da falsabraga, é ladrilhado de tijolo, e o da 1.ª bateria 6 peças de ferro de 24 a 18, montados em reparos a Onofre, que ainda estão em estado de serviço, e desmontadas pm. no mesmo estado 8 peças de ferro, a saber 1 de 24, 4 de 12 e 3 de 9 e caronadas de 24, e um obus de bronze de diferentes calibres arruinadas, e 1 de ferro. A fortaleza que já foi mais perto da costa, dista hoje 200 braças da praia mar, todavia seus tiros são eficazes e sôbre as embarcações, que demandam o ancoradouro, que lhe fica em frente, está 76 palmos acima do nível do mar. É comandante desta fortaleza um Alferes de 4.ª classe, e não tem guarnição porque o quartel do batalhão Provisório fica junto a ela, e são conseqüência suas praças os que lhe prestam os serviços necessários. Julgo de urgência consertar esta fortaleza quanto antes, a fim de que se não arruine inteiramente. A despesa deve exceder a 10 contos de réis, contando com as plataformas, e banquetas que não pôde formular exatamente, o orçamento, por que as formigas, que têm-se estabelecido dentro das muralhas as ão de ter arruinado, êsse gérmen de distruição deve ser procurado e extinto inteiramente. A cortina deve ser armada com artilharia de 18, os flancos de 12 e 9 e as faces de 24, sendo para isso precisas mais de 10 peças dêste calibre e 5 de 18, contando com das 1as. para as Canhoneiras dos ramais. Além dos reparos para estas 15 bôcas de fogo, são mais precisas 1 de 24, 4 de 12 e 3 de 9 para peças, e 2 de 24 coronadas e um para o obus de 5 1/2 polegadas inglêsas. As 4 bôcas de fogo, que restam, do armamento do Recinto magistral, são destinadas para os salientes e flancos de falsabraga. Se verá pois montar esta fortificação 32 bôcas de fogo e sua Guarnição fica marcada pelos princípios d'arte, relevo todavia advirtir que o serviço de artilharia não é jamais executado satisfatòriamente por Infantaria, e que converia ter aqui uma companhia de artilharia, que para evitar despesas podia ficar adida ao bam... Houve a idéia de construir-se uma outra bateria rasante próxima ao mar, e que crusasse seu fogo com a fortaleza de que acabo de tratar. O pôrto ficaria muito mais defendido, porém, essa bateria seria sepultada pela areia. Havendo o material, o pessoal de artilharia na Província, fácil se torna construir uma bateria quando a necessidade o exigir. Para conservar o pôrto, em respeito subeja o que existe uma vez que seja reparado e armado".

Por aviso circular do Ministério da Guerra de 11 de fevereiro de 1857, publicado na Ordem do Dia do Exército n.º 3, de 24 do mesmo mês e ano, passou a fortaleza, a fazer parte das fortificações de 2.ª classe a que continuava ainda a pertencer em 1880.

Sua artilharia compunha-se então de 29 peças montadas, sendo 23 peças de alma lisa e 6 canhões de bronze raiados, calibre 12, sistema la Hitte. Das peças de alma lisa, 4 eram de calibre 25, 2 de 18, 9 de 12, 5 de 6 e 3 de 3 (B. de Studart).

Na administração do conselheiro Padre Vicente Pires da Mota (1856) fizeram-se preparos e consertos no paiol da fortaleza para servir a um sentenciado à morte, vulgo João Chico, que na cadeia pública desta capital praticara horrorosa carnificina; mas o criminoso não chegou a lá entrar, porque teve de seguir logo ao seu terrível destino ao Ipu, onde foi executado (P. Nogueira).

Em 1862, ao tempo da famigerada questão Christie, estavam as obras de defesa fixa da fortaleza novamente a necessitar de reparos inadiáveis.

Alguns anos depois, estando no comando interino do 46 B.I., o capitão Beltrão Castelo Branco mandou colocar, na entrada de um desvão existente ao pé da muralha da fortaleza e que servia em tempos de paiol de pólvora, uma placa comemorativa com os seguintes dizeres:

Aqui gemeu longos dias D. Bárbara de Alencar, vítima em 1817 da tirania do Governador Sampaio.

Perpetuava, assim, aquêle militar na pedra uma falsidade histórica bebida por Théberge nas lendas e tradições populares (42) e defendida com afêrro por João Brígido. (43)

Tal êrro foi em boa hora desfeito pelo Desembargador Paulino Nogueira, um descendente daquela ilustre matrona, que com justiça reabilitou também a memória de Inácio de Sampaio. (44)

Em 1917, quando a guerra européia ia na sua fase mais aguda e o Brasil nela entrava ao lado dos aliados, foi o forte guarnecido pela primeira bateria independente do 3.º distrito de Artilharia da Costa, sob o comando do capitão Bernardino Chaves, que pouco se demorou no Ceará.

---

(42) Chegaram os presos, diz aquêle escritor, sem novidades a S. Bernardo, donde foram remetidos para o Ceará. Aí Sampaio «prendeu-os em uma masmorra que havia feito praticar debaixo do chão, no interior da fortaleza, a qual estremecia sôbre suas cabeças, tôdas as vêzes que davam salvas; e estas eram renovadas a todo instante, como que por acinte aos presos, aproveitando-se para isso tôdas as notícias favoráveis à contra-revolução, a fim de torturar ainda mais as vítimas no cárcere escuro e húmido que ocupavam». Dr. Pedro Théberge: «Esbôço Histórico sôbre a Província do Ceará», pág. 19, 2.ª parte.

(43) «Constituição» n.º 24, de 27 de fevereiro de 1876.

(44) «Sôbre o assunto consulte-se também o artigo do dr. João Nogueira», D. Bárbara e o Governador Sampaio», publicado na Rev. do Instituto do Ceará, Tomo XLII. Ano de 1928, pág. 106.

A bateria foi extinta algum tempo depois do término da grande guerra, em fins de 1918.

A última reforma, introduzida na fortaleza de N.S. da Assunção, cujo recinto está hoje completamente invadido pelas dependências do Quartel General da 10.ª Região Militar, foi a construção de um passadiço por sôbre o parapeito da muralha que olha para o mar. (45)

Tal modificação tirou muito da beleza e originalidade dêsse monumento histórico.

OUTROS FORTINS CEARENSES

Nos albores do século XIX, quando o Brasil já se achava inteiramente liberto do jugo lusitano, havia, guarnecendo pontos estratégicos da marinha da então província do Ceará, várias fortificações permanentes, a respeito das quais reina a maior obscuridade. Delas, com efeito, nada mais subsiste. Suas ruínas desaparecem por completo e a tradição popular não conserva reminiscência alguma de sua existência. Mudos são igualmente no tocante a elas os nossos historiadores, ainda os mais especializados em assuntos militares.

Aníbal Amorim não os cita em sua "História das fortificações do Brasil", nem delas se ocupa Augusto Fausto de Sousa, na erudita monografia que fêz inserir no n.º 48, da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro".

Rebuscando os papéis do Ministério da Guerra, exumar-se-ão talvez interessantes minúcias a tal respeito, pois aí existem os únicos assentos que se lhes referem. Quero aludir à já citada "Relação dos Fortes". Nesse interessante documento, extraído do arquivo da Diretoria de Engenharia e publicado na "Revista Militar Brasileira" (Vol. XVI, n.º 2) pelo Cel. Jônatas da Costa Rego Monteiro, figuram os nomes das fortificações em aprêço e vem igualmente declarado o número de peças que as defendiam.

São as seguintes:

(45) Por essa época mandou igualmente o coronel Bentemuller, comandante do 23.º B.C. levantar um coreto no pátio externo do quartel para cujo frontespício fêz trasladar a lápide erigida em 1817. Daí removida, anos depois, a belíssima pedra comemorativa faz parte hoje da coleção arqueológica do Museu do Estado do Ceará, graças à ação diligente do Dr. Eusébio de Sousa.

O FORTE DA BANDEIRA, armado com 8 bôcas de fogo; o REDUTO NÔVO, com três; o REDUTO DA FAXINA, com três; o REDUTO DO PÔRTO, com quatro e o REDUTO JARECAMARA (Jacarecanga), com dois.

Êste reduto de Jacarecanga, conforme vimos pelo documento citado à página 40, já existia em 1749, e era a única posição fortificada que havia nas proximidades da então vila da Fortaleza.

Na PLANTA DO PÔRTO DO MUCURIPE NA CAPITANIA DO CEARÁ, de que possuía cópia o Barão de Studart, aparece sôbre uma eminência próxima à ponta do Mucuripe o desenho de um fortim encimado por uma grande bandeira e marcado com o algarismo 5.

Na legenda, correspondendo ao número 5, lê-se: "morro superior às Baterias com uma peça que faz signal de rebate". Em um quadrilátero riscado na parte inferior da citada carta, há mais os seguintes dizeres: "Observação (5). Morro superior às Baterias com peça de rebate e Bandeira Amarela, serve de signal para todos os navios que navegam nestas costas virem dar fundo neste Pôrto e receber notícias de que o inimigo crusa o norte desta costa".

Teria sido essa simples peça a origem do Forte da Bandeira, que a Relação dá com artilhado com oito canhões?

Ou seria êste simplesmente o fortim do Mucuripe de que tanto falamos? A hipótese é tanto mais verossímel quanto Xavier Tôrres, em seu relatório de janeiro de 1800, diz "Havendo no Reduto do Mucuripe as bandeiras de sinais para saber com brevidade nesta vila qualquer caso que aconteça no dito reduto se precisa dois óculos de ver ao longe, um para estar entregue ao destacamento do dito forte para observar as embarcações, que aparecerem, e outro para estar neste aquartelamento para observar os sinais que do dito reduto se fizerem".

No pôrto do Paràzinho, 13 léguas a sotavento da barra do Ceará, houve igualmente uma bateria ligeira. Guarneciam-na em 1829, duas bôcas de fogo; estavam, em 1845, desmontadas e jaziam pelas circunvizinhanças do antigo pôsto sofrendo os agravos do tempo.

Além dos fortins apontados, existiram mais, nas costas da Capitania do Ceará Grande, os presídios de Pernambuquinho, do Pontal do Acaraú, de Paràzinho e de Mondaú.

Em 1808, o Presídio de Pernambuquinho era comandado por Joaquim Ferreira de Araújo, sendo a praça guarnecida por soldados da Companhia das ordenanças de Sobral.

Visavam essas fortificações menos à proteção dos moradores de nossas lindes oceânicas contra os agravos partidos de barcos inimigos, do que impedir a ação dos contrabandistas, sempre altamente lesiva aos interêsses da Fazenda Real.

ANEXOS

Instruções para o Sr. Comandante em Chefe dos Presídios do têrmo de Aracati (enviadas pelo Governador Manuel Inácio de Sampaio ao Coronel Pedro V. da Costa, em 1.º de junho de 1812).

O oficial escolhido pelo senhor Coronel Pedro V. da Costa para servir interinamente no lugar de Comandante em Chefe dos Presídios da Costa do têrmo da Vila do Aracati deverá passar a examinar tôda a dita costa desde a barra do Jaguaribe até a barra do Moçoró, e nela estabelecerá os presídios a saber:

O 1.º do morro de Maçaió
O 2.º na Coroa Quebrada
O 3.º na Ponta Grossa
O 4.º no Morro do Tibau
O 5.º na Barra de Moçoró.

O Presídio do Morro do Maçaió pôsto que existente no têrmo de vila de Aquirás, ficará debaixo das ordens do mesmo comandante em chefe dos presídios da costa do têrmo de Aracati por isso que êle é que domina a barra do Rio Jaguaribe por onde se faz todo o comércio da Vila do Aracati, para cujo fim agora expeço as ordens competentes ao Capitão-Mor do Aquirás e ao Capitão Comandante dêle Manuel Roiz d'Assunção. Cada um dêsses cinco presídios deve estar constantemente guarnecido de um destacamento de seis soldados comandados por um oficial inferior. Êste destacamento será rendido todos os domingos ao meio dia por outro igual destacamento. Das 60 armas que me consta existirem nesse têrmo mandadas daqui, deverão ir 7 para cada um dos ditos presídios devendo 25 que restam ficar para guarda da cadeia da Vila. Os soldados para guarnecerem cada Presídio devem ser fornecidos pelas Companhias de Ordenanças em cujo distrito se acha o dito Presídio, e pela companhia de milícias a que o mesmo distrito de recrutas, com a declaração que a companhia de ordenanças deve dar soldados 4 semanas e depois a de Milícias dará soldados uma semana só, finda esta a Companhia de Ordenanças dará outras 4 semanas e assim por diante. Enquanto os oficiais inferiores que devem comandar os ditos destacamentos, devem êstes sair do mesmo corpo de que saem os soldados. O oficial comandante em chefe dos presídios será o que faça êste detalhe e dará as ordens competentes aos capitães de Milícias e Ordenanças em seu nome ou no meu conforme a sua patente e o corpo

a que pertencer, e em cada presídio deixará uma tabela pela qual conste as semanas em que devem entrar as milícias e as semanas em que devem entrar as ordenanças. O Oficial comandante do Presídio em tôdas as quintas-feiras deverá mandar avisar o Capitão que deve formar o destacamento no domingo seguinte, não dando, porém, ordem para o que não tem autoridade sua, participando-lhe em virtude de minha ordem, do detalhe feito pelo Comandante em chefe dos Presídios dêste têrmo pertence a êle capitão o fornecer o destacamento para aquêle presídio domingo seguinte tanto de tal mês. Em cada um dêsses Presídios deverá haver constantemente um soldado de vigia no lugar onde o Comandante em Chefe julgar mais conveniente, e de tôda e qualquer novidade no mar se dará parte ao Comandante do Presídio para êle providenciar como julgar a propósito. O Oficial Inferior que entrar de serviço no presídio deverá passar um recibo ao que sai do armamento e de tudo o mais que achar no presídio, e o que sai deverá remeter ao Comandante do Presídio êste recibo juntamente com uma parte de tudo o que sucedeu no tempo do seu destacamento.

O comandante em Chefe escolherá para comandante de qualquer presídio aquêle oficial de Milícias ou Ordenanças que morar mais perto do lugar do Presídio e que pelo seu zêlo e atividade mostrar que é capaz de desempenhar as obrigações dêste cargo. Não havendo Oficial algum que reúna tôdas estas circunstâncias poderá o Comandante em Chefe encarregar do seu comando àquela pessoa que julgar mais capaz dos que habitarem perto do presídio. E de tôdas estas nomeações me dará parte. O Presídio do Morro do Maçaió será em tudo considerado como se estivesse situado na embocadura do Rio Jaguaribe de parte do Sudeste ou como se costuma dizer nesta Capitania, de parte do Sul, portanto deve ser fornecido de soldados das ordenanças dêste distrito e também do Corpo de Milícias do mesmo, na forma assim estabelecida. Não havendo algum inconveniente que proceda de alguma inconstância local, pode o Comandante da Vila do Aracati ser também o comandante dêste presídio a fim de melhor dirigir a polícia do pôrto. O Oficial inferior que estiver destacado neste Presídio deve receber e executar as ordens que lhe dirigir o Administrador Interino de Alfândega de Vila do Aracati Manuel Rabelo, a bem da boa arrecadação da mesma Alfândega, como mandar guardas para bordo dos barcos que se dirigirem entrar no Jaguaribe, logo que fundearem, embaraçar o desembarque de fazendas em qualquer ponto que não seja dentro da Vila do Aracati naquele que determinar a Alfândega. Para êste fim logo que avistar qualquer barco que se dirija para o Jaguaribe

deverá o comandante dêste presídio... qualquer que êle seja, mandar imediatamente pena ao sr. Administrador interino da Alfândega, a fim dêle dar as providências que lhe estão determinadas.

Os comandantes de qualquer Presídio devem embaraçar que em qualquer ponto da costa se desembarque fazenda, tomando por perdida tôda a que se desembarcar, se o Comandante do presídio ou Oficial inferior, comandante do destacamento ou qualquer soldado do destacamento faltar a êste seu dever, será castigado com as penas que as leis dêstes Reinos impõe aos que extraviam as fazendas; penas que espero que nunca eu seja obrigado a impor em razão do bom conceito que me deve todo o povo desta Vila..., devendo-vos mui claramente ficar entendido que em ponto nenhum do distrito da Vila do Aracati é permitido desembarcar fazendas exceto dentro da Vila no lugar determinado pela Alfândega e tôda aquela fazenda que desembarcar fora do dito lugar será tomada por perdida pelo destacamento que se achar mais próximo ou por qualquer autoridade tanto civil como militar e será depois vendida em hasta pública sendo metade do provento para o apreensor para cujo fim darei as ordens necessárias quando êste caso venha a ter lugar o que não espero. Logo que do destacamento do presídio vier ao Comandante parte que se avista alguma embarcação ou que há outra qualquer novidade, deverá imediatamente o comandante correr ao Presídio para dar as providências que julgar conveniente se lhe parecer que o navio ou navios que se avista são inimigos, mandará imediatamente aviso aos Comandantes de distritos mais vizinhos, a todos os oficiais de milícias e ordenanças que ficarem próximos e mandará parte ao Capitão-mor e ao Comandante da Vila do Aracati; para de comum acôrdo se tomarem as medidas que as circunstâncias permitirem, devendo se ficar entendido que logo que neste caso concorram 2 Oficiais militares deverão sempre comandar o que tiver patente maior devendo os outros obedecer às suas ordens: concorrendo dois oficiais de igual patente deverá comandar o que tiver patente assinada pelo Próprio Punho do P.R.N.S., e entre êstes comandará o que tiver patente de data mais antiga assim como também pela mesma razão concorrendo dois oficiais da mesma patente ambos passadas por êste Govêrno deverá comandar aquêle cuja patente foi de data anterior.

Além destas providências deverá o Comandante em chefe dar aquelas ordens que as circunstâncias locais exigirem e que lhe parecerem necessárias a bem do serviço dos mesmos presídios tendo em vista que os dois principais fins do estabelecimento destes presídios são o preservar a costa de qualquer insulto do inimigo e embaraçar o desembarque de fazendas fora da alfândega, vindo por esta forma a evitar-se os estravios tão prejudiciais ao Estado, à Real Fazenda e a favorecer os negociantes honrados que fazem o Comércio legal.

Se o comandante em chefe assentar que para satisfazer a êstes dois fins é necessário estabelecer mais algum presídio deve-lo-á estabelecer onde melhor convier e de tôdas as observações, indagações e estabelecimentos que tiver feito me dará uma circunstânciada parte assim como deixará por escrito a cada comandante do presídio e a cada destacamento devendo estas últimas ficar em uma tabela pendurada na casa do destacamento do presídio. Vila de Fortaleza, 1 de junho de 1812 (Doc. inédito da Col. Studart.)

Ilmo. Senhor,

Em conformidade da ordem que de V. Sa. recebi passei a examinar a Fortaleza desta Vila e o Reduto de S. Luís que se acha na Ponta de Mucuripe. Enquanto a Fortaleza achei um terreno cujo circuito mostra ter sido fortificado de terra e faxina e entrando em averiguação soube que tivera um simples parapeito sem canhoneiras, e que por esta razão ficaram as peças a barbete da Fortificação, que só tinha defesa de frente, e apenas aparece disto vestígios em razão de ter o tempo destruído o resto; acha-se nela 7 peças, uma de bronze de calibre 7 e 6 de ferro de diferentes calibres a saber, uma de calibre 9, outra de 8, três de 6 e uma de 5 tôdas porém arruinadas nos ouvidos e algumas das de ferro com pedaços do bocal de menos, e por conseqüência inúteis, e tôda a demais palamenta se acha no mesmo estado, e as poucas balas comidas de ferrugem.

Esta pequena fortificação mostrada na figura primeira e feita segundo mostra a sua situação ùnicamente para defender o desembarque na praia fronteira tinha um dos seus lados para êste fim 4 peças, e nos outros lados contíguos ao que batia a praia outra em cada um dêles. Parece-me que no caso de ser aquela retificada será útil alongar mais o lado. D.E. para G., porque então se poderia construir uma boa bateria, por haver terreno suficiente, podendo-se também acomodar duas peças em cada um dos dois lados contíguos a ela para efeito de baterem a Praia para um e outro lado, e por isso esta Fortificação precisa de 12 peças tôdas de calibre 18 e 24.

O pequeno Reduto de S. Luís, que se acha na Ponta de Mucuripe é um Octógono regular, cujos lados têm de extensão vinte pal-

mos cada um, acha-se fortificado com um parapeito de estacas grossas pregadas no chão em uma só ordem as quais fazem a grossura do mesmo parapeito, oferece para a parte do Mar cinco ângulos e três para a parte da terra, nos cinco ângulos para a parte do Mar, tem uma canhoneira em cada um, e os três da parte da terra formam a sua gola coberta com o quartel onde se acomoda a Tropa que o guarnece como se mostra na figura 2.º, neste se acham 3 peças de calibre 3, duas de bronze e uma de ferro tôdas com os ouvidos arruinados, voltados para a parte da entrada na enseada.

Precisa êste lugar ser fortificado com uma fortificação permanente em razão de dominar a entrada na enseada de Mucuripe, que é o melhor ancoradouro no estado presente, por ficarem as embarcações com o abrigo da terra livres do vento, que geralmente aqui costuma dominar: dista êste Reduto do Pôrto do desembarque quase meia légua; porém como as embarcações se devem chegar a esta ponta quando querem entrar sempre ficaram debaixo do alcance sendo as peças boas e de maior calibre; por conseqüência para êste lugar só precisam ao menos oito peças tôdas de calibre 18 e 24, acha-se cobrindo a enseada um grande morro de areia cujas faldas sendo de terreno fixo e coberto de mato dão lugar a ter algumas peças, que em ocasião de desembarque serviam de muito.

E como esta Costa é muito extensa e tem em muitas partes lugar de desembarque, parece-me que de necessidade devem haver ao menos oito peças de Campanha das mais ligeiras, quatro de calibre 6, e quatro de calibre três porque com elas se acode fàcilmente a qualquer ponto atacado por ser fácil o seu transporte.

"Havendo no Reduto de Mucuripe as Bandeiras de Sinais para se saber com brevidade nesta Vila qualquer caso que aconteça no dito Reduto se precisam dois óculos de ver ao longe, um para estar entregue ao destacamento do dito Forte para observar as Embarcações que aparecerem e outro para estar neste Aquartelamento para observar os sinais, que do dito Reduto se fizeram.

E como V. Sa. muito bem sabe que Paiol da Pólvora se acha dentro do Aquartelamento da Tropa, e que a passagem para êsse é pelo Armazem em que guardam espingardas, balas, e todos os demais gêneros da Fazenda Real, que se acham em arrecadação, e que ainda que hajam tôdas as cautelas respectivamente ao fogo, as não pode haver para um raio que pode cair no dito Paiol, e que a Pólvora pela sua explosão há de arruinar a maior parte da Vila: parece de primeira necessidade a construção de um Paiol próprio para Pólvora fora da Vila como se pratica em tôdas as Povoações para evitar e acautelar os perigos que podem acontecer.

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

E nestes têrmos se precisam para esta Capitania trinta peças de Artilharia a saber 12 para Fortaleza, 8 para o Reduto, 2 para a falda do Monte tôdas de calibre 24 e 18; e as oitos ligeiras de campanha, tôdas com suas palamentas, e petrechos competentes, Balas, Metralha, linhagem e biatilha para cartuchos."

E é o que posso dizer a V. Sa. sôbre o ponto, que me fêz a honra encarregar, ficando pronto para em tudo mostrar que sou

De V. Sa.
O mais humilde súdito

Quartel da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção em de janeiro de 1800.

CÓPIA

Ilmo. e Exmo. Sr.

Constando que do Chile sairam uma Fragata, duas Corvetas e uma Brigada as quais foram compradas pelo Govêrno de Buenos-Aires, e têm o intento de infestar as costas dêsse Império, manda S.M. o Imperador prevenir disto mesmo a V. Exa. para que nesta inteligência haja de tomar tôdas as medidas necessárias além de repelir e frustrar qualquer tentativa do Inimigo sôbre a Costa dessa Província, e porquanto para o mesmo efeito seja preciso ter completas as Guarnições de todos os Navios da Armada Nacional e Imperial que atualmente se acham mui desfalcadas; recomenda novamente o mesmo Augusto Sr. a V. Exa. haja de reiterar as suas Ordens, e providências a bem de proceder-se aí ao recrutamento, e efetuar-se a mais breve remessa de marinheiros para se empregarem no Serviço da referida Armada de cuja existência essencialmente depende a defesa e segurança do Litoral do Brasil.

Deus Guarde a V. Exa. Palácio do Rio de Janeiro em 22 de setembro de 1826.

Visconde de Paranaguá
Sr. Antônio de Sales Nunes Belford.

Plano resumido de defesa que 2.º as atuais circunstâncias, e possibilidade desta Província do Ceará, e a vista dos dados que apresenta o Aviso da Repartição da Marinha de 22 de setembro de 1826

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

convém adotar prontamente a fim de pôr a Costa da Província a abrigo de algum ataque, ou insulto da Flotilha ùltimamente saída do Chile apalavrada pelo Govêrno de Buenos Aires com o intento de infestar as Costas dêste Império.

Sendo os pontos principais desta Província, e os únicos aonde o Inimigo possa tirar algum proveito de más piratarias, a Capital, e a Vila do Aracati; são êstes os que convém prontamente defender.

A Enseada, e fundeador do Retiro, lugar aonde as embarcações que comerciam com o Aracati, esperam ocasião oportuna de preamar as d'águas vivas para fazerem a sua entrada na Barra do Jaguaribe deve ser defendida por uma bateria rasante convenientemente colocada, de 4 peças do maior, e igual calibre que se possa obter: esta Bateria deve ser fornecida do necessário tanto em munições como em Guarnição, devendo a 2.ª linha e Ordenanças situadas nas suas circunvizinhanças, acudir em sua defesa com as Armas que tiveram a seu alcance logo que a Bateria dê dois tiros sucessivos: o mesmo deverá entender com todos os lugares fortificados da Costa.

A Barra do Aracati basta ter ùnicamente 2 bôcas de fogo, pois que os inimigos não devem invejar muito forçar a Barra pelo risco, que em semelhante emprêsa poderão sofrer.

Contudo êstes dois pontos e a defesa da Vila de um ataque de viva fôrça depois de forçado o 1.º merece alguma atenção devendo ser tudo entregue a um Oficial inteligente que possa dispor convenientemente, e em ocasião oportuna de tôda a fôrça ali existente, tanto de 1.ª como de 2.ª linha.

A Capital tendo uma Bateria rasante bem construída junto ao mar na Enseada de Mucuripe de 6 bôcas de fogo, e outra de igual construção junto ao mar no lugar do fundeador além de outra pequena no lugar do desembarque, com o Parque em estado de remover pronta, e conveniente para desenvolver o fogo com a Tropa de 1.ª e 2.ª linha, não sòmente pode repelir o inimigo, como até completamente derrotá-lo, se êle fôr tão imprevidente que force um desembarque.

As Barras d'Iguape, Pecém, Paràzinho, Mundaú e Pernambuquinho, tendo cada uma duas bôcas de fogo, e sendo guardadas com as mesmas condições da Enseada do Retiro, com especialidade a 3.ª podem obstar o desembarque do Inimigo nêstes pontos com o intento provável de se fornecerem d'água, lenha, e outras provisões que possam encontrar.

A Enseada da Jeriquaquara, geralmente notada em tôdas as Costas marítimas, e mui conhecida dos estrangeiros deve ser fortificada com 4 bôcas de fogo e entregue a sua defesa aos desvelos de um Oficial ativo que tenha debaixo das suas vistas as pontas de

Acaracu, e Timonha uns flanqueadores, pontos êstes que bastarão para os defender alguns caçadores mesmo de 2.ª linha.

Bastarão por ora estas medidas com uma correspondência ativa de todos os pontos fortificados entre si, e com a Capital para obstar as fôrças que se nos apresentam, podendo a tais medidas juntarem-se para maior clareza as reflexões que em meu ofício datado de ontem dirigi ao Exmo. Sr. Presidente desta Província.

Quartel do Comando das Armas do Ceará, 27 de setembro de 1826.
Conrado Jacob de Niemeyer
Comandante das Armas.

CÓPIA

Recebemos o ofício de V. Exa. de 15 de setembro próximo passado procedendo, aos convenientes exames que nêle exige em seus artigos; o que temos a informar a V. Exa. sôbre êles é o seguinte: que sôbre o primeiro.

Na Amarração onde confina o distrito desta Vila e extrema com o da Vila do Pará, se acha uma morada de casas de sobrados, e duas terras cobertas de telhas a muitos anos pertencente ao Coronel Simplício Dias da Silva, uma morada de casas cobertas de palha que serve de Armazém de sal do Cap. José Gomes de Ar.º uma morada de casas cobertas de palhas, de Serafim Per. de Sousa, e José Venâncio, e mais algumas choupanas de pescadores muito pobres, e essas mesmas não são na Costa, e sim na barra nas margens do Rio Pará, tem no Guriú uma choupana de palha de Francisco de Barros, nas Carnaúba, outra no Comandante Antônio da Silva Barros e no Mangue Sêco fim do Distrito ou têrmo desta Vila, outra de Francisco Gonçalves de Medeiros, cujas só servem para beneficiarem os seus currais de apanhar peixe, que são dentro do mar, e que as mais praias dêste têrmo na circunferência das quinze braças se acham tôdas devolutas por demanda serviriam aos donatários das terras beira mar as têm como Realengos, e reservadas para pescadores, e além disto quase tôdas as costas dêste têrmo são cobertas de altos morros de areia com larguras de cem a seiscentas braças; sôbre o segundo; terceiro e quarto digo terceiro é o mesmo que acima fica dito, e sôbre o quarto que a consecução que poderia haver, ainda tendo donatários, era de algumas madeiras para levantarem currais de apanhar peixe, cujos currais são dentro do mar como já fica dito, e essas não há nas referidas quinze braças e sôbre, o Quinto, é que avista do que têm êste senado informado a V. Exa. melhormente e

com mais inteligente os arbitraria; sôbre o sexto é o mesmo que fica dito no primeiro; é o que temos a informar a V. Exa. sôbre o que mandara o que fôr servido. Deus Guarde a V. Exa. muitos anos.

Vila da Granja em Seção de 2 de novembro de 1827, eu Manuel Gregório de Almeida Fortuna. Escrivão da Câmara o escrevi.

Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente
Antônio de Sales Nunes Belford

Ilmo e Exmo. Sr.

N.º 68

Tenho a honra de remeter a V. Exa. os impressos juntos da Ordem do dia 29 de outubro; estimarei que V. Exa. não encontre nela excesso ou abuso de autoridade em ofensa a lei e direitos de V. Exa. e que a Vedoria não continue a pôr embaraços arbitrários com desprêzo dos direitos que a lei me confere, embaraços que por esta vez não poderão ser nocivos, porém que breve S.M. Imperial fará cessar.

Hoje de tarde parte o meu ajudante d'Ordens Manuel Ignácio de Carvalho para a Vila do Aracati a fortificar o ponto do Retiro, e cuidar para aquêle lado na defesa da Costa, eu me esforçarei para que êle não tenha de incomodar a V. Exa. nem o Tesouro com grandes despesas, até para evitar da junta as oposições do costume, basta que V. Exa. lhe mande entregar dois Cavalos (sendo Possível), para conduzirem a indispensável bagagem até a Vila do Aquirás, e êle irá receber as ùltimas ordens de V. Exa. que mui fielmente executará.

Ao Coronel Campelo, e ao Sr. Coronel Agrelo passei já as ordens sôbre a defesa da costa desde a Barra do Paràzinho, e vigiarão a da Capital e nas imediações não se podendo por ora construir baterias, porque os soldados sem soldo e com a simples etapa apenas podem alimentar a fraca vida a vista desta desgraça porque nada deve nem pode haver meios.

Deus Guarde a V. Exa.

Quartel do Comando das Armas do Ceará, 2 de novembro de 1826.
Ilmo. e Exmo. Sr. Antônio Nunes Belford
Digníssimo Presidente do Govêrno desta Província do Ceará.

Conrado Jacob de Niemeyer
Comandante das Armas

SEGUNDA PARTE

PRÉ-HISTÓRIA

BIBLIOTECA
CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ENFERMIDADES E A MÉDIA DE VIDA ENTRE HOMENS PRIMITIVOS

Possuímos, hoje, como muito bem salientou Louquet, (1) um número apreciável de dados formais a respeito dos hábitos, condições de vida e constituição física do homem primitivo. Recolhidos, divulgados ou simplesmente interpretados por cientistas e técnicos do valor e honestidade de Boule, de Breuil, de Obermaier e de tantos outros sábios europeus e americanos, tais dados passaram ao domínio público, através das grandes monografias publicadas pelo Instituto de Paleontologia Humana, de Paris, e de revistas de cunho especializado de todo o Mundo Ocidental.

Graças a êles e, mais ainda, às indicações resultantes dos estudos de Vallois, Michaelis, Gangolfe, Rouillon, Pales e Roy L. Moodie, no campo especializado da paleopatologia, — essa ciência nova que tem por programa a discriminação e o estudo das lesões apresentadas por homens e animais pré-históricos e fósseis (2), sabemos que os nossos longínquos ancestrais europeus estiveram, como nós, sujeitos às mais estranhas e variadas enfermidades orgânicas.

Devemos, todavia, considerar estas afirmativas ainda sujeitas a possíveis correções, por isso que os diagnósticos retrospectivos dos fenômenos morbígenos que afligiam o homem das primeiras idades, firmam-se ùnicamente no exame de algumas peças ósseas acaso poupadas à completa ruína e capazes de fornecer apenas indícios, em verdade muito incompletos e pouco seguros, para autorizar tão amplas inferências.

---

(1) G. H. Louquet «L'art et la Religion des hommes fossiles», Paris, 1926.

(2) O têrmo paleopatologia foi criado pelo Prof. Ruffier na ocasião em que realizava estudos anátomo-patológicos nas antigas múmias egípcias; êle o definiu como sendo a «ciência das doenças cuja existência pode ser demonstrada nos restos humanos e animais dos tempos antigos. Klebs estendeu o significado dêste têrmo ao estudo das lesões apresentadas também pelos homens e animais pré-históricos e fósseis (Pales).

Tôdas as partes moles do corpo e os órgãos essenciais à vida, onde ordinàriamente se aninham as doenças e afecções que causam a morte, desapareceram para sempre, deixando assim o pesquisador na impossibilidade absoluta de conhecer a maioria dos males físicos que vitimaram os povos mais antigos.

A existência de corpos intactos, exumados das turfeiras da Dinamarca, Holanda e Alemanha, que poderiam servir aos diferentes estudos anátomo-patológicos esclarecedores das lesões mortais, não diminui as dificuldades da emprêsa, pois êles pertencem ao último período da era dos metais e, portanto, ao limiar da história.

Feitas essas ressalvas, já agora podemos examinar a ambiência onde transcorreu a vida do homem primitivo, e, mais particularmente, o clima que nela vigorou, dados êstes cujo conhecimento se faz necessário para a inteligência de várias questões ligadas direta ou indiretamente à tese que vamos debater.

CLIMA

O clima, particularmente na primeira fase dos tempos quaternários, sofreu, através de suas componentes, umidade e calor, acentuadas mutações, pois estêve, quase sempre, na dependência dos movimentos de expansão e recuo das geleiras que cobriam a Europa no Plistoceno. Alcançaram, mesmo, os citados movimentos, tanta magnitude em ambos os hemisférios que, conforme todos sabem, o fato induziu os geólogos antigos a chamar a Era Quaternária de Época Glacial, esquecidos de que fenômenos semelhantes deram-se em pleno Terciário e até em tempos mais recuados.

Branner (3) cita provas satisfatórias de glaciação no mesozóico (Índia), e nos sistemas permiano (Austrália, Tasmânia e Brasil Meridional), carbonífero (Índia e África do Sul) e cambriano (China e Austrália) e também no arqueano (Canadá) e Estados Unidos (4).

(3) J. C. Branner «Geologia Elementar», Rio, 1915.

(4) Vestígios tangíveis de geleiras em períodos anteriores ao plistoceno são, aliás, numerosíssimos. Gekie, que estudou detidamente o assunto, dedica um longo apêndice de seu livro «Great Ice Age», à especificação de tais vestígios. Gasta, diz-nos Lapouge, nada menos de seis páginas dêsse apêndice em relacionar os depósitos glaciários existentes só do Permiano sem lograr fazer dêles uma enumeração completa.

O estudo das glaciações é fundamental para o conhecimento da história de nossos ancestrais, por isso que, atuando, como dissemos, de maneira acentuada no clima, e, conseqüentemente, na flora e na fauna, elas modelaram, dentro de certos limites, o próprio ambiente onde lhes decorreu a difícil e obscura existência.

Influindo nas vias de acesso às diferentes regiões naturais do Continente Eurasiano, que abriam ou cerravam às migrações de homens e animais, as glaciações exerceram, outrossim, poderoso influxo na antropogeografia dessas eras distantes.

As fases glaciares, sobrevindas no Plistoceno do Velho Mundo, ou sejam, os períodos durante os quais ocorreram os paroxismos das geleiras alpinas e escandinavas, foram em número de quatro, separadas pelas chamadas fases de interglaciação.

Coincidindo, de certo modo, com os cataclismos que modelaram os contornos atuais do Mediterrâneo, e com vários outros movimentos tectônicos de igual importância na Paleogeografia do Continente Eurasiano, denominam-se, em ordem de antiguidade decrescente, glaciação de Günz, de Mindel, de Riss e de Würm.

Alguns geólogos suprimem a glaciação de Günz ou a relegam ao Plioceno. Outros, admitem, no Plistoceno, apenas as duas últimas glaciações, considerando as primeiras (Günziana e Mindeliana) anteriores ao subperíodo Siciliano, e, assim, pertencentes ao terciário (5). Haug, que coloca tôda glaciação no Quaternário, faz, segundo Betim, corresponder a de Mindel como o nível marinho Siciliano que, por êle, tornar-se-ia, assim, sensìvelmente rejuvenescido.

As divisões apontadas valem simplesmente para a Europa Ocidental, ou melhor, para as áreas alpinas, pois não ficou ainda demonstrada a existência de um sincronismo, ou simultaneidade, nas pulsações glaciais de que, então, foram teatro vários pontos do globo (6).

A glaciação de Würm, informa-nos por sua vez René Nougier, desempenha um papel de tal monta no evolver da humanidade que ela cinde, de algum modo, esta evolução. Antes da glaciação de

(5) Alberto Betim Paes Leme — «História Física da Terra» — 1949.

(6) Lapouge tentando, em seu curso livre de ciência política, professado com tanto brilho na Universidade de Montpellier, estabelecer uma certa correlação entre os fenômenos glaciais, havidos nas várias regiões da Europa, foi conduzido a seguir Gekie e a elevar para seis o número das glaciações. Situou a sexta e última das grandes expansões glaciais, ou seja, a **Upper Turbanian**, de Gekie, no nível superior das turfeiras, que arqueològicamente, corresponderia, para êle, ao neolítico europeu. Ver: G. Vacher de Lapouge «L'aryen, Son role Social», Paris, 1899.

Würm, a vida "se concentra" e as atividades se diversificam; depois dela, com a retração das geleiras, vemos o apogeu de uma sociedade de grandes caçadores, criaturas dotadas de alta civilização, pensadores profundos e artistas consumados; mais tarde, fundidos os últimos gelos, a grande geleira escandinava cortada em dois lobos residuais, (bipartição glacial), surgirá um mundo nôvo: o mundo dos povos neolíticos.

O grupo dos homens fósseis (**Homo Sapiens fossiles**) era constituído, aliás, por indivíduos em tudo semelhantes aos europeus dos nossos dias e formavam a "sociedade de grandes caçadores" a que alude Nougier, — grupo cujos representantes surgiram, como êle próprio sustenta, no Ocidente da Velha Europa depois da glaciação de Würm, ou seja ao tempo do último recuo das geleiras. Todos os outros homens do paleolítico tiveram o ciclo de sua existência encerrada dentro da fase evolutiva da terra, que vai da glaciação de Mindel, limite inferior, à glaciação de Würm, que é o marco mais próximo de nós.

Os pré-homínidos, ou antropianos, o **Homo-Dawsoni** e o **Homo Heidelbergensis**, alcançaram seu apogeu numérico no período Mindel-Riss (45 a 80.000 A.C.), enquanto os pré-humanos ou homínidos, (**Homo Neanderthalensis**, de Dusseldorf, Chapelle-aux-Saints, La Quina, Le Moustier, Krapina etc.), viveram no período do interglacial de Riss-Würm.

Os restos da chamada indústria prechelense, negada por uns e aceita por outros, embora localizadas na fase Mindel-Günz, estariam ainda situados nos níveis inferiores do Plistoceno.

Na base dessa mesma época, encontrar-se-iam provàvelmente também o **Pithecanthropus**, de Trinil, em Java, e o **Sinanthropus**, de Chou-Koú-tien, na China, e outros primatas evolvidos que não nos interessam aqui mencionar (7).

---

(7) No Congresso Internacional, reunido em Paris, em abril de 1947, sob os auspícios da fundação Rockfeller e do Centro Nacional de Pesquisas Científicas de França, o Prof. Vallois («Paleontologie et Transformism», Paris, 1950) uma das grandes autoridades no assunto, sustentou que o Plistoceno superior compreende a glaciação de Würm e a fase interglacial de Riss-Würm; o Plistoceno médio, a glaciação de Riss e a fase interglacial de Mindel — Riss; o Plistoceno inferior, a glacial de Mindel e os períodos precedentes do Quaternário o que não coincide precisamente com o que expusemos acima, baseados, em parte, no trabalho de G. Proisson («Le peuplement de L'Europa», Paris, 1939). Apesar disso julgamo-nos autorizados a conservar aqui aquela distribuição.

Dizer os tipos de climas reinantes na Europa no decorrer das diferentes fases do Plistoceno é tarefa sobremaneira árdua.

Não só os elementos colhidos na Páleo-botânica como os que resultam do estudo dos fósseis animais, são contraditórios e, não raro, destoam entre si, tanto quanto destoam em relação aos dados que nos podem fornecer a Estratigrafia. Ora, isso leva, não raro, os especialistas a desentendimentos e controvérsias que, nem sempre, nos aproximam de uma solução aceitável.

Houve, também, no decorrer do tempo, muitas vêzes extremamente longo, que vai de uma a outra glaciação, recrescimentos esporádicos do frio, fato que vem aumentar as dúvidas e confusões reinantes em tôrno do assunto.

Podemos, ainda assim, conjecturar, de acôrdo com os melhores dados, que a fase interglacial Riss-Mindel, coincidindo com o aparecimento, na Europa, da fauna caracterizada pelo **Elephas antiquus, Rhinocero mercki** e hipopótamos (**Hippopotamus major**), deve ter tido um clima assaz quente, embora as plantas, achadas no Forest-bed, de Cromer, denunciem antes a existência de um clima temperado, na opinião de Lapouge. Os invernos seriam, então, em França e na Inglaterra, muito menos rigorosos do que hoje e os verões apresentariam, nesses países, máximas bem inferiores às atuais.

A invasão glacial, denominada glaciação de Riss, marca, como vimos, o limite inferior do paleolítico médio, período que vai até a grande glaciação de Würm. Surgiram então na Europa Ocidental o mamute (**Elephas primigenius**), o rinoceronte lanzudo (**Rhinocero tichorhinus**), os ursos (**Ursus spelaeus**), e os leões (**Leo spelaeus**), espécies evidentemente afeitas às baixas temperaturas.

Essa fauna de "dominante fria" faz pressupor fôsse sobremaneira rude, o clima que ali reinou durante a interglaciação de Riss-Würm, particularmente no período Musteriano que admitimos como devendo corresponder à fase de pleno avanço das grandes geleiras plistocênicas.

Os geólogos falam, assevera-nos Nougier, de temperaturas que iam, no inverno, a 30° abaixo de zero, de gelos que duravam sete a oito meses e de solos permanentemente gelados, enquanto os paleobotânicos pretendem que as mínimas térmicas fôssem, então, pouco inferiores às mínimas que ali se registam atualmente.

Tudo isso tem, todavia, um valor muito limitado, pois, bem mais do que pelo frio, é a época em aprêço, caracterizada pela extrema freqüência dos meteoros aquosos e pela extraordinária intensidade da circulação marítima e atmosférica.

Veremos em breve tôda a influência que tais fenômenos exerceram sôbre o homem primitivo.

O período seguinte, ou seja, o Paleolítico superior ou leptolítico dos arqueólogos, Plistoceno superior ou retrowürmiano dos geólogos, embora de duração bem menor que os antecedentes, é considerado de extrema importância em Paleoetnologia (8).

Começa, como ficou dito, após a máxima Glaciação Würmiana, com um abrandamento de temperatura que termina nas denominadas oscilações de Archen. Esta remissão do frio não foi senão temporária, pois sabemos que o fim do período Glacial é assinalado por várias recrudescências do frio. Assim, depois da fase de Archen, relativamente quente, temos uma segunda máxima de gelos, Würm II, seguida de algumas mudanças de temperatura que acabam em nova descensão térmica, chamada estádio de Buhl. Êste marca o fim do Plistoceno e do Paleolítico (Poisson).

Excetuando-se, pois, a vaga de calor que sobreveio durante a fase de Archen, o clima conservou, de modo geral, a sua característica fria para o cenário europeu que estamos focalizando.

A abundância de renas e a presença de espécies zoológicas tais como o antílope, a saiga, o espermófilo etc., sugerem ainda fôsse o ambiente muito parecido com o das tundras atuais, embora viesse a se tornar mais sêco, mais "estépico", no decorrer do Leptolítico.

Fechado definitivamente o ciclo glacial cuja última manifestação importante é a recorrência de Buhl, inicia-se o Mesolítico, que se estende até a ocorrência de Geschintz, e está situado 10.000 anos antes da era cristã. Seu clima, através das mais diversas variações térmicas e higroscópicas, representa uma verdadeira transição para o clima vigente na Europa desde o Neolítico. Ainda que nitidamente boreal, foi êle assaz brando para permitir o desenvolvimento de florestas de bétulas, pinheiros e até de carvalhos (Poisson).

O conhecimento do estado da atmosfera que vigorava na Europa constitui, como dissemos, um fator auxiliar de considerável importância para ajuizarmos das verdadeiras causas de certas doenças

(8) O nome Paleo-etnologia (Paletnologia dos autores italianos), ou seja a Etnologia dos tempos antigos, foi proposto na reunião de Spezzia em 1865, para substituir ao mesmo tempo os de Arqueologia e Antropologia pré-históricas julgados demasiados longos. G. de Mortillet in «Le Pré-historique», Paris, 1885, define Paleoetnologia como sendo a história do homem anterior aos documentos escritos, monumentos figurados e até mesmo as lendas e tradições.

que acometeram o esqueleto de alguns dos seus primitivos habitantes, mas as condições de vida e as atividades cotidianas dêsses homens devem ser também consideradas como possível fonte de esclarecimentos.

CONDIÇÕES DE VIDA

Embora o ser humano haja feito seu primeiro aparecimento incontestável no decorrer da segunda fase interglaciária, semeando, pràticamente, todo o Velho Continente de pesados instrumentos de sílex de forma amigdalóide (tipo chelense e acheulense), os restos de esqueletos que possuímos do homem primevo são em pequeno número e, assim, sem interêsse imediato para o estudo que aqui realizamos. Demais, pouco ou quase nada se sabe com segurança a respeito da existência que curtiam.

A larga área de disseminação dos seus utensílios de pedra e o fato de se acharem tais instrumentos dispersos na maioria das camadas que se constituíram no decorrer de tão dilatado período geológico, sugere, conforme observa Nougier, que o gênero de vida do pré-homínidos não fôsse uniforme através de tão vasta extensão cronológica e espacial.

Acredita-se, todavia, de acôrdo com os melhores dados, que, de modo geral, levassem uma existência nômade e que se dedicassem inicialmente à simples colheita de mantimentos vegetais: procura cuidadosa de frutos e brotos, antes da descoberta do fogo; e, mais tarde, a cata de todos os produtos comestíveis procedentes do domínio fitológico. "A planta, manufatura viva de alimentos", conforme o disse Vidal de La Blache, teria, pois, garantido os lentos e obscuros inícios da humanidade (9).

Mas a vida de apanhador é aleatória; as plantas alimentícias se esgotam e determinados períodos do ano lhes são particularmente

(9) O Prof. A. Chevalier endossa, em grande parte, esta opinião. Os pré-homínios, diz êle, como fazem ainda hoje os macacos, deviam alimentar-se exclusivamente de frutos silvestres e de brotos ou rebentos vegetais. Nutriam-se, assim, em grande parte, dos víveres tirados à flora inculta das terras onde viviam. (Auguste Chevalier — «La dispersion de certains arbres frutiers sauvages par l'homme avant l'invention de l'agriculture». Revue de Geographie et d'ethnologie — Ano I, Paris, 1948).

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

desfavoráveis. Assim, sob o império das circunstâncias de momento, essa economia de saque, sobremodo restrita, teve de prosseguir pela colheita generalizada (10).

Espécies animais fracas, indivíduos enfermos ou feridos eram, portanto, igualmente recolhidos e devorados. E o homem das primeiras idades passa de maneira quase insensível da "caça passiva" à "caça ativa", que lhe assegurará meios de subsistência muito mais fartos.

Os gêneros de vida, nessa fase da pré-história, seriam, portanto, assaz variados e evocam a imagem de uma pré-humanidade atarefada e singularmente complexa desde a sua origem (Nougier).

No decorrer do Paleolítico Médio os pré-homínios cedem lugar ao homem de Neanderthal, que Boule descreve como possuindo um corpo vigoroso e pesado, cabeça ossuda, maxilares robustos onde se afirma a predominância das funções puramente vegetativas ou bestiais sôbre as funções do cérebro, mas já se prenuncia também o **Homo Sapiens**, com a existência do crânio de Fontechevade e do crânio de Telloux (Nougier).

Um clima, muito mais rigoroso do que anteriormente, determina uma transformação sensível no **habitat** humano. A busca de um refúgio contra as intempéries torna-se, no momento, para a criatura, a preocupação máxima, quer se trate de descobrir grutas mais ou menos profundas (Le Moustier, Spy), quer pequenas lapas, quer simples abrigos sob-rochas (La Quina, abrigo de Bouillard etc.). O resfriamento do ar, o aumento das precipitações pluviais e as repetidas inundações que restringem consideràvelmente as superfícies habitáveis, dão lugar a maiores concentrações demográficas em certas regiões altas e ricas em abrigos naturais.

Utensílios e armas espalhados em profusão por todos os quadrantes da terra denunciam, porém, que é ainda enorme a área da ecúmena. A existência é dura e difícil por isso que os rigores do clima tornavam as colheitas pouco abundantes e a caça incerta. A insuficiência de meios materiais não permite ainda atingir os animais de pena nem realizar pescas produtivas. As inumações voluntárias dos mortos denunciam, porém, nesses homens primitivos um psiquismo já bastante evolucionado.

Para sobreviver, viam-se êles obrigados a ficar longo tempo ao relento, expostos aos agravos de um clima frio e úmido quando se entregavam à apanha de frutos, bulbos e raízes, quando iam ao encalço da caça arisca ou ainda quando se mantinham emboscados à espera de que a prêsa desprevenida lhe chegasse ao alcance das armas grosseiras e pouco eficientes.

As moradas eram, como dissemos, cavernas profundas e obscuras, de teto e paredes ressumbrantes e de piso de certo também molhado e pegadiço porque juncado de detritos e dejetos de tôda espécie (10a).

Os que viviam em lapas rasas gozavam de pouca ou nenhuma proteção contra o frio e contra os ataques das feras.

No Paleolítico Superior é ainda o fator "refúgio" a grande lei que rege o **habitat** humano. De mais em mais numerosas, tornam-se, pois, as grutas e cavernas habitadas, algumas das quais haviam servido ao homem desde o "Musteriano frio".

Nessa época, a distribuição dos **habitats** coincide, de ordinário, com a distribuição geográfica das regiões cavernícolas. Prossegue a concentração demográfica e o eixo diretor das atividades do homem continua sendo a caça e a pesca. Os grandes mamíferos de que agora fazem as suas prêsas habituais, são numerosíssimos, embora as espécies variem segundo as fases climáticas intercorrentes. A rena, o cavalo e o bisonte constituem, porém, a trindade indefectível.

A caça é levada a efeito de maneira direta com as armas de guarnição de sílex, flechas de osso e grandes arpões providos de farpas ou entalhes profundos e agudos e, também, com a ajuda de armadilhas e fojos de cujos tipos nos ficaram a memória através de vários desenhos rupestres.

As caças coletivas, ou sejam, as perseguições organizadas e metódicas aos animais de porte avantajado, datam, sem nenhuma dúvida, dêsse período da história do homem.

A coexistência humana sempre foi, como é sabido, um imperativo bio-social. Só no Paleolítico superior parece terem ocorrido, porém, as primeiras associações do homem com o homem para um

(10) Flourens, Milne Edwards, Joly e outros acreditavam fôssem os homens, em seus primeiros tempos, ùnicamente frugívoros. O último dos autores apontados diz mesmo: FRUGÍVORO por instinto, isto é, em virtude da conformação de seu canal digestivo e de seu sistema dentário, que muito o aproxima dos macacos — quase todos exclusivamente frugívoros quando em estado selvagem, — o homem tornou-se cedo onívoro por necessidade, e seu estômago indulgente acomodou-se a todos os regimes dietéticos e a todos os alimentos.

(10a) J. A. Maudit. «Les grottes pré-historiques révèlent un art remarquable d'essence magique», Science et Vie n. 420, set. 1952.

trabalho de conjunto visando à execução de tarefas de amplitude maior das que, isoladamente, costumavam até então realizar todos os dias.

A pesca, largamente exercitada também por grupos de indivíduos, constitui um adjutório importante à alimentação comum. A truta e o lúcio são bem conhecidos e os salmões particularmente estimados porque suas vértebras se prestam melhor do que quaisquer outras à fabricação de colares, originais e práticos (11).

Caçadores e pescadores experimentados que faziam da caça e da pesca não apenas o indispensável meio de subsistência mas ainda uma fonte de inspiração artística, criadora dos motivos estéticos com que decoravam as paredes de muitas de suas moradas, os homens do leptolítico levavam, como é natural, a existência em plena natureza. Perseguindo animais de que deviam alimentar-se ou sendo por êles perseguidos, a vida era-lhes uma eterna e permanente aventura, entremeada, porém, não raro, de dramas irreparáveis.

Mesmo durante as suas estadas nas cavernas e grutas, não se lhes amoleciam de todo as asperezas da existência, porque, nem mesmo ali, encontravam a desejada proteção contra as investidas de homens e de feras (12).

Ao escoar-se o Mesolítico as condições de vida modificam-se de maneira apreciável em todo o Ocidente Europeu. Abrandam-se os frios dos tempos madalenianos, tornando-se o clima temperado-úmido, característica esta que mais se acentua ao longo de tôda a costa leste do velho Continente.

Desaparecem de vez os volumosos paquidermes e os grandes carniceiros; o bisonte, o alce e o uro emigram para as regiões boreais e se vão refugiar nas frias florestas que circundam o Báltico. Para o Norte, a caminho das terras árticas, deslocam-se também as renas seguidas de perto por seus predadores humanos (13). Os animais do paleolítico cedem, assim, lugar à fauna selvagem da Europa dos nossos dias.

(11) **Louis — René Nougier** — «Les genres de Vie de l'homme pré-historique». La Nature n. 3212 e seguintes, Paris, 1953.

(12) «A maneira dos povos selvagens atuais (Shilluks, Denkas, Peles Vermelhas etc.) e como indicam os desenhos pré-históricos denominados a **«caça ao touro selvagem»** e o **«homem da baleia»**, o homem paleolítico caçava inteiramente **nu»** (Debierre, pág. 125).

(13) Durante sua lenta migração para o Norte teriam êles criado a indústria de **Norre Lyngby** e deixado vestígios de sua passagem nas **turfeiras** de Maglenose.

Para repovoar os espaços vazios, deixados pelos caçadores de rena que partiram definitivamente rumo ao Setentrião, surgem, de repente, em todo o Sudeste, Sul e Leste da Europa, raças novas cujas características antropológicas foram estudadas por Lapouge e que viriam a constituir o substrato étnico das populações brancas que ali habitam atualmente.

Procedendo, ao que parece, em sua maioria, do Saara distante, que se tornava então cada vez mais árido e, por isso mesmo, menos habitável, elas transpuseram a Ibéria, estabelecendo no Ocidente as indústrias aziliana e tardenoisiana, ambas tão curiosas e cheias de complexidades.

Como quer que seja, os restos dessas indústrias, aparecidas depois de horizontes estratigráficos aparentemente estéreis, sugeriram durante muito tempo a idéia de uma descontinuidade na evolução dos povos europeus. Morgan, De Mortillet e outros chegam a falar num hiato que, motivado por causas naturais, ainda não perfeitamente determinadas (14), teria violentamente cortado em dois essa evolução.

A verdade é que, em algumas estações mesolíticas mais antigas, têm sido encontradas armas e utensílios de "fácies leptolítico" perfeitamente definido, o que, em parte, desautoriza semelhantes conceitos, embora partam êles de mestres de tanto renome. Aliás, a área de distribuição das jazidas pré-históricas dos primeiros dias da época em aprêço, a qualidade do material arqueológico e a composição dos restos de cozinha que delas provêm, tudo parece indicar que ocorreu, então, em solo do Ocidente da Europa, apenas uma retrogradação cultural e nunca um verdadeiro colapso, fato ainda assim bastante curioso, se levarmos em conta que as condições do meio físico haviam melhorado de maneira sensível.

A temperatura no Mesolítico é suave, o ambiente alegre e a vitualha farta. Se a rena desapareceu, em compensação o cervo, o javardo, o boi, o cavalo, e vários outros animais de tamanho considerável tornaram-se numerosos.

Deve ser igualmente referido que desde o início dêsse interessante período da história evolutiva da nossa humanidade ocidental, existe uma variedade de tipos culturais bem maior que nos tempos anteriores. O homem assume, diz-nos ainda Nougier, uma atitude

(14) Jacques de Morgan «L'humanité pré-historique», Paris, 1924. Ver também do mesmo autor «Étude sur les premiers temps de l'humanité», La Geographie, Tome XXXIX, Paris, 1923.

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

nova em face do mundo. Torna-se ativo e multifário. É capaz de perceber e tirar partido de numerosas possibilidades que a natureza lhe oferece em profusão e às quais não dera nenhuma atenção até aquêle momento.

É, outrossim, eminentemente receptivo às influências civilizadoras que lhe advirão de todos os lados, trazidas pelas populações neolíticas.

Durante o Mesolítico as cavernas estão, na sua maioria, abandonadas e desertas, se bem que continuem oferecendo excelente abrigo. Iriam cedo transformar-se em sepulcros, muitos dos quais guardam ainda restos de uma civilização tão pouco conhecida.

Os madalenianos degenerados que se conservaram no seu antigo **habitat**, mesclando-se com os invasores recém-vindos, tiveram que modificar o modo de vida e também suas indústrias. A abundância de florestas tornara inexeqüível o exercício da caça, nos moldes do passado.

Os homens da Europa vivem agora em grande número junto às praias do mar e nutrem-se preferentemente de mariscos. Os que se localizam em elevações arenosas de solo frouxo e de drenagem fácil das terras interiores têm, ainda, por base de alimentação, crustáceos e moluscos terrestres ou de águas paludosas.

No Neolítico, prossegue a invasão do Mundo Ocidental por grupos humanos cada vez mais numerosos, que trazem ao patrimônio comum o acervo de conhecimentos e experiências hauridas no berço de origem ou no decorrer de suas longas e demoradas migrações. Novas raças se misturam às precedentes por infiltração ou por conquista; os recém-vindos espalham-se até as extremidades ocidentais do continente.

A necessidade de defesa força alguns dêsses alienígenas a se identificarem mais ainda com o meio líquido, em particular os imigrantes braquicéfalos que, segundo De Mortillet, aí teriam introduzido a civilização hobenhauseniana. Edificam, assim, as moradas sôbre estacas que fincam na lama dos lagos e dos alagadiços, ou irão habitar jangadas que flutuam nos rios e nos pântanos.

Quer num, quer noutro caso, a ambiência, saturada de umidade e de emanações gasosas, ser-lhe-ia pouco propícia à saúde embora ali estivessem bem protegidos contra as intempéries e não sofressem da carência alimentar que tanto havia atormentado os seus predecessores mesolíticos.

Imensas florestas, refertas já das essências atuais, cobriam as terras que emoluduravam as atividades dos construtores das palafitas, descendo até as proximidades de suas aldeias. Entre árvores vetustas erram então em liberdade o uro, o touro selvagem e o

cervo ao lado dos cabritos monteses, dos gamos, dos javalis e de muitas outras alimárias de grande porte. Nesse cenário de aparência edênica, lontras brincam nas águas transparentes dos ribeiros e os castores nelas constroem as suas habitações, enquanto os ursos pardos escondem-se no fundo das cavernas e os abutres pairam no alto dos céus.

O cão que se tornara o companheiro e auxiliar do homem, persegue com êle os hóspedes da floresta cuja carne deverá nutrir a ambos. Além do cão, os habitantes dos lagos já se haviam assenhoreado da quase totalidade das espécies domésticas: boi, carneiro, porco e talvez o cavalo, progresso notável que lhes tornaria possível, diz-nos Joly, os trabalhos do campo e, dêsse modo, a cultura dos cereais hoje conhecidos na Europa. Caçavam e pescavam com rêdes e nassas e a carne de animais terrestres e produtos aquáticos vinham juntar-se aos laticínios e aos frutos, silvestres ou não (maçãs, pêras, nozes etc.), para completar uma dieta que a agricultura tornava abundante e variada.

DOENÇAS

Os fatos que de maneira sumaríssima, acabamos de trazer de nôvo à memória de todos, servem, como ficou dito, para aclarar algumas das numerosas dúvidas que ainda perduram a respeito da higidez física e, portanto, também da duração da vida dos nossos ancestrais. Assim, o conhecimento do clima e da rude existência que suportava a humanidade primitiva, ajuda-nos a compreender o motivo porque certas lesões traumáticas e doenças, tais como o reumatismo (artroses, afecções vertebrais etc.), eram, outrora, tão difundidos e freqüentes.

Aliás o reumatismo, sem contradita o mais encontradiço dos males que vitimaram as antigas populações européias, parece ter sido o companheiro inseparável do homem desde a aurora dos tempos quaternários.

Ives Arzal apurou, com efeito, que o homem do paleolítico médio que viveu na Terra há uns 40.000 anos antes da nossa era, já sofria dessa enfermidade, o que se pode fàcilmente verificar pelo exame do fóssil de Chapelle-Aux-Saints, tocado nos ossos do quadril, e pelo de Kaprine cujo maxilar apresenta-se, por sua vez, sèriamente comprometido.

Também no paleolítico superior, período da pré-história que transcorreu há cêrca de 15.000 anos, (15) os restos de Solustré, de Cro-Magnon (Aurináceo), e de Chancelade (Madaleniano), oferecem exemplos flagrantes de osteoartrite crônica e de ancilose de caráter específico.

Mais perto de nós, no Mesolítico, há talvez uns 8.000 anos, a doença parece ter continuado em progressão crescente, o que só é explicável pela umidade do clima então dominante em todo o Velho Mundo europeu.

No conjunto de 23 esqueletos descobertos em Téviec (Morbihan), três dêles mostravam nas omoplatas, nas falanges dos pés e nas vértebras dorsais e lombares, sinais evidentes de lesões reumáticas. Dois dêsses indivíduos tinham mesmo a quinta lombar soldada ao sacro o que muito prejudicaria, sem dúvida, à sua estática vertebral.

Casos de gengivite expulsiva, afecção de natureza caracteristicamente artrítica, foram, outrossim, identificados em muitos componentes do citado grupo.

No Neolítico (5.000 A.C.), enfim, a incidência do reumatismo aumentou ainda "sem que se possa perceber claramente o motivo", comenta Arzal, a menos, dizemos nós, que isso decorresse da própria maneira de viver de alguns dêsses homens, habitando cidades lacustres cuja atmosfera estava sempre sobrecarregada de umidade.

Depois do reumatismo que, então como hoje, devia constituir, pela sua morbidade, um verdadeiro flagelo social, são indubitàvelmente as afecções ligadas ao aparelho mastigador que aparecem com maior freqüência nas idades pré-históricas. Ao que tudo indica, nossos ancestrais deviam submeter os dentes aos mais rudes embates, pois a maioria dos exemplares que dêles possuímos estão quase inteiramente consumidos pelo uso. Em alguns, o desgaste atinge o próprio colo, o que resultou, talvez, do consumo que faziam os seus donos, de uma alimentação pouco requintada. Nesta figurariam mesmo, acidentalmente, ervas e raízes silicosas, lascas de conchas de moluscos, areia etc., tôdas substâncias de alto poder abrasivo que, triturados no momento da formação do bôlo alimentar, agiam de certo modo como verdadeiros pedaços de esmeril (16).

(15) W. von Soergel, citado por Boule, dá a divisão e a cronologia absoluta seguintes da época glacial.

Segundo êle, o madaleniano teria começado há 67.000 anos, terminando há 21.000 anos. O solutreano estaria compreendido entre 72.000 e 67.000 anos; o aurináceo entre 110.000 e 72.000 anos; o musteriano entre 183.000 e 110.000 anos; o aquelense entre 236.000 e 183.000 anos; o chelense entre 429.000 e 236.000 anos.

(16) V. Joly — «L'homme avant les Métaux», Paris, 1881.

Uma alimentação inadequada causaria também, por irritação, os casos de gengivite expulsiva ou piorréia alveolar, que tantos malefícios deveriam trazer aos nossos antepassados. A osteoperiostite alvéolo-dentária parece até muitíssimo vulgar no Mesolítico. Dos 15 indivíduos, retirados da jazida de Téviec, nove mostravam sinais positivos do ataque dessa afecção.

O homem Musteriano, de Weimar e o de La Chapelle-aux-Saints (paleolítico médio), sofreram também de inflamação crônica dos alvéolos dentários.

A cárie, por sua vez, inquina os dentes humanos a partir do paleolítico superior, pois nos dentes dos dois crânios, descobertos pelo Dr. Henri Martin na jazida Solustreo-Madaleniana do Roc (Charente, aparecem sinais desta doença. (16a)

Em Téviec (mesolítico), a osteíte crônica se manifesta de nôvo em 16 dos 152 dentes que aí foram encontrados.

(16a) Desireux de compléter les études déjà effectuées sur ce sujet, un dentiste e archéologue anglais a examiné 205 squelettes humains pour déterminer quels étaient les maux de dents dont souffraient les habitants de la Grande Bretagne au Néolithique, au début de l'âge du Cuivre, à l'âge du Fer, aux époques romaine et anglo-saxonne (la période anglo-saxonne est immédiatement antérieure à la conquite normande de 1066). Les squelettes remontant au Bronze moyen ou récent n'ont pu être étudiés, pour la raison que la pratique de l'incineration était alors presque universelle.

Le Dr. Emery a publié les résultats de ses examens dans la revue Antiquity (Vol. XXXVII, n.º 148). Les différentes affections étudiées ont été les suivantes: pertes de dents du vivant de l'individu, attrition (usure excessive), mauvaise implantation, enfin carie. Bien que les restes examinés soient relativement peu nombreux, cette étude donne déjà des indications interessantes.

Il apparaît ainsi qu'aucun des squelettes néolithiques examinés n'avait les dents mal lantées. Le pourcentage monte à 5% pour l'âge du Cuivre, à 15,3% pour l'âge du Fer, s'etablit à 9,8% à l'époque romaine, a 10,7% à la période anglo-saxonne.

Si l'on considère les chutes de dents du vivent des individus, on obtient les pourcentages suivantes: Néolithique: 0%, Cuivre: 5%, âge du Fer: 30,7%, période romaine: 45,6%, période anglo-saxonne: 14%.

Pour l'attrition, on obtient: Néolithique: 41,6%; âge du Cuivre: 20%; âge du Fer: 30,7%; période romaine: 22,8%; période anglo-saxonne: 50%.

Pour la carie, enfin, les pourcentages sont: 12,5% au Néolithique, 5% à l'âge du Cuivre, 30,7% à l'âge du Fer, 39% à la période romaine: 33,7% à la période anglo-saxonne.

Il est interessant, déclare le Dr. Emery, de constater que la mauvaise implantation des dents, défectuosité si commune aujourd'hui, a commencé à se manifester pendant la pré-histoire. Quant aux chutes, elles apparaissent plus fréquentes chez les populations hautement civilisées; la durée moyenne de vie était relativement élevée chez elles, et elles possedaient les outils et les connaissances qui mettaient l'arrachage des dents à leur portée en cas de besoin.

Em fósseis, que datam do neolítico, a cárie dentária é mais rara. Localiza-se no colo dos premolares e molares e afeta de preferência indivíduos que ultrapassaram quarenta anos (17).

Na idade do bronze, a percentagem de dentes cariados, em relação ao total de dentes que possuimos dêsse período, eleva-se a 22%, enquanto que atualmente esta percentagem parece ser de 20% aproximadamente.

Complicações da cárie, tais como a sinusite maxilar, foram observadas doze vêzes no neolítico, ao passo que as malformações dentárias, fusão das raízes, pregueamento do esmalte etc., são pouco freqüentes. Quanto aos abcessos de origem focal, encontram-se vestígios de sua existência em crânios humanos a partir do paleolítico médio.

Vítimas de afecções dentárias, freqüentavam os homens préhistóricos algum especialista, ou, pelo menos, dispensavam êles cuidados particulares aos dentes? Pergunta interessante a que podemos desde logo responder de maneira afirmativa. Assim o fazemos mesmo deixando de lado as lesões traumáticas do colo pròpriamente dito, — lesões de que o Dr. Siffre nos aponta tantos casos ocorridos no neolítico e indicadores de possíveis tentativas de extração dentária, pois elas também poderiam ter sido produzidas pelo uso de palitos de madeira ou de osso manejados com brutalidade.

Or, c'étaient peut-être elles qui en avaient le plus besoin: le pourcentage le plus fort de caries est atteint par l'époque romaine, la plus civilisée de toutes les périodes envisagées. À l'inverse, les pourcentages d'attrition les plus élevés sont atteint au Néolithique et à la période anglo-saxonne.

Le Dr. Emery l'explique par le fait qu'il s'agit là de deux périodes ou l'on ne savait préparer qu'une nourriture grossière mettant le dents à rude épreuve.

Ces résultats peuvent être raprochés de ceux qui avaient donné certaines études antérieures. Il s'agit toujours de destitions britannique. Selon ces études 2,2% des dents britanniques étaient cariées à l'âge de Bronze, 11,4% à la période romaine, 8,1% à la période anglo-saxonne et 48,3% em 1957!

Notons qu'il s'agit ici de pourcentages portant sur les dents, alors que celui du Dr. Emery concerne les personnes atteintes.

Selon l'auteur de cette étude l'extension de tels examens dentaires permettrait de mettre sur pied un moyen de datation statistique des restes humaines decouverts. («Sciences et Avenir», n. 2, fevereiro, 1964, p. 128).

(17) O Dr. Siffre, que diligentemente estudou o assunto, atribui os casos de erosão dentária tão amiúde encontrados entre populações neolíticas, às profundas perturbações patológicas que deveriam minar o organismo daquelas gentes. (Arzal).

A prova decisiva de que os nossos ancestrais tinham freqüentemente o gesto instintivo de arrancar, êles próprios, os dentes molestos ou de mandá-los arrancar por alguém com habilidade assaz para realizar tal emprêsa, está nas próprias cicatrizes dos alvéolos de certos maxilares mais ou menos edentados daquela época.

O RAQUITISMO

A carência alimentar revelada em parte pelas afecções dentárias a que aludimos anteriormente, devia a miúdo afligir os remotos antepassados da nossa humanidade ocidental minando-lhes a energia e a vitalidade. A existência do homem pré-histórico foi, conforme sabemos, quase sempre incerta e difícil, especialmente no que se refere à obtenção do sustento cotidiano, o que teve, decerto, repercussões profundas na saúde e bem-estar dos grupos étnicos que então povoavam a Eurásia. Podemos conjeturar com alguma segurança que nas épocas mais recuadas, ou seja, durante o paleolítico médio, quando o clima era rigoroso e a subsistência, por isso mesmo, duvidosa, a nutrição global do europeu se deve ter tornado, muitas vêzes, francamente deficitária, acarretando-lhe todos os males que ainda hoje decorrem da subnutrição crônica.

No Paleolítico superior, pelas razões de ordem mesológica já apontadas no início dêste trabalho e graças ao adestramento do homem na arte da caça e da pesca, a situação alimentar dos povos europeus melhorou sensìvelmente, pelos menos em relação ao número de proteínas animais da ração diária de cada indivíduo e, assim, é provável que gozassem todos de relativa robustez.

No Mesolítico, porém, ao que tudo indica, as avitaminoses e a desnutrição geral voltaram a constituir o grave problema social que já houvera sido nos primeiros tempos.

É certo que, no mundo de então, a vida animal exubera, mas naquele cenário agreste e ríspido os sêres humanos não passam de intrusos ainda inadaptados. Recém-vindos ali, dispondo apenas de armas de eficiência problemática contra animais de porte considerável, alguns ferozes e outros tímidos mas extremamente rápidos

---

(18) Tôda a parte dêste nosso trabalho que se refere às doenças do aparelho mastigador, foi transcrita do artigo de Ives Arzal, já tão freqüentemente citado e a que tanto recorremos.

na fuga, nem sempre logravam satisfazer tôdas as prementes necessidades alimentares. Para sobreviver tinham de apelar para o consumo de mantimentos pouco nutritivos e de ínfima qualidade que lhes deviam causar profundos distúrbios orgânicos.

A comprovação de tais afirmativas está no perônio de uma criança de dois meses de idade contemporâneo do mesolítico que, estudado por Arzal, revelou, na contextura e na morfologia, evidentes sinais de raquitismo. A vítima dessa afecção de fundo eminentemente carencial foi, pois, um latente, e, dêsse modo, é de supor que sofresse do mesmo mal tanto a nutriz como todo ou quase todo o clã de que fazia parte o pequeno grupo familiar (19).

FRATURAS, CONTUSÕES E PRÁTICAS ORTOPÉDICAS

Correndo o risco de redundância, devemos relembrar que perdido no seio de uma natureza hostil carecia o homem primitivo, para conseguir o indispensável sustento, empreender longas caminhadas aos baldões da sorte em terrenos agrestes ou demorar emboscado em esperas ínvias e inseguras. Premido pela fome, tinha de enfrentar sòzinho animais ferozes, alguns de talhe avantajado.

Exposto a tôda sorte de perigos, arriscava-se êle, não raro, a sofrer choques violentos causadores de feridas e contusões dos mais variados tipos e até de acidentes mortais. No caminho do lar ou dentro dêle, quando transpunham apressados os corredores estreitos e tortuosos das obscuras moradas ou quando se moviam por sôbre o solo escorregadio das grutas, onde viviam, não estavam livres de despenhar-se ao solo, em quedas de conseqüências fatais, ou de sôbre êles caírem contundentes calhaus desprendidos dos tetos.

Assim se explica fàcilmente porque tantas peças ósseas encontradas em jazigos pré-históricos apresentam sinais de graves traumatismos e de fraturas de múltiplos aspectos.

(19) Dados bastante seguros a respeito da alimentação dos povos mesolíticos que habitavam as praias oceânicas, descobrimos ainda nos Kjokhenmoddings, tão espalhados pelas costas da Europa. Pelo exame dêsses restos de cozinha chegamos, com efeito, à evidência de que êles se nutriam de moluscos e crustáceos, recolhidos durante a baixa-mar, e de peixes pescados a pé firme. A isso vinham juntar-se, de longe em longe, a carne de um veado, algum fruto silvestre, bagos e raízes bravas, produtos todos, conforme lembra Arzal, evidentemente muito pouco substanciosos.

São tão numerosos hoje nos museus e coleções privadas da Europa, os ossos humanos quebrados, fendidos ou fissurados, oriundos de todos os horizontes pré-históricos, e em particular do Neolítico, que, segundo Pales, já ninguém se entusiasma ao ouvir anunciar a descoberta de novas peças paleontológicas apresentando idênticas lesões (20).

O exame mais demorado dêsse enorme acervo de documentos humanos mostra-nos que, em sua maioria, as soluções de continuidade interessam mais assiduamente, como é natural, os ossos longos: tíbias, perônios, fêmures etc., embora afetem também crânios humanos com relativa freqüência, desde o Paleolítico médio.

Mostra, outrossim, que ossos cujas fraturas acabaram consolidando, apresentam, de ordinário, deformações mais ou menos acentuadas que decorreram, evidentemente, de uma cicatrização defeituosa, evolvendo aos caprichos da própria natureza ou do emprêgo de métodos inadequados de tratamento.

Mas a cicatrização das fraturas nem sempre acarretava desvios, encurtamentos e calos viciosos. Algumas vêzes a restauração anatômica do osso era integral, resultado em verdade feliz, se considerarmos que a fratura de um osso qualquer é sempre um acidente grave cujo tratamento impõe o emprêgo de manobras cuidadosas e complicadas.

Parece útil recordar que para ser alcançada a inteira recuperação de um membro cujo osso esteja partido, é imprescindível quase sempre restabelecer a continuidade normal dos fragmentos deslocados pelo choque, e, a seguir, manter os topos no lugar próprio, por intermédio de contenção conveniente. É indispensável também que a imobilização se prolongue até que o calo se organize e adquira solidez e acentuada resistência mecânica.

Tôdas as considerações anteriores nos levam a pensar que os casos de consolidação perfeita de fraturas ósseas, ocorridos no passado pré-histórico, embora pudessem ter sido fruto de processos espontâneos de cura — tal como ainda hoje acontece de maneira esporádica — resultaram antes de uma oportuna intervenção exterior, ou seja, de um tratamento cirúrgico bem orientado.

A suposição é tanto mais aceitável quanto sabemos que em muitos depósitos neolíticos têm sido descobertos ossos partidos e

(20) Ossos apresentando sinais de traumatismo e fraturas aparecem, aliás, com muito maior freqüência no Neolítico do que nos períodos anteriores o que decorre certamente apenas do fato de possuirmos uma quantidade bem maior de restos humanos daquela época do que destas.

BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ressoldados cujo aspecto indica, sem nenhuma possibilidade de dúvida, que foram voluntàriamente imobilizados durante a longa fase de cicatrização óssea.

De tôdas as peças paleontológicas aquela que melhor serve para demonstrar a realidade de uma intervenção exterior na consolidação de certas fraturas antigas é, porém, a mandíbula humana arrancada pelo casal Marthe e Saint-Just Péquart aos terrenos mesolíticos de França.

Tendo-se quebrado em dois na altura do mento, a peça unira-se de maneira adequada, embora com uma ligeira exostose.

Tratando-se de um tipo de fratura cujos fragmentos dificilmente se mantêm em posição correta, os bons resultados da cicatrização sugerem, conforme reconhece o próprio Arzal, que, na contenção do maxilar partido, foi empregado um aparelho protético especialmente construído para isso; sugere, igualmente, que o curandeiro pré-histórico encarregado de atender à vítima do acidente possuía um regular domínio da arte de tratar fraturas. Outra interessante ilação de caráter etnológico, permitida pelo exame da peça, é que o doente usou, durante a convalescença, um regime alimentar especial, composto talvez de sopas de ervas, caldos de raízes ou constituido apenas de mariscos que pudessem ser ingeridos sem o prévio trabalho da mastigação.

DOENÇAS INFECCIOSAS

Mas a humanidade pré-histórica não era certamente vítima apenas das deficiências alimentares, de ferimentos e de lesões traumáticas; outro perigo sempre iminente e, decerto, a mais forte causa de mortalidade seriam, então como hoje, as doenças microbianas.

Paroxismos epidêmicos. sobrevindos de imprevisto, deviam causar verdadeiras hecatombes entre homens pràticamente desprovidos de imunidade contra a maioria dos germes patógenos e sem meios terapêuticos capazes de combater os terríveis efeitos das infecções.

A inópia de dados não permite ir além dessas simples conjeturas, pois, ùnicamente em Téviec — sem dúvida o mais rico e variado depósito de peças patológicas de tôda a pré-história, — vamos descobrir alguns fracos indícios de que, no decorrer do Mesolítico, um surto epidêmico de proporções inusitadas dizimou os membros de um grupo humano dos muitos que então povoariam o ocidente

europeu. Num total de 23 indivíduos, inumados naquela necrópole, contam-se entre êles 8 crianças de idade inferior a 5 anos, algumas colocadas nos braços de homens ou de mulheres. Disposição semelhante ocorre, ainda, segundo Arzal, em Hoedic, jazida de Morbihan.

Tais fatos fazem supor que os infantes, cujos despojos ali se encontram sepultados, sucumbiram no espaço de alguns dias, vítimas da mesma enfermidade dos adultos e que, por êsse motivo, foram colocados juntos.

TUBERCULOSE

A correlação incontestável que existe entre a subnutrição crônica e a tuberculose, levou alguns paleopatologistas a acreditarem que a peste branca bem poderia ter grassado entre as populações pré-históricas da Europa, especialmente entre aquelas que, à maneira dos mesolíticos, viveram sempre atormentadas pela fome.

Semelhante conjectura, ao contrário do que seria de esperar, não tem razão de ser, pelo menos em relação às formas que afetam o esqueleto. Entre os milhares de ossos doentes, hoje incorporados às coleções paleontológicas do Velho Mundo, apenas dois são portadores de típicas lesões tuberculosas (21). Uma das aludidas peças data do neolítico, enquanto a outra é da época do bronze, o que parece demonstrar o aparecimento relativamente recente da doença de Koch na Europa.

SÍFILIS

São bastante vulgares em ossos pré-históricos do Velho Continente as osteítes, as exostoses e as osteomielites, muitas das quais de diagnóstico difícil senão mesmo impossível de fazer-se. Êsses e outros casos de afecções ósseas, cuja razão determinante permanecia obscura ou duvidosa, levaram alguns estudiosos, ainda uma vez, a invadir o domínio das suposições inquirindo se não seriam antes de natureza sifilítica.

(21) As lesões exibidas por outras peças ósseas e dadas como de provável origem bacilar devem, antes, diz-nos Arzal, ser atribuidas ao reumatismo crônico.

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL

A questão, suscitada e respondida de modo afirmativo, quanto ao neolítico, primeiramente por Jules Le Baron, em tese de doutorado vinda a lume em fins do último século, tornou-se, desde então, objeto de longos e eruditos debates em que se empenharam até patologistas de renome. Houve certa exacerbação nas controvérsias quando o professor Monod revelou ter encontrado indicações comprobatórias da terrível doença em ossos oriundos não só da época da pedra polida mas, igualmente, das idades do Bronze e do Ferro. Êste fato é, aliás, perfeitamente verossímil se levarmos em conta que os citados períodos foram assinalados na Europa por grandes movimentos migratórios, confusão de povos e intensas mestiçagens, fatôres por excelência propícios à disseminação de enfermidades do tipo da lúes venérea.

Os que aceitavam de maneira irrestrita as conclusões revolucionárias de Le Baron, chegaram, no calor dos debates, a sustentar que eram de natureza especìficamente sifilítica a maioria senão a totalidade, dos casos de osteíte e de osteomielite encontrados nos restos de esqueletos provenientes da Europa Ocidental e cuja causa estava sujeita a controvérsias (22). Contra tantos exageros clamaram, desde logo, os mais prudentes, objetando que nem sempre seria possível firmar diagnóstico baseado apenas no exame de alguns fragmentos ósseos alterados pelo tempo e por influência dos próprios componentes do terreno em que haviam sido sepultados.

Aquêles que rejeitavam a tese da alta ancianidade da sífilis no Velho Mundo, alegam, por sua vez, que os documentos aduzidos em favor do ponto de vista contrário não são autênticos nem convincentes. Os ossos descobertos no Marne, a calota craniana exumada na Côte d'Or e o próprio Crânio de Ladoga que, no dizer de alguns paleopatologistas, apresentariam lesões estruturais de origem provadamente sifilítica, seriam todos de idade e procedência duvidosa e portanto sem valor documental.

Estava a questão nesse pé, quando os trabalhos de Michaelis vieram, segundo nos parece, estabelecer definitivamente a antiguidade do terrível flagelo entre populações brancas.

(22) O Prof. Verneau cita, como uma nota cômica em meio de tantas discussões sisudas mas apaixonadas, o caso de um cientista eminente, sem dúvida partidário de Le Baron, que, examinando a coleção de ossos pré-históricos e fósseis do Museu do Homem de Paris, afirmou existirem sinais denunciadores do treponema pálido em cêrca de 80% dos crânios recolhidos àquele Instituto.

Aplicando ao estudo anátomo-patológico das peças esqueléticas pré-históricas e fósseis, corrompidas por doenças, processos semelhantes aos usados em petrografia e que consistem em fazer nelas cortes histológicos tão delgados que permitiam realizar o exame das preparações por transparência, logrou êle, com efeito, identificar em três ossos oriundos de sepulturas comprovadamente neolíticas, alterações orgânicas, iguais às determinadas hoje pelo treponema.

Fica assim estabelecido de maneira definitiva que a lues venérea é, no Antigo Continente, contemporânea dos homens da pedra polida e que, com ela, os europeus atravessaram os séculos (23).

DOENÇA DE PAGET

Entre as entidades mórbidas que, sem nenhuma dúvida, flagelavam os remotos habitantes do Mundo Europeu, figura ainda a osteíte hipertrófica de Paget, também chamada "osteopatia deformante progressiva", estado patológico de evolução lenta mas pertinaz que passou, por muito tempo, como sendo uma variedade de sífilis óssea do adulto.

Um caso típico dessa enfermidade, caso, aliás, assinalado entre populações neolíticas de França, foi descrito por L. Pales que o tomou como tema da comunicação publicada sob o título de "Maladie de Paget pré-historique", na "Revista de Antropologia", de Paris, em 1929. (24)

TREPANAÇÕES CRANIANAS

No capítulo das doenças devem ser incluídas também as trepanações cranianas, não obstante, à primeira vista, pareçam ao observador como simples conseqüência de um esfôrço manual, orientado no sentido de perfurar os ossos chatos da cabeça. É que sendo tais operações realizadas com intuitos terapêuticos, na acepção mo-

(23) D. F. «La Syphilis aujourd'hui et chez les anciens». Paris, 1908.

(24) Em seu trabalho, descreve Pales o fêmur neolítico de Lozère, profundamente alterado pela doença de Paget, e inscrito sob o número 179, no catálogo da coleção Prunières, na ordem de sucessão das peças patológicas provenientes da gruta de «l'Homme Mort».

derna do têrmo, indicam de maneira bastante clara a existência de distúrbio de fundo nervoso ou psíquico, entre os homens da idade da pedra.

É preciso, porém, acrescentar, desde logo, que semelhante interpretação, apesar de lógica, tem sido impugnada de modo categórico por muitos paleoetnologistas, particularmente pelos partidários da teoria segundo a qual a maior parte das obras e criações características da humanidade tiveram como ponto de partida um ato de essência cultual (25). Para êstes, o uso das trepanações cranianas teria sido antes impôsto por certas crenças religiosas ou resultou de ignotas práticas de magia; assim, recusam admitir que elas fôssem destinadas ao tratamento de qualquer doença física ou mental.

Há ainda, como Broca, quem, aceitando em princípio a função terapêutica das trepanações, sustente, por outro lado, que elas estavam igualmente ligadas a ritos de exorcismo. No conceito dos povos antigos, serviriam simplesmente para dar saída a um suposto gênio ou espírito que, aninhado no cérebro do enfêrmo, provocaria nêle os movimentos convulsivos próprios a determinados tipos de enfermidade (26).

A contrariar, porém, todos êsses pontos de vista, existe um fato de suma importância, qual seja a instabilidade do campo operatório em que se realizam as trepanações.

Ora, a prática de uma cerimônia religiosa qualquer pressupõe a exata observância de regras e preceitos imutáveis, pelos quais é regulada, o que, evidentemente, não se observa aqui.

As trepanações interessam, na verdade, todos os ossos formadores da abóbada craniana e em particular o parietal esquerdo. Êsse fato, conforme o observou Montandon, em nota ao trabalho de Matiegka (L'Anthropologie T. XXXVIII — 1928), bem melhor se coaduna com a hipótese segundo a qual elas se destinavam ao tratamento de enfermidades orgânicas que ainda não puderam ser determinadas com o necessário rigor.

Operações do tipo apontado foram realizadas com bastante freqüência durante todo o neolítico europeu, notadamente em França e na Tchecoslováquia (27), países cujas estações pré-históricas se tem mostrado muito ricas em crânios perfurados.

---

(25) Marcel Baudouin. «La Pré-histoire par les E'toilles», Paris, 1926.

(26) Broca, De la trépanation pré-historique, etc. Congrés d'Anthropologie de Pest, 1876 e Rev. d'Antropologie, t. IV 1877 (Apud Debierre).

(27) Depois da França, é a Tchecoslováquia o país que possui maior coleção de crânios trepanados. Em nada menos de 13 estações pré-históricas foram retirados um ou mais crânios dêsse tipo. Os lugares, onde se realizaram tais

A assídua utilização de tais processos de cura indicam, por sua vez, que, durante a época apontada, ocorreu naqueles países uma verdadeira exacerbação das enfermidades nervosas ou mentais do tipo das que requeriam o emprêgo de semelhante processo terapêutico.

Indivíduos houve, então, que chegaram a sofrer várias dessas intervenções operatórias suportando-as, quase sempre, com galhardia. Êsse fato é tanto mais notável quanto o trabalho de penetração, realizado com a ajuda de grosseiros instrumentos de pedernеira que raspavam incessantemente a superfície duríssima do osso, era sempre demorado e traumatizante.

Alguns especialistas, tomando para base de estudo um crânio, procedente da estação pré-histórica de Menouville (Seine-et-Oise) e portador de uma trepanação ovalar em bisel, calcularam, diz-nos Arzal, que uma intervenção dêsse tipo duraria em média de uma a duas horas, acarretando sempre enormes perdas sangüíneas.

É também digno de registro que as reações do tecido, surgidas em conseqüência de tão ousadas manipulações cirúrgicas, eram geralmente normais. Em uma vintena de crânios perfurados de sua propriedade, o Dr. Prunières pôde observar apenas, assevera Debierre, um caso de osteíte bem caracterizada. Os outros crânios, naturalmente operados segundo a mesma técnica brutal, apresentavam antes sinais de ter sido imediata a cicatrização dos tecidos lesados.

Nem tôdas as trepanações foram, porém, levadas a efeito em criaturas vivas. O Prof. Broca, que tão bem estudou o assunto, classifica-as, por isso, em dois tipos que denominou, respectivamente, cirúrgicas e póstumas, designações ainda usadas em Paleoetnologia (28).

---

exumações, pertencem todos à época de transição entre o Neolítico e a época do bronze assim como ao período mais antigo do bronze. Nenhuma era de data mesmo ligeiramente posterior ao das estações francesas onde são encontradas peças ósseas semelhantes. Assim, deve-se concluir pela ocorrência de uma transmissão de conhecimentos cirúrgicos, de par com a de outros elementos culturais antes do que pelo deslocamento das populações que possuíam tais técnicas operatórias (Montandon).

(28) A diferenciação dos dois tipos estabelecidos por Broca é, às vêzes, impossível. Em alguns casos, o paciente, não logrando resistir aos efeitos sobremaneira traumatizantes da intervenção, falecia sem que seus tecidos houvessem esboçado, em tôrno da ferida recém-aberta, qualquer reação reparadora. Ora, são justamente os sinais de restauração óssea perceptíveis ao exame que constituem o único critério de que dispomos para ajuizar da natureza da lesão e estabelecer tal diferença. A inexistência, pois, dos indícios apontados, em derredor de qualquer perda de substância, induzira

As do último tipo destinavam-se, conforme presume o autor da discriminação, ao conseguimento de rodelas de osso e, assim, não apresentam qualquer espécie de interêsse de ordem médica. Usados à feição de amuletos, tais fragmentos ósseos teriam por função conjurar os maus espíritos, especialmente os demônios causadores do mal comicial. Forçados a sair da cabeça do enfêrmo, através da janela aberta pela trepanação, bem poderiam êles sentir-se tentados a penetrar no cérebro de novas vítimas (29) e isso seria o único meio de evitar tamanha desgraça.

Além dos crânios portadores de trepanações completas, no gênero das que acabamos de estudar, outros têm sido casualmente encontrados apresentando apenas sulcos mais ou menos profundos cujas disposições levam a suspeitar que se destinavam, em última análise, a fender a calota óssea.

Encontram-se, outrossim, na superfície exterior de crânios neolíticos, sobretudo femininos, lesões ósseas em forma de T que, na opinião de Arzal, resultaram de aplicações repetidas de substâncias cáusticas. Estas teriam sido feitas com o ingênuo propósito de curar cefaléias ou combater manifestações nervosas anormais.

A FERÓCIA PRIMITIVA

Vítimas de algumas das enfermidades físicas que comumente afligem os cidadãos do Mundo Moderno, os pré-históricos padeciam

---

sempre o observador moderno a considerá-lo como tendo ocorrido em um indivíduo já falecido, interpretação essa nem sempre verdadeira. Muito mais fácil é distinguirem-se os orifícios resultantes de trepanações voluntárias, dos que foram motivados por traumatismos violentos sobrevindos em criaturas vivas ou sofridas por seus esqueletos, pois êstes apresentavam ordinàriamente bordos irregulares. Irregulares são também as perfurações de origem patológica, tais como as causadas por abcessos com necrose óssea, por lesões sifilíticas etc. O problema das perfurações cranianas foi também ventilado como um certo desenvolvimento pelo Barão J. de Baye em seu livro «L'Archéologie pré-historique», Paris, 1888, págs. 148-189 — Trabalho a que também recorremos.

(29) Rodelas ósseas de tamanho igual ao dos orifícios das trepanações têm sido não raro descobertas no interior dos próprios crânios de onde parecem provir. Outras jazem ao acaso junto aos cadáveres sepultados e outras completamente afastadas dêles, sem que do fato se possa tirar qualquer conclusão útil ao conhecimento da psique das gentes primitivas.

Muitos dos discos apontados apresentam um ou dois furos circulares provàvelmente destinados a deixar passar o fio que os suspenderia ao pescoço do seu possessor.

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

também das mais variadas deficiências morais e psíquicas. Eram impulsivos e grosseiros e não trepidavam sequer em praticar o assassínio individual ou coletivo.

Semelhantes afirmativas que, por envolverem aspectos ainda conjeturais da mentalidade dos povos primitivos, poderiam parecer duvidosas, têm um cunho de verdade definitiva; são conclusões que decorrem de maneira fácil do exame de inúmeros ossos evidentemente fendidos, partidos ou despedaçados por mãos humanas e que procedem dos diversos horizontes estratigráficos constitutivos do Quaternário.

Implícitos testemunhos de seus transportes homicidas são ainda o crânio de mulher, largamente aberto na fronte por um golpe de machado de sílex, — crânio que M. L. Lartet descobriu, em fins do século passado, jazendo ao pé do grande velho de Cro-Magnon — e o parietal igualmente feminino que, achado mais tarde na gruta de Sordes, ostentava uma fenda parecida. As duas criaturas, consoante Broca o demonstrou, baseado na existência de indícios inequívocos de restauração hística em derredor das brechas ósseas, lograram sobreviver alguns dias à violência da pancada que as atingiu. O não terem tido morte imediata não significa, todavia, que deixassem de cair vítimas da brutalidade de seus iguais, porventura até parentes consangüíneos.

Outras provas sugestivas e concludentes da truculência de homem da pédra antiga vamos encontrar, já agora, nas pinturas rupestres e, particularmente, na de Morella la Vella (Província de Castellon, Espanha), copiada por Benitez e reproduzida por Louquet, em seu livro sôbre a arte paleolítica.

Remonta o aludido afresco ao leptolítico, talvez ao aurináceo, e representa um grupo de indivíduos que, munidos de arco e flechas, lutam furiosamente entre si. No caso, não se trata, é claro, da simples figuração pictórica de qualquer dança ritual ou guerreira, uma vez que, junto ao dorso de um dos participantes da estranha cena, caminhando para êle, aparece a nítida silhueta de um dardo, desferido decerto por qualquer de seus contrários.

Assassinatos, morticínios e guerras, tragédias cruentas cujas proporções e minúcias jamais nos serão reveladas, mas de cuja realidade não podemos duvidar, foram comuns em tôda a alta antiguidade pré-histórica.

Até os homens do mesolítico, julgados outrora pacíficos comedores de mariscos, costumavam lançar-se com grande impetuosidade ao ataque de seus semelhantes, seja do mesmo grupo, seja de grupos rivais.

Na necrópole de Téviec, encontrou, com efeito, o casal Marthe e Saint-Just Péquart (30) a robusta e incontroversa documentação que fundamenta a afirmativa. Aludimos a um esqueleto apresentando duas vértebras, em que se incrustam fragmentos de sílex, da forma característica dos projéteis de então; dêstes, um estava intacto, enquanto o outro se quebrara rente ao osso raquiano.

Estudando o caso e orientando-se pela posição em que estavam as duas pontas, pôde o Prof. Vallois reconstituir satisfatòriamente a trajetória que ambos haviam percorrido nos tecidos da pessoa sacrificada. Uma delas, enterrada na parte posterior da 11.ª vértebra, sugeria que houvera penetrado por trás, transpassando as massas musculares do dorso. A outra, alojada no corpo da 6.ª vértebra, indicava que, tendo alcançado a sua vítima pela frente e um pouco abaixo da clavícula, atravessou-lhe o peitoral, mergulhando no tórax entre a primeira e a segunda costelas; ao prosseguir caminho, perfurou-lhe o pulmão esquerdo e, por fim, seccionou-lhe a aorta. A morte sobreveio, pois, antes mesmo de meter-se no osso o projétil fatídico.

Dramas semelhantes deviam amiúde reproduzir-se ainda no neolítico, pois os homens da pedra polida não possuíam índole menos rude, nem menos pugnaz que a dos seus predecessores mesolíticos.

Os progressos técnicos que haviam conseguido alcançar, no setor das atividades utilitárias, progressos tornados evidentes pela domesticação das plantas e dos animais e pelo aperfeiçoamento da pesca e da arte de navegar, tanto quanto pela construção de cidades lacustres, de cavernas artificiais e de dólmens, não lhes abrandara sequer as tendências combativas. Eram, sem dúvida (31), artistas, agricultores e criadores, mas nada impedia que em seus espíritos, lavrassem, incontidos, o ódio, a ambição e o desejo satânico de matar.

(30) A pugnacidade do homem cujo crânio foi descoberto em Téviec é atestado por uma fratura no maxilar inferior, aliás perfeitamente consolidada e que deve ter sido produzida por um terrível traumatismo. A fotografia dêste crânio cuja lesão já mencionamos anteriormente, é reproduzida por Arzal em seu artigo «Nos ancêtres pré-historiques...», sem indicação da procedência, nem do nome do autor da descoberta.

(31) Embora sem possuir o senso estético dos cavernícolas de Altamira e das grutas de Lascaux, «a Capela Sixtina da pré-história», sabiam pintar e tinham descoberto, além disso o processo de trabalhar a argila de modo duradouro, criando, por essa forma, uma cerâmica assaz elegante e rica em colorido.

Embora o campo para observações e estudo seja, nesse particular, ainda bastante restrito, os dados que hoje possuímos indicam que tais seriam na realidade os sentimentos que dominavam aquêles velhos habitantes da Europa.

De muitas estações neolíticas retiraram-se, com efeito, ossos humanos: tíbias, úmeros, vértebras etc., que, perfurados por projéteis de caça ou de guerra, atestam-lhe à saciedade o vigor dos instintos guerreiros.

Vértebras humanas, penetradas por setas de pederneira, são relativamente fáceis de encontrar nas coleções paleontológicas da França. Provêm, em maioria, das escavações efetuadas pelo Barão de Baye nas estações neolíticas de Coizard, Villevenard, Pierre Muchelot, no Marne e em Petit Morin, e por Cazalis de Fondonce, nas grutas de Costelet.

Ossos golpeados, em condições idênticas, foram outrossim recolhidos por Prunières nas cavernas de Beaumes-Chaudes (Lozère) e por Piette nas grutas de Gourdan. Quase todos guardavam ainda a ponta impacta encravada profundamente na ferida que haviam causado.

Além das cavernas, os dólmens-sepulturas têm, por sua vez, proporcionado aos exploradores outros elementos comprobatórios do mesmo gênero que não deixam margem a dúvidas no tocante ao caráter sanguinário dos homens primitivos. Assim é que, no dólmen — túmulo de Front — Rial (Aveyron), encontrou Baudrimont uma tíbia atingida, em seu têrço inferior, pela ponta de um sílex de forma prismático-triangular. Volumosa exostose, dura e ebúrnea, formara-se em tôrno do ferimento, sinal denunciador da séria reação dos tecidos lesados. (32)

Outro caso de hiperplasia, conseqüente a lesão por arma de arremêsso, vamos descobrir o úmero de adulto, originário da estação pré-histórica de Oyes. A curiosa peça anátoma-patológica traz implantada, na parte superior, o fragmento do projétil que a feriu e provocou a neoformação óssea; mostra, igualmente, sinais de osteoperiostite epifisária, indicadores de que o ferimento causou ali um estado doentio assaz pronunciado.

Entre os numerosos legados do mesmo tipo com que os pesquisadores antigos e modernos enriqueceram o patrimônio da arqueologia, merece ser citado ainda o crânio humano dolicocéfalo, atin-

(32) Descoberta idêntica foi levada a efeito por Zilienski na mesma estação pré-histórica.

gido por um dardo cuja parte vulnerante era feita de chifre de alce e que resultou das escavações realizadas por Nilsson numa sepultura de Tygelsjo.

O achado é interessante porque, além de nos lembrar remotos conflitos entre homens primitivos, revelam mais uma vez a extraordinária fôrça de penetração de suas armas e a determinação e o vigor com que as sabiam manejar.

Examinando melhor a velha sepultura que explorava, pôde aquêle professor observar, jazendo ao lado dos restos do indivíduo cujo crânio estava assim ferido, trinta a quarenta esqueletos da mesma raça dolicocéfala, de envôlta com numerosos fragmentos pontiagudos de pederneira. Para explicar a presença daqueles petrechos de guerra, supõem alguns autores que êles teriam servido para prostrar os indivíduos junto aos quais foram descobertos e estariam, portanto, primitivamente mergulhados nos tecidos moles das vítimas. Outra hipótese de feição igualmente trágica que poderia ser formulada em tôrno do assunto é a de que os sílex pertenciam aos próprios mortos e ali se encontravam por terem sido enterrados com os seus donos, êstes sacrificados, talvez, no decorrer de qualquer encontro porfiado e sangrento. Qual das hipóteses é a verdadeira jamais o saberemos, fato sem muita importância porque, em qualquer dos casos, fica evidenciado que houve luta cruenta e isso basta para documentar a fereza de ânimo dos nossos antepassados.

A ANTROPOFAGIA

Além de impulsivos, briguentos e sanguinários, eram os primeiros ocupantes do solo da Europa Ocidental canibais na expressão mais crua do têrmo. Não dispomos, é certo, de provas positivas e irrefragáveis que demonstrem a exatidão de semelhante afirmativa, mas nós assim concluimos tomando por base indícios numerosos e veementes. Tais indícios permitem presumir que, tendo-se tornado carnívoro em virtude de premente necessidade alimentar, cedo êles acabaram descambando para o canibalismo puro e simples, levados pelo imperioso desejo de sobrevivência. (33)

(33) Várias teorias vêm sendo aventadas com o fim de explicar as origens do canibalismo. A teoria alimentar que considera a fome como sendo a causa dêsse velho costume foi terminantemente rejeitada por alguns especialistas em virtude da existência da antropofagia no seio de populações que dispõem de recursos alimentares abundantes e variados. A objeção, todavia, não procede pois há que distinguir as condições primitivas que determinaram a eclosão dêsse fenômeno social e as que fizeram sobreviver, até os nossos dias entre populações ricas e, por vêzes, bastante cultas. A teoria alimentar, deve ser, pois, não obstante essas e outras objeções, consideradas ainda a mais racional e lógica. Assim o demonstrou Paul Descamps. («Le Canibalisme, ses causes et ses modalités». L'Anthropologie, Tome XXXV. Paris, 1925.

Mais tarde, a essa causa direta, imediata e, por que não dizer, fatal do canibalismo vieram juntar-se vários motivos menores, tais como o anseio de vingança, a perversão do gôsto, superstições e crendices que deram, ao costume instituído, um caráter excessivamente complexo.

Devorando a carne de seus semelhantes, muitos povos antigos pensariam talvez, à maneira de como pensam alguns selvagens dos nossos dias, que se apropriavam, ao mesmo tempo, da coragem, do valor físico e até das qualidades psíquicas de que, porventura, fôssem possuidoras as pessoas de que faziam seu repasto.

Tendo-se perpetuado sob as mais variadas formas até os tempos históricos, o hábito da antropofagia recua, na Europa, ao Paleolítico.

Atesta a alta ancianidade de tão bárbara usança a existência de ossos de mulheres e de crianças mais ou menos carbonizados, alguns até fendidos, como os dos próprios animais, em meio de restos de cozinha provenientes das estações pré-históricas daquela época distante.

Muitos dos despojos apontados apresentavam em suas extremidades esponjosas, estrias e acanaladuras que poderiam perfeitamente ter sido produzidas por dentes humanos. (34)

Nas condições apontadas, estavam os ossos aliás bastante numerosos, retirados por M. Marion da estação de Saint-Marx (Aix-en-Province), bem como os que Capellini descobriu na ilha de Palmaria (Itália), Spring, na Bélgica, e Richard Owen, na Escócia.

Pouco escrupulosos na luta pela existência e vivendo numa sociedade onde imperava a lei do mais forte, o primitivo não trepidava, pois, em devorar mulheres e crianças, fato de suma importância se levarmos em conta que os povos que adotam semelhante atitude estão votados à extinção num prazo relativamente curto.

(34) Joly, op. cit., pág. 313.

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ESTATURA E COMPLEIÇÃO

Focalizada a mentalidade dos primitivos europeus através de seus impulsos, hábitos e costumes, rememoradas algumas das enfermidades que os vitimavam, ocorrem naturalmente agora algumas indagações a respeito do tipo somático que possuíam. Eram êles, na realidade, conforme se presume, sêres sobremaneira altos e donos de uma robustez que julgaríamos hoje fora do comum?

A suposição embora decorra de fatos verdadeiros, só é exata dentro de certos limites. Muitos anos de pesquisas no campo da Paleantropologia física vieram, com efeito, revelar que apenas possuíam semelhantes características morfológicas os homens de Cro-Magnon, ou sejam, os caçadores de rena do Périgord — descritos pelos especialistas como indivíduos cujos membros podálicos seriam particularmente longos e rijos, tal convinha a quem se entregava de maneira habitual a demoradas excursões venatórias — e os da raça de Grimaldi — também atletas e marchadores incansáveis. Via de regra os outros europeus da idade da pedra, não obstante vigorosos, mostravam uma compleição que nada tinha de hercúlea.

A estatura, por sua vez, ainda que variasse, de acôrdo com a época considerada, com a idade e o sexo dos indivíduos examinados, conservava-se, quase sempre, abaixo da média de tamanho vigorante em nossos dias, para populações nórdicas da Europa e para os americanos do norte. Nos Estados Unidos considera-se, de fato, pequena, tôda pessoa cuja estatura não ultrapasse 1,65m.

A altura que oscila no Paleolítico inferior, entre 1,60m aproximadamente (**Pithecanthropus**) e 1,56 (**Sinanthropus**); desce, no Paleolítico médio, a 1,55m (Homem de La Chapelle-aux-Saints), para subir novamente, no Paleolítico superior, a 1,79m (**Grimaldi**), 1,82m (**Cro-Magnon**), 1,66 (**Chancelade**); no Mesolítico, ia ela de 1,44m a 1,67m e no Neolítico, era apenas de 1,62m. (35)

O professor Carlos Debierre assegura, por sua vez, que a maior dimensão vertical encontrada em esqueletos humanos pré-históricos é a do esqueleto de Menton, que mede 1,85m e a menor a de Furfooz com 1,50m. Os esqueletos de Neanderthal e de Brux teriam, em média, 1,70m.

(35) Yves Arzal «Nos ancêtres pré-historiques suffraient des mêmes maux que nous», Science et Vie, n.º 419 — 1952.

DURAÇÃO DA VIDA

Relativamente baixos e dotados de uma fortaleza física que, na maioria dos casos, nada tinha de extraordinária, sujeitos aos ataques das mais diversas enfermidades psíquicas e somáticas, rudes e agressivos, os antepassados dos europeus modernos não conheciam a euforia da vida, nem o bem-estar físico e mental que são, sob determinados aspectos, o apanágio do civilizado dos dias que correm.

Vivendo em luta sem descanso contra os elementos, contra os animais e contra os seus semelhantes, sucumbiam cedo, o que tornava, dêsse modo, a média da vida, entre êles, bem inferior à média atual. (36)

Que a duração da vida era, outrora, mais curta que a de hoje é conclusão que flui não só do que acabamos de enumerar mas também dos fatos seguintes, postos em relêvo pela quase totalidade dos especialistas que se ocupam de assuntos relativos à pré-história. Referimo-nos à enorme discrepância que existe, nas coleções paleontológicas de todo o Mundo, entre o número de esqueletos e fragmentos de esqueletos pertencentes a crianças e jovens, de um lado, e, do outro, total de peças ósseas que integravam indivíduos adultos e velhos. A desproporção apontada que não pode ser tida como fruto de acaso, demonstra, pois, de modo insofismável, serem os óbitos prematuros e a morte de pessoas que sucumbiam em plena juventude, a regra naquele longínquo passado. Ora, todos sabem que a freqüência de óbitos de criaturas jovens faz baixar sensìvelmente o índice médio de vida entre os grupos humanos.

Outro elemento capaz de servir de base para indiretamente ajuizarmos do tempo de duração da vida do homem pré-histórico é a anomalia que apresentam muitos crânios provenientes daquele período, anomalia que consiste numa disparidade flagrante entre o adiantado processo de consolidação das suturas ósseas e o relativo atraso em que nêles permanece a evolução dentária.

Para melhor compreensão do assunto, lembraremos que a ossificação das suturas cranianas é um caráter dos mais constantes na velhice e que uma demora qualquer, na marcha do desenvolvimento

(36) Vallois, estudando 175 crânios de Neanderthal, concluiu que dêles, apenas 3 se referiam a indivíduos tendo atingido 50 anos. V. Vallois, «La Durée de la vie chez l'Homme Fossile». Comptes Rendus. T. 204, pág. 60 (Apud Betim).

dentário, pode ser causado pelo raquitismo, doença aliás comunís-sima naquelas épocas pretéritas; ou ainda indicar vários outros distúrbios de natureza patológica. A simultaneidade, porém, dos dois fenômenos em um mesmo indivíduo sugere antes que, embora seja êle cronològicamente jovem, como parece demonstrar o estado dos dentes, experimentou uma brusca aceleração do crescimento, que o teria levado precocemente à maturidade, condição fisiológica esta que é, por sua vez, atestada pelo grau de ossificação das áreas cartilaginosas.

O raciocínio nada tem de arguto, pois ainda hoje êsse dinamismo vital precipitado se manifesta nos povos selvagens de todo o Mundo. Necessitando de fôrça bruta e tenacidade para subsistir, êles amadurecem depressa, isto é, terminam de maneira rápida as primeiras fases do ciclo de sua existência, atingem cedo a virilidade, para logo mergulhar no ocaso de uma rápida velhice.

Aceito, como verdadeiro, que as condições ambientes tendiam a apressar as trocas orgânicas dos primitivos, ou antes, concorriam para lhes encurtar o período de infância e de juvenilidade, estaria, **ipso facto**, admitida a relativa brevidade de sua existência. Isso porque a longevidade do ser humano, como a de qualquer outro vertebrado, acha-se, de maneira geral, na dependência do tempo que leva para alcançar seu pleno desenvolvimento somático, e é inversamente proporcional a êsse mesmo tempo. (37)

(37) Isso segundo a fórmula de Bunge, que faz depender a **longevidade de um indivíduo** qualquer do tempo que êle leva para alcançar seu pleno desenvolvimento físico, sendo a êle inversamente proporcional.

Quanto mais ràpidamente, diz Bunge, um animal duplicar o pêso que apresente ao nascer, tanto mais curta será a sua passagem sôbre a Terra. Aliás a prova experimental do princípio em que se baseia a fórmula de Bunge já foi realizada.

Numerosas pesquisas mostram, com efeito, que, protelando para certos animais a época normal do acesso à idade adulta, podemos-lhes retardar bastante a decrepitude e mesmo a hora da morte, fato para cuja demonstração foram realizadas, há alguns anos, pelos biologistas Mac Cay e Mary Croxell, da Universidade de Cornel, experiências curiosas e sugestivas. Administrando a ratos, entre a desmama e a idade de vinte e oito meses, um regime suficientemente rico em vitaminas e substâncias minerais mas deficitário em calorias, êles conseguiram atrasar-lhe o crescimento de maneira notável. Êste se fêz em mil dias em lugar de cento e vinte, como deveria ocorrer. Os ratos em estudo viveram muito mais tempo do que os espécies testemunhos, normalmente alimentados; o mais longevo daquele grupo atingiu a idade de quatro anos, enquanto que o dêste não viveu senão dois anos e oito meses. (J. Dauven).

Yves Arzal, fundamentando suas deduções em estudos levados a efeito por um grupo de especialistas que tinha em mira determinar a idade provável dos esqueletos fósseis pelo estado das suturas cranianas, teve por sua vez o ensejo de concluir que, no paleolítico, a vida não ia além de 55 anos.

Era isso, acrescenta êle, um teto quase nunca ultrapassado, enquanto hoje a "vida normal" pode chegar a níveis muito superiores. E prossegue: a existência devia ser ainda mais fugidia do que a assinalada, em certas regiões do Mundo Antigo, como na Bretanha, por exemplo, onde as condições de clima e de alimentação reinantes se mostravam desfavoráveis para o homem. Naquele trecho da costa francesa, durante o mesolítico, a vida jamais ultrapassou de 47 anos para os homens e de 45 para as mulheres; o transpasse sobrevinha ordinàriamente entre vinte e trinta, enquanto muitas crianças morriam em tenra idade.

Entre populações neolíticas, achou-se, diz êle, que apenas 7% de indivíduos lograram transpor a casa dos sessenta.

H. V. Vallois, reputada autoridade em paleoetnologia, afirma, também, com a natural prudência que lhe impõe o justo renome, que "a duração de vida entre os homens fósseis era notàvelmente menos dilatada que em nossos dias". E acrescenta: "Num total de cento e oitenta e sete indivíduos cuja idade foi possível determinar, mais de um têrço (55% dos homens de Neanderthal; 34,3% dos homens do paleolítico superior; e 37% dos mesolíticos) sucumbiram antes de atingir 20 anos.

A grande maioria dos que sobreviveram (40% dos homens de Neanderthal; 53,9% dos homens do paleolítico superior e 58,5% dos mesolíticos) findou-se entre vinte e quarenta anos.

Além desta idade-limite restaram, pois, dezoito indivíduos, (com as proporções seguintes para as três épocas: 5%, 10,8% e 15%. Dêstes, apenas três conseguiram transpor a casa dos cinqüenta. Eram êles o homem de Obercassel, um dos sepultados d'Hoedic e um dos de Montardit. Nem mesmo qualquer dos indivíduos apontados chegou à velhice pròpriamente dita, pois todos apresentam ainda abertos largos trechos de suas suturas cranianas".

"Diferenças notáveis se evidenciam também, diz-nos, por sua vez, R. Lantier (38), entre a duração da vida do homem e da mulher do passado. Os quatro neanderthalenses que viveram mais de

(38) Raymond Lantier «La vie pré-historique», Paris, 1952.

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

trinta anos são todos homens; no paleolítico superior, num total de onze indivíduos de sexo conhecido que alcançaram idade superior a quarenta anos, dez eram homens; e no mesolítico, são ainda homens os três indivíduos maiores de quarenta. (38a)

No que diz respeito à mortalidade, ocorrida entre vinte e trinta anos, a proporção é, entre homens e mulheres, exatamente inversa".

A curta duração da vida dos homens pré-históricos seria, como regista o próprio Vallois, um fato natural, enquanto a longevidade que se observa nos dias atuais decorre antes do progresso material alcançado pela humanidade.

Se fôssemos colocados nas mesmas condições de existência dos nossos remotos antepassados, decerto a média de nossas vidas seria perfeitamente igual à dêles.

(38a) Le fameux vieillard n'était (diz-nos um autor moderno), en fait pas tellement vieux: il devait avoir au grand maximum 50 ans; quant au crâne n.º 2, s'il est bien un crâne feminin comme on le pensant, la femme à qui il a appartenu n'était pas âgée de 35 à 40 ans au moment de sa mort: elle n'avait pas plus de 20 à 30 ans. Rejeunissement du même ordre pour crâne n. 3; un homme de 30 a 40 ans et non de 45 ans.

Enfin, le fragment de crâne appartenant à un quatrième personnage aurait eu, lui aussi, de 35 a 40 ans.

Le groupe de Cro-Magnon était donc formé de personnes sensiblement plus jeunes qu'on le croyait...

DESCOBERTA E CONQUISTA DE NOVAS PLANTAS

AS PLANTAS INCORPORAM-SE AO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

As plantas cultivadas representam, em conjunto, um patrimônio que nos foi penosamente transmitido, de geração a geração, através de idades incontáveis. Tendo-se constituido em época bastante recuada, tal patrimônio não apenas permaneceu inalterável com o correr do tempo, no que se refere a seus elementos essenciais, mas ainda, conforme lembra Sorre, viu-se, não raro, desfalcado de muitos elementos secundários que o integravam inicialmente.

Ao contrário do que é em geral admitido, a domesticação, ou seja, a sujeição ao homem das espécies fitológicas, que viriam a ser a cepa originária das culturas vegetais modernas, nem sempre resultou também de trabalho humano conscientemente orientado para a consecução de um tal fim. A maioria das plantas que, nos dias atuais, enriquecem o nosso patrimônio econômico, a êle incorporou-se por fôrça de qualidades que lhes eram peculiares, antes do que em virtude da atividade e determinação dêste ou daquele agregado social.

Partiu, poderíamos dizer, sem muito exagêro, das plantas chamadas hoje antropófilas, a iniciativa de se aproximarem das sociedades primitivas, a cuja sombra passariam a viver e prosperar. Por paradoxal que pareça, o homem não foi buscar de moto próprio as espécies úteis às matas, aos campos ou às florestas virgens, onde viviam, para domesticá-las; aceitou-as, como antes aceitara os animais selvagens que o haviam procurado sob o impulso da curiosidade ou seduzidos pela perspectiva de obter, com a sua companhia, alimentação abundante, certa e fácil.

Devorando, com a sofreguidão e a estupidez do irracional faminto, os produtos da terra logo depois de apanhados, colhendo sementes, grãos ou frutos; arrancando ao solo bruto tubérculos, bulbos ou raízes, para prover-se, jamais luziu, com certeza, no cérebro nevoento do primitivo, a idéia de reproduzir, pela cultura, as plantas de que se beneficiava.

A germinação das sementes, o proliferar dos rebentos e muitos outros fenômenos de igual natureza eram, no momento, para a humanidade primeva, mistérios indevassáveis.

Nos primórdios da nossa evolução social, tal como sucede hoje em relação aos povos ditos incultos, o apanhador, no caminho de regresso ao precário lar, devia deixar cair inadvertidamente uma pequena parte da colheita diária que ia perder-se pelas trilhas mal distintas; outra, igualmente pouco considerável, tombava ao chão nas cercanias das habitações, ou dentro delas, e era esquecida; a maioria, porém, da carga transportada chegava ao destino final, que era o ventre sempre faminto da família primitiva. Caules, tubérculos e grãos, trazidos da floresta para a subsistência comum do grupo, lançados, voluntàriamente ou não, ao acaso nos espaços livres que circundavam os rústicos abrigos pré-históricos; bulbos esquecidos na terra gorda; sementes que, incólumes, voltavam ao solo depois de ter passado pelo tubo digestivo de homens e mesmo de animais e de aves que, já então, deviam com êles viver em sociedade promíscua; tudo, enfim, que podia germinar, acabava brotando naqueles chãos enriquecidos por tôda sorte de detritos orgânicos.

As plantas, que assim irrompiam do solo, crescendo à toa, eram, de ordinário, pisoteadas e desapareciam; apenas as mais resistentes conseguiam subsistir desde que, portadoras de especiais dotes de sociabilidade, fôssem capazes de se acomodar às condições de existência oferecidas pelo meio onde agora acidentalmente se encontravam.

Originaram-se, dêsse modo, sem a imediata interferência do Homem, mas sob suas vistas indiferentes e ao seu alcance, arranjos anárquicos de espécimes fitológicos das mais diversas procedências: eram sociedades botânicas que se tornavam progressivamente mais complexas, à medida que a elas se vinham juntar novos exemplares, trazidos das regiões vizinhas pelos agentes atmosféricos, pelos animais ou pelo próprio homem, de envolta com as variedades comestíveis.

O aparecimento de conjuntos vegetais espontâneos, do tipo apontado, fazendo-se, de maneira regular ou mesmo infalível, onde quer que o homem estacionasse demoradamente, acabou, sem dúvida, por espicaçar a mente rude do primitivo, nela despertando o desejo de imitar a natureza em ação, perpetuando, também, por fôrça da própria vontade, os tipos botânicos que lhe parecessem a qualquer título vantajosos.

Cedendo a semelhante desejo, êle iniciava a fase chamada da protocultura vegetal, fase que consistiu em retirar dos grupos botânicos complexos, assim formados, as espécies úteis, capazes de viver em conjuntos homogêneos, e multiplicá-las cuidadosamente.

EXPANSÃO DAS ESPÉCIES CULTIVADAS DE MAIOR RENDIMENTO

Obtida a multiplicação artificial de uma planta sélvagem, alcançada, numa palavra, a sua domesticação por um grupo social qualquer, passou ela, muitas vêzes a ser, desde então, o centro em tôrno do qual, durante séculos, giraria a vida dêsse agregado humano.

Malgrado isso e o natural interêsse de cada grupo em manter o monopólio das espécies botânicas, que haviam tido a primazia de domesticar, poucas lograriam, porém, permanecer indefinidamente adstritas ao **habitat** originário.

As migrações em massa, o comércio, e, sobretudo, as guerras de conquista, pondo em contato culturas heterogêneas, acabaram por acarretar a difusão do conhecimento das plantas domésticas e da técnica de melhor conservá-las e reproduzi-las. Fizeram, outrossim, com que estas deixassem de constituir propriedade de poucos indivíduos, para passar a pertencer ao patrimônio de grupos cada vez mais numerosos e complexos.

O desenvolvimento das relações entre tribos e a vulgarização das técnicas agrícolas trouxeram, pois, uma considerável expansão de certos vegetais úteis, alguns dos quais lograram, com o tempo, cobrir regiões consideráveis e fazer abrolhar verdadeiras civilizações típicas (civilizações do milho, do trigo, do arroz etc.).

Sucedeu, porém, muitas vêzes, que espécies ligadas a um mesmo gênero botânico, ou a gêneros botânicos afins, eram cultivadas por determinados povos, que viviam em áreas geográficas onde ocorriam as interpenetrações culturais.

No caso, formavam-se, dentro de cada grupo, verdadeiras parcialidades, que só terminavam quando as preferências da maioria dos agricultores, ou dirigentes, se fixava no tipo que lhe parecia mais útil.

A planta desprezada, por apresentar rendimento inferior ao da rival ou ser de trato mais difícil, acabava sempre por cair no olvido e desaparecer.

Exemplos de plantas cuja utilização e cultura o homem desprezou em proveito de variedades exóticas do mesmo gênero, porém mais lucrativas, temo-los, vulgares, na história econômica de todos os povos da terra.

Um inventário ainda que suscinto de tais fatos, embora interessante, levar-nos-ia, por certo, muito para fora do âmbito das simples considerações a que nos propusemos tecer em derredor do assunto e, por isso, abstemo-nos de fazê-lo.

EXEMPLOS DE SUBSTITUIÇÃO DE ESPÉCIES FITOLÓGICAS ÚTEIS

Rememoremos, todavia, por instrutivos, alguns casos típicos, não apenas de troca intencional de espécimes vegetais por outros mais produtivos, mas também de abandono, puro e simples, de determinadas plantas úteis por grupos primitivos e mesmo por civilizados. Tais casos vêm, com efeito, ocorrendo, amiúde, desde o neolítico europeu e ainda aparecem, com relativa freqüência, entre povos cultos dos nossos dias. Servirão como pontos de referência para melhor podermos, mais tarde, apreciar o significado e a projeção atual de tais fenômenos, dentro do âmbito da botânica econômica (A).

O mais antigo caso de substituição de uma planta, em virtude de interferência humana, teria ocorrido, segundo se pode inferir da leitura do artigo do Prof. Augusto Chevalier, intitulado "La dispersion de certains arbres fruitiers sauvages par l'Homme avant l'agriculture", antes mesmo do Paleolítico e envolveria duas espécies de carvalhos: "**Quercus petraea** ou **sessilfolia**", de Smith, de fôlhas sésseis, e de "**Quercus robur** ou **pedunculata**", de Eberhad, de fôlhas pedunculadas e de bolotas maiores e mais numerosas do que a congênere. (1)

Partindo da premissa, aliás muito discutível, de que as florestas constituídas por uma única essência vegetal dominante seriam criações humanas ou, mais precisamente, obra de pré-homínidos, o professor Chevalier conclui que as matas densas do Velho Continente, hoje formadas por qualquer das duas espécies botânicas apontadas, seriam artificiais e frutos da atividade agrícola de grupos sociais autônomos, que ali viveram num remoto passado pré-histórico. Não convindo, certamente, aos agregados humanos que haviam domesticado a **Quercus petraea**, a posse indefinida desta planta lenhosa — que, com o correr dos tempos, verificaram ser de pouco rendimento —, tê-la-iam substituído pela outra, alterando, dêsse modo, a paisagem florística da região que habitavam.

Assim, propagou-se a **Quercus robur** em direção a W. do continente médio-Europeu, tomando, progressivamente, o lugar da congênere, a ponto de eliminá-la por completo de certos países ocidentais, como a Dinamarca, por exemplo. (2)

Já que nos referimos à Dinamarca, parece oportuno examinar igualmente a sensacional descoberta paleontológica levada a efeito, em maio de 1950 nas turfeiras do interior daquele país nórdico, porque muito de perto se prende ao problema que ora nos interessa. (3) Aludo ao chamado homem de Tollund exumado na localidade do mesmo nome, em pleno coração da Jutlândia. É êle, segundo a nossa maneira de pensar, um dos documentos humanos de maior valor para o conhecimento da evolução dos hábitos alimentares dos povos europeus, bem como para a história das plantas cultivadas.

Embora sepultado havia mais de 2.000 anos, o cadáver apresentava, ao ser retirado da estranha tumba, os tegumentos da face e parte superior do corpo em tão bom estado de conservação, que sugeria a idéia de vida e modernidade.

Era como se estivesse tranqüilamente adormecido, escreve um observador, talvez com certo exagêro. (B)

---

(1) Êsses exemplos são, outrossim, interessantes, e mesmo necessários porque comprovam o ponto de vista que expressamos no tocante à expansão das espécies úteis e, em parte, contradizem o parecer do Prof. George F. Carter, presidente do Departamento de Geografia da John's Hopkins University, relativo ao mesmo assunto. Na opinião dêste cientista, as plantas domésticas, que integram o patrimônio das sociedades primitivas, lhes são pode dizer-se, inerentes, pois a elas se acham ligadas de maneira tão íntima e duradoura e lhes são tão peculiares, quanto a cerâmica, os usos e costumes.

(2) Embora sugestiva e muito se ajustando ao ponto de vista que defendemos no tocante à expansão das espécies vegetais cultivadas; a tese do prof. Chevalier tem a contrariá-la, em parte pelo menos, as observações já antigas, porém ainda valiosas, do Prof. Steenstrupel (Joly, «L'homme avant les métaux», Paris, 1881) relativas à Dinamarca.

O escritor citado que é, aliás, uma das maiores autoridades em assuntos referentes à pré-história daquele país, ventilando problemas de paleobotânica, sustenta que a transformação da paisagem florística resultante da substituição da **Quercus sessilfolia** pela **Quercus pedunculata**, fenômeno fitogeográfico que ali ocorreu ao tempo da formação das turfeiras ou, mais particularmente, no fim do Neolítico, — teria sido motivado simplesmente por casual mudança nas condições de tempo e de solo.

(3) A extração da turfa, praticada para fins comerciais nas charnecas e nos pântanos, tem revelado, conforme é sabido, inestimáveis tesouros arqueológicos; constituem os objetos os mais díspares, tais como trombetas da idade do bronze, ornamentos de ouro, de prata e de cobre, arados votivos etc., que foram depositados, no terreno, em época muito anterior a tôdas as crônicas escritas no país.

Das turfeiras dinamarquesas, bem como das regiões circunjacentes da Alemanha e Holanda, têm sido igualmente retirados, no decorrer dos dois últimos séculos, muitas dezenas de corpos de homens, de mulheres e de

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Cuidadosamente estudado pelo professor dr. P. V. Glob, diretor do Museu de Aahrus (C), revelou, entre outras coisas curiosas, ter sido o indivíduo sacrificado logo depois da ingestão de uma sopa de legumes e grãos, repasto provàvelmente de caráter ritual.

Tendo falecido quando apenas se iniciavam os complexos fenômenos da digestão, o seu estômago denunciou a presença de certa quantidade de sementes de cevada, de linhaça e de gergelim bastardo (**Camelina linicola**). Patenteou ainda a existência de persicária (**Pygonium lapathifolium**), e de outras plantas verdes cultivadas na Europa Setentrional, durante a idade do bronze, para fins alimentares, mas que, atualmente, em sua maioria, caíram no esquecimento e, por isso, já não figuram nos cardápios dos povos do Velho Mundo.

Na cavidade gástrica do homem de Tollund, agora depositado no Museu de Copenhague, descobriram-se, além disso, fragmentos de azêda-dos-campos, pé-de-ganso (**Chenopodium album**), couve-de-vaca, espárgula, plantas que os modernos especialistas em Botânica consideram inteiramente selvagens.

Não é, de nenhum modo, aceitável, segundo opina o próprio Prof. Glob, que tais espécimes fitológicas se encontrassem misturadas, de maneira fortuita, com as variedades alimentícias, então cultivadas pelos europeus, e que, assim, houvessem sido ingeridas por mero acidente.

Podemos, pois, concluir que os vegetais cuja lista demos acima eram, então, domésticos ou, pelo menos, faziam parte do grupo das espécies consideradas comestíveis. Inferimos, ainda, que o uso de tais plantas foi posteriormente abandonado, visto como nenhum europeu dos nossos dias as utiliza em preparações culinárias.

Fruto da arte humana foi, certamente, também a substituição do **Saccharomyces Windlocki** pelo **Saccharomices cerevisiae,** evento que ocorre, desta vez, em plena África do Norte.

Procede o **Saccharomyces Windlocki**, conforme apurou o professor berlinense Johannes Gruss, da Mesopotâmia, onde teria sido usado, ainda em estado selvagem, de envôlta com o mel silvestre de que se serviam os primitivos habitantes daquela região asiática, particularmente os babilônios, para adoçar algumas beberagens. Em

---

crianças alguns dos quais vitimados por afogamento, acidental ou voluntário nas águas das lagunas. A grande maioria dos cadáveres, exumados daqueles pântanos, revelavam, porém, sinais inequívocos de haverem sido lançados às águas depois de morte violenta. Uns traziam, com efeito, apertado em tôrno do pescoço cordas providas de nó corrediço, outros exibiam o crânio com largas fraturas, e outros, ainda, ferimentos letais de natureza vária.

época para nós incerta do período pré-dinástico, viu-se o lêvedo transportado para o vale do Nilo, sendo aí obtido em relativo estado de pureza e empregado como ingrediente básico no fabrico de vários tipos de cerveja.

Os vestígios mais antigos dessa levedura, nas terras ribeirinhas do Nilo, foram, com efeito, descobertos pelo professor Gruss, em vasos procedentes do médio Egito, alguns dos quais remontam a 5.200 anos, como, por exemplo, êsse magnífico recipiente de barro exumado em Negeda e que ora faz parte das coleções arqueológicas do Museu de Berlim. A presença do **Saccharomyces Windlocki vem sendo**, depois disso, assinalado regularmente até a época da jarra sepulcral da rainha Merit Amum, vaso em cujo interior é encontrado pela última vez. Daí por diante, aparece, nos recipientes destinados a conter bebidas fermentadas, apenas o **Saccharomyces cerevisiae,** lêvedo que ainda hoje serve aí, como em todo o mundo, para a produção de cerveja, de alta e baixa fermentação. (D)

Dos fatos apontados, concluimos que, cultivado na pátria dos faraós desde o período pré-dinástico e utilizado durante cêrca de dois mil anos pelos seus moradores, acabou, o **Saccharomyces Windlocki** cedendo lugar ao **Saccharomyces cerevisae,** cujo uso foi ali introduzido em época histórica igualmente duvidosa para nós.

Relegada pela planta rival a um plano econômico secundário, viu-se o **Saccharomyces Windlocki** abandonado pelos cervejeiros egípcios e, assim, perdeu-se o conhecimento de mais esta espécie vegetal útil, que era patrimônio de uma sociedade já bastante evolucionada.

Casos de abandono e de substituição de uma cultura vegetal por outra poderiam multiplicar-se, pois ocorrem, conforme dissemos, de maneira bastante vulgar na história econômica de todos os povos.

Não encontramos, todavia, motivo para insistir num assunto, que temos por perfeitamente esclarecido.

DESTINO DAS PLANTAS ESQUECIDAS OU DESDENHADAS

Deixando, por uma razão qualquer, de participar do chamado complexo biológico do homem, os vegetais domésticos deixaram também, é óbvio, de merecer-lhe os cuidados e a proteção a que já estavam inteiramente afeitos e que eram para êles, a garantia contra os ataques dos inimigos naturais e contra as agressões do meio físico. Desamparadas, muitas variedades fitológicas pereceram, acabando por extinguirem-se; outras, mais vivazes, lograram resistir, voltando, aos poucos, ao primitivo estado de selvajaria.

ENFRAQUECIMENTO PROGRESSIVO DAS PLANTAS DOMÉSTICAS DE MAIOR UTILIDADE

Prêsa da ânsia de produzir mais e melhor, ânsia que foi sempre, pode dizer-se, uma das poderosas determinantes do progresso em todos os seus aspectos, o homem selecionou as espécies úteis que melhor lhe serviam às necessidades alimentares, industriais e mesmo estéticas; multiplicou-as, depois, em variedades, criando tipos de grande beleza ou de alto rendimento econômico.

Olvidava, porém, quem procedia dêsse modo, que, à medida que ia completando a domesticação das plantas, ia, ao mesmo tempo, afastando-as progressivamente da natureza; esquecia ainda que reproduzi-las por processos artificiosos, obrigando-as a viver em formações cerradas, e, portanto, em condições antinaturais (campos de culturas, bosques etc.), significava enfraquecê-las sempre, expondo-as aos perigos dos ataques, cada vez mais amiudados, de parasitos animais e vegetais.

Nem mesmo os agrônomos modernos, de ordinário tão perspicazes, se aperceberam, desde logo, da grande e amarga verdade.

Valendo-se dos recursos multifários e poderosos da técnica e das aquisições científicas mais recentes, aperfeiçoaram, sob múltiplos aspectos, as plantas úteis, mas, com isso, não as tornaram mais resistentes do ponto de vista ecológico, nem curaram de lhes estimular, por qualquer meio, as resistências constitucionais. Bem ao contrário, aumentando-lhes de maneira extraordinária a produtividade, êles lhes aumentaram inadvertidamente a vulnerabilidade aos agentes morbígenos, como se, ao melhorá-las, nelas houvessem transfundido, concomitantemente, o germe de uma fraqueza orgânica irremediável e fatal.

A debilidade constitucional dos vegetais cultivados alcançou mesmo tais extremos, que acabou transformando-se em grave problema científico.

Constituía, de fato, uma ameaça para a sobrevivência não apenas das variedades domésticas, senão também para a vida da própria espécie humana que, já angustiada pela fome, via sumir-se, vez por outra, milhares de hectares de culturas cereais ou forrageiras, dizimadas por pragas agrícolas sem remédio, ou por simples mudança ocorrida nas condições de tempo.

Robustecer as resistências naturais das espécies úteis, ou afundar-se na miséria e desaparecer como povos líderes, passou a ser, já nos pródromos da Segunda Grande Guerra, um dos **slogans** preferidos pelos povos do ocidente europeu.

A questão, agora, para os agrônomos, não era, pois, apenas aperfeiçoar as plantas, mas robustecê-las contra as injúrias do meio ambiente onde viviam e, isso, êles haviam de solucionar de maneira brilhante, mas, de certo modo, inesperada.

Estudando o assunto, e de pesquisa em pesquisa, acabaram por enveredar pelo campo da Genética — ciência que tanto já os havia ajudado, quando se fizera necessário melhorar a capacidade produtiva dessas mesmas plantas — e, assim, foram conduzidos a empregar, mais uma vez, o método dos cruzamentos harmônicos. Êstes eram agora levados a efeito, unindo-se espécies domésticas que se tivessem tornado débeis, em virtude da longa escravidão, com outras selvagens ou rústicas, portadoras de excepcional robustez orgânica, ainda que tais espécies houvessem sido, até então, de pouca ou mesmo de nenhuma utilidade imediata para o homem.

ATUALIDADE E IMPORTÂNCIA DAS PLANTAS SELVAGENS

A idéia de transfundir, pelo cruzamento, as qualidades de resistência próprias a determinados tipos de vegetais, a que se poderiam chamar plebeus, em tipos aristocráticos afins, enfraquecidos por séculos de uma existência vivida artificialmente em companhia do homem, não é certamente muito nova.

Foram, porém, conforme salienta o próprio Sir Julian Huxley, os geneticistas da escola holandesa que lhe deram a expressão prática e útil que hoje conhecemos.

Cruzando determinados tipos de cana-de-açúcar, de alta produção sacarina, mas extremamente susceptíveis a doenças micelianas, com uma variedade de cana silvestre, sua parenta — esta por inteiro destituída de valor econômico por não conter sequer vestígios de açúcar, mas dotada de grande resistência às enfermidades — lograram aquêles técnicos dos Países Baixos obter, decorridas algumas gerações, uma planta pràticamente imune às doenças e apresentando elevado teor sacarino.

Para a realização de inseminações úteis ou, seja, destinadas a produzir variedades botânicas capazes de soerguer uma cultura qualquer, ameaçada pelas pragas, era òbviamente necessário obterem os agrônomos reprodutores dotados de especial robustez, e êstes nem sempre podiam encontrar-se à mão, no próprio país interessado.

Em tais conjunturas, viam-se os especialistas obrigados a voltar, muitas vêzes, as vistas para as terras estrangeiras e buscar nelas as variedades de que careciam para levar a efeito os seus trabalhos experimentais.

Assim sucedeu, por exemplo, nos Estados Unidos, quando, deperecendo ameaçadoramente as culturas tomateiras, vitimadas por

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

um fungo chamado ferrugem do tomate, tiveram os agrônomos de buscar numa distante província do Peru o elemento capaz de realizar o milagroso salvamento da espécie que definhava.

Era o desejado agente redentor um tomateiro silvestre daquele país, cujos frutos, embora não comestíveis e apresentando a ruim característica de possuir pêlos, eram pràticamente imunes às pragas agrícolas que costumam atacar essa solanácea.

As sementes da planta salvadora, entregues aos técnicos do Instituto de Belsville, serviram de ponto de partida para uma série de pesquisas, de que resultaria a criação de uma variedade de tomateiro extremamente robusto, de frutos grandes, lisos e de acentuado valor nutritivo.

Para dar maior amplitude aos estudos relativos ao assunto, criara-se, já por essa época, no Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, sob o influxo das idéias de David Fairchild, agrônomo do Kansas, a Divisão de Pesquisas e Transporte, instituição que goza hoje de prestígio universal e que tão grande influência vem tendo nos estudos de Genética aplicada à agricultura.

CAÇADORES DE PLANTAS

Formara-se, igualmente, naquele país, sob a dependência direta do Govêrno, um grupo de exploradores, cujo encargo era viajar pelos quatro cantos da terra em busca de plantas capazes, por fôrça de suas qualidades específicas de resistência, de ajudar a soerguer, pelo cruzamento, as culturas que ali se achassem em decadência.

A missão dos caçadores de plantas, missão de que hoje participam técnicos e sábios do valor de G. N. Collins, J. H. Krumpton, Harper Goodspeed, Frank N. Meyer etc., não se cinge, porém, simplesmente a descobrir vegetais destinados à reprodução. (E)

Percorrendo o Mundo, ou, como diz Donaldo Culross, perlongando em lerdas caravanas de camelos os solos ásperos da China, da Mongólia, do Turquestão ou da Manchúria, palmilhando em frágeis canoas as terras interiores do Continente Negro ou da América Meridional, escalando as encostas vertiginosas dos Andes, ou transpondo desertos gelados dos dois hemisférios, êles iam, outrossim, ao encontro de espécimes botânicos que, nascidos naquelas distantes regiões do planeta, parecessem particularmente indicados para substituir outros de igual gênero, existentes em terra da América, que porventura, estivessem irremediàvelmente comprometidos por enfermidades microbianas ou parasitárias.

Assim, por intermédio dêles, vieram do Turquestão, de onde a planta seria oriunda, sementes de alfafa, para revigorar as plantações do meio oeste estadunidense, vitimadas por bactérias patógenas; assim, foram trazidos do centro de origem na Ásia Central, os novos bulbos de cebola que refizeram as colheitas americanas desta espécie vegetal.

Estendendo as suas buscas como uma rêde por tôda a terra, ombreando com os povos das mais diversas raças, intentavam descobrir tipos vegetais que, embora cultivados havia séculos, houvessem permanecido insulados em seu **habitat** primitivo e, portanto, fôssem ignorados dos demais povos da terra.

Diligenciavam êles, em suma, por obter vegetais cujo transplante pudesse ser proveitoso ao desenvolvimento agrícola da grande nação americana, não importando onde vegetassem.

Por mais rude e agressivo que fôsse o centro de desenvolvimento de uma espécie vegetal determinada, haveria sempre um naturalista ianque disposto a consegui-la, proclama, com transbordante entusiasmo, um escritor da grande república nortista.

O papel dos caçadores de plantas na economia rural norte-americana tem sido, nos últimos anos, verdadeiramente de assombrar. Graças aos seus esforços, emigrou, além das espécies já citadas, do México, para os campos irrigados da Califórnia, o magnífico algodão Acala, que bateu, diz-nos ainda Culross, todos os recordes, chegando a produzir, num ano, meio milhão de fardos destinados aos teares; veio mais o olmo da Mongólia, extremamente resistente e capaz de viver onde os olmeiros da Nova Inglaterra feneciam, e que agora serve para resguardar as habitações das planícies e dos planaltos do Nordeste, contra as ventanias rijas que ali reinam incessantemente.

Às estepes dos Quirquizes foram êles buscar os maravilhosos trigos do tipo **Triticum durum**, que permitiram estender a cultura dessa gramínea muito além da área limitada pelas chuvas leves. As terras ásperas e frígidas do Extremo Oriente lhes forneceram as ameixas, as peras e as maçãs, que vegetam hoje, perfeitamente aclimadas, nas zonas setentrionais dos Estados Unidos.

Nos quentes desertos do Arizona e da Califórnia, continua o mesmo autor, verdejam palmeiras carregadas de tâmaras, importadas do Oriente Próximo.

Para os campos do sudoeste americano, foi, outrossim, transportado por êles o algodão egípcio de fio longo, tão bem adaptável ao clima e ao solo daquelas terras (F).

CONQUISTAS FUTURAS

A obra realizada pelos caçadores de plantas e os resultados a que chegaram os especialistas de ambos os lados do Atlântico, no

tocante à aclimação de espécies botânicas a novos meios, não representam senão o início, embora promissor, de uma era de robustas realizações agronômicas.

Para o amanhã, as perspectivas abrem-se ainda mais amplas e animadoras. Além da possibilidade de transplante, de uma região para outra, de espécies fitológicas que antes apresentavam uma importância meramente local ou regional (como soja, juta etc.), há, com efeito, a possibilidade de se descobrirem vegetais selvagens, que permaneçam desconhecidos, embora tenham grande valor alimentício.

Sabido é que nenhum critério científico presidiu, nem lògicamente poderia presidir, à domesticação das plantas úteis, nem à sua vulgarização e alastramento sôbre a face do planeta.

Ignorando a existência de um sem-número de substâncias de alto valor nutritivo, faziam os nossos ancestrais pré-humanos a escolha dos seus alimentos vegetais, guiando-se ordinàriamente pelo instinto, ou pelas sugestões da vista e do paladar.

Variedades botânicas que lhes poderiam ter sido de grande utilidade, pelo alto teor em vitaminas, ou em princípios alimentícios outros, ficaram, dêsse modo, desconhecidas e inaproveitadas até hoje. É provável, pois, que, num futuro não muito distante, se descubram muitas espécies fitológicas dignas de passar ao patrimônio comum da humanidade. Aumentarão, assim, as nossas disponibilidades alimentares e poderão fazer menos premente a ameaça de fome que paira sôbre todos nós.

BIBLIOGRAFIA

A) — Chevalier (Auguste), «La dispersion de certains arbres fruitiers sauvages par l'homme avant l'invention de l'agriculture» — Revue de Géografie humaine et d'ethnologie — n.º 2 lère année — Paris 1948.

B) — Jacob Triesen (Dr. K. H.), «Los cadaveres de las turberas del circulo de civilización nórdico». Investigación y progresso. Ano V, n.º 7 e 8 — Julio y Agosto, 1931.

C) — Glob (Dr. P. V.), «Ce pendu d'il y a 2000 ans fut retrouvé intact dans sa tombe». Science et Vie, n. 45 — avril, 1952.

D) — Pruss (Prof. Johannes), «Saccharomyces Windlocki, la levedura de los sepulcros de los Faraones». Investigación y progresso — Ano IV, n.º 5 — Mayo, 1930.

E) — Goodspeed (T. Harpier), «Cazadores de plandas en los Andes».

F) — Peattie (D. Culross), «Caçadores de plantas», in Yale Review, transcrito parcialmente na revista Seleções, n.º de janeiro de 1945.

UM PROBLEMA DE NOSOLOGIA HISTÓRICA

BIBLIOTECA
CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

A SÍFILIS EXISTIA NA EUROPA ANTES DO DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA ?

A determinação do país de origem da avariose é um dos muitos problemas de nosologia histórica que a argúcia dos cultores da História da Medicina não conseguiu ainda solucionar satisfatòriamente.

Para a maioria dos estudiosos nacionais e estrangeiros, a velha tradição européia, segundo a qual seria a lues venérea originária do Nôvo Continente, deve ser aceita com a expressão de uma verdade irrefragável.

Para êles, o acaso teria feito com que, ao primeiro contato entre ameríndios e europeus, o íncola transmitisse ao ádvena ousado que devassara o segrêdo dos mares, êsse fator de tenebrosas desgraças sociais.

Disso resultou naturalmente, diziam, que, ao deixarem as ilhas cujo esplendor e cuja magnificência tanto os fascinara, rumando ao Oriente, levassem os companheiros de Colombo para a Pátria, com as primícias da terra, o gérmen de uma entidade mórbida que iria em breve alastrar a península pirenaica, transmutando-a em nôvo foco irradiador do ignoto mal.

Da Ibéria a lues teria passado à França e à Itália, contagiando pobres e ricos, e daí, alargando-se como um polvo imenso, ter-se-ia espraiado por sôbre todo o mundo civilizado de então.

Em defesa desta tese, que teve durante muito tempo o valor de um verdadeiro dogma, argumentava-se com o testemunho de escritores coevos dos primeiros tempos do descobrimento, entre os quais sobressaem Rui Díaz de Isla, cirurgião espanhol, e o historiador Gonçalo Fernández d'Oviedo y Valdés, consagrado autor da "Cronica de las Indias", que foram os primeiros cronistas a afirmar ter o mal gálico nascido na América.

Que Colombo encontrara nas Antilhas a sífilis e a transportara para a Europa, parecia indicá-lo, de modo insofismável, o fato de

BH/UFC

só aparecerem na literatura médica referências claras à terrível enfermidade venérea depois de 1493, época do regresso das caravelas vitoriosas do genial pilôto genovês. Que o mal era exótico, demonstrava-o também a subtaneidade da irrupção, em fins do século XV, de uma epidemia de sífilis que teria flagelado quase todo o Velho Continente.

O testemunho histórico de Rui Diáz e de Gonçalo d'Oviedo seria, para os autores modernos que aceitam a proveniência extra-européia da avariose, corroborado ainda pelo silêncio que os escritores da antiguidade clássica guardam no tocante à enfermidade em aprêço, silêncio que, afirmam, contrasta com "as descrições positivas e ainda hoje fiéis" feitas pelos que sôbre o mal escreveram depois do fim do século XV.

"A partir da data da volta de Colombo, escreve o professor Rabelo, um dos adeptos da chamada doutrina da sífilis americana, começam os médicos a descrever com impressionante unanimidade o **morbus novus, inauditus, ignotus** que, passando da América à Espanha, assolou a França e a Itália sob aspectos francamente epidêmico, tal como hoje vemos a sífilis se propagar em certas possessões européias de além-mar, ainda indenes". (1)

"Tanto era desconhecida, conceitua ainda o ilustre dermatologista patrício, que lhe não sabiam o nome e foi sendo mal espanhol, francês, napolitano até que do poema de Fracastoro se derivou a atual denominação".

Para comprovár a procedência americana da avariose, apontam-se, outrossim, a existência de certas alterações patológicas, tidas por sifilíticas, em ossos humanos provenientes da América pré-colombiana, bem como certas lesões destrutivas da face que aparecem figuradas em grande número de terracotas do México e nas huacas peruvianas da época incásica.

Os argumentos que acabamos de resumir, tidos até bem pouco por irrecusáveis, nada valem, porém.

Os últimos trabalhos de Hensler, de Proksche, de Sudhoff e, sobretudo, as sábias ponderações de Michaelis, que a seguir iremos expor de modo rápido, demonstram a insubsistência dêsses argumentos. Senão vejamos.

(1) Cabe observar que o raciocínio do Professor Rabelo é absolutamente arbitrário. Nele se perde de vista, com efeito, a possibilidade de existirem doenças largamente espalhadas sem nome que as distingam, tal como sucedeu, por exemplo, em relação à leishmaniose, que estêve, no Brasil, sem denominação própria, até 1894 e inteiramente confundida com a sífilis.

BH/UFG

Os autores filiados à doutrina de Oviedo e de Rui Diáz assinalam, já o dissemos, como prova incontrastável da tese que defendem, a presença de lesões destrutivas, por êles atribuídas à sífilis, em ossadas humanas procedentes da América pré-colombiana.

A prova alegada é, porém, fraca e pode dizer-se mesmo inexistente. Nada indica que as alterações patológicas argüidas sejam realmente da natureza luética.

Importa notar, com efeito, que a Paleopatologia, ciência que tem por programa o estudo e discriminação das lesões apresentadas por homens e animais pré-históricos e fósseis, constituiu-se recentemente. Os métodos de que dispunham os estudiosos até há bem pouco, para identificar os processos histopatológicos das peças esqueléticas, eram, portanto, demasiado imperfeitos para permitirem fôsse firmado um diagnóstico retrospectivo de tal natureza.

Distinguir vestígios de sífilis em esqueletos antigos, ultrapassava muito, assim, as possibilidades científicas dos pesquisadores de ontem.

Ponhamos, porém, de parte o fato e admitamos, por instantes, contra a opinião sensata de Putman Hyde e Johannes Orth e contra o parecer do grande Vichow (2), que as perdas de substâncias verificadas nos ossos americanos doentes sejam realmente de fundo específico. Daria isso ganho de causa aos partidários de Oviedo e Rui Diáz? De nenhum modo. Ossos fósseis, inquinados pelo treponema pálido, vão sendo amiúde identificados em todo o Velho Mundo. Assim, Júlio Barron e, depois dêle, Gangolphe, para não citar senão o nome de dois sábios europeus, descobriram estigmas iniludíveis de sífilis em ossos da época da rena.

A ser isso verdade, a data do aparecimento dessa terrível praga social, na Europa, deveria ser recuada de milhares de séculos.

Não é tudo. Aplicando ao estudo de várias peças fósseis, corrompidas por doenças, um processo especial de observação, processo racional e científico, Michaelis reconheceu, ùltimamente, em três ossos, oriundos de sepulturas neolíticas das lapas do Marne, lesões características da sífilis. Tal fato levou o cientista alemão a concluir, em um dos seus últimos trabalhos, dado à publicidade em 1932, que a sífilis é, na Europa, contemporânea da idade da pedra polida.

O processo empregado por Michaelis, semelhante aos métodos usados em petrografia, consiste em fazer no osso cortes histológicos tão delgados, que possam ser examinados por transparência e, por conseqüência, permitam descobrir lesões estruturais semelhantes

(2) Vichow teve em mãos de visu examinou os ossos americanos doentes.

BH/UFC

àquelas que, nos ossos frescos, são reputadas tìpicamente sifilíticas. (3)

Se as provas apontadas não bastassem para afirmar a grande antiguidade da sífilis no Velho Mundo, poderíamos argumentar ainda com os estudos últimamente realizados por Pales, relativos à osteíte hipertrófica de Paget, que êle mostrou ser ali também de origem remotíssima.

As lesões destrutivas da face que figuram em algumas das antigas terracotas andinas e mexicanas, não podem, também, servir para demonstrar que a sífilis proveio das terras descobertas por Colombo. Todos reconhecemos a importância das produções artísticas dos oleiros do México e do Peru, como fontes de informações para a história dos proto-americanos. É inegável que, por intermédio dessas singelas obras de barro, chegaram até nós, fixados com notável fidelidade, muitos aspectos do viver dos povos no Nôvo Continente. No entanto, o diagnóstico de lues, proposto para explicar as alterações orgânicas representadas em algumas delas, não se arrima absolutamente em bases sólidas.

Emitido por Wiener e aceito por Telo, Neumann e outros, tal parecer foi de há muito formalmente desabonado por Hallopeau e Fournier, dois dos mais notáveis sifilígrafos contemporâneos. Com efeito, a um exame detido dêsses singulares espécimes de vasos, ressalta, desde logo, a absoluta nitidez das lesões que maculam os rostos figurados, e a inteira ausência de sinais deixados pelo gérmen da doença mutilante nas partes duras do nariz e da face. Ora, a sífilis afecção que tem pelo tecido ósseo notável predileção, não pouparia, decerto, o arcabouço facial dos americanos de modo tão sistemático

Argüir-se-á, talvez, que, por inabilidade, o artista índio deixou de fixar tais minúcias. A impugnação, que é sutil, não procede. Os documentos comprobatórios da agudeza de observação e destreza técnica do ceramista americano são por demais abundantes e decisivos para permitirem tal suposição.

Mais razoável é, pois, admitir que o oleiro indígena pretendeu reproduzir as terríveis devastações da bouba, doença cuja existência é reconhecida no Nôvo Mundo desde tempos imemoriais. Eduardo Rabelo pôs em relêvo, em artigo há tempos publicado (4), que, muito antes da chegada de Colombo, já estava disseminado no Peru, na Bolívia e mesmo no Paraguai essa terrível entidade mórbida.

(3) «Recherches microscopiques comparatives sur les os humains, récents, historiques et fosilles».

(4) «Anais Brasileiros de Dermatologia e Sifiligrafia».

BH/UFC

As pesquisas do ilustre professor confirmaram apenas o que Ximenes de la Espada já anteriormente afirmara perante a Sociedade Antropológica de Berlim, ao dizer que certas huacas peruvianas reproduziam lesões da uta, doença indígena de suposta origem bacilar, hoje identificada como a própria bouba ou piã brasileiro.

Há ainda outro fato que pode justificar as alterações verificadas nos rostos humanos: são as mutilações faciais que estiveram em larga voga na América pré-colombiana. É possível portanto que o artesão americano tenha querido fixar na argila êsse bárbaro costume. Segundo Jaguaribe, deformavam-se aqui, amputando-se-lhes os lábios e o nariz, os eunucos e os criminosos.

Êstes, para que ficassem definitivamente estigmatizados; aquêles, para que, assim envilecidos, não pudessem despertar paixões amorosas.

Como quer que seja, porém, a observação mostra que o agente causador das deformidades faciais figuradas, por vêzes, na cerâmica do Nôvo Continente, não pode ser a sífilis.

O parecer do cirurgião Rui Diáz de Isla e a opinião de Gonçalo d'Oviedo, no tocante à origem da sífilis, são tidos pelo que sustentam a procedência extra-européia do mal gálico, como argumentos de ordem histórica da mais alta importância.

Sem razão, todavia, pois tanto Oviedo como Diáz de Isla, seu contemporâneo, afirmam o fato de oitiva, não comprovam com documentos os seus assertos, nem indicam as fontes onde se foram abeberar.

Está sòlidamente firmado que nem o genial descobridor do Nôvo Mundo, nem seu filho Fernando, nem qualquer de entre seus companheiros de viagem de elevada categoria, mencionou jamais, em suas memórias ou escritos, a existência de qualquer praga sexual na América (Stricker).

Dir-se-á, talvez, que êles agiram por pudor ou mesmo por conveniência. Não quereriam entibiar os navegadores, nem afastar das costas americanas os emigrantes que se sentissem inclinados a tentar a longa travessia do mar tenebroso.

Não nos cabe elucidar o fato. O certo é, porém, que, assim desamparados, os assertos dos dois velhos cronistas espanhóis não têm, nem podem ter o valor documental que lhes emprestam investigadores apressados.

Alguns autores, nomeadamente Rabelo, invocam, ainda hoje, com muita insistência, um fato que lhes parece decisivo para solver o problema em controvérsia. É a existência de uma terrível epidemia de sífilis que teria, em fins do século XV, flagelado o Mundo Antigo, "com todos os caracteres de violência e malignidade pecu-

BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL

BH/UFC

liar às epidemias que se desenvolvem em regiões ainda idenes do mal". E dão os mesmos autores, como causa determinante do flagelo, um vírus recém-introduzido na Europa pelos navegantes das Índias Ocidentais.

Examinemos o alcance dessa prova.

A famigerada pandemia de sífilis que, segundo alguns, assolou de modo tão subitâneo os povos da Europa ocidental, existiu realmente? Parece que não.

O Professor Karl Sudhoff, diretor do Instituto de História da Medicina na Universidade de Lípsia, nega o fato terminantemente e o faz apoiado no testemunho de Hierónimo Munzer, de Feldkirch, falecido em Nurembergue por volta de 1508, e no de Nicola Scillacio, doutor pela escola de Pavia. Ambos êsses personagens estiveram na Espanha nos agitados e trepidantes tempos que se seguiram ao regresso de Colombo da sua viagem às Antilhas.

O primeiro, deixando a cidade natal no verão de 1494, atravessou a França para depois perlustrar cuidadosamente as cidades litorâneas e centrais da Península Ibérica. Estêve em Barcelona, Valência, Cádis, Granada, Málaga, Sevilha etc., e foi mesmo até Lisboa e Coimbra, gastando cêrca de cinco meses nessa viagem de estudo.

Seguindo o hábito em voga das peregrinações científicas, Scillacio viajou também pela Espanha na primavera de 1495.

Eram ambos médicos eruditos e atilados, que cuidaram em consignar escrupulosamente tudo que viam e observavam.

Daí o valor verdadeiramente notável, dado por Sudhoff, ao testemunho dos dois ilustres viajantes.

Ora, sabemos pelos seus escritos que nenhum dêles logrou encontrar na península pirenaica qualquer vestígio da epidemia de sífilis a que se referem com tanta insistência os escritores contemporâneos. Scillacio lobrigou apenas casos esporádicos do mal gálico em Barcelona, fato que comunicou em carta a um de seus colegas de Pavia. (5)

Na Itália não há também memória de uma epidemia de natureza luética, irrompida quando o fogoso filho de Luiz XI perlongava de torna-viagem às terras da península.

O silêncio do cronista Marino Sanuto que, muitas vêzes, percorreu o acampamento das tropas francesas antes e depois da tomada de Nápoles, não deixa subsistir dúvida nesse particular.

(5) A carta do médico italiano, intitulado «De morboque nuper et Gallia defluxit in alias nationes», encerra uma série interessante de fatos por êle testemunhados e é o primeiro documento médico publicado sôbre a sífilis.

BH/UFC

O mutismo dos escritores da antiguidade clássica e mesmo da Idade Média, com relação à existência de casos de sífilis na Europa, tem igualmente fácil explicação.

É que o mal, julgado pelo Professor Rabelo e outros insubsistentes no Velho Mundo, andava então confundido com várias moléstias produtoras de escamas e crostas. Era ora **scabies grossa** ou sarna grande, entre médicos da escola de Salermo, Montpellier e Paris; ora lepra espuria, lepra curável, ora simplesmente sarna, ou, ainda, varíola grossa, na Itália; **grosse várole** e **gros mal**, em França.

Caso idêntico ocorreu no Brasil em relação à leishmaniose que viveu até 1894 confundida com a sífilis, e ainda ocorre bem perto de nós com a lepra, que é conhecida nas Guianas pelo nome de cabobê e identificada com a elefantíase do escroto.

Aliás, o nome de lepra (de **lepre**, escama), tradução grega da palavra hebraica **zaraath**, serviu, conforme evidenciou Le Dantec, largo tempo para designar na Hélade a psoríasis, a sífilis, a lepra etc.

Essa falta de distinção entre males tão diversos persistiu também, segundo o mesmo autor, entre os romanos e durou até a Idade Média.

Do que acabamos de expor, pode-se, pois, concluir, lògicamente, que muito antes da Idade do Ouro, que foi para Portugal e Espanha a época dos descobrimentos transoceânicos, já a sífilis era ubiquitária na Europa, aí vivendo sem designação especial, baralhada com várias outras enfermidades não menos repulsivas.

Quando melhor se aprendeu a conhecê-la e a distinguir o grupo de sintomas que lhe eram próprios, quando a lues venérea apareceu como uma entidade mórbida definida, seu nome variou de localidade para localidade.

Foi "morbus gallicus" ou "mal franzoso", na Itália; mal de Nápoles, em França; "mal gálico", na Espanha; moléstia alemã, na Polônia; moléstia polaca, na Rússia; mal de Castela, em Portugal; e mal português, no Oriente, sem que fôsse possível, até hoje, saber-se onde primeiro a identificaram.

BIBLIOGRAFIA

L. PALES — «Maladie de Paget Pré-historique». L'Antropologie. Tomo XXXIX — 1929.

L. PALES — «État actuel de la Paleopathologie; contribution à l'étude de la Pathologie comparative». Paris, 1930.

A. ROUILLON, DR. — «Lesions osseuses pré-historiques de la Vendée» — Angers — 1923.

BH/UFC

GERHARD VENZMER — «Uma molestia agonizante» — 1930.
ED. RABELO, PROF. — «Esbôço histórico da lepra no Brasil» — Anais Brasileiros de Dermatologia e Sifiligrafia, Ano I, n.º 6.
ED. RABELO, PROF. — «Contribuições ao estudo da Leishmaniose tegumentar no Brasil. Origens, histórico, sinonímia». Anais Brasileiros de Dermatologia e Sifiligrafia — Ano I, n.º 1 — 1925.
ED. RABELO, PROF. — «Existia sifilis no Brasil na época do descobrimento?» — Idem, idem.
J. VAESEN — «L'Expedition de Charles VIII en Italie». Revue des Questions históriques».
L. MICHAELIS — «Pesquisas microscópicas comparadas em ossos humanos recentes, históricos e fósseis; contribuição para o estudo da história da sifilis». Iena, 1930.
D. JAGUARIBE — «A Atlântida».
CARLOS FRANÇA — «Etnografia brasílica, segundo os escritores portuguêses do século XVI». Revista de História. Ano XV — 1926.
KARL SUDHOFF — «La supuesta introduccion de la sifilis por la tripulacion de Colon, em 1493 y los hechos históricos» — Investigacion y Progresso. Ano II, n.º 9 — 1929.
GEORGE STRICKER, DR. — «Epidemia que los conquistadores blancos llevaron al Nuevo Mundo». Investigacion y Progresso. Ano V, n.º 2 — 1931.
A. LE DANTEC — «Précis de Pathologie Exotique», Paris, 1911.

BH/UFC